



CADERNOS GESTÃO SOCIAL

ISSN: 1982-5447 | v.3 | n.2 | jul./dez. 2012





CADERNOS
GESTÃO SOCIAL

ISSN: 1982-5447 | v.3 | n.2 | jul./dez. 2012

EQUIPE EDITORIAL

Universidade Federal da Bahia

Reitora: Prof^ª. Dr^ª. Dora Leal Rosa

Escola de Administração/ UFBA

Diretor: Prof. Dr. Francisco Lima Cruz Teixeira

Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Fischer

.....

Coordenação Editorial

Airton Cardoso Cançado (UFT)

Conselho Editorial

Airton Cardoso Cançado (UFT)
Armando dos Santos de Sousa Teodósio (PUC/MG)
Fernando de Souza Coelho (USP-MG)
Fernando Guilherme Tenório (EBAPE/FGV)
José Roberto Pereira (UFLA)
Ladislau Dowbor (PUC/SP)
Luciano Antônio Prates Junqueira (PUC/SP)
Mário Aquino Alves (FGV-SP)
Paula Chies Schommer (UDESC)
Rosa Maria Fischer (USP)
Rosana de Freitas Boullosa (CIAGS/UFBA)
Rosinha da Silva Machado Carrion (PPGA/UFRGS)
Suely Salgueiro Chacon (UFC/Cariri)
Tânia Fischer (CIAGS/UFBA)

Comitê Científico de Avaliadores

Airton Cardoso Cançado (UFT)
Ana Mercedes Sarria Icaza (UFRGS)
Carla Pasa Gomez (UFPE)
Edilson Tavares de Araújo (UFRB)
Eduardo Vivian da Cunha (UFC)
Eloisa Helena de Sousa Cabral (UNA)
Fábio Bittencourt Meira (UFRGS)
Francisco Ricardo Duarte (UNIVASF)
Genauto Carvalho de França Filho (UFBA)
Gildásio Santana Júnior (UESB)
Graziella Maria Comini (USP)
João Luiz Passador (USP)
José Antônio Gomes de Pinho (UFBA)
José Roberto Pereira (UFLA)
Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)
Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV)

Marco Antônio Teixeira (EAESP-FGV)
Maria Ceci Misoczky (UFRGS)
Maria Elisabete Pereira dos Santos (UFBA)
Maria Suzana de Souza Moura (UFBA)
Patrícia Maria Emerenciano de Mendonça (CEAPG/
EAESP-FGV)
Paula Chies Schommer (UDESC)
Rezilda Rodrigues Oliveira (UFPE)
Rogério Teixeira Masih (UFC)
Rosana de Freitas Boullosa (UFBA)
Rosimeri Carvalho da Silva (UFRGS)
Suely Salgueiro Chacon (UFC)
Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias (USP)
Valeria Giannella Alves (UFC)
Washington José de Souza (UFRN)

Coordenação Executiva

Ariadne Scalfoni Rigo (UFBA)
Jeová Torres Silva Jr (UFC)
Paula Chies Schommer (UDESC)
Rodrigo Maurício F. Soares (CIAGS/EA/UFBA)

Assistência no Open Journal Systems

Ives Romero Tavares do Nascimento (NPGA/EA/UFBA)

Diagramação e Design

Márdel Pereira dos Santos (CIAGS/EA/UFBA)

Revisão da Língua Portuguesa

Maria Cândida dos Anjos Bahia (EA/UFBA)

Imagem da capa: "Security lock"

Foto de Olof Senestam "Venteco", 2008

SUMÁRIO

Editorial	167-168
<i>Airton Cardoso Cançado (NESol/UFT)</i>	
ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL – ENAPEGS 2012	
1 A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento: O Caso Brasil – Colômbia	169-185
<i>Lina Paola Rubio (UFRGS), Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)</i>	
2 Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro: Uma Experiência de Finanças Solidárias com Recorte Racial em Fortaleza, Ceará	187-204
<i>Clarício dos Santos Filho (BNB), Rosana Marques (COPPIR/PMF), Victoria Régia Arrais de Paiva (UFC), William Augusto Pereira (Fórum da Economia do Negro de Fortaleza)</i>	
3 Os Movimentos Sociais e a Democracia: O Caso do Movimento Xingu Vivo para Sempre	205-219
<i>Graziela Donário de Azevedo (EAESP-FGV)</i>	
4 O Papel das Emoções no Empreendedorismo Social: Sinalização para um Código de Conduta?	221-233
<i>Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros (UFU), Valdir Machado Valadão Júnior (UFU), Rodrigo Miranda (UFU)</i>	
5 Limites, Possibilidades e Dificuldades de Gestão Social em Redes de Cooperação para o Desenvolvimento Local	235-250
<i>Yana Moura de Sousa (UNAMA), Ana Maria Albuquerque de Vasconcellos (UNAMA), Mário Vasconcellos Sobrinho (UNAMA)</i>	
FÓRUM ‘COOPERATIVISMO E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS’	
6 A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais	251-273
<i>José Odelso Schneider (UNISINOS)</i>	
7 Fatores Determinantes na Gestão de Organizações Coletivas de Catadores da Região Metropolitana de Belém	275-291
<i>Ana Lígia Pires (UNAMA), José Otávio Pires (UNAMA), Marco Aurélio Arbage Lobo (UNAMA)</i>	
8 História Recente de Cooperativas de Cidadãos no Japão e a “Visão 2020” da JCCU	293-304
<i>Yukiko Yamazaki (Universidade de Queen-Canadá)</i>	
PENSATA	
9 A Cidade Morria Devagar: Alguém que Cooperava, sua Identidade Incerta e o Indeciso entre a Ciência do Direito e a Consciência do Justo	305-321
<i>Guilherme Gomes Krueger (TRK Advogados Associados)</i>	
RESENHA	
10 Consciência Moral e Agir Comunicativo	323-335
<i>Marcos Luís Procópio (UNEMAT)</i>	

POLÍTICA EDITORIAL

Orientações Gerais para Submissão

337-342

Normas para Apresentação

Política de Privacidade

TABLE OF CONTENTS

Editorial	167-168
<i>Airton Cardoso Cançado (NESol/UFT)</i>	
NATIONAL MEETING OF RESEARCHERS IN SOCIAL MANAGEMENT – ENAPEGS 2012	
1 Technical Cooperation among Developing Countries: The Case Brazil-Colombia	169-185
<i>Lina Paola Rubio (UFRGS), Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)</i>	
2 Solidary Rotating Fund of the Negro Economics Forum: An Experience with clipping Racial Solidarity Finance in Fortaleza, Ceará	187-204
<i>Clarício dos Santos Filho (BNB), Rosana Marques (COPPIR/PMF), Victoria Régia Arrais de Paiva (UFC), William Augusto Pereira (Fórum da Economia do Negro de Fortaleza)</i>	
3 Movements and Democracy: The Case `Xingu Alive Forever`	205-219
<i>Graziela Donário de Azevedo (EAESP-FGV)</i>	
4 The Role of Emotions in Social Entrepreneurship: Signaling to a Code of Conduct?	221-233
<i>Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros (UFU), Valdir Machado Valadão Júnior (UFU), Rodrigo Miranda (UFU)</i>	
5 Limits, Possibilities and Difficulties to Social Management in Cooperative Networks for Local Development	235-250
<i>Yana Moura de Sousa (UNAMA), Ana Maria Albuquerque de Vasconcellos (UNAMA), Mário Vasconcellos Sobrinho (UNAMA)</i>	
FORUM 'COOPERATIVISM AND MANAGEMENT OF THE COOPERATIVE'S ENTERPRISE'	
6 The Doctrine of Cooperatives: Analysis of the Scope, of the Sense and the Actuality of their Values, Principles and Standards in Current Times	251-273
<i>José Odelso Schneider (UNISINOS)</i>	
7 Determining Factors in the Management of Waste Pickers' Collective Organizations in the Belem Metropolitan Area	275-291
<i>Ana Lígia Pires (UNAMA), José Otávio Pires (UNAMA), Marco Aurélio Arbage Lobo (UNAMA)</i>	
8 Recent History of Citizen Co-operatives in Japan and JCCU's "2020 Vision"	293-304
<i>Yukiko Yamazaki (Universidade de Queen-Canadá)</i>	
ESSAY	
9 The City Slowly Dies: Someone who Cooperates, his Uncertain Identity and Undecided between the Science of the Law and the Awareness of the Fair	305-321
<i>Guilherme Gomes Krueger (TRK Advogados Associados)</i>	
BOOK REVIEW	
10 Moral Consciousness and Communicative Action	323-335
<i>Marcos Luís Procópio (UNEMAT)</i>	

EDITORIAL POLICY

Submission Guidelines

337-342

Appearance Standards

Privacy Policy

ÍNDICE

Editorial	167-168
<i>Airton Cardoso Cançado (NESol/UFT)</i>	
ENCUENTRO NACIONAL DE INVESTIGADORES EN LA GESTIÓN SOCIAL – ENAPEGS 2012	
1 La Cooperación Técnica entre Países en Desarrollo: El caso Brasil-Colombia	169-185
<i>Lina Paola Rubio (UFRGS), Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)</i>	
2 Fondo Rotativo Solidario del Foro de la Economía del Negro: Una Experiencia de Finanzas Solidarias con Recorte Racial en Fortaleza, Ceará	187-204
<i>Clarício dos Santos Filho (BNB), Rosana Marques (COPPIR/PMF), Victoria Régia Arrais de Paiva (UFC), William Augusto Pereira (Fórum da Economia do Negro de Fortaleza)</i>	
3 Movimientos Sociales y Democracia: El Caso del Movimiento Xingu Vivo <i>para Siempre</i>	205-219
<i>Graziela Donário de Azevedo (EAESP-FGV)</i>	
4 El Papel de las Emociones en el Espíritu Empresarial Social: Señalización a un Código de Conducta?	221-233
<i>Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros (UFU), Valdir Machado Valadão Júnior (UFU), Rodrigo Miranda (UFU)</i>	
5 Límites, Posibilidades y Problemas de la Cooperación social Gestión de Redes para el Desarrollo Local	235-250
<i>Yana Moura de Sousa (UNAMA), Ana Maria Albuquerque de Vasconcellos (UNAMA), Mário Vasconcellos Sobrinho (UNAMA)</i>	
FORO ‘COOPERATIVISMO Y GESTIÓN DE LAS ORGANIZACIONES COOPERATIVAS’	
6 <i>La Doctrina de las Cooperativas: Análisis del Ámbito de Aplicación, de su Sentido y de la Actualidad de sus Valores, Principios y Normas en los Tiempos Actuales</i>	251-273
<i>José Odelso Schneider (UNISINOS)</i>	
7 Factores Determinantes en la Gestión de las Colectivas Organizaciones de Colectores de Materiales Reciclables del la Región Metropolitana de Belém	275-291
<i>Ana Lígia Pires (UNAMA), José Otávio Pires (UNAMA), Marco Aurélio Arbage Lobo (UNAMA)</i>	
8 <i>Historia Reciente de Cooperativas de Ciudadanos de Japón y la “Visión 2020” de JCCU</i>	293-304
<i>Yukiko Yamazaki (Universidade de Queen-Canadá)</i>	
ENSAYO	305-321
9 <i>La Ciudad Morria Lentamente: Alguien que Cooperar, Su Identidad Incierta y lo Indeciso entre la Ciencia del Derecho y la Cconciencia del Justo</i>	
<i>Guilherme Gomes Krueger (TRK Advogados Associados)</i>	
RESEÑA	323-335
10 <i>Conciencia Moral y Acción Comunicativa</i>	
<i>Marcos Luís Procópio (UNEMAT)</i>	

POLÍTICA EDITORIAL

Instrucciones para el Envío

337-342

Normas para la Presentación

Política de Privacidad

Editorial

Prezados leitores,

Esta edição da Revista Cadernos Gestão Social – CGS marca a continuidade dos trabalhos deste periódico. Esta segunda edição de 2012 cobriu todas as cinco regiões do país, apresentando trabalhos de instituições do Pará, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além do Canadá. Outro aspecto importante a ser destacado é que a partir deste número os CGS passam a publicar o sumário, título e resumo em língua espanhola. Antes desta edição, o título e resumo já eram publicados em português e inglês. Aliás, a proposta dos Cadernos Gestão Social – CGS é atingir os companheiros pesquisadores que produzem em espanhol, inclusive, podendo submeter seu trabalho integralmente nesta língua. Assim, os trabalhos poderão ser submetidos aos CGS em português, espanhol e inglês. Nesta segunda edição de 2012, a revista já traz um texto publicado em língua inglesa oriundo de uma pesquisadora da Universidade de Queen, no Canadá.

Este número está dividido em 4 partes. Na primeira, estão 5 artigos oriundos do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – VI ENAPEGS, que aconteceu em São Paulo/SP em maio de 2012. Conforme descrito no número anterior, a CGS se apresenta como um periódico de referência para a Rede Brasileira de Pesquisadores em Gestão Social – RGS, organizadora dos ENAPEGS. Na segunda parte, é apresentado o Fórum Cooperativismo e Gestão de Empreendimentos Cooperativos com 3 trabalhos. Esta seção comemora o Ano Internacional do Cooperativismo, escolhido pela Organização das Nações Unidas – ONU, para 2012 com a temática: “Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”. Estes 3 trabalhos são oriundos, respectivamente, do II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo – II EBPC, que aconteceu em agosto na cidade de Porto Alegre/RS, do III Colóquio de Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade, realizado em Belém/PA, e da Cúpula Mundial do Cooperativismo, que aconteceu em outubro na cidade de Québec/Canadá. Na terceira parte, “inauguramos” a seção Pensata deste periódico com um texto - também oriundo do II EBPC - que traz reflexões importantes sobre o ato de cooperar. Na quarta parte, é apresentada uma resenha do livro “Consciência Moral e Agir Comunicativo” de Jürgen Habermas.

Os 5 artigos da primeira parte originários do VI ENAPEGS, realizado em maio de 2012, em São Paulo/SP, refletem a riqueza da temática da gestão social, com diversos temas, à primeira vista dispersos, mas que se aproximam na perspectiva da própria construção da gestão social. O primeiro artigo “A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento: O Caso Brasil – Colômbia”, de Lina Paola Rubio e Rosinha da Silva Machado Carrion da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, busca analisar uma experiência de relação Sul-Sul no sentido de compreender se é uma relação de ruptura com a antiga relação de dominação Norte-Sul ou apenas uma reprodução do mesmo processo. O segundo artigo, “Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro: Uma Experiência de Finanças Solidárias com Recorte Racial no Município de Fortaleza, Ceará” é de autoria de Clarício dos Santos Filho (Banco do Nordeste – BNB), Rosana Marques (Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza - COPPIR/PMF), Victoria Régia Arrais de Paiva (Universidade Federal do Ceará) e William Augusto Pereira (Fórum da Economia do Negro de Fortaleza). O artigo trata da trajetória do Fundo Rotativo Solidário (FRS), um fundo de natureza étnico-racial, do Fórum da Economia do Negro, que apoia empreendimentos econômicos solidários de afrodescendentes no Município de Fortaleza/CE. O artigo seguinte, “Os Movimentos Sociais e a Democracia: O Caso do Movimento Xingu

Vivo para Sempre”, é de autoria de Graziela Donário de Azevedo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Este artigo discute a polêmica da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, por meio dos impactos da atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVS) que surge a partir da mobilização de organizações da sociedade civil em torno do objetivo comum de impedir a construção da usina. O quarto artigo, “O Papel das Emoções no Empreendedorismo Social: Sinalização para um Código de Conduta?” foi escrito por Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros, Valdir Machado Valadão Júnior e Rodrigo Miranda, todos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Este trabalho analisa a natureza das emoções de pessoas que empreenderam ações no campo social, partindo da perspectiva de Norbert Elias. O quinto e último artigo desta seção, “Limites, Possibilidades e Dificuldades de Gestão Social em Redes de Cooperação para o Desenvolvimento Local”, foi desenvolvido por Yana Moura de Sousa, Ana Maria Albuquerque de Vasconcellos, Mário Vasconcellos Sobrinho, da Universidade da Amazônia (UNAMA). Este artigo analisa a gestão social da rede de cooperação formada no Programa Nacional do Óleo de Palma (PNOP), no município de Concórdia do Pará.

Já o Fórum Cooperativismo e Gestão de Empreendimentos Cooperativos começa com o artigo “A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais”, escrito por José Odelso Schneider da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). O texto faz uma releitura dos valores e princípios do cooperativismo no sentido de situá-los no atual contexto. O segundo artigo, “Fatores Determinantes na Gestão de Organizações Coletivas de Catadores da Região Metropolitana de Belém” é de autoria de Ana Lígia Pires, José Otávio Pires, Marco Aurélio Arbage Lobo, da Universidade da Amazônia (UNAMA). Este artigo busca apresentar um panorama dos aspectos organizacionais que caracterizam organizações de catadores de materiais recicláveis que operam na Região Metropolitana de Belém/PA, focando nos fatores que determinam os resultados alcançados. O terceiro artigo do Fórum, “História Recente de Cooperativas de Cidadãos no Japão e a Visão 2020 da JCCU”, escrito por Yukiko Yamazaki da Universidade de Queen no Canadá, descreve o desenvolvimento histórico das chamadas “Cooperativas de Cidadãos” no Japão e ilustra os problemas que elas enfrentam atualmente.

Por sua vez, a Pensata “A Cidade Morria Devagar: Alguém que Cooperar, sua Identidade Incerta e o Indeciso entre a Ciência do Direito e a Consciência do Justo”, de autoria de Guilherme Gomes Krueger (TRK Advogados Associados), faz uma reflexão sobre a cooperação e a felicidade, que o autor apresenta como uma resposta a uma provocação do Prof. Roberto Rodrigues (Embaixador Especial do Cooperativismo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, Ex-Ministro da Agricultura e Ex-Presidente da Aliança Cooperativa Internacional), sobre a relevância da ideia de felicidade na compreensão da cooperativa como fenômeno social.

Por fim, tem a Resenha do livro “Consciência Moral e Agir Comunicativo” de Jürgen Habermas, de autoria de Marcos Luís Procópio da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). A obra de Habermas tem sido muito utilizada em textos relativos à gestão social e a resenha contribui para esta discussão.

Cabe aqui, neste momento, agradecer à toda equipe que torna este periódico “possível”. Na Coordenação Executiva: Ariádne Scalfoni Rigo, Jeová Torres Silva Jr. e Rodrigo Maurício Freire Soares; e na Equipe Técnica Executiva: Marcelo Fraga da Silva, Ives Romero Tavares do Nascimento, Márdel Pereira dos Santos e Maria Cândida dos Anjos Bahia. Obrigado a todos!!

Boa leitura,

Airton Cardoso Cançado
Coordenador Editorial



**A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES
EM DESENVOLVIMENTO:
O CASO BRASIL – COLÔMBIA**

**Technical Cooperation among Developing Countries:
The Case Brazil-Colombia**

**La Cooperación Técnica entre Países en Desarrollo: El
Caso Brasil-Colombia**

Lina Paola Rubio (UFRGS)*

Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)**

*Psicóloga Social graduada pela Universidad de la Sabana de Bogotá-Colômbia, Especialização em Recursos Humanos pela Universidad de la Sabana, Especialização em Gestão Social pela UNISINOS, Bolsista Mestranda do Programa PEG-PG Brasil-Colômbia na Escola de Administração da UFRGS.

Endereço: Rua Irmão Geraldo 142, apto 301, Bairro Partenon, Porto Alegre/RS.

Email: rubio_r2@hotmail.com

**Socióloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestrado em Sociologia das Organizações pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Doutorado em Sociologie Clinique na Université de Paris VII (Jussieu-Sorbonne), Doutora em Administração (UFRGS). Atualmente é Professora-Associada da UFRGS, atua junto à Escola de Administração (EA) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA).

Endereço: UFRGS/EA/PPGA, Rua Washington Luiz, 855, Centro, CEP: 90010-460, Porto Alegre/RS

Email: rsmcarrion@ea.ufrgs.br

Resumo

De natureza teórica, o presente artigo aborda a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), e tem por foco a análise das relações Brasil-Colômbia. O desequilíbrio que costuma marcar as relações de cooperação Norte-Sul justifica que se busque melhor compreender como estas ocorrem no contexto Sul-Sul. Estaríamos diante de um ruptura? Ou da reprodução daquilo que a história nos ensina acerca das relações entre países? Para a análise dos dados obtidos através do levantamento em fontes oficiais dos acordos de cooperação celebrados entre Brasil e Colômbia, no período entre 2006 e 2011, nos apoiamos na tese de Milando (2005). Conforme ele, para ter resultados positivos, a assim chamada “cooperação para o

desenvolvimento” deverá apoiar-se em relações igualitárias. Nas considerações finais, apontam-se limites e desafios à cooperação entre o Brasil e a Colômbia nos moldes que ela vem sendo praticada hoje e sugere-se pistas para a realização de novos estudos que tenham por objetivo contribuir para qualificar a praticada CTPD dos referidos países.

Palavras-Chave

Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Colômbia-Brasil. Relações Internacionais.

Abstract

this article aims to get a closer evaluation

of the cooperation between Colombia and Brazil, exploring its relevance and seeking to strengthen it. In the field of International Relations, literature reveals the unbalance between the north-south cooperation, therefore justifying the search for a better compression of south-south context and the importance of further studies on technical cooperation among developing countries (TCDC). In order to support the findings for this research, we have based our results on Milando's thesis (2005), citing bi-national agreements that have been arranged from 2006 to 2011 and including the projects that were considered successful by official sources. The final consideration are based on fair international relations for development, focused on the adversities and challenges of cooperation between Colombia and Brazil and its potential to strengthen this relationship and performance an appropriate TCDC.

Keywords

Technical Cooperation among Developing Countries (TCDC). Colombia-Brazil. International Relations.

Resumen

El presente artículo teórico aborda la Cooperación Técnica entre Países en Desarrollo (CTPD) y tiene como objetivo el análisis de las relaciones entre Brasil y Colombia. El desequilibrio que acostumbra a predominar en las relaciones de cooperación Norte-Sur justifica que se busque la mejor comprensión de cómo están ocurriendo estas relaciones en el contexto Sur-Sur. Estamos frente a una ruptura? o en la reproducción de aquello que la historia nos enseña acerca de las relaciones entre estos países? El análisis de los datos obtenidos se realizó a través del levantamiento en fuentes oficiales de los acuerdos celebrados entre Brasil y Colombia en el periodo comprendido entre los años 2006 al 2011. Para esto, nos apoyamos en la tesis de Milando (2005), quien señala que para tener resultados positivos de la llamada "cooperación para el desarrollo" esta se debe apoyar en relaciones igualitarias. En las consideraciones finales se identifican límites

y desafíos de esta cooperación entre Brasil y Colombia, como viene siendo practicada en la actualidad, y se sugieren pistas para la realización de nuevos estudios que tengan por objetivos contribuir para cualificar la CTPD de entre ambos países.

Palabras Clave

Cooperación Técnica entre Países en Desarrollo (CTPD). Colombia-Brasil. Relaciones Internacionales.

Introdução

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), também chamada Cooperação Horizontal e/ou Cooperação Sul-Sul (CSS), vem ganhando importância no debate sobre a promoção do desenvolvimento (CAMPOS, 2007; IGLESIAS PUENTE, 2010). Tendo em vista as diferentes denominações aceitas para referi-la, o presente artigo, que tem por objetivo explorar o "estado de arte" da CTPD Brasil-Colômbia, adota a sigla CTPD.

Para tal, após uma breve revisão teórica do termo desenvolvimento e do modo como ele vem sendo entendido no contexto, introduz-se o conceito de Desenvolvimento Participativo na perspectiva da gestão social. Na sequência, apresentam-se alguns dados sobre a cooperação Brasil-Colômbia: histórico do relacionamento, a inserção da CTPD no Plano Nacional de cada governo e os projetos da CTPD considerados exitosos. A última parte é dedicada à análise dos interesses subjacentes da cooperação entre esses dois países.

Trata-se de um estudo exploratório, de natureza teórica, realizado com base em dados obtidos em fontes oficiais, ou responsáveis pela CTPD na Colômbia e no Brasil, entre os quais destacam-se: a Agência Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional da Colômbia; a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Brasil; e os Ministérios de Relações Exteriores correspondentes. Outras fontes

pesquisadas foram as entidades demandantes dos projetos, no caso do Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e da Colômbia, a Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria (CORPOICA), o Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA), entre outras.

1. O desenvolvimento segundo sua contextualização histórica

A CPTD apresenta como objetivo o “desenvolvimento” através da cooperação entre os países. Para lançar luz sobre esse processo, Santos Filho (2005) analisa as distintas formas dadas ao desenvolvimento desde antes do período pós II Guerra Mundial até o presente. Conforme o autor sinaliza, o debate sobre o desenvolvimento assume relevância no cenário internacional a partir do momento em que passa a ser apresentado como processo capaz de levar o “progresso” aos países apontados como atrasados, ou “subdesenvolvidos”. Tal representação se consolida no período que antecede a Segunda Guerra Mundial e nos locais em que dominam, de modo hegemônico, a filosofia positivista e a ilusão de progresso como fonte de transformação social. Tal visão do mundo oportuniza uma visão da história humana como ocorrendo em estágios sucessivos (ideia de mudança social como potencialidade “natural” que sempre avança para uma vida melhor e não retrocede), nos quais a ciência e a tecnologia produzem alterações nas sociedades, idealizando os sistemas como se fossem cada vez mais complexos.

Após o conflito bipolar (com o colapso da União Soviética, ao final dos anos 1980), na mudança do ordenamento mundial em que prevalece o capitalismo, a Organização das Nações Unidas - ONU pressiona os diferentes Estados a se comprometerem com a segurança e a estabilidade internacional a fim de atenderem à ordem hegemônica. Assim, conferir ajuda e mecanismos de modernização aos países

entendidos como “subdesenvolvidos” traz como contrapartida o reconhecimento do país como engajado com a manutenção da paz e comprometido com a “estabilidade internacional” (SANTOS FILHO, 2005).

A lógica capitalista obriga os países a postergarem o desenvolvimento político e social e a serem seletivos, para bloquearem a universalização de direitos civis, bem como a implementação de políticas redistributivas. A partir da segunda metade de 1980, a prosperidade aparece como sinônimo de produtividade e competitividade capitalista, caracterizando-se, assim, a visão neoliberal como o ponto fundamental do novo modelo. Conforme o modelo neoliberal domina ao exercer a função de regulador social e ao priorizar o “Bem-Estar”, o Estado compromete a competitividade das empresas e, portanto, o desenvolvimento. Com o fim da bipolaridade e a sedimentação do mercado como instância reguladora, o desenvolvimento permanece sem conteúdo para possibilitar a igualdade, a justiça social e a regulação da liberdade (SANTOS FILHO, 2005).

Embora o processo do desenvolvimento adotado naquele período desqualifique sua concepção, Santos Filho (2005) afirma que a igualdade é o pressuposto que deveria sustentar a sua proposta para retirar os povos da pobreza. Essa proposta abrange o planejamento racional da política, o controle dos efeitos perversos do mercado e, finalmente, por ser de caráter público, transforma a prática do Estado. Para um novo significado de desenvolvimento, deve-se ter em conta o fim da ciência econômica como ordem e repensar uma nova proposta que não se oriente pela reificação sistêmica da estrutura social (prevalência da valoração do mercado sobre as relações sociais).

1.1 A CTPD inserida no campo das relações internacionais

Após ter reconhecido o *desenvolvimento* como um fenômeno histórico constantemente

imerso na contradição, da mesma forma, reconhece-se a CTPD dentro das Relações Internacionais. Após a Segunda Guerra Mundial, os países denominados desenvolvidos, segundo a perspectiva ocidental do período, realizaram ações assistenciais chamadas de *Ajuda Oficial para o Desenvolvimento* (AOD) aos países atingidos pelas guerras, caracterizando-se como um instrumento para estabelecer relações Norte-Sul. Nesta relação desigual e comparativa, surgem críticas e inconformidades dos países chamados do “sul”, o que abre caminho ao processo de formação e institucionalização da CTPD, a partir de 1978, na reunião das Nações Unidas em Buenos Aires, Argentina¹. Tal Cooperação se diferencia da Ajuda Externa, uma vez que contempla as necessidades e condições conjunturais dos países do “sul” e visa ser utilizada como estratégia de desenvolvimento nacional e internacional. Posteriormente, no século XXI, essa cooperação se instrumentaliza com o objetivo de reduzir as forças negativas da globalização (CAMPOS, 2007).

Na tentativa de esclarecer o que implica a CTPD, faz-se referência ao que Campos (2007) aponta como três visões ou perspectivas predominantes nessa área de estudo. A primeira visão é a Realista, que pressupõe o compromisso de manter o *status quo* e a importância do país em determinada região de seu interesse; a segunda é a Liberal, que envolve interesses comerciais e econômicos; e a terceira é a Idealista, que se baseia no altruísmo. Deve-se considerar que existem divergências e escassos aportes acadêmicos da CTPD nesta temática, na sua delimitação com a Ajuda Externa e em sua função na Política Externa Internacional (CAMPOS, 2007; IGLESIAS PUENTE, 2010). De tal modo, apresenta-se a seguir a delimitação da CTPD realizada por um estudioso da temática.

1.2 Possibilitando a CTPD, pela perspectiva de Ayllón (2009, 2010)

Ayllón (2009) ressalta a importância da CTPD² na medida em que esta cooperação pode

ser o sustento para a resolução de problemas entre os países em similar grau de desenvolvimento, pois compartilham percepções parecidas sobre as dificuldades e objetivam superá-las, visando um maior grau de bem-estar à população. Desse modo, na tentativa de definir a CTPD, considera-se esta como complementar à Cooperação Norte-Sul e não como inferior ou superior.

Ayllón (2009) reconhece como principal objetivo da CTPD a geração de maiores níveis de coesão internacional, resgatando o componente político ao propor a reforma da ordem internacional e do sistema econômico mundial, com vistas a reforçar relações bilaterais e coalizões entre países do sul, de forma tal que se desenvolva seu poder de negociação em conjunto. Uma ameaça que se identifica na CTPD é a possibilidade desta ser considerada desenvolvimentista por ignorar os outros interesses envolvidos e as possíveis intencionalidades políticas, comerciais, estratégicas ou de influência internacional. A despeito das oportunidades que esta oferece de intercâmbio e de transferência de conhecimentos e tecnologias, e por facilitar a compreensão do outro, não se deve supor a ausência da verticalidade nas relações de poder ou desigualdades entre os parceiros da CTPD (AYLLÓN, 2009). No caso do Brasil o autor afirma que:

No discurso oficial, a cooperação técnica prestada pelo Brasil não tem fins lucrativos, nem condições ou imposições vinculadas à compra de bens e serviços. Procura responder às demandas formuladas por países em desenvolvimento que estabelecem suas prioridades e definem as áreas em que receberão a cooperação brasileira, que, por princípio, procura o fortalecimento institucional de seus aliados como condicionamento para a transferência e a absorção de conhecimentos (...) é possível detectar no programa de cooperação brasileiro a presença de fins idealistas misturados com diversos interesses nem sempre declarados, o que

não se deve interpretar negativamente desde que os mesmos sejam explícitos e superem a retórica da solidariedade altruísta. (AYLLÓN, 2010, p. 1. Tradução livre).

Existem limitações relativas aos resultados e à avaliação da CTPD, uma vez que não está claro a “replicabilidade” e o adequado processo de encerramento dos projetos. Para sustentar essas limitações, Ayllón (2010) apresenta as reflexões de demais autores sobre um estudo que compara a CTPD com a Cooperação Norte-Sul de vários países (China, Brasil, Ghana etc), ressaltando como principais dificuldades da CTPD as lacunas de informação e a dispersão na avaliação. Entre os resultados desse estudo, evidencia-se a participação quase nula da população beneficiária nos projetos, o que se identifica como um obstáculo para a sua medição e impacto de sua avaliação, como, também, poderia não permitir o cumprimento dos objetivos pactuados entre os países.

2. A gestão social na perspectiva do “desenvolvimento participativo”

A CTPD adquire o compromisso com a sociedade ao visar ser consequente com suas demandas, considerando as múltiplas influências e contradições locais e globais da mesma forma que a gestão social. Segundo Carvalho (1999, p. 19), a gestão social refere-se à “gestão das ações públicas (...) é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos”, portanto, a CTPD aborda a perspectiva da gestão social no propósito de alcançar o chamado desenvolvimento, que é de caráter público. Dessa forma, deve procurar inserir as demandas da sociedade que, por sua vez, são inseridas como prioritárias nas agendas de cada país (CARVALHO, 1999). Nessa ótica de atendimento das demandas e necessidades do cidadão, Milando (2005) problematiza a procura do desenvolvimento quando compreendido como uma força externa, ao que denomina de *Desenvolvimento Induzido*,

e propõe como alternativa o *Desenvolvimento Participativo*.

O Desenvolvimento Induzido é a capacidade de intervir nos sujeitos a serem desenvolvidos a partir de uma instância externa, por meio da vontade do “objeto”. O autor questiona a filosofia ocidental que constitui essa distância entre objeto e sujeito. Assim, a ação implica uma instância externa que, com energia e conhecimento, produz efeitos em um objeto; o que pode ser uma das causas do por que, em algumas áreas do mundo, não se consegue produzir o visado “desenvolvimento”. O autor analisa tal fenômeno a partir de como as organizações, que são estruturas que fazem parte da economia, geram esse processo, do qual fazem parte os cooperadores, os quais deveriam ser percebidos como sujeitos do desenvolvimento e não somente como objetos.

Milando (2005) identifica como veículos do Desenvolvimento Induzido alguns atores do processo, como receptores, elites locais do poder e organizações da sociedade civil. Além desses atores, identifica os projetos que envolvem o marco da metodologia como um processo que se repete operacionalmente, focando em um grupo-alvo ou população-alvo seus supostos beneficiários da intervenção e os *stakeholders* (qualquer ator incluído nas atividades de uma organização). Em contra ponto a esse Desenvolvimento Induzido, apresenta a noção de *Desenvolvimento Participativo*, que implica incluir a população-alvo e reconhecer a importância dos conhecimentos das sociedades, já que estes são fundamentais para a eficácia e a sustentabilidade dos projetos. Ainda para o autor, em determinadas condições, as sociedades consideradas atrasadas podem escolher um tipo de desenvolvimento que favoreça suas políticas sociais e econômicas, de forma a possibilitar a igualdade de acesso aos direitos.

Para reconhecer se os projetos de desenvolvimento na sua formulação e operacionalização são instrumentos adequados, devem-se conhecer as racionalidades subjacentes, ou seja, quais conhecimentos suportam os projetos

e podem reduzir o desenvolvimento espontâneo e institucionalizá-lo. Essa institucionalização é o processo que estabelece, cognitivamente e normativamente, as atividades de determinada entidade, anulando o que a antecede, como os atores e seu conhecimento. Quando os projetos se realizam de forma linear e têm o foco em resultados, se pode sobrevalorizar a quantidade em detrimento da qualidade (MILANDO, 2005).

O autor apresenta, ainda, no que diz respeito ao *Desenvolvimento Participativo*, a concepção de *empowerment* (empoderamento) como componente relevante, pois permite às pessoas adquirirem conhecimentos para gerir e sustentar seus próprios projetos de desenvolvimento, o que possibilita o envolvimento das pessoas excluídas nos processos políticos e econômicos. A seguir, algumas das adversidades que o *empowerment* enfrenta e as possíveis ações:

Quadro I - Adversidades e possíveis ações do empowerment

ADVERSIDADES	ALTERNATIVAS ÀS ADVERSIDADES
Os projetos da cooperação são geograficamente dispersos pela insuficiente capacidade (recursos, gestão etc.) das organizações.	Incrementar a habilidade das organizações na negociação com as elites de poder, criando organizações comunitárias que promovam a democracia participativa.
O contexto institucional se restringe às relações econômicas e políticas do meio local, o que limita a participação nas atividades e a promoção da emancipação.	Sensibilizar os envolvidos fazendo referência às forças hegemônicas que têm dominado os grupos de excluídos e necessitados.
A responsabilidade de sucesso tem sido transferida aos grupos-alvo, dificultando as avaliações objetivas dos processos de desenvolvimento.	Estruturar a avaliação auxiliando o processo de aprendizagem social e o conhecimento dos espaços políticos decisórios que possam influenciar os mecanismos de concepção dos projetos e suas regras.

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Milando (2005).

3. Resultados da pesquisa de dados da CTPD: Brasil - Colômbia

Nesta seção, retoma-se, num primeiro momento, a história das relações bilaterais que

vem a influir na definição dos acordos e projetos atuais da CTPD, para, posteriormente, realizar um paralelo da CTPD Brasil-Colômbia (2006-2011).

A história da cooperação entre o Brasil e a Colômbia vem sendo afetada pelas conjunturas locais e globais, o que não contribuiu para uma diplomacia binacional ativa por um longo período. De forma breve, retomam-se alguns fatos que contribuíram para o distanciamento dos países durante a maior parte do século XX.

Nas influências globais, como as medidas adotadas após o Consenso de Washington, as adaptações dos modelos econômicos nos países geraram estratégias para alcançar o desenvolvimento, as quais, com ações dirigidas e específicas, desviaram o possível interesse no fortalecimento das relações entre alguns países da América do Sul (BID, 2011). Já no plano nacional, a Colômbia concentrou-se na resolução de seus problemas do conflito armado interno e no relacionamento com a região do Caribe e, posteriormente, com a região Andina. Enquanto isso, o Brasil tentava diversificar suas relações exteriores com os países asiáticos, africanos e árabes, bem como reaproximar-se da Argentina e estabelecer o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). A essa formação do MERCOSUL, atribuiu-se o despertar do interesse no relacionamento com a Colômbia (RAMIREZ, 2006).

Um reflexo desse distanciamento nas relações bilaterais é a ausência de reuniões presidenciais por um longo período de tempo. Após os primeiros encontros dos chefes de Estado realizados em 1981 - João Baptista de Oliveira Figueiredo, por parte do Brasil, e Julio Cesar Turbay Ayala, pela Colômbia -, somente vem a se retomar as visitas presidenciais no ano de 2003, com a viagem do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe a Brasília. Depois desse relativo afastamento no relacionamento entre os países, apresenta-se uma mudança na dinâmica diplomática desde 2003, com um total de 12 visitas do presidente da Colômbia ao Brasil e um total de sete visitas do presidente do Brasil à Colômbia (BRASIL, 2011a).

Na Colômbia, nos últimos anos e, particularmente, durante o governo do

ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010), algumas políticas econômicas e de Segurança Nacional afetaram as relações na região e, conseqüentemente, com o Brasil. Essas políticas implementadas fortaleceram as relações com os Estados Unidos como sócio comercial e na luta contra os “narcoterroristas”, principalmente as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Durante a *Política de Segurança Democrática*, estabeleceram-se bases militares americanas em território Colombiano, gerando tensões com alguns vizinhos e quanto à estabilidade da região, especialmente no relacionamento com a Venezuela e com o Equador. As tensões intensificaram-se com a incursão do exército colombiano contra a Guerrilha no território Equatoriano, em 2008, violando a soberania deste país, e com a acusação feita pelo governo Colombiano de envolvimento do governo Venezuelano com as FARC (CEPIK, 2010).

O governo colombiano tem defendido a não intervenção externa em seus problemas internos, entretanto, o Brasil tem conseguido manter uma relação estreita, ainda que precavida, pela posição “neutra” de facilitador ou mediador nos conflitos com os governos dos países em crise, evitando a emissão de juízo e oferecendo sua colaboração na liberação de sequestrados na Colômbia (RAMÍREZ, 2006). Essas crises na região, geradas pela Colômbia, foram relativamente atenuadas no ano de 2009, por meio do compromisso assumido pelos Estados Unidos e a Colômbia de não comprometerem a soberania dos países vizinhos (CEPIK, 2010). Mais recentemente, o governo atual de Juan Manuel Santos (2010-2014) restabeleceu as relações diplomáticas e comerciais com a Venezuela e com o Equador, o que é reconhecido como um “ato político inteligente na região” (BID, 2011).

Segundo Ramirez (2006), esse despertar no relacionamento supõe a superação das discrepâncias políticas dos governos, dos temores e das distâncias comerciais no mútuo interesse e reconhecimento. Como afirma Ramirez (2006, p. 5 tradução livre): “começaram a ver no outro

um potencial parceiro, central para a realização de suas próprias estratégias: o colombiano, para a aplicação de suas políticas de seguridade, e o brasileiro com relação a suas pretensões comerciais e geopolíticas”.

3.1 CTPD no Brasil

Na política brasileira determina-se que um dos eixos mais relevantes é o fortalecimento das relações com a América do Sul, visando promover seu desenvolvimento e a integração regional nas diferentes dimensões. Deste modo, um dos objetivos prioritários do governo é fortalecer sua inserção internacional e a integração sul-americana, explícitos tanto na Política Externa como no Plano Plurianual do Brasil 2008-2011 (BRASIL, 2011b).

Esta ênfase na América Latina abre a possibilidade de mudar a história da CTPD³ binacional de modo a fortalecê-la. Porquanto, esta é considerada um instrumento da Política Externa, dado seu potencial de impacto no desenvolvimento de nações que compartilham com o Brasil similares problemas econômicos e sociais. Essa política “tem sido movida por princípios alinhados às visões de relações equânimes e de justiça social, constituindo-se em importante instrumento de política externa” (BRASIL, 2010a, p. 16).

A CTPD apresenta-se como uma alternativa para “promover mudanças estruturais nos processos de desenvolvimento social e econômico nas nações parceiras do país” (BRASIL, 2010a, p. 10). Algumas das premissas que se destacam nessa cooperação são: a) prega o compartilhamento de experiências e conhecimentos bem-sucedidos no Brasil com países em similar estado de desenvolvimento; b) compromete-se com a adesão internacional no apoio a outros países para alcançar os Objetivos do Milênio; c) ênfase na América Latina, África e Ásia; d) contempla a participação de diferentes instituições nacionais do setor público e da sociedade civil do Brasil; e) pretende atingir as prioridades identificadas pelo

país parceiro; f) declara-se sem condicionamentos econômicos, comerciais ou políticos que possam estar acima do discurso da solidariedade e da corresponsabilidade; g) diferencia a CTPD do Brasil em relação à Assistência/Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD)⁴, já que o Brasil considera, em sua totalidade, os recursos oferecidos ao fundo perdido⁵, bem como a dimensão multilateral, ao envolver organizações internacionais do sul para contabilizar recursos de financiamento; enquanto a AOD considera necessários pelo menos 25% de doação do total emprestado exclusivamente das organizações internacionais do Norte; h) reconhece-se como país membro do Sul; e i) destaca as modalidades de cooperação científica (tecnológica e técnica), educacional e de assistência humanitária (BRASIL, 2010a).

Como antecedente e complemento a essas premissas, considera-se o estudo de 1995 a 2005 realizado por Iglesias Puente (2010) sobre a CTPD do Brasil. Neste, identifica-se que a CTPD realizou mais de 540 ações (279 atividades e 262 projetos) em diferentes países na América Latina e Caribe, na África, na Ásia e no Oriente Médio. Dessas ações, a maior concentração de projetos foi na América do Sul, com uma porcentagem de 33,6% (94 projetos e 87 atividades), entretanto os recursos financeiros foram maiores para a África (52,0% - US\$ 6.629.635.00 de US\$12.743.149.00). A concentração de recursos na África é atribuída à necessidade de investir mais nos custos operacionais (transporte, tipos de projetos, equipamentos), como acontece no caso do Timor-Leste, que consome 23% dos recursos (IGLESIAS PUENTE, 2010). Portanto, poder-se-ia afirmar que a realização de um número maior de projetos não significa diretamente maior investimento e interesse. Não obstante, reconhece-se que esses dados e o discurso de seus governantes ratificam a importância do Brasil dada à tentativa de manter as ações da CTPD na América Latina.

3.2 CTPD na Colômbia

Na Colômbia, a estratégia para a Cooperação Internacional (2006-2011) junta-se ao Plano Nacional para o Desenvolvimento (2006-2010), definindo a CTPD como um instrumento que contribui para o desenvolvimento da Política Externa. Neste plano, se afirma o propósito em avançar e fortalecer a cooperação técnica, temática e horizontal, ampliando as possibilidades de relações políticas em âmbito bilateral e multilateral (COLÔMBIA, 2009).

Entretanto, na Agenda de Cooperação Internacional⁶ (2007-2010), a orientação temática da Estratégia da Cooperação Internacional prioriza três áreas: os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), a luta contra o problema mundial das drogas, e a proteção do meio ambiente, Reconciliação e Governabilidade⁷. Dentre suas principais estratégias, destacam-se o desenvolvimento de novas fontes e modalidades de Cooperação Internacional e o fortalecimento da oferta da CTPD (COLÔMBIA, 2007). Nesta agenda, surge a necessidade de aprimorar e financiar o desenvolvimento da Colômbia, ao contemplar a CTPD como necessária neste avanço, o que confirma sua relevância e perspectiva no estabelecimento das premissas:

A Cooperação Sul-Sul representa um mecanismo que favorece a Política Externa da Colômbia, visto que permite o fortalecimento das relações internacionais do país, ao tempo que propicia o desenvolvimento econômico e social das nações que se beneficiam de seus projetos. Ao mesmo tempo, pode-se tornar elemento útil para promover o comércio e a inversão entre os países em desenvolvimento, mediante projetos de assistência técnica e a promoção da competitividade, entre outros (...) tem o potencial de fortalecer a capacidade institucional do Estado, apoiar a modernização tecnológica e o desenvolvimento empresarial e produtivo, promover o aproveitamento e a preservação dos recursos naturais, qualificar os recursos humanos e gerar

conhecimento, entre alguns atributos. (COLÔMBIA, 2009, p. 6. Tradução Livre).

De acordo com essas premissas oficiais, algumas das características destacadas nessa cooperação são: a) orientada ao estabelecimento de parceiros que compartilhem e complementem suas vantagens, recursos, conhecimentos, boas práticas e o aprendizado; b) a negociação da cooperação baseia-se no marco dos convênios bilaterais e se efetua nas Comissões Mistas de Cooperação Técnica e Científica; c) os outros tipos de acordos e ações de caráter binacional ou multilateral são considerados complementares (Ex. Comissões Culturais e de vizinhança); d) foca-se, principalmente, na América Latina e em alguns países do Caribe, mas está interessada no fortalecimento da cooperação regional e com os países do Caribe, Ásia e África; e) há o compartilhamento dos custos da Cooperação entre as entidades oficiais dos dois países; e f) comparte e baseia-se na Declaração de Paris de 2005⁸, para a coordenação e as premissas da cooperação (COLÔMBIA, 2009).

3.3 Acordos e projetos destacados da CTPD entre Brasil e Colômbia

Os acordos que embasam o estabelecimento dos diferentes acordos binacionais atuais são: 1) Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Colômbia, assinado em 1972; e 2) Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, subscrito em 1981. O primeiro sustenta a Cooperação Técnica e o programa de bolsas em cursos técnicos, no qual é destacada a CTPD como instrumento de Política Externa e mecanismo auxiliar da promoção do desenvolvimento socioeconômico entre os países parceiros. Isto é coerente com as premissas previamente estabelecidas (BRASIL, s.d.).

Os acordos da CTPD realizados, entre os anos 2006 e 2011, dividem-se em três documentos, em diferentes períodos (2006-2009, 2009-2011 e 2011). Os dois primeiros documentos são acordos, e o terceiro é uma série

de atos e ajustes complementares realizados em uma visita presidencial (BRASIL, s.d.), os quais, posteriormente, serão submetidos a análise e discussão.

O primeiro acordo compreende os projetos da CTPD planejados entre 2006 e 2009 e seu respectivo informe de resultados, que reporta a um total de 25 projetos contemplados. Desse total, ressaltam-se 12 projetos, devido à sua continuidade, nas áreas de meio ambiente, saúde, agricultura, energia, proteção à propriedade industrial e formação profissional. Desses 12 projetos, dá-se importância a seis, por sua continuidade e/ou por já estarem finalizados neste período de tempo⁹. Outro aspecto a ressaltar nesse documento, é a importância dada à cooperação para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, de tal modo que se cria, no ano 2009, uma Comissão Bilateral¹⁰ que busca “consolidar uma relação especial” embasada na fronteira compartilhada (BRASIL, s.d.).

O segundo acordo é estabelecido na mesma reunião de avaliação da Cooperação Técnica 2006-2009, concretizando o programa para a cooperação 2009-2011. No acordo, propõem-se projetos nas áreas de Meio Ambiente, Turismo, Agricultura e Criação de Gado, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Energia, Propriedade Intelectual e Formação Profissional (BRASIL; COLÔMBIA, 2009). O terceiro documento adota os Atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos (2010-2014). Nesta reunião, realizam-se ajustes aos acordos que fortalecem diferentes projetos, principalmente nas áreas de Meio Ambiente, Agricultura, Energia e Fronteira¹¹ (BRASIL, 2010c).

Com o propósito de posteriormente analisar os processos dos projetos da CTPD¹² empreendidos desde o ano 2006 até o primeiro semestre do ano 2011, são apresentados os projetos que, segundo as fontes oficiais, são destacados por sua continuidade ou por terem sido finalizados ou, ainda, por ter se concretizado o intercâmbio (BRASIL; COLÔMBIA, 2009).

Na área da saúde, no planejamento 2006

- 2009 da CTPD, destaca-se o projeto *Banco de Leite Humano*, que tem como referência internacional o Programa Ibero-americano de Banco de Leite Humano. Este projeto contribui de forma estratégica para o alcance dos ODM, ao visar reduzir a mortalidade infantil. Desde 2007, tal projeto tem promovido apoio técnico e capacitação pessoal. Atualmente, a Colômbia implementa o projeto em três hospitais públicos de cidades capitais: Bogotá, Medellín e Ibagué. Essa CTPD também contribuiu para a geração do “Primeiro Encontro Colombiano de Bancos de Leite Humano” e de dois seminários realizados na cidade de Ibagué (PROGRAMA IBEROAMERICANO DE BANCO DE LEITE HUMANO-IBERBLH, 2011). Outros convênios nessa área voltam a atenção para a Zona de Fronteira e visam aumentar a cooperação.

Já na área agrária, apresentam-se os registros de atuação da CTPD no programa de 2006-2008, a saber: o intercâmbio de conhecimentos sobre sistemas de produção de caprinos e ovinos (com foco em carne, leite e derivados); e o projeto de transferência de conhecimento sobre a palma de óleo (*Dendê*) como fonte para a produção de biocombustível, na região da Amazônia Ocidental. Neste programa, reconhece-se, por um lado, a Colômbia como o quinto maior produtor mundial de óleo de palma e, por outro, o Brasil por ser o único no campo de investigação do melhoramento genético e produção de sementes dessa árvore (BRASIL, 2011c; PORTAL DO NEGOCIO, 2010).

Em 2011, o intercâmbio na área agrícola tem permitido a cooperação em diversas áreas que envolvem materiais vegetais, *marketing* de tecnologias para melhorar a competitividade, desenvolvimento de projetos em solos, bioinsumos, biotecnologia e, sistemas silvo-pastoris. Além desses projetos, busca-se o fortalecimento de entidades públicas da área, como a Corpoica, na Colômbia, e a Embrapa, no Brasil. (COLÔMBIA, 2011).

Além das áreas enfatizadas, os documentos oficiais destacam o projeto Tratamento Adequado

do Lixo, pelas ações já realizadas, assim como a primeira missão realizada em 2006, em que peritos da Colômbia visitaram as cidades de Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba. Já no ano 2008, peritos brasileiros da prefeitura de Curitiba e de Belo Horizonte viajaram à Colômbia para assessorar a formulação do Programa Distrital de Reciclagem, na cidade de Bogotá. No ano 2010, aplicou-se o Programa Câmbio Verde da Cidade de Curitiba, que cuida do manejo e gestão dos resíduos para a cidade de Bogotá (UESP, 2010; IMPACTALLIANCE, 2011).

Na CTPD, destaca-se, também, a Cooperação Educacional como um dos principais temas da agenda bilateral (com o programa de Bolsas de Estudo para Estrangeiros e o ensino do Português e do Espanhol na zona de fronteira entre os dois países). A importância desta cooperação pode ser verificada no balanço de política externa 2003-2010:

O grande diferencial da cooperação educacional em relação às outras modalidades de cooperação prestadas pelo País diz respeito à formação de recursos humanos receptivos ao Brasil, formando potenciais interlocutores do Governo e de empresas brasileiras em diversos países, fomentando o engrandecimento da projeção brasileira no exterior. O recebimento da cooperação educacional pelo Brasil estimula o desenvolvimento socioeconômico do País. (BRASIL, 2010b, p. 859).

Identifica-se a Colômbia como o país que mais recebe bolsas de estudo dos programas de graduação e de pós-graduação, especialmente para doutorado. Durante 2010, cerca de 200 estudantes colombianos realizaram estudos no Brasil (BRASIL, 2010b).

Por outro lado, verifica-se o avanço em matéria de Fronteira. De tal modo, com mútuo interesse, se realiza o Centro de Capacitação Binacional, formado pelo SENAI do Brasil e o SENA da Colômbia. O centro de capacitação tem como finalidade desenvolver a unidade de formação

profissional e beneficia a população residente na cidade de Tabatinga, no Brasil, e na cidade de Letícia, na Colômbia (SENA, 2010). O reforço dessa cooperação na fronteira é maior com os Acordos de Vizinhança¹³ que permitem a homologação de títulos, a mobilidade e o fortalecimento de cursos de doutorado.

4. Discussão de resultados da CTPD Brasil – Colômbia

A CTPD Brasil-Colômbia vem tentando fortalecer um maior número de ações, como ficou evidenciado nas premissas estabelecidas nas múltiplas reuniões para realizar acordos e dar prosseguimento aos projetos. No entanto, quando analisados, verifica-se que os acordos e os projetos em sua totalidade indicam o Brasil como prestador desta Cooperação e a Colômbia como país receptor. Isso se explicaria, segundo Iglesias Puente (2010), pelo maior grau de desenvolvimento, inovação e experiência do Brasil nas temáticas abordadas, tendo em vista que o Brasil possui maior capacidade de oferecer tecnologias, conhecimentos e experiências em comparação à Colômbia. Esta constatação é determinante para a análise dos dados, uma vez que não existe a transferência recíproca na CTPD entre os dois países. Assim, a presente discussão limita-se, contingencialmente, a discutir os projetos unidirecionais realizados na Colômbia.

Entretanto, existem projetos de cooperação que não são considerados parte da CPTD, nos quais existe a transferência de conhecimentos da Colômbia ao Brasil, como acontece nas comissões de Vizinhança e nas Comissões Mistas em Matéria de Drogas. Esta última abrange, entre outros projetos, o intercâmbio de inteligência, informação e capacitação. Neste, a Colômbia oferece capacitações para a Polícia do Brasil na prevenção e na intervenção do uso de drogas e álcool.

Tanto nesse intercâmbio como na CTPD Brasil-Colômbia, seguindo a indicação de Milando (2005), devem-se reconhecer e dar visibilidade

aos interesses e intencionalidades políticas, econômicas e estratégicas, além da luta contra a pobreza. Visando explicitar esses interesses, propõe-se analisar, nos dados encontrados, a existência dos três paradigmas apontados por Campos (2007), já referenciados anteriormente. Em primeiro lugar, identifica-se no discurso dos dois países a visão Idealista como o principal motivo para desenvolver a CTPD, ao envolver a reciprocidade, a justiça social, as relações equânimes e a solidariedade nas premissas e procedimentos dos países. Em segundo lugar, apresenta-se maior interesse e prioridade às relações de vizinhança e de fronteira, nos diferentes tipos de cooperação e acordos, o que se identifica com a visão Realista.

Já na visão Liberal, num primeiro momento, identifica-se que, nas premissas da CTPD estabelecidas no Brasil, não se evidenciam os possíveis interesses econômicos e comerciais envolvidos. Por outro lado, na Colômbia, observa-se o desenvolvimento econômico e social como elemento útil para promover o comércio e o investimento entre os países e a promoção da competitividade. Alguns dados que refletem o interesse e o fortalecimento do intercâmbio comercial encontram-se no 1º Fórum de Investimentos Brasil-Colômbia (realizado em 04 de agosto de 2011¹⁴). Neste encontro, constatou-se que os investimentos do Brasil realizados na Colômbia, entre 1994 e 2005, foram de 93 milhões de dólares e, entre 2005 e 2010, aumentaram para 775 milhões de dólares; embora esse crescimento do comércio bilateral seja considerado baixo pelo potencial desses países. Este incremento vem ocorrendo de forma muito assimétrica, explicado principalmente pelo maior volume de exportações do Brasil a Colômbia. Assim, o *déficit* comercial bilateral chegou a 1,1 bilhão de dólares no ano 2010 (BID, 2011).

Entre as principais empresas Brasileiras que participam desse investimento na Colômbia estão a Petrobras, Gerdau, Natura e Marco Polo (BID, 2011). Além da apresentação destes dados, nesse encontro de negócios, reconhece-se, por um lado, o crescimento de atividades diplomáticas e,

por outro, que as iniciativas de cooperação vão além do plano comercial, necessitando-se da cooperação técnica, da política de intercâmbio de conhecimentos e de experiências de políticas em áreas chave do desenvolvimento (BID, 2011). De acordo com este interesse, Lohbauer (2010) afirma que a CTPD pode ser estratégica na criação de confiança para o investimento binacional, implicando boas relações governamentais, pois é necessário que os países mostrem segurança, proteção e estabilidade institucional. Assim mesmo, na visão Liberal, apresenta-se o interesse do Brasil na disseminação da tecnologia nacional, como acontece na produção de biocombustíveis (ex. produção da palma de dendê), de modo que o Brasil tem sido reconhecido como um dos países que vem exitosamente desenvolvendo tecnologias nessa área e tem mostrado interesse na difusão e apropriação da mesma em outros países.

Além da identificação dos três paradigmas, e visando uma cooperação para o desenvolvimento na perspectiva da gestão social, se problematizam os dados encontrados na perspectiva de Milano (2005), sinalizando a existência do Desenvolvimento Induzido e apontando a possibilidade do Desenvolvimento Participativo e o *Empowerment*. O Brasil e a Colômbia se destacam pela intenção de incluir as diferentes instituições locais e internacionais no estabelecimento do processo de demanda, execução e avaliação das ações empreendidas na CTPD Brasil-Colômbia, as quais devem responder a múltiplos atores: às entidades e acordos transnacionais (por exemplo, os ODM), à descentralização das entidades públicas, à sociedade civil - que é quem recebe e demanda a CTPD -, e ao interesse e capacidades do Brasil. No entanto, nesta multiplicidade de atores a considerar na realização da CTPD, não se identifica o envolvimento e participação da sociedade civil. Num primeiro momento, identifica-se que as ações empreendidas pela CTPD partem de instâncias externas, desde sua concepção até sua avaliação, quais sejam, as entidades compreendidas pelas elites (o Estado, por exemplo). Segundo as informações oficiais,

os projetos considerados exitosos são realizados somente pelas entidades públicas pertencentes ao Estado, o que poderia conduzir a outro estudo que objetive conhecer o processo de aprovação das entidades demandantes; portanto, não será abordado no presente texto.

Outro dado que sinaliza a predominância da instância externa, embora se contemple nas demandas das entidades das localidades, está relacionado aos resultados dos projetos considerados exitosos, pois estes se limitam ao reporte das “trocas de experiências”. Assim, a maioria dos resultados oficiais referencia e menciona: o número de pessoas capacitadas, os lugares dos intercâmbios, a continuidade para outra ação de cooperação na mesma área etc. Os resultados divulgados, por sua vez, não informam o processo de envolvimento dos beneficiados diretos da CTPD ou como os afetam em suas múltiplas dimensões (social, econômica, política etc.), o que poderia anular qualquer efetividade desta cooperação. Um reflexo do *Desenvolvimento Induzido* é não considerar o contexto assimétrico existente nas diferentes regiões/municípios/localidades na Colômbia no estabelecimento dos acordos e projetos. Nesse país, há localidades com o Índice de Desenvolvimento Humano similar aos países considerados de Primeiro Mundo (ex. Bogotá), ao tempo que existem localidades consideradas com o menor índice (ex. Chocó). Portanto, aumenta a complexidade da CTPD ao se propor transferir tecnologia, compartilhar experiências e conhecimentos em contextos não conhecidos (COLÔMBIA, 2010).

Outro aspecto nesta CTPD binacional que compromete a gestão social das ações é a ausência de evidências da continuidade dos objetivos idealizados (visão Idealista) ao término dos projetos, pois não estão ligados a políticas e a ações complementares que permitam sua continuidade e sustento ao longo prazo. Por exemplo, no projeto Banco de Leite Humano, não é possível verificar a continuidade da intervenção no risco de morte das crianças, de modo a garantir sua sobrevivência ao término da idade de lactante. Outro exemplo é o

programa de tecnologias agrárias e energéticas, pois os dados oficiais não evidenciam de que forma essas ações asseguram ou possibilitam a sustentabilidade das comunidades “receptoras” no plano econômico e social. Esta discussão dos dados reafirma a necessidade de garantir a participação e o Empowerment dos beneficiários finais (ex. comunidades vulneráveis, camponeses e indígenas) na gestão da CTPD desde sua concepção até a avaliação e monitoramento.

Considerações finais

Um limite do artigo, já constatado por diferentes autores (CAMPOS 2007; AYLLÓN, 2010; IGLESIAS PUENTE, 2010), se refere à escassez de informação sobre os projetos oficiais, o que restringe a pesquisa acadêmica e a possibilidade de mudanças profundas na estrutura da CTPD. Consequentemente, como contempla Santos Filho (2005), é necessário transformar em públicas as práticas do desenvolvimento, neste caso, a necessidade de tornar a informação da CTPD acessível ao público. Para tal fim, e visando ao fortalecimento desta cooperação, encontra-se como dificuldade a dependência da política de cooperação binacional das prioridades dos governantes no poder. A alternância dos políticos no poder restringe a possibilidade de definição de objetivos de longo prazo e a efetividade desta cooperação.

Quando é analisado o crescimento econômico em ascensão nos dois países e o fortalecimento das relações comerciais entre eles, vê-se a necessidade de fortalecer a CTPD com vistas a obter resultados que promovam práticas eficientes para a questão da distribuição do crescimento econômico. Nesse campo, os novos objetivos da CTPD poderiam envolver projetos que acompanhem o fortalecimento das políticas públicas e a diminuição da desigualdade em suas diversas dimensões. Dessa forma, os projetos e os programas deveriam estar atrelados às políticas governamentais, na tentativa de assegurar a continuidade e a maior efetividade das ações.

Esta necessidade se confirma ao se reconhecer a grande desigualdade social presente nos dois países supra-referidos. O índice de Gini¹⁵, por exemplo, aponta o Brasil em terceiro lugar e a Colômbia, em quarto, entre os países que têm maiores índices de desigualdade.

Por outro lado, pode-se perguntar: por quais razões o Brasil, em suas relações com a Colômbia, se afastou de alguns acordos internacionais, como os AOD, e não foi partícipe do Plano de Paris? E quais as implicações de tal posicionamento para a participação do Brasil nos acordos de CTPD?

Afinal, alguns questionamentos surgem do 1º Fórum de Investimentos Brasil-Colômbia. Um dos obstáculos a serem enfrentados, segundo os resultados do fórum, diz respeito ao desenvolvimento do comércio entre os dois países, na medida em que é precária a infraestrutura de transporte, devido à geografia da selva amazônica e à baixa densidade populacional e à débil economia de fronteira. Como conciliar os diferentes interesses envolvidos, bem como definir para quem devem ser dirigidas as políticas de desenvolvimento?

Finalmente, após a constatação das dificuldades históricas dos países para ampliarem as relações bilaterais, bem como para superar as adversidades atuais na CTPD, poder-se-ia afirmar que este processo está em seu início. Portanto, no caso de objetivar o fortalecimento dos processos desta cooperação, é importante o contínuo reconhecimento dos interesses subjacentes à CTPD (AYLLÓN, 2010; MILANDO 2005), conservando como objetivo principal o desenvolvimento da estrutura social, e evitando que a CTPD se oriente pela reificação sistêmica. Para tal fim, considera-se relevante retomar e viabilizar os conceitos desenvolvidos por Milando (2005), os quais objetivam o *desenvolvimento participativo*, abrangendo o *empowerment* e a busca de adoção pela CTPD dos princípios da Gestão Social.

Referências

AYLLÓN, BRUNO P. **Cooperación Sur-Sur: innovación y transformación en la cooperación internacional**. Madri: Fundación Carolina, 2009. Disponível em: <http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/nombresproprios/Documents/NPBAyll%C3%B3n0912.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **La cooperación de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente**. Madri: Real Instituto Elcano, 2010. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/>. Acesso em: 01 ago. 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Sector de Integración y Comercio-vicepresidencia de sectores y conocimiento. **Tumbando la pared: comercio e integración entre Brasil y Colombia**. 2011. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36318076>. Acesso em: 03 ago. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores Secretaria de Planejamento Diplomático. Visitas internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo 2003 a 2010. Brasília 2011a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/colombia/pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório de avaliação do plano plurianual 2008-2011**. 2011b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/relatorio-de-avaliacao-do-plano-plurianual-2008-2011/view>. Acesso em: 07 jul. 2011.

_____. **Embrapa recebe pesquisadores da Colômbia em cooperação sobre biocombustível de dendê**. 2011c. <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2011/agosto/1a-semana/embrapa-recebe-pesquisadores-da-colombia>

[em-cooperacao-sobre-biocombustivel-de-dende](#). Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil(MRE). **Setor Cooperação Técnica**. [s.d] [entre 20110 e 2011]. Disponível em: http://bogota.itamaraty.gov.br/pt-br/setor_cooperacao_tecnica.xml. Acesso: 02 ago. 2011.

_____. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009**. Brasília: Ipea: ABC. 2010a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperao_Brasileira.pdf. Acesso em: 13 ago. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). **Balanco de Política Externa 2003-2010**. 2010b idem Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>. Acesso em: 01 ago. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). Atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos-Brasília, 1º de setembro de 2010. 2010c. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-da-colombia-juan-manuel-santos-2013-brasilia-1o-de-setembro-de-2010>. Acesso em: 23 jul.2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). **Ata da XII Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração**. 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/departamento-da-america-do-sul-ii-das-ii/colombia/comissao-de-vizinhanca-e-integracao/ata-da-xii-reuniao-da-comissao-de-vizinhanca-e-integracao>. Acesso em: 23 jul. 2011.

_____; COLÔMBIA. **Acta Final VI Reunión Del Grupo de Trabajo de Cooperación Técnica y Científica entre la República Federativa de Brasil**

y la República de Colombia. Bogotá, Colômbia. 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/departamento-da-america-do-sul-ii-das-ii/colombia/comissao-bilateral/ata-da-i-reuniaoda-comissao-bilateral-brasil-colombia>. Acesso em: 14 ago. 2011.

CAMPOS Rodrigo P. A cooperação técnica entre países em desenvolvimento: limites e perspectivas da política externa nacional. In: SILVA, Kelly C.; SIMIÃO, Daniel S. (Org.). **Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e dialética da formação do estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 321-361.

CARVALHO, Maria C. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth; RAICHELIS (Org). **Gestão Social uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 9-29.

CEPIK, Marco. Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe. In: **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Cadernos Adenauer, v. 11, n. 4, p. 43-53, nov. 2010.

COLOMBIA. Ministério de Relaciones Exteriores y Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional. **Lineamentos para la Cooperación sur-sur em Colombia**. 2009. Disponível em: http://eficacia.info/doc_detalle.php?id=515. Acesso em: 30 jun. 2011.

_____. Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional. **Estrategia de Cooperación Internacional de Colombia 2007-2010**. 2007. Disponível em: http://www.minambiente.gov.co/documentos/4991_080310_estrategia_coop_intern_2007_2010.pdf. Acesso em: 02 ago. 2011.

_____. Ministério de Agricultura. Corpoica y Embrapa de Brasil inscribem memorando de entendimiento. **Boletín de Prensa**, n. 084, 2011. Disponível em: <http://>

www.minagricultura.gov.co/archivos/_bol_084_2011corpoica_y_embrapa_de_brasil_suscriben_%E2%80%9Cmemorando_de_entendimiento%E2%80%9D_para_fortalecer_cooperacion_en_investigacion_y_tecnologia_agropecuaria.pdf. Acesso em: 18 ago. 2011.

_____. Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional. Universidad Externado de Colombia. Centro de Investigaciones y Proyectos Especiales. **La Cooperación Internacional hacia los Países de renta media: una aproximación al caso de América Latina y Colombia**. 2010. Disponível em: http://www.accionsocial.gov.co/documentos/LA_COOPERACION_INTERNACIONAL_HACIA_LOS_PAISES_DE_RENTA_MEDIA_UNA_APROXIMACION_AL_CASO_DE_AMERICA_LATINA_Y_COLOMBIA.pdf. Acesso em: 29 jul. 2011

IGLESIAS PUENTE, Carlos A. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento - CTPD - no período 1995/2005**. Brasília: FUNAG, 2010.

IMPACTALLIANCE. **Brasil-Colômbia: capacidades distritales de reciclaje**, 2011. Disponível em: http://www.impactalliance.org/ev_en.php?ID=49372_201&ID2=DO_TOPIC. Acesso em: 20 jul. 2011.

LOHBAUER, Cristhian. Atuação de empresas brasileiras nos países vizinhos: construindo infraestrutura ou consolidando a dependência. In: **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. Cadernos Adenauer, v.11, n. 4, p. 116-124, nov. 2010.

MILANDO, João. **Cooperação sem desenvolvimento**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PORTAL DO NEGÓCIO. **Veterinários colombianos têm capacitação sobre sistemas de produção**

para caprinos e ovinos. 2010. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=41593>. Acesso em: 17 jul. 2011.

PROGRAMA IBEROAMERICANO DE BANCO DE LEITE HUMANO (IBERBLH). Cooperación técnica entre Fiocruz y Secretaría de Salud del Gobierno de Cundinamarca, Colombia. 2011. Disponível em: <http://www.iberblh.org>. Acesso em: 20 jul. 2011.

RAMÍREZ, Socorro. Colombia–Brasil: distante vecindad se fortalece en la seguridad y el comercio. **Análisis Político**, Bogotá, n. 58, p. 3-34, set./dez. 2006.

SANTOS-FILHO, Onofre. O Fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social In: LAS CASAS CAMPOS, Taiane (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações Internacionais**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005. p. 13-75.

SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAJE (SENA). **SENA Colombia y SENAI Brasil Unidos por el Amazonas.** 2010. Disponível em: <http://senamazonas.blogspot.com/2010/07/sena-colombia-y-senai-brasil-unidos-por.html>. Acesso em: 14 jul. 2011.

UNIDAD ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE SERVICIOS PÚBLICOS (UESP). **Programa para la gestión de los residuos sólidos orgánicos para la ciudad de Bogotá D.C.** 2010. Disponível em: http://www.uesp.gov.co/uaesp_jo/images/documentos/programaorganicos.pdf. Acesso em: 23 ago. 2011.

NOTAS

1 Iglesias Puente (2010) resgata do Plano de Ação realizado em Buenos Aires as principais diretrizes e objetivos e propõe que a divisão oficial dos instrumentos (Cooperação Financeira, Cooperação Técnica, Assistência Humanitária e Ajuda Alimentar) se agrupe em três instâncias: Cooperação Científica e Tecnológica, Cultural e Educacional.

2 O autor Ayllón (2009) usa o termo Cooperação Sul-Sul (CSS). Para maior entendimento do texto, utiliza-se o termo Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

3 Define a CTPD como “a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em organizações nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas” (BRASIL, 2010a, p.17).

4 A AOD é definida pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

5 Fundo perdido: sem a exigência ou expectativa de reembolso.

6 Na Estratégia da Cooperación Internacional de Colombia 2007-2010, se define a Cooperação Internacional como: “la ayuda que se entrega para apoyar el desarrollo económico y social de países en desarrollo, mediante la transferencia de tecnologías, conocimientos, habilidades o experiencias por parte de países u organizaciones multilaterales. Se le conoce también como Ayuda Oficial al Desarrollo (AOD) y es un concepto global que comprende diferentes tipos concesionales de ayuda. Envolve diferentes modalidades como a Cooperação Técnica, Cooperação Financeira Cooperação Financeira não Reembolsável e a Reembolsável (COLÔMBIA, 2007).

7 A área Reconciliação e Governabilidade se refere à reintegração econômica e social, fortalecimento do Estado Social e de Direito, assistência humanitária e atenção às vítimas de violência.

8 Declaração de Paris sobre a Eficácia da AOD. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf>.

9 Efetuados seis projetos (Capacitação de técnicos colombianos no cultivo de borracha natural no Brasil, Planos de energização rural vinculados ao desenvolvimento local, cooperação técnica HIV, Estudo de Zoneamento “zonificación” ecológica econômica Colômbia-Brasil, Cooperação técnica para a formulação do programa distrital de reciclagem para a área urbana do “Valle de Aburra”). Ainda estavam em execução seis projetos (Capacitação técnica em sistema de produção de ovinos e caprinos, intercâmbio de informação,

investigação sobre o origem e as causas dos incêndios florestais, intercâmbio de experiências sobre gestão ambiental urbana, intercâmbio de conhecimentos sobre a implementação de tecnologias limpas da produção de gado na Colômbia, Fortalecimento institucional das oficinas internacionais dos Ministérios de Saúde e da Proteção Social da Colômbia, Banco de Leite Humano). Dois novos projetos: destinação adequada do lixo coletado junto à população em situação de vulnerabilidade em Bogotá e intercâmbio de conhecimentos no processamento da madeira. Além do compromisso de firmar o projeto de Cooperação para o fortalecimento dos processos de propriedade intelectual na Colômbia e no Brasil.

10 Além desta comissão binacional, há um histórico de relações bilaterais e multilaterais em torno do interesse da Amazônia na América Latina.

11 Intercâmbio Técnico para o Fortalecimento dos Processos de Beneficiamento e Transformação de Borracha Natural na Colômbia, Capacitação Técnica em Trabalhos de Biologia e Epidemiologia para o Controle de Monília e de Vassoura de Bruxa em Sistemas Agroflorestais com Cacau, Centro de Formação Profissional Colombo-Brasileiro, Capacitação Técnica em Cultivo de Seringueiras em Zonas de Escape e de Não-Escape, Cooperação na Área de Bioenergia (incluindo Biocombustíveis), Emissão de Documento de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas, Participação da Colômbia no Programa Kc-390.

12 Lineamentos estabelecidos entre Brasil e Colômbia para trabalhar os acordos da cooperação 2009-2011: garantir que os projetos respondam aos interesses de cada país, no marco de suas políticas e prioridades nacionais de desenvolvimento; concentrar a cooperação em aqueles setores que as partes considerem prioritários e avançar na promoção dos enfoques programáticos; definir os projetos a partir das demandas e privilegiá-los sobre as atividades pontuais, de maneira que efetivamente contribuam ao desenvolvimento das capacidades; aplicar o princípio de custos compartilhados (compartidos) para o financiamento dos projetos. Se aceito, identificar outras fontes de financiamento que contribuam para alcançar os objetivos de dita cooperação; assegurar o estabelecimento de sistemas de monitoramento e avaliação de projetos, que permita medir seus resultados e avançar na quantificação de seus impactos a partir do estabelecimento de indicadores; conseguir uma maior difusão dos projetos de cooperação executados, para facilitar seu conhecimento, réplica

e intercâmbio em outros países (BRASIL; COLÔMBIA, 2009).

13 Para ampliar informação dos Acordos de Vizinhança, ver Brasil, 2009.

14 Assistir o foro em espanhol: http://www.livestream.com/forocolombiabrasil/video?clipId=pla_5056090e-a814-4082-b539-fbbf5cc833cd.

15 Este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar *per capita*.



**FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DO
FÓRUM DA ECONOMIA DO NEGRO: UMA
EXPERIÊNCIA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS
COM RECORTE RACIAL EM FORTALEZA,
CEARÁ**

**Solidary Rotating Fund of the Negro Economics
Forum: An Experience with Clipping Racial Solidarity
Finance in Fortaleza, Ceará**

**Fondo Rotativo Solidario del Foro de la Economía del
Negro: Una Experiencia de Finanzas Solidarias con
Recorte Racial en Fortaleza, Ceará**

Clarício dos Santos Filho (PAPPS/BNB)*

Rosana Marques (COPPIR)**

Victoria Régia Arrais de Paiva(BNB)***

William Augusto Pereira(Fórum da Economia do Negro de Fortaleza)****

*Economista com Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é Coordenador do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), no ETENE - Escritório Técnico de Estudos e Pesquisas Econômicas do Nordeste/Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Endereço: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento. Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré, CEP: 60743-902, Fortaleza/CE.

Email: claricios@hotmail.com

**Graduada em Gestão Pública pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e em Administração Pública, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Atualmente, é assessora técnica da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial (COPPIR), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Endereço: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento. Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré, CEP: 60743-902, Fortaleza/CE.

Email: adm.marquesrosana@gmail.com

***Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS).

Endereço: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento.

Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré, CEP: 60743-902, Fortaleza/CE.

Email: victoriaregia13@yahoo.com.br

****Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Coordenador do Fórum da Economia do Negro de Fortaleza e membro do Maracatu Nação Iracema, de Fortaleza.

Endereço: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento. Av. Pedro Ramalho, 5700, Passaré, CEP: 60743-902, Fortaleza/CE.

Email: williamnacao@gmail.com

Resumo

A finalidade deste artigo é sistematizar, à luz da análise situacional, a trajetória do Fundo Rotativo Solidário (FRS) do Fórum da Economia do Negro, que apoia 13 empreendimentos econômicos solidários de afrodescendentes no Município de Fortaleza, no Ceará. Trata-se de uma experiência de gestão social de economia solidária com base em recorte étnico-racial, fomentada pela integração de três instrumentos de políticas públicas: política de crédito, promoção da economia solidária e da igualdade racial. O financiamento é do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, implementado com recursos do Banco do Nordeste do Brasil e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). No campo das finanças solidárias, o FRS é uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo, mediante compromisso devolutivo voluntário, com formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, dirigidas para o atendimento a empreendimentos (grupos produtivos, associações, cooperativas), nos territórios de ação integrada de economia solidária, que adotem princípios de gestão compartilhada e convivência solidária. O Fórum da Economia do Negro é resultado de uma articulação de interesses da sociedade civil organizada e gestão pública. Os dados preliminares apontam que, embora a gestão social dos recursos seja ainda incipiente, o Fundo Rotativo vem contribuindo para o fortalecimento institucional do Fórum da Economia do Negro e seus empreendimentos associados, especificamente no aprendizado da autogestão e nos processos de organização da produção e da comercialização, além da integração das políticas de economia solidária, promoção da igualdade racial e democracia econômica.

Palavras-Chave

Finanças Solidárias. Fundo Rotativo Solidário Economia do Negro.

Abstract

The purpose of this paper is to systematize, based on situational analysis, the trajectory of Solidarity Rotating Fund (FRS) of the Negro Economics Forum, which supports 13 projects Economics solidarity of afrodescendants in the city of Fortaleza, Ceará. It is an experience of managing social solidarity economy based on racial ethnic clipping, fostered by the integration of three policy instruments: credit policy, promotion of Economics solidarity and racial equality. Funding Support Program is a Productive Projects Solidarity, implemented with funds from the Banco do Nordeste do Brasil (BNB) and National Secretary of the Solidarity Economy (Senaes). In the field of solidarity finance, FRS is a methodology for financial support to productive activities of associative character, by remanding volunteer commitment with flexible forms of monetary return or equivalent in goods or services targeted to meet the enterprise (production groups, associations, cooperatives) in the territories of integrated action of solidarity economy, adopt management principles shared solidarity and coexistence. The Forum for the Economy of the Negro is the result of a joint interests of organized civil society and municipal public administration, in an integrated and participatory, with fundamental principles of cooperation and solidarity. Preliminary data indicate that, although the management of social resources is still in its infancy, the Revolving Fund has contributed to the institutional strengthening of the Negro Economics Forum of and his associated enterprises, specifically on learning of self-management and organization of production processes and marketing, and the integration of policies of Economics solidarity, promote racial equality and economic democracy.

Keywords

Solidarity Finance. Rotating Fund Solidarity Economics Negro.

Resumen

La finalidad de este artículo es sistematizar la trayectoria del Fondo Rotativo Solidario (FRS) del Foro de la Economía del Negro, que apoya 13 emprendimientos económicos solidarios de afro-descendientes en el Municipio de Fortaleza, en el Ceará. Se trata de una experiencia de gestión social de economía solidaria con base en un recorte étnico-racial, fomentado por la integración de tres instrumentos de políticas públicas: política de crédito, promoción de la economía solidaria y de la igualdad racial. La financiación del Programa de Apoyo a Proyectos Productivos Solidarios, implementado con recursos del Banco del Nordeste de Brasil y de la Secretaria Nacional de Economía Solidaria (Senaes). En el campo de las finanzas solidarias, el FRS es una metodología de apoyo financiero a las actividades productivas de carácter asociativo, mediante un compromiso devolutivo voluntario, con formas flexibles de retorno monetario o de equivalencia por productos o servicios, dirigidos para el atendimento de emprendimientos (grupos productivos, asociaciones, cooperativas) en los territorios de acción integrada de economía solidaria, que adopten principios de gestión compartida y convivencia solidaria. El Foro de la Economía del Negro es resultado de una articulación de intereses de la sociedad civil organizada y gestión pública municipal, de forma integrada y participativa, con principios fundantes de cooperación y solidaridad. Los datos preliminares señalan que, a pensar de la gestión social de los recursos sea aún incipiente, el Fondo Rotativo viene contribuyendo para el fortalecimiento institucional del Foro de la Economía del Negro y sus emprendimientos asociados, específicamente en el aprendizaje de la autogestión y en los procesos de organización de la producción y de la comercialización, más allá de la integración de las políticas de economía solidaria y promoción de la igualdad racial.

Palabras Clave

Finanzas Solidarias. Fondo Rotativo

Solidario, Economía del Negro.

Introdução

O movimento social da economia solidária emerge no Brasil, nos anos 90, com um sentido propositivo no campo da geração de trabalho e renda, conjugando, simultaneamente, a perspectiva da capacidade de empreender e a do trabalho associado. O que distingue a economia solidária é a posse e uso dos meios de produção e distribuição que são socializados por meio de práticas de gestão democrática dos empreendimentos, formando redes de empreendimentos e repartição dos custos e resultados entre seus associados.

Para Paul Singer, Secretário Nacional da Economia Solidária no Brasil, a economia solidária é

um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Reúne o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios. (SINGER, 2003, p. 13).

Nesta perspectiva, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, iniciou-se a construção do Fórum da Economia do Negro, em novembro de 2009. Este espaço reúne empreendedores afrodescendentes, pretos e pardos, entidades de apoio e fomento à economia solidária, e organizações governamentais e não-governamentais. Atualmente, conta com a participação de cerca de 170 pessoas, que se reúnem mensalmente. O Fórum constitui-se num espaço institucional de articulação de interesses da sociedade civil e do Estado com ênfase na população afrodescendente, pretos e pardos, buscando uma ação integrada entre a gestão pública municipal e a sociedade civil organizada, tendo como princípios fundantes: a valorização da identidade afrobrasileira e afrocearense, com

a formação e integração de redes produtivas com recorte racial, baseadas na cooperação, solidariedade e gestão democrática.

Diante da necessidade de financiamento dos empreendimentos, iniciou-se, em 2010, a constituição do Fundo Rotativo Solidário (FRS) do Fórum da Economia do Negro: uma fonte de recursos que apoia diretamente 13 (treze) grupos produtivos solidários nos segmentos de cultura, comunicação, artesanato, beleza negra e reciclagem, envolvendo 100 (cem) empreendedores da população negra de Fortaleza. O FRS consiste no recurso utilizado pelos grupos, de forma que haja um retorno para alimentar uma conta de poupança coletiva, de onde sairão novos recursos para os grupos participantes e outros grupos de empreendedores que se dispõem a participar, aceitando as regras do FRS.

Ressalta-se que, no campo das finanças solidárias¹, o fundo rotativo é uma das modalidades de financiamento da economia solidária. O FRS é uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo, mediante compromissos devolutivos voluntários, gerenciado por um Comitê Gestor, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, dirigidas para atender aos empreendimentos (grupos produtivos, associações, cooperativas), nos territórios de ação integrada de economia solidária, que adotem princípios de gestão compartilhada e convivência solidária (BNB/ETENE, 2008).

Os recursos financeiros iniciais foram aportados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB²) pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes³), ambos vinculados ao Governo Federal, contando, ainda, com apoio da Coordenadoria da Política de Promoção da Igualdade Racial (Coppir⁴), órgão da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Para fazer a gestão social dos recursos, foi criado um Comitê Gestor formado por representantes dos 13 grupos produtivos solidários envolvidos, juntamente com o BNB,

a Coppir e entidades de apoio, a saber: Pastoral Afro e as ONGs Terra da Luz e Qualifica, ambas sediadas nesse município.

O diferencial deste Fundo Rotativo Solidário é a marca da organização coletiva dos afrodescendentes na forma de autogestão de empreendimentos produtivos solidários dos bairros de Fortaleza, objetivando a valorização do negro que busca “empreender” coletivamente em uma rede produtiva construída com recorte racial. Por outro lado, trata-se de constituir uma articulação entre a gestão pública municipal e a sociedade civil organizada, visando participação desta população como protagonista do desenvolvimento nos territórios onde seus empreendimentos estão sediados.

Os dados preliminares recolhidos em entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante demonstram a relevância da integração das políticas públicas voltadas ao crédito, à economia solidária e à igualdade racial, para o fortalecimento institucional da Economia do Negro. Ou seja, a partir de uma pedagogia de autogestão, emancipação e organização comunitária, visa-se produzir, distribuir e comercializar de maneira justa e solidária, de modo que as pessoas possam conseguir melhorar seus rendimentos e sua qualidade de vida. Assim, o artigo traz à tona a consequente questão: quais as implicações de uma nova postura de gestão compartilhada do desenvolvimento, a qual reconhece o recorte étnico-racial como elemento estruturante de modelo de desenvolvimento equânime, igualitário e solidário, portanto, sem preconceitos raciais, no município de Fortaleza?

Em suma, tomando como base a análise situacional (VAN VELSEN, 2010), essa experiência aponta que, para efetivação das políticas públicas voltadas para a melhoria de renda e da qualidade de vida das populações excluídas, deve-se levar em consideração os diferenciais demográficos, em especial, o recorte étnico-racial. Concretamente, entre as questões que emergem dessa experiência (ainda em andamento), e que este artigo traz para

o debate, ressaltamos as contradições, obstáculos e potencialidades para uma ação política de fomento público do desenvolvimento econômico e social (ROCHA, 2003, p.19)⁵, fundamentada nos princípios das redes de socioeconomia solidária, baseadas no recorte étnico-racial de afrodescendentes pretos e pardos.

Nas seções seguintes, sistematizamos os principais avanços desta pesquisa.

1. A economia e as finanças solidárias nas políticas públicas

No quadro das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Economia Solidária tem levado pessoas e comunidades a criarem espaços de produção e comercialização, e a exercitarem a solidariedade, a democracia e a autonomia. Tem como desafio a construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens socialmente produzidos, demonstrando à sociedade que existem outras possibilidades que rompem com a lógica do mercado e da competição (BERTUCCI, 2003).

Tradicionalmente, as políticas de crédito foram formadas pela racionalidade microeconômica empresarial, voltada ao bom desempenho na geração de receitas do empreendimento visto individualmente e à maximização da confiança entre aquele que tomava e o que ofertava os recursos financeiros. Essas tecnologias visavam minimizar os efeitos negativos da informação imperfeita sobre as condições econômicas dos empreendimentos e a conduta moral e ética dos gestores, isto é, o risco moral (*moral hazard*) de postulantes ao crédito (STIGLITZ; WEISS, 1981). Como alternativa ao *moral hazard* ou pela necessidade de ampliar a base social do crédito e mitigar a pobreza, emergem, nos anos 1990, as tecnologias baseadas na gestão social⁶ do crédito, cujas relações de proximidade existentes nas comunidades, o associativismo e a cooperação entre atores locais

são mobilizados para auferir o grau de confiança moral e econômica do pleiteante do crédito (ABRAMOVAY, 2003; FRANÇA FILHO, 2003).

Esta abordagem incorpora uma visão territorial do financiamento do desenvolvimento, buscando alinhar a alocação dos recursos com os elementos estruturadores do crédito, na perspectiva de que a dinâmica de interação social entre os atores sociais possam reduzir o risco moral e a informação imperfeita. Por outro lado, a articulação político-institucional inserida nas redes possibilita o acesso aos mercados de bens, produtos e serviços, enquanto construções sociais. Além disso, tais processos interativos valorizam as formas de coordenação e governança territoriais, que podem ser uma associação ou cooperativa de agricultores familiares, ou uma ONG, ou agência de desenvolvimento local. Contemporaneamente, está sendo delineado um desenho mais voltado à “democracia econômica” (DOWBOR, 2008), adaptado ao perfil das atividades produtivas de pequeno porte. Tem-se observado que, lentamente, os movimentos sociais acumularam experiências, conhecimentos e força política para influenciar na formulação de políticas públicas de crédito; ou seja, no sentido da construção de programas e políticas adequados a uma economia pensada como “cuidado com a casa”, com as pessoas mais pobres, assentada no trabalho e na solidariedade.

No tocante ao campo das finanças solidárias, afirma-se a sua constituição a partir de um intenso debate pautado por uma diversidade de agentes integrantes da economia solidária – trabalhadores, gestores de políticas públicas e de entidades de apoio e fomento⁷. A partir da troca de experiências, consensuou-se a denominação de “finanças solidárias” para designar a estruturação de um “campo” (BOURDIEU, 1999) que passou a aglutinar as experiências de Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidário e Bancos Comunitários, como algo distinto dos conceitos por demais abrangentes de *microcrédito* e/ou de *microfinança*.

Na I Conferência Temática de Finanças

Solidárias⁸, pôde-se observar que o aludido campo passa por intensas modificações com vistas à sua consolidação e visibilidade pública, assim como ocorre com os demais segmentos que compõem a economia solidária no Brasil. Em se tratando das relações entre indivíduos e instituições públicas e privadas, é possível perceber uma tentativa de síntese entre ações de caráter “reivindicatório” e “propositivo”, principalmente quando entra em cena a captação de recursos para apoio e fomento ao setor (PAIVA, 2006).

2. Fórum da Economia do Negro: breve linha do tempo

2.1. Contexto e antecedentes

Em 2008, a Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial passou a organizar reuniões e debates semanais chamadas de “Café Comunitário Coppir”, em que eram pautados assuntos de interesse do movimento negro, com apresentação de estudos, pesquisas, oportunidades de negócios e agenda de eventos na cidade. A rigor, essas reuniões foram um embrião do que depois veio a se constituir como o Fórum da Economia do Negro.

Diante do quadro de exclusão social, um dos maiores desafios para as políticas públicas em Fortaleza se constituía em criar alternativas de geração de trabalho e renda, aumentando as chances de inserção socioproductiva da população negra. Ainda em 2009, em consonância com o Programa Brasil Sem Fome, a Secretaria de Desenvolvimento Humano (SDH), por meio da Coppir, realizou diagnósticos e planejou ações com objetivo de construir uma nova realidade de inclusão da população negra. Esta ação contou com a parceria do Movimento Negro e de entidades da sociedade civil organizada.

Em novembro de 2009, a Coppir organizou o *I Seminário da Economia do Negro*, em Fortaleza, que reuniu cerca de 80 pessoas, a maioria afrodescendente, entre pesquisadores acadêmicos, lideranças e militantes do movimento

negro, quilombolas e outros movimentos sociais e culturais, representantes de religiões africanas, microempresários e profissionais liberais negros, gestores e técnicos dos governos federal, estadual e municipal. No evento, foram discutidos os contextos econômicos e políticos da participação, inclusão e exclusão do negro na economia, focando o mercado de trabalho e o perfil do acesso à educação, renda, crédito, novas tecnologias etc. A maioria dos trabalhos apresentou a subalternidade e a negatividade dos lugares ocupados pelos afrodescendentes na produção e distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

No Nordeste, a questão étnico-racial no campo do desenvolvimento econômico é marcada pela profunda desigualdade de acesso aos bens e serviços à população negra (incluindo pretos e pardos), embora esta seja a maioria da população. Segundo dados do IBGE/PNAD, a população negra e indígena residente em Fortaleza e Região Metropolitana é de 67 %, e o restante, 33 % é (ou se define como) branco.

Tabela 01 - População: distribuição percentual por cor ou raça (%) – 2009

Cor ou Raça	Fortaleza e Região Metropolitana	Ceará	Nordeste	Brasil
Pretos	3,0	2,7	8,1	6,9
Pardos	63,8	66,1	62,7	44,2
População Negra (pretos + pardos)	66,8	68,8	70,8	51,1
Amarelos ou Indígena	0,2	0,2	0,3	0,7
Não Brancos	67,0	69,0	71,1	51,8
Branco	33,0	31,0	28,8	48,2

Fonte: IBGE/PNAD(2009)

Embora o desempenho recente da economia cearense venha sendo expressivo, o mesmo não acontece em se tratando de desconcentração de renda, principalmente vista em termos do recorte racial. Nessa direção, observaram Miro e Suliano (2009) que no Ceará, em 2006, os homens negros ganhavam um

salário/hora médio que representava em 65% menos daquele auferido por homens brancos. A situação fica ainda pior quando se trata da mulher negra, cuja remuneração cai para 38% do salário/hora do homem branco, consideradas as mesmas dotações de capital humano para todos esses segmentos.

Rodrigues, Gomes e Rocha (2012, p.12) investigaram o comportamento do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF⁹), em 1991 e 2000, para quatro grupos demográficos - famílias chefiadas por mulheres, famílias negras, famílias compostas por idosos e por crianças - na participação do desenvolvimento do Ceará. Os dados dão conta de que as famílias negras são o único grupo que obteve os índices sintéticos de todas as dimensões inferiores aos indicadores do estado, em especial, nos itens de *Acesso ao Conhecimento, Disponibilidade de Recursos e Condições Habitacionais*, que apresentaram valores abaixo dos estaduais (cerca de 0,10).

Em Fortaleza, a visibilidade desta população é tão mais evidente nos territórios de baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), como Grande Bom Jardim, Grande Pirambu e Messejana, que, via de regra, são bairros onde se concentram grande densidade populacional, maior precariedade de serviços públicos, menos oportunidades de trabalho e renda, e, portanto, marcados pela alta vulnerabilidade social.

Portanto, a pobreza e a miséria em Fortaleza, assim como na Região Nordeste e no Brasil, possuem cor e localização: é negra e está situada na periferia da cidade, confirmando o que as pesquisas apontam quanto à histórica discriminação do acesso ao emprego e renda dos quais é vítima a população afrodescendente¹⁰.

Por outro lado, as pesquisas de amostra domiciliar (PNAD) de 1999 e 2009 detectaram o crescimento de 6% das autodeclarações da população como “negros”, um aumento considerável da população negra economicamente ativa (cresceu 58,3%) e da renda média do negro que subiu 29,3%. Tais dados demonstram a ascensão social e aumento da autoestima,

repercutindo positivamente no comportamento e no consumo, conforme observa Salles (2011). Reforçando essa tendência, as políticas redistributivistas, como o Programa Bolsa Família e ganhos reais do salário mínimo, estão na base dessa ascensão. Consequentemente, as necessidades de criação de linhas de produtos específicos para este segmento afrodescendente vêm se constituindo em novos nichos de mercado.

Retomando a linha do tempo, em novembro de 2010, a Coppir realizou o *II Seminário da Economia do Negro*, agora já com o objetivo de discutir as potencialidades e possibilidades de construção de empreendimentos produtivos e ações concretas de trabalho e renda da população afrodescendente. Ou seja, este evento focou, positivamente, nas ações concretas de reconhecimento, visibilidade e fortalecimento de empreendimentos produtivos da população negra, enquanto estratégia afirmativa e autogestionária para a solução dos problemas de acesso de afrodescendentes. E, para fazer tal discussão, foram mobilizados cerca de 60 empreendedores afrodescendentes, contando com a participação do Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro Brasileiros (ANCEABRA) e de um técnico afrodescendente do Banco do Nordeste (BNB).

Um dos principais resultados deste II Seminário foi o mapeamento das dinâmicas produtivas e comunitárias ali representadas, por meio da aplicação de um instrumento de coleta de dados (Matriz Lógica dos Empreendimentos), constituído por variáveis econômicas, tais como: principais produtos, matéria-prima, mão de obra, mercado e necessidades de investimentos. Foram mapeados 13 (treze) empreendimentos, agrupados em 05 (cinco) grupos de atividades, a saber: cultura, beleza negra, artesanato, comunicação e reciclagem. Esses grupos vieram a se constituir nos pilares do Fórum da Economia do Negro, e atuais protagonistas do Fundo Rotativo Solidário.

2.2. A institucionalização do Fórum da Economia do Negro e o papel do Comitê Gestor

A partir do II Seminário (2010), as reuniões dos representantes dos empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos transformam-se num espaço institucional de articulação de interesses da sociedade civil e Estado com ênfase na população afrodescendente, buscando uma ação integrada entre a gestão pública municipal e a sociedade civil organizada. Esse espaço passou a ser reconhecido como Fórum da Economia do Negro. Tal Fórum adotou como princípios fundantes as mesmas categorias filosóficas do movimento da economia solidária - cooperação, solidariedade e gestão democrática - como diretrizes para a formação e integração das redes produtivas de recorte racial, cuja finalidade fosse a valorização da identidade afrodescendente, afrobrasileira e afrocearense.

Como eixo político, o Fórum reconhece a contemporaneidade do trabalho autogestionário. Assim, com o intuito de criar uma rede de trabalhadores mutuamente relacionados, valorizando e fortalecendo as vocações e particularidades locais, regionais e nacionais, o Fórum leva em conta os saberes e culturas populares, a história das comunidades, das etnias e de suas raízes, bem como a plena incorporação das mulheres ou jovens, em igualdade de condições na vida política, econômica e cultural do país, como pressuposto fundamental para superar as desigualdades que ainda hoje persistem, e garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo para todas as camadas da população.

Assim, o objetivo central do Fórum é promover diálogos sobre os processos produtivos, financiamento e construção de mercados de bens e produtos para os projetos, empreendimentos e ações concretas, incidentes sobre as cadeias produtivas contempladas pelo protagonismo da população negra.

Em termos quantitativos, são mais de

170 pessoas diretamente envolvidas com os objetivos do Fórum, cujos grupos produtivos são formados por associações, pequenas empresas e empreendedores individuais, conforme mapeado na Tabela 02, abaixo.

Tabela 02 – Composição do Fórum da Economia do Negro

Composição	Nº de ocorrências	Nº de participantes
A) Empreendimentos	52	153
Grupos Produtivos	13	100
Pequenas Empresas	06	10
Empreendedores Individuais	03	03
Associações	30	40
B) Entidades de Apoio	08	10
C) Entidades Governamentais	02	08
Total	62	171

Fonte: SDH/COPPIR - Fortaleza 2011

Esse contingente de empreendedores afrodescendentes e seus apoiadores instituíram, no mês de maio de 2011, uma Coordenação Coletiva para lidar especificamente com o Fórum da Economia do Negro¹¹. Com a Coordenação, foram incrementadas diversas atividades, como: palestras, formação de grupos produtivos solidários, participação em Feiras da Economia Solidária, criação da logomarca do Fórum (pelo grupo produtivo Web Negro), o Hino Economia do Negro (pelo grupo produtivo Cia Bate Palmas) e a iniciativa para a fundação do Instituto do Negro.

Enfim, esse protagonismo local se dá a partir da reunião de vários atores para discutir a participação da população negra no mercado de trabalho e setores de serviços como empreendedores coletivos, apostando num caminho de mudanças, junto com seus apoiadores.

3. Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro de Fortaleza

Outra importante decisão do II Seminário foi a criação de um Fundo Rotativo Solidário

para financiar os empreendimentos do Fórum da Economia do Negro. Durante março e abril/2011, o Fórum pautou um intenso debate sobre financiamento, com o apoio técnico do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), do Banco do Nordeste, único banco que apoia com recursos públicos as experiências de Fundos Rotativos.

Desse debate, ficou a compreensão de que a metodologia do Fundo Rotativo Solidário está assentada no apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo, mediante compromissos devolutivos voluntários, gerenciados por organizações sem fins lucrativos, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produto ou serviços, dirigidas para o atendimento de comunidades ou grupos comunitários que adotem princípios de participação e convivência solidária.

O Fundo oferece um pacote integrado de serviços para ajudar seus participantes a iniciarem e/ou fortalecerem um empreendimento produtivo e coletivo: um financiamento inicial não reembolsável para investimentos fixos, capacitação, assessoria técnica e apoio na comercialização dos produtos. O objetivo é fortalecer as organizações produtivas solidárias da população negra vinculadas ao Fórum Economia do Negro, por meio de um processo pedagógico de emancipação e organização comunitária.

O prazo para implementação do projeto foi estipulado em 18 meses, com a meta de apoiar 13 grupos produtivos solidários participantes do Fórum da Economia do Negro, envolvendo, diretamente, 100 componentes e, pelo menos, 90 famílias, indiretamente. Além disso, o projeto prevê recursos para acompanhamento dos grupos.

3.1. Metodologia e dinâmica do FRS do Fórum da Economia do Negro

O Fundo Rotativo Solidário é a

metodologia que orienta as ações do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), cuja finalidade é apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis, oriundos de parcela do lucro do Banco do Nordeste do Brasil¹². O FRS é uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste, baseada na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade, presentes, também, nos movimentos associativos.

Por meio dos fundos rotativos solidários investem-se recursos na comunidade, mediante empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. (GUSSI; SANTOS FILHO; ALMEIDA, 2011, p. 8).

As escolhas e decisões de alocação dos Fundos Rotativos são compartilhadas por um Comitê Gestor Local, constituído por representantes dos empreendimentos e entidades de apoio, responsáveis pela efetivação das ações do Programa nas comunidades. Trata-se de uma metodologia que, na sua própria natureza, confronta a tradição do Estado de promover ações desenvolvimentistas baseadas no individualismo e na propriedade privada capitalista.

Consoante esta metodologia, os empreendimentos apoiados contribuem para o Fundo com parte do valor do financiamento inicial recebido, sem acréscimos de juros, e depositando em uma conta de poupança coletiva. O saldo acumulado para o Fundo é utilizado para financiar novos empreendimentos, conferindo sustentabilidade ao Projeto. No caso do Fórum da Economia do Negro, os empreendimentos da área cultural poderão retornar ao Fundo em serviços, com manifestações culturais gratuitas.

Contudo, para que o FRS do Fórum da Economia se consolide como ação efetiva e concreta da rede de empreendimentos locais com características afrodescendentes, foram estabelecidos alguns critérios de ação, pactuados com o BNB, parceiro e financiador:

- ✓ *Sensibilização e capacitação para a integração dos grupos solidários*, com aplicação das Oficinas para 13 empreendimentos comunitários solidários e 90 famílias participantes. As famílias, orientadas por uma equipe técnica discutiram suas atividades produtivas. O curso tratou do desenvolvimento interpessoal e grupal, das relações de solidariedade, do funcionamento e desenvolvimento de grupos (objetivos, motivação, comunicação, processo decisório, liderança, relacionamento, inovação).
- ✓ *Formação e funcionamento dos grupos solidários*, através do aprofundamento das oficinas práticas sobre FRS, economia solidária, desenvolvimento local, arranjos produtivos, plano de negócio, bem como definição do perfil do empreendimento.
- ✓ *Criação do Comitê Gestor do FRS* para apreciação e aprovação dos projetos produtivos para acessar recursos do FRS, com o objetivo de apreciar e aprovar os planos de trabalho apresentados pelos grupos, com apoio de consultor técnico contratado. O Comitê é formado pelos representantes dos 13 grupos produtivos solidários, representantes das entidades de apoio (Coppir, Pastoral Afro, Qualifica e Terra da Luz) e da entidade de fomento, o BNB.
- ✓ *Dinâmica dos grupos solidários*. A equipe técnica da entidade proponente, junto com o Comitê Gestor, executa o acompanhamento sistemático e periódico dos grupos solidários, através de visitas de assessoria técnica, mensalmente, a cada

grupo, a partir do Plano de Investimento e Apoio Financeiro e uma ficha de seguimento para aportar soluções e subsidiar as avaliações. Os grupos, também, participam de ciclos formativos, bimestralmente, com o objetivo de socializar suas dificuldades e avanços e, ao mesmo instante, programar ações, tais como a feira da economia popular e solidária da economia do negro. Serão realizados, ainda, dois seminários envolvendo todos os grupos e suas famílias para intercâmbio das experiências e para dinamizar as parcerias.

Por sua vez, o FRS terá o seguinte sistema e fluxo de funcionamento:

- ✓ *Recursos do Fundo Rotativo Solidário* estarão alocados em conta de poupança específica, com o título Fundo Rotativo Solidário da Economia do Negro/ Entidade Proponente / Comitê Gestor. A gestão dessa conta obedecerá às rubricas assumidas na solicitação do recurso, a qual define que 80 % dos recursos serão, efetivamente, destinados aos grupos produtivos solidários apresentados pelo público e metodologia acima descritos e 20% serão para o desenvolvimento do projeto (acompanhamento, capacitação, avaliação e monitoramento).
- ✓ *Os grupos assinarão Termo de Compromisso*, se comprometendo com a contribuição de um percentual (%) do recurso acessado para conta poupança coletiva, a ser definido pelo Comitê Gestor, exceto recursos para capacitação dos grupos e equipamentos usados coletivamente. Esse termo deverá ser objeto de reflexão durante os processos de capacitação, para solidificar a cultura da solidariedade.
- ✓ *O valor solicitado poderá ser dividido em até 12 parcelas*, com carência de até quatro meses, a depender do ramo de

empreendimento solidário, conforme determinação do Comitê Gestor.

3.2. Mapa dos Grupos Produtivos Solidários do FRS do Fórum da Economia do Negro

Com a aplicação da Matriz Lógica dos Empreendimentos, em novembro de 2010, foi obtido o mapeamento das dinâmicas produtivas e comunitárias da Economia do Negro, relativo aos 13 grupos produtivos agrupados nos segmentos Cultura, Beleza Negra, Artesanato, Comunicação e Reciclagem de Resíduos Sólidos. As distintas iniciativas fazem parte do Fórum Economia do Negro e, nesse espaço, dividem-se experiências de trabalhos que complementam-se reciprocamente.

Em consonância com o que afirmamos anteriormente no tocante à localização das famílias afrodescendentes na periferia de Fortaleza, também os empreendimentos do Fundo Rotativo do Fórum da Economia do Negro estão localizados, majoritariamente, nos bairros periféricos, em territórios marcados pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme podemos visualizar no quadro adiante.

Quadro 01 - Localização dos grupos produtivos nos territórios de Fortaleza

Territórios (Regionais)	Bairros de Referência	IDH	Grupos Produtivos	Atividade principal
I	Pirambu	Baixo	SOCRELP	Artesanato com reciclagem de papel
	Jardim Iracema	Baixo	Maracatu Nação Iracema	Confecção de roupas afro
	Jacarecanga	Baixo	Ateliê Gerasol	Confecção de bolsas e mantas afro
II	Praia de Iracema	Baixo	Caravana Cultural Nega Assanhada	Lutheria Design de moda afro
	Sabiaguaba	Baixo	África Nagô	Lutheria

Territórios (Regionais)	Bairros de Referência	IDH	Grupos Produtivos	Atividade principal
III	Presidente Kennedy	Baixo	Mulheres Criativas	Confecção de bonecas de pano negras e artesanato
	Henrique Jorge	Baixo	****	****
	Parque Araxá	Baixo	Grupo Afro de Mulheres Brasileiras – GAMB	Tratamento da beleza negra
IV	Serrinha	Baixo	Sem grupo	***
	Dendê	Baixo	Sem grupo	***
V	Grande Bom Jardim	Baixo	CRIART	Confecção de artesanato afro
VI	Paupina	Baixo	Ateliê Gondim	Confecção de máscaras afro com papel mache
	Conj. Palmeiras	Baixo	Cia Bate Palmas	Barraca Itinerante para divulgação e venda dos produtos afro de jovens afrodescendentes.
	Passaré	Baixo	Centro Cultural Capoeira Agua de Beber CECAB/IUNA	Confecção de berimbau e camisetas para capoeira
	Cambeba	Baixo	Web Negro-Cromosoma Criativa	Site para divulgação dos produtos e serviços dos empreendimentos da Economia do Negro
			13 grupos	

Fonte: elaboração dos autores

Por outro lado, há o exercício do aprendizado e a construção de uma nova perspectiva de processo em que a racionalidade da economia do negro vai-se completando, potencializando e adquirindo crescente coerência em difundir um espaço com características culturais específicas em consonância com os princípios fundantes da solidariedade. A seguir, breve descrição dos segmentos produtivos integrados ao Fórum da Economia do Negro:

- ✓ **Reciclagem:** o grupo de reciclagem SOCRELP trabalha com a arte de

reciclar, produzindo, a partir do lixo seco, embalagens e cartões reciclados com características afrobrasileira. Atua, também, na formação da educação da sustentabilidade socioambiental.

- ✓ **Cultura:** composto pelos empreendimentos África Nagô, Caravana Cultural, Cia Bate Palmas e CECAB-IUNA. Desenvolvem apresentações culturais voltados para fortalecimento da cultura afrobrasileira e cultura popular brasileira. Produzem, através da lutheria, instrumentos como djembre, akete, cajón, alfaia, atabaque, agogôs, ganzás, abês, repiques, berimbau e xequeres, além de confecção de roupas específicas da cultura afro.
- ✓ **Artesanato:** o Ateliê Gerasol, Ateliê Gondim, Grupo Criart e Grupo Mulheres Criativas atuam com artesanato. As participações, em sua maioria, são de mulheres que buscam autonomia econômica, compreensão política e o fortalecimento da identidade afrodescendente. Produzem bolsas para eventos, bolsas em tecido e ponto de cruz, produção de esculturas e máscaras afro-brasileiras feitas em papel machê, e ainda bonecas negras em tecidos.
- ✓ **Beleza Negra:** o GAMB produz tratamento de cabelo e estética afro e aplicação de produtos naturais de beleza. Os grupos Nega Assanhada e Nação Iracema trabalham com produção de *design* de moda baseada em traço étnico-racial, para confecção de roupas com estamparias de valorização da beleza da mulher negra.
- ✓ **Comunicação:** o grupo Web Negro-Cromosoma Criativa atua com soluções em *design* e tecnologia da informação, potencializando a visibilidade da Economia do Negro por meio de um planejamento estratégico e conceitual na criação do *site* para divulgação e comercialização dos

produtos do FRS do Fórum da Economia do Negro.

3.3. A institucionalização do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro e o papel do seu Comitê Gestor

Conforme evidenciado anteriormente, como resultado da aplicação da Matriz Lógica dos Empreendimentos, foi feito o mapeamento das dinâmicas produtivas e comunitárias da Economia do Negro relativas aos 13 grupos produtivos. Durante os meses de maio a junho/2011, foi aplicado o Plano de Investimento e Apoio Financeiro a partir do qual cada grupo elaborou seu orçamento, cujos valores variaram entre R\$ 3 mil a R\$ 7 mil reais. A Matriz e os Planos de Investimentos subsidiaram o Projeto de Parceria de Apoio Técnico e Financeiro, tendo o Centro Cultural Capoeira Água de Beber (CECAB) como proponente. Após discussão e deliberação da Assembleia Geral do Fórum, o projeto foi submetido e aprovado pelo BNB.

Em 12 de setembro de 2011, foi oficialmente lançado o Fundo Rotativo do Fórum da Economia do Negro de Fortaleza, com ampla cobertura da mídia local. O evento contou com a presença de representantes da Diretoria do Banco do Nordeste e das organizações parceiras, momento em que ocorreu a assinatura do Convênio para o repasse de recursos. Por meio desse instrumento jurídico que rege a parceria entre o Centro Cultural Capoeira Água de Beber (CECAB) e o Banco Nordeste (BNB), consta o objeto, objetivos, os papéis de cada parceiro, orçamento global, cronograma de execução e as normas e legislação que regem a parceria (Instrução Normativa 01/97 e Lei 8.666).

Concomitantemente, ocorreu a eleição e a posse do Comitê Gestor do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro, bem como a aprovação do Regimento Interno do Fundo. O Comitê Gestor foi composto por um representante de cada um dos 13 (treze) empreendimentos, por representantes das

entidades de apoio (CECAB, Terra da Luz, Pastoral Afro e ONG Qualifica), e por parceiros governamentais (BNB e SDH/Coppir) para gerenciar coletivamente o FRS Fórum da Economia do Negro.

Em reuniões posteriores, entre os meses de outubro e dezembro de 2011, o Comitê Gestor deliberou sobre os seguintes temas relativos à institucionalidade do FRS:

- ✓ *Regimento Interno do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro* - conjunto de normas e regras que regem a constituição, acesso e responsabilidades dos grupos produtivos solidários no funcionamento do FRS, inclusive as formas de contribuição para o FRS: percentual de quanto recebeu que será devolvido ao Fundo; se a contribuição será feita em dinheiro e/ou serviços e produtos, a periodicidade (semanal, mensal, anual etc).
- ✓ *Termo de Adesão e Compromisso dos Grupos Produtivos Solidários* - documento que traz acordos e compromissos estabelecidos entre os grupos produtivos e Comitê Gestor em relação à responsabilidade na execução da gestão do recurso e contribuição para o Fundo.
- ✓ *Termo de Desistência da Participação do Grupo Produtivo no Fundo Rotativo Solidário* - documento em que o grupo produtivo solidário assume publicamente que interrompe, temporária ou definitivamente, a sua participação no Fundo Rotativo Solidário, e informa a maneira que vai encerrar seus compromissos de contribuição assumidos e outras pendências junto ao coletivo.

Além destes, o Comitê Gestor instituiu alguns procedimentos burocráticos importantes, devido à experiência de gestão de eventos que relataremos na seção seguinte.

3.4. A dinâmica de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro

Logo em janeiro de 2012, o Fundo Rotativo iniciou uma nova fase, marcada pelo primeiro acesso aos recursos pelos grupos produtivos solidários, e, conseqüentemente, pela expectativa de se ter as primeiras contribuições para efetivar a “rotatividade” do Fundo.

Em consonância com a metodologia do FRS, uma etapa de formação e capacitação antecedeu o primeiro acesso. Em 06 de janeiro de 2012, o Comitê Gestor realizou o *I Seminário do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro*. A programação desse seminário foi dividida em dois momentos: o primeiro, mais conceitual, sobre experiências de finanças solidárias, e um segundo momento de apresentação da capacitação profissional voltada ao funcionamento e gestão do fundo rotativo solidário.

Destaca-se que estiveram presentes 80 participantes dos Grupos Solidários, além dos representantes do Banco do Nordeste, Coppir, Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) da Prefeitura de Fortaleza; e Governo do Estado, representado pela Coordenadoria de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). A representação da sociedade civil se deu através da Pastoral Afro, Rede Cearense de Economia Solidária e Comitê Gestor Nacional de Fundos Rotativos Solidários.

Em seguida ao I Seminário do FRS, foi realizada, entre os dias 16 e 26 de janeiro, a capacitação de duas turmas de líderes dos grupos produtivos. A coordenação dos cursos foi feita pela ONG Qualifica, entidade de apoio componente do Comitê Gestor. O conteúdo programático priorizou os aspectos de gestão e negócios dos grupos, conforme registros: 1) construção do Painel “Faço Parte” e dinâmica de apresentação do negócio: construção do Painel “Mundo de Negócios”; 2) avaliação de negócios, avaliação dos empreendimentos; 3) pesquisa

de mercado, elaboração de questionários de pesquisa de mercado; 4) plano de negócios, tabulação de dados de pesquisa de mercado e reformulação prática do plano de investimento; 5) prestação de contas de empreendimento, definição de prioridades de compras de acordo com o plano de investimento, construção de agenda para assinatura de termo de compromisso e recebimento do crédito, construção de agenda de compras solidárias.

A culminância do processo de formação se deu com a entrega de diploma do Comitê Gestor e outras homenagens, no dia 09 de fevereiro, como parte de um evento do CECAB, que apresentava várias de suas atividades. Os diplomas foram entregues por autoridades, inclusive por um representante da Diretoria do BNB. Destaca-se, contudo, que a capacitação e a diplomação foram elementos simbólicos de repercussão positiva na autoestima e estímulo para os empreendedores solidários.

Antes do passo final do acesso aos recursos do Fundo, o Comitê Gestor ainda coordenou os últimos acordos econômico-financeiros com os Grupos. No dia 25 de janeiro, foi realizada uma reunião extraordinária que deliberou o seguinte: 1) acesso de 100% do valor do recurso orçado no Plano de Investimento; 2) o período de 45 dias para os grupos prestarem conta dos créditos recebidos junto ao CECAB; 3) definição de porcentagem de contribuição ao Fundo em 50% do valor total em dinheiro, 25% em produto, 25% em serviços; e 4) definição de contribuição em 18 parcelas para o Fundo, com carência de 06 (seis) meses;

Além disso, foi acertado um calendário para o acompanhamento de um Agente de Mobilização nas compras coletivas. Ao final, foi estabelecido um cronograma de visitas aos grupos, no período de 12 de março a 05 de abril de 2012.

Finalmente, no dia 16 de fevereiro foi realizada a entrega dos cheques aos grupos produtivos solidários do Fundo Rotativo Solidário do Fórum da Economia do Negro, na sede da entidade Qualifica. Com o aval de representantes

do Comitê Gestor foram feitas assinaturas do Termo de Adesão e Compromisso e Planos de Investimentos atualizados. Cada representante de Grupo ficou responsável por providenciar a assinatura do *Recibo de Acesso Financeiro do FRS*¹³ (contendo nome, CPF, identidade, endereço e valor recebido).

Ainda do ponto de vista da formalização da prática do FRS, o Comitê Gestor ficou responsável pela abertura de uma conta de poupança junto à Agência do BNB mais próxima, com o nome Fundo Rotativo Solidário / Comitê Gestor / Entidade conveniente. Essa conta de poupança será o próprio Fundo Rotativo Solidário. Os depósitos serão feitos pelos Grupos Produtivos, de acordo com as regras de devoluções definidas no Regimento Interno e Termo de Compromisso. Da mesma forma, as retiradas serão feitas pelos titulares nomeados pelo Comitê Gestor e a entidade conveniente. A coordenação, controle e a prestação de contas da conta de poupança serão de responsabilidade do Comitê Gestor.

Por fim, é relevante salientar que Fortaleza é a primeira cidade a organizar um Fórum para discutir o desenvolvimento econômico e social de seus territórios a partir do recorte racial, adotando como princípio organizativo a economia solidária. Por conta disto, o lançamento do Fundo Rotativo Solidário teve grande repercussão na mídia local, nacional e internacional, com 397 entradas na Internet e cobertura de quatro emissoras de televisão e vários jornais e periódicos.

4. Dilemas e potencialidades da gestão social do desenvolvimento baseado na Economia Solidária com recorte étnico-racial

4.1. Sobre a gestão social de políticas públicas econômicas e sociais integradas

Um olhar sobre a experiência aqui relatada possibilita afirmar que a incorporação da gestão social no desenho e metodologia implica que o papel atribuído aos Fundos não seja apenas o de prover o crédito (o que estaria

de acordo com a lógica financeira tradicional e/ou uma lógica clientelista tradicional), mas sim, exercitar um diálogo político-pedagógico em que os participantes se apropriem dos circuitos financeiros, apontando para a emancipação a partir da lógica da solidariedade (GUSSI; SANTOS FILHO; ALMEIDA, 2011).

Entretanto, com base em tal experiência, a potencialidade expressada na construção do Fórum da Economia do Negro assemelha-se a uma espécie de “incubadora de empreendimentos”. Ou seja, sem esse espaço de aprendizado, de capacitação *in situ*, não teria sido viável a convergência entre interesses da Sociedade Civil e Estado. Pensando nisso à luz da gestão social, quais elementos prevalecem nas tomadas de decisão: as hierarquias ou os acordos cooperativos? Como é possível estabelecer alianças estratégicas sem perder a autonomia tão característica dos movimentos sociais?

Ainda com base nos relatos do caso da FRS do Fórum da Economia do Negro, há o componente da exclusão histórica em função do modo como se deu a inserção do segmento na sociedade. Então, há um duplo esforço que, necessariamente, tem que ser conjugado a disputa no campo do acesso aos bens e serviços, com a disputa no campo dos direitos de cidadania, seja no recorte étnico-racial, no recorte de gênero e/ou geracional. Evidentemente que, em se tratando de disputas, são campos de conflitos, nos quais a gestão social poderá apontar rumos.

O resgate da trajetória do FRS do Fórum da Economia do Negro nos mostra, por um lado, os principais dilemas enfrentados no dia a dia do Fundo e, por outro, a possibilidade de, através do aprendizado, da cooperação e da solidariedade, agregar ganhos de eficiência aos recursos assim mobilizados.

4.2. Sobre a integração de políticas sob a égide da gestão social: a racionalidade burocrática x utopia comunitária

Conforme mencionado anteriormente, os

Fundos Rotativos Solidários são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades que, idealmente, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária e que decidem (re)investir parte desta em prol da própria comunidade. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade.

Então, um dos desafios de uma ação de fomento, como a do Projeto PAPPs, é compatibilizar a dinâmica das maneiras de agir e decidir, alocar e poupar dos movimentos sociais, em especial, o de economia solidária, confrontada com as normas e regramentos impessoais, imposta pela adesão à política pública.

Neste sentido, os dados da experiência aqui sistematizados suscitam reflexões sobre a necessidade de institucionalização dos procedimentos do FRS levados a cabo pelo Comitê Gestor. Tal processo traz à tona uma tensão entre “regulação” e “emancipação” na qual o pilar da regulação (leia-se o Estado) tende a sugar as energias emancipatórias das experiências, burocratizando-as, conforme esquema analítico de Boaventura de Sousa Santos (2009). Contudo, inferimos que o excesso de informalidade também pode constituir numa ameaça à sustentabilidade da experiência.

Note-se que regulação e emancipação vinculam-se de forma extremamente complexa, pois, ao mesmo tempo em que se constituem em “pilares” distintos de funcionamento do tripé Estado-Sociedade-Mercado, estão fortemente imbricados e, no caso do fomento aos Fundos Rotativos, corporificam a tensão entre o “autofinanciamento” e a dependência de repasses de fundos públicos. Daí a importância de desenvolver mecanismos de gestão social capazes de promover sintonia entre as partes.

4.3. Identidade, direitos e cidadania

Enfim, os resultados e impactos da experiência do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários, no caso do FRS da Economia do Negro, deverão ser examinados não somente pela ótica da melhoria do acesso aos bens econômicos e das condições de vida das pessoas nas comunidades. Os indicadores (qualitativos) devem capturar as incidências do Programa sobre as relações solidárias e a própria sociabilidade na comunidade. Portanto, a questão central é verificar de que forma os FRS vêm permitindo ressignificações nas relações entre as pessoas e entre estas e o Estado.

O empoderamento que se percebe nos relatos das vivências nas mobilizações, reuniões, discussões, eventos e exposições dos participantes do FRS, desde os primeiros movimentos que constituíram o Fórum da Economia do Negro, permite apostar numa hipótese de que identidades estão sendo constituídas e reconstruídas a partir do orgulho do pertencimento à etnia afrodescendente. E, neste sentido, se desperta para direitos de cidadania até então adormecidos, como o direito ao trabalho coletivo e autogestionário.

Complementarmente, conclui-se que é preciso que as políticas voltadas para promoção de melhorias das condições de vida das populações levem em consideração fatores como sexo, raça, idade e as dimensões específicas em que se apresentam mais carentes, conforme chamam atenção Rodrigues, Gomes e Rocha (2012).

Portanto, o processo de apoio à ação política de fomento do crescimento econômico e social com base no recorte étnico-racial, com foco na população negra e nos princípios de redes de socioeconomia solidária, permite considerar que a Economia do Negro indica uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e renda, mediante o crescimento econômico, político, social e cultural compartilhado pelos integrantes, considerando toda a diversidade da população.

Referências

ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício B. (Org.). **Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto M. **Vinte anos de Economia Popular Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 59-73.

BNB/ETENE. Aviso BNB/ETENE/SENAES/MDS – 2008/01 **“Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários”**. Fortaleza: BNB, 2008.

_____. **Manual de orientações gerais para celebração de convênios e prestação de contas**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/sobre_nordeste/fundeci/docs/fundeci_manual_orientacao_prestacao_contas_abril_2012.pdf> Acesso em: 10 nov. 2012.

BRASIL. Lei 8666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 02 nov. 2012.

CAMPANTE, Filipe R; CRESPO Anna R. V.; LEITE, Phillippe G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 58, n. 2, p. 185-210, abr./jun. 2004.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica – alternativas de gestão social**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão social: um conceito

em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, n.do evento, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: NEPOL, 2003.

GUSSI, Alcides; SANTOS FILHO; Claricio, ALMEIDA, Gláucia F. B. A experiência de fomento público a Fundos Rotativos Solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS, 6., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NESOL/USP, 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD.** Brasília-DF, 2009.

MIRO, Vitor H.; SULIANO, Daniel C. **Discriminação de rendimentos por gênero e raça a partir de realidades sócio-econômicas distintas.** Fortaleza: IPECE, 2009.

PAIVA, Victoria R. A. **Mulheres, trabalho e cidadania:** a construção de significados numa lógica solidária de inclusão - a experiência da Incubadora Feminina da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Fortaleza: UFC. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira. **Terceiro setor.** São Paulo: Malheiros, 2003.

RODRIGUES, Lora A.; GOMES, Marília F. M. ROCHA, Luís E. V. **Nível de desenvolvimento das famílias cearenses por grupos demográficos nos anos de 1991 e 2000.** Fortaleza: no prelo. 2012.

SALLES, Johnson. **O negro na economia criativa.** Apresentação feita no Fórum da Economia do Negro, Fortaleza: cópia xerox. 2011.

SEMINÁRIO ECONOMIA DO NEGRO, 2., 2011., Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos do Município de Fortaleza e, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Crítica da razão indolente** – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Ed., 2009.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit rationing in markets with imperfect information. **The American Economics Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun. 1981.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método do estudo de caso detalhado. In: FELDMAN, B. (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas:** métodos. São Paulo: Global Editora. 2010. p. 437-468.

Notas

1 O campo das finanças solidárias é constituído pelos seguintes instrumentos de economia solidária: fundos rotativos solidários, bancos comunitários e moedas sociais. O Banco Palmas, de Fortaleza, é uma entidade que atua com bancos comunitários e moedas sociais.

2 O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) é um banco de desenvolvimento criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, e funciona como uma instituição financeira múltipla, organizada sob forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do Governo Federal. A missão do Banco é atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional – www.bnb.gov.br.

3 A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

4 A Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial (COPPIR), criada em 2008, é um

órgão da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), cuja finalidade é desenvolver políticas voltadas para a questão étnico-racial, como forma de garantir direitos, políticas públicas para as populações historicamente discriminadas, com ênfase na população negra, por meio da transversalidade, intersetorialidade e gestão democrática dos programas, projetos e ações da gestão pública municipal.

5 O termo fomento, de acordo com Silvio Luis Ferreira da Rocha (2003, p.19), designa: “uma atividade do Estado de estímulo, incremento, incentivo de atividade particular que seja de interesse público, sem coação para o seu exercício, já que nascida no seio da sociedade. O fomento econômico funciona com outorga de vantagens patrimoniais aos particulares mediante benefícios reais (prestação ou doação de coisas ou serviços da Administração aos particulares) ou financeiros (transferência direta ou indireta de pecúnia através de privação de receita). Os convênios, contratos de gestão e termos de parceria são instrumentos de fomento econômico”.

6 Utilizamos a noção de gestão social tendo como referência o sentido que lhe é atribuído por França Filho (2003), qual seja, “um modo de gestão próprio às organizações, atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entrettenham, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto, uma esfera pública de ação que não é estatal”. Ressalta ainda o autor que “o termo gestão social vem sugerir desse modo que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 05).

7 O Seminário Internacional de Microfinanças, um evento realizado no Sebrae/Ce, em setembro de 2002, com tema central “As melhores práticas na busca da auto-suficiência”, reuniu experiências apoiadas pelo CrediAmigo, do Banco do Nordeste, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidades da Cooperação Internacional e “experimentos” vinculados aos movimentos sociais rurais e urbanos, como o Sistema de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária (Sistema Ecosol), criado com apoio da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, e o

Sistema de Crédito Solidário para Agricultura Familiar (CRESOL), da região Sul do país.

8 Evento ocorrido no BNB Passaré, no período de 03 a 05 de maio de 2010, e que definiu as propostas para serem apreciadas na II Conferência Nacional da Economia Solidária, em Brasília, em junho de 2010.

9 Segundo os autores, este Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) é composto por seis dimensões (Ausência de Vulnerabilidade, Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho, Disponibilidade de Recursos, Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais) e é obtido pela média aritmética dos indicadores sintéticos das dimensões que o compõem. (RODRIGUES; GOMES; ROCHA, 2012, p.1).

10 Segundo Rodrigues, Gomes e Rocha (2012, p. 2), “em se tratando dos negros, constata-se que eles se deparam com diferenças nas oportunidades e são vítimas de preconceitos. Vale lembrar que a economia brasileira foi inicialmente construída com base no trabalho do escravo negro, o que levou à sua inserção tardia como cidadão na sociedade. De fato, em pleno início do século XXI, sua consolidação ainda não é completa. Campante, Crespo e Leite (2004), ao analisarem dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1996), constataram que as pessoas que se declaram brancos no Nordeste têm uma média de anos de estudos 69% maior do que os pretos/pardos, enquanto no Sudeste esta taxa diminui para 41%. Este diferencial de escolaridade é refletido no mercado de trabalho, com os trabalhadores brancos do Nordeste recebendo em média rendimentos 95% superiores ao salário médio dos pretos/pardos, enquanto no Sudeste o diferencial sobe para 100%”.

11 Esta Coordenação é composta por um Coordenador Geral, dois Coordenadores de Comunicação, seis Coordenadores de Mobilização e três Coordenadores Técnicos, eleitos entre os próprios empreendedores e entidades de apoio e fomento.

12 O PAPPS é um programa de finanças solidárias de caráter antecipatório de uma política nacional de apoio à economia solidária, que adotou a metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, e que foi criado em 2005, como resultado de uma articulação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e outras grandes redes do movimento de economia solidária. (GUSSI; SANTOS FILHO e ALMEIDA, 2011).



Resumo

O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVS) surge a partir da mobilização de organizações da sociedade civil em torno do objetivo comum de impedir a construção do polêmico Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. O objetivo do trabalho, portanto, é analisar o MXVS e o alcance de sua atuação quanto à hidrelétrica Belo Monte, a partir de uma revisão bibliográfica sob a perspectiva da contribuição dos movimentos sociais para a democratização da esfera pública, abordando os conceitos de sociedade civil e de movimentos sociais. Para tanto, optou-se por uma metodologia baseada na coleta de dados primários e secundários. A coleta primária ocorreu no primeiro semestre de 2010, durante entrevistas realizadas em Altamira (PA); e a busca por informações institucionais e referentes ao histórico do MXVS levou à pesquisa de diversos sítios eletrônicos. Em seguida, foi feita uma análise do Movimento a partir da revisão bibliográfica apresentada. Nas considerações de Scherer-Warren (2006) acerca do ativismo e militância, é possível perceber que o MXVS atua

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOCRACIA: O CASO DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE

Movements and Democracy: The Case `Xingu Alive
Forever`

Movimientos Sociales y Democracia: El Caso del
Movimiento Xingu Vivo para Siempre

Graziela Donário de Azevedo (EAESP-FGV)*

*Graduada em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), Mestranda em Administração Pública pela EAESP-FGV com foco em sustentabilidade, participação e desenvolvimento local.

Endereço: Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG), Rua Itapeva, 432, 11º andar, Bela Vista, CEP 01332-000, São Paulo/SP

Email: gradonario@gmail.com

de forma mista, ou seja, conforme características mais “revolucionárias” e de contestação, alicerçadas na cooperação. Estabelecido, exclusivamente, como necessidade de combater um inimigo comum - a UHE de Belo Monte - o Movimento tem sua identidade construída a partir do posicionamento e por pressões políticas contra esse adversário, com a intenção (projeto) de impedir a construção da hidrelétrica.

Palavras-Chave

Movimentos sociais. Democracia. Usina de Belo Monte.

Abstract

The Movement `Xingu Vivo para Sempre` (MXVS) arises from the mobilization of civil society organizations around the common goal of preventing the construction of the controversial Belo Monte Hydroelectric. The objective therefore is to analyze the MXVS and scope of its operations concerning Belo Monte through a literature review from the perspective of the contribution

of social movements to democratization of the public sphere, addressing the concepts of civil society and social movements. Therefore, we chose a methodology based on primary and secondary data collection. The primary data were collected in the first half of 2010, during interviews in Altamira (PA) and the search for institutional and historical information about MXVS led to research at various electronic sites. Then we present an analysis of the movement from the literature review perspective. In consideration of Scherer-Warren (2006) about activism and militancy, it's possible to see that the acts of MXVS are established exclusively as a need to fight a common enemy: the Belo Monte's hydroelectric plant.

Keywords

Social movements. Democracy. Belo Monte's Hydroelectric Plant.

Resumen

El Movimiento Xingu Vivo Para Siempre (Movimiento Xingu Vivo Para Sempre - MXVS) surge de la movilización de las organizaciones de la sociedad civil en torno al objetivo común de impedir la construcción de la polémica hidroeléctrica de Belo Monte. El objetivo por tanto es analizar los MXVS y el alcance de sus operaciones relativas a Belo Monte a través de una revisión de la literatura desde la perspectiva de la contribución de los movimientos sociales a la democratización de la esfera pública, abordando los conceptos de sociedad civil y los movimientos sociales. Por lo tanto, se optó por una metodología basada en la recopilación de datos primarios y secundarios. Los datos primarios se recogieron en el primer semestre de 2010, durante las entrevistas en Altamira (PA) y la búsqueda de información más "institucional" y refiriéndose a MXVS históricos llevado a la investigación en diversos sitios electrónicos. A continuación se presenta un análisis del movimiento desde la perspectiva revisión de la literatura. En consideración de Scherer-Warren

(2006) sobre el activismo y la militancia, es posible ver que los actos de forma MXVS mixto, es decir, las características más "revolucionarias" y de defensa, basado en la cooperación. Creada exclusivamente como una necesidad de luchar contra un enemigo común: la planta hidroeléctrica de Belo Monte, el Movimiento ha construido su identidad a partir de la posición y la presión política contra este rival, la intención (diseño) para detener la construcción de la hidroeléctrica.

Palabras Clave

Movimientos Sociales. Democracia. Belo Monte.

Introdução

Este artigo foi inspirado no projeto referência da disciplina eletiva da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV) denominada FIS – Formação Integrada para Sustentabilidade, realizada no primeiro semestre de 2010. O projeto envolveu a elaboração de um parecer para dois bancos signatários dos Princípios do Equador sobre a concessão de crédito para a construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte (AHE) em Altamira, Pará. Além disso, foi insumo um relatório sobre o alcance de movimentos sociais, produzido em 2010, para a disciplina Gestão Pública em 3D, também parte do curso de graduação em Administração Pública da EAESP-FGV.

Belo Monte é um projeto polêmico de infraestrutura, elaborado, inicialmente, na década de 1970, cujos impactos socioambientais esperados levaram, na época, à mobilização das organizações da sociedade civil da região em torno do objetivo comum de impedir a construção da barragem: a constituição do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVS). Compõem esse movimento diversas lideranças - indígenas, mulheres, jovens, ambientalistas, dentre outras - , mobilizadas em organizações e grupos sociais muito atuantes

na região e cujas articulações já levaram à conquista de resultados expressivos para a causa em questão. Como exemplo, é possível citar a solidariedade e mobilização do cantor Sting e todo o apelo internacional que resultou na retirada de apoio do FMI e consequente suspensão do projeto no período militar pela falta de recursos. O objetivo do trabalho, portanto, é analisar o MXVS e o alcance de sua atuação quanto à Belo Monte. Será feita uma revisão bibliográfica sob uma perspectiva da contribuição dos movimentos sociais para a democratização da esfera pública, abordando os conceitos de sociedade civil e de movimentos sociais.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, são apresentadas discussões conceituais acerca da sociedade civil, seguidas de considerações teóricas sobre a atuação dos movimentos sociais. Na seção seguinte, são abordados aspectos relevantes sobre o Movimento, como seu histórico de criação e atuação, além de um breve relato dos impactos diretos e indiretos em Belo Monte. É feita, ainda, uma leitura teórica do MXVS e sua atuação à luz dos autores discutidos na quarta seção. Por fim, o trabalho se encerra com uma apresentação de considerações finais e desdobramentos para futuros estudos sobre o tema.

1. Conceituando sociedade civil

O desafio de apresentar o conceito de sociedade civil é amenizado pelo reconhecimento de discussões anteriores, em que se apresentam interessantes contribuições sobre a literatura clássica já “sistematizadas” por autores como Norberto Bobbio (1999), Jean Cohen (2003) e Andrew Arato (1994). No debate nacional, o curto e esclarecedor texto de Gildo Marçal Brandão (2006), também, facilita a compreensão da evolução observada nos clássicos sobre o conceito em questão e suas implicações.

Para discutir o conceito gramsciano de sociedade civil, Bobbio (1999) apresenta

um panorama-síntese das contribuições do “pensamento público moderno, de Hobbes a Hegel”, avançando em direção a Marx, sobre a relação entre Estado e sociedade. Desde os teóricos realistas (do Estado tal como ele é), até os jusnaturalistas (dos modelos ideais de Estado), é possível identificar a tendência, mesmo que a partir de diferentes soluções, de considerar o Estado como o momento definitivo da vida coletiva do ser racional, resultado da racionalização de instintos, paixões e interesses que prevalecem no estado de natureza. Essa é a passagem de transformação do “reino da força desregrada”, ou sociedade natural, para o da “liberdade regulada” ou sociedade política (BOBBIO, 1999, p. 43).

A dicotomia entre Estado, na perspectiva positiva, e sociedade pré-estatal ou antiestatal, na negativa, se configura em três modelos teóricos principais: o modelo Hobbes-Rousseau, em que o Estado trata de eliminar e inverter, radicalmente, o estado de natureza; o modelo Locke-Kant, o Estado como aperfeiçoamento da fase anterior; e o modelo Hegel, que não nega de forma absoluta a sociedade pré-estatal (diferente de Hobbes-Rousseau), mas também não apenas a aperfeiçoa (como querem Locke-Kant) (BOBBIO, 1999).

Além de perceber o processo de racionalização do Estado como um “evento da história” e não mais um “ideal” jusnaturalista, Hegel, segundo Bobbio (1999), inova, também, ao distinguir sociedade civil de Estado político. Produzida historicamente, a sociedade pré-estatal não seria um estado de natureza. Dessa forma, contrapõe a esfera dos interesses privados e econômico-corporativos à esfera dos interesses públicos e universais. Além disso, a sociedade civil não somente trata da formação de classes, mas também engloba a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo (BOBBIO, 1999; BRANDÃO, 2006).

Com isso, de acordo com Bobbio (1999), enquanto para os jusnaturalistas, como Hobbes, Rousseau, Locke e Kant, o termo sociedade civil está relacionado à sociedade política e ao Estado,

para Hegel, esta seria a sociedade pré-estatal; enquanto os primeiros contrapõem estado de natureza (“não-civilizado”) versus estado civil, Hegel contrapõe sociedade civil e sociedade política. Sobre essa transformação, Bobbio (1999) aponta que Hegel descarta análises jurídicas dos jusnaturalistas, baseadas em propriedade e contratos, e se aproxima dos economistas:

As relações econômicas constituem o tecido da sociedade pré-estatal (...) a distinção entre o pré-estatal e o estatal é figurada cada vez mais como a distinção entre a esfera das relações econômicas e a esfera das instituições políticas (HEGEL *apud* BOBBIO, 1999, p. 51)

Segundo a teoria contratualista, o Estado é uma criação artificial, produto de uma “ação voluntária pela qual os indivíduos abdicam de sua liberdade originária em benefício de um terceiro, dando vida a um corpo político soberano que lhes garanta vida, liberdade e bens” (HEGEL *apud* BRANDÃO, 2006, p. 106), cuja tarefa é garantir a liberdade individual e a propriedade privada. Para Hegel (*apud* BRANDÃO, 2006), a teoria contratualista confunde Estado e sociedade civil ao incluir no Estado um interesse particular.

Dando continuidade ao panorama apresentado por Bobbio (1999), o autor se refere a Marx afirmando que este não coloca em categorias opostas o pré e o pós-estatal (natural e civil), mas, sim, a estrutura versus superestrutura, ou sociedade civil x Estado. Essa identificação marxiana entre a sociedade civil e a “estrutura” não é observada na inovadora teoria marxista de Gramsci. Para este (GRAMSCI *apud* BOBBIO, 1999, p. 54), a partir da definição hegeliana, a sociedade civil “não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura”. Dessa forma, contrariamente a Marx, que coloca esse momento como o momento das relações econômicas, Gramsci o encara como o momento das relações ideológico-culturais e da vida espiritual e intelectual (BOBBIO, 1999).

Um salto no tempo-espaço nos mostra a contemporaneidade dessa discussão: “O conceito

de sociedade civil se colocou na moda hoje em dia graças às lutas contra as ditaduras comunistas e militares em muitas partes do mundo” (COHEN, ARATO, 2000, p. 7), inclusive no Brasil, em que ainda se convencionou se referir à expressão “civil” como a oposta à “militar”. Inverte-se, assim, o pensamento gramsciano, ao considerar positivo tudo que era originário da sociedade civil e negativo o que vinha do Estado (COUTINHO, 2000). No entanto, a “sociedade civil é o lugar do conflito pela hegemonia. Aí se segrega, se produz, a ideologia, cimento amalgamador do consenso, permanentemente contestado pelo dissenso” (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Coutinho (2000, p. 2), Gramsci defende que uma “concreta análise histórica da correlação de forças presente em cada momento pode definir, do ângulo das classes subalternas, a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil como do Estado”, uma vez que, por exemplo, a sociedade civil pode ser dominada pela direita, ou ainda o Estado pode representar demandas universalistas.

Cohen e Arato apresentaram, em 1992, seu robusto estudo teórico sobre o conceito de sociedade civil, que traz interessante re-leitura de clássicos e autores importantes. Além disso, propuseram um modelo próprio que tinha por objetivo contribuir para a teoria democrática, de forma a passar a influência entre as sociedades civil e política para o centro da discussão. De acordo com Cohen (2003), para a construção deste modelo, Cohen e Arato (1992) adotaram o pressuposto do

Estado soberano como objetivo e referente fundamental (...) Presumimos que os indivíduos aos quais se aplicam as prerrogativas de pluralidade, publicidade, privacidade, portadores de direitos subjetivos e objeto de proteções da lei (legalidade) são cidadãos do Estado em cujo território e sob cuja jurisdição vivem. (COHEN, 2003, p. 431).

A opinião coletiva e a vontade popular,

desenvolvidas por meio do debate público, do desacordo e da crítica, buscam impactar o processo legislativo e as políticas públicas (COHEN, 2003). Essa discussão de soberania, ou seja, de que os “atores em uma determinada sociedade civil são cidadãos do Estado soberano onde residem”, faz parte das teorias sobre sociedade civil do final do século XX (COHEN, 2003, p. 432). Dessa forma, para Cohen (2003, p. 424), a sociedade civil é a “esfera de interação social diferenciada da economia e do Estado”, que tem por composição três elementos distintos: (i) pluralidade, baseada na associação voluntária; (ii) publicidade, relacionada a reuniões públicas para articular interesses; (iii) privacidade, relativa à “autonomia do indivíduo” vinculada aos seus direitos (COHEN, 2003).

Arato (1994) distingue sociedade civil e sociedade política a partir dos níveis da vida associativa durante períodos de transição e nas sociedades democráticas em geral. De acordo com ele, a mudança de regime não desmobiliza a esfera civil, ou seja, o deslocar da sociedade civil para a sociedade política não levaria à sua atomização. Tal relação bilateral civil-política é fundamental para a democracia. Para tratar do dualismo entre Estado e sociedade, Arato (1994, p. 3) diferencia três “sociedades”: “uma sociedade econômica, baseada em formas de propriedade e em associações puramente econômicas, uma sociedade política, fundada no sufrágio e nos partidos, e uma sociedade civil baseada em direitos de comunicação, em associações e movimentos civis”. Com isso, surge um modelo de cinco componentes, cujas interações “parecem ser decisivas para o futuro da democracia” (ARATO, 1994, p.3).

Para Franco (2005), Tocqueville inaugura uma linha de pensamento sobre a sociedade civil próxima à de John Stuart Mill, e, portanto, diferente da de Locke, Hegel e Gramsci. Tocqueville teria utilizado a expressão “governo civil” para falar da capacidade de gerar ordem espontaneamente por meio da cooperação, como uma “teoria não-hobbesiana do Estado” (FRANCO, 2005, p. 4). É

a partir desta afirmação que o autor agrega sua interpretação de Putnam sobre capital social, “para explicar por que uma sociedade civil forte - uma cultura cívica e cidadã - é fator indispensável à prosperidade econômica e à boa governança. Altos níveis de desenvolvimento correspondem, assim, a um alto estoque de capital social” (FRANCO, 2005, p. 6), e este está vinculado às conexões voluntárias baseadas em cooperação e reciprocidade, um fenômeno que aparece de forma mais intensa na sociedade civil do que no Estado ou no mercado. É o que o autor chama de “esquema trinário de interpretação da realidade social”, formado por setores com racionalidades próprias: o Estado normativo (primeiro setor), o mercado competitivo (segundo setor) e a sociedade civil cooperativa (terceiro setor) (FRANCO, 2005, p. 8).

Cohen (2003) comenta que este “esquema trinário” de Franco, que aparece no estudo de Cohen e Arato (1992), como “concepção tripartite”, pode ser explicado por meio das restrições relativas a poder e produção econômica, às quais estão sujeitos o Estado e o mercado, mas não a sociedade civil. Como para os atores da sociedade civil não há interesse em obter o poder do Estado ou a “organização da produção; em vez disso, tentam exercer influência pela participação em associações e movimentos democráticos e por meio da mídia pública” (COHEN, 2003, 427-428).

Faz parte da continuidade da discussão teórica, a compreensão dos três componentes fundamentais sobre sociedade civil elaborados por autores europeus do século XX, e apresentados por Cohen (2003), a partir de Cohen e Arato (1992). O primeiro componente é ilustrado por Gramsci e está relacionado à dimensão cultural e simbólica da sociedade civil, que “não é dada ou natural; ela é antes um lugar de contestação social (...) uma arena onde se forjam alianças, identidades coletivas e valores éticos” (GRAMSCI *apud* COHEN, 2003, p. 425).

O segundo componente, relacionado, principalmente, a Touraine, Melucci e outros, reforça a dinamicidade, criatividade e o caráter

contestador da sociedade civil. A partir dessa dimensão, é possível perceber a sociedade civil como espaço dinâmico e inovador para tratar problemas, projetos, valores e identidades coletivas. Além disso, devido à sua ação coletiva, pode se tornar relevante para lutas pela democratização. Aqui se evidencia uma importante contribuição do século XX para a pluralidade, relacionada à “ênfase nos *movimentos sociais*, como importante manancial de inovação, experimentação e participação cívica, com uma função essencial para o sistema político de despertar a consciência para novos problemas e questões” (COHEN, 2003, p. 425, grifo do autor). O terceiro componente está na caracterização deliberativa da esfera pública demonstrada por Jürgen Habermas e outros, segundo Cohen (2003), esclarecendo o papel da sociedade civil de “mediação entre o particular e o geral” (COHEN, 2003, p. 426).

Já Scherer-Warren (2006, p. 110) conceitua sociedade civil como: “a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas”. Na visão da autora, portanto, é a sociedade civil a responsável por endereçar interesses da sociedade, dando voz às causas defendidas por grupos organizados. Para tanto, manifestações em praça pública proporcionam pressão política e visibilidade diante da mídia, para além da articulação de atores de movimentos sociais, ONGs, fóruns e redes de redes. A autora classifica os chamados “níveis” da sociedade civil como: (i) associativismo local (associações civis e movimentos comunitários); (ii) formas de articulação interorganizacionais (fóruns, associações nacionais de ONGs e redes de redes); e (iii) mobilização na esfera pública (grande manifestações de atores de movimentos, como a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, por exemplo) (SCHERER-WARREN, 2006).

Tal lógica “militante” e de pressão depende

de certo grau de liberdade da sociedade civil para poder se posicionar. Isso posto, vale observar as colocações de Cohen (2003, p. 428) acerca da interação comunicativa, que possibilita a sua coordenação, e de sua autonomia em comunicar, ou seja, em “organizar, criticar e reafirmar normas, valores, identidades e significados”, permitindo que aflore seu potencial crítico, sua capacidade de influência na sociedade política, de forma protegida “contra a ‘colonização’ pelo dinheiro ou pelo poder”.

De acordo com Arato (1994, p. 3), sob a perspectiva metodológica do conceito, “a noção de sociedade civil continua sendo prejudicada por inúmeras ambigüidades”, que não se resolvem na distinção da sociedade política e da sociedade econômica. Considerando as contribuições apresentadas até este ponto, parece que o trecho abaixo desse autor introduz, de forma interessante, a discussão da próxima seção:

Segundo o princípio dualista de reconstrução da sociedade civil, uma sociedade unificada cerrava fileiras contra um inimigo imutável, o Estado-partido: Era “nós” contra “eles”. Nessas circunstâncias, era não só fácil como também necessário que orientações ideológicas muito diferentes cerrassem fileiras junto a um movimento social unificado, caso desejassem vir a ter alguma participação política. (ARATO, 1994, p. 6).

2. Os movimentos sociais, a globalização e a democracia

No *continuum* da seção anterior, a discussão sobre os movimentos sociais é encadeada com as concepções de sociedade civil e seus desdobramentos contemporâneos, no contexto globalizado e de relações mais complexas. Nesse sentido, Cardoso (1987) apresenta os movimentos sociais do cenário político como novos atores que trazem a possibilidade de transformações sociais e mudanças na estrutura de dominação vigente. A partir de novas identidades sociais, esses

movimentos são instrumentos de modificação do jogo.

Segundo Mainwaring e Viola (1984, p. 6), os movimentos sociais são “portadores de uma cultura política mais democrática”, que inclusive contribuíram para a queda da ditadura militar; foram fundamentais na transição para a democracia, pois questionaram “a cultura política semidemocrática brasileira”, bem como trouxeram “novos valores, perspectivas, métodos e abordagens para a arena política”. No entanto, para Cardoso (1987), tais movimentos só exercem efetivamente esse papel caso consigam unificar-se e superar a fragmentação de ações, afinal, “aparecem como as mil faces do povo oprimido que, em algum momento, deve mostrar sua unidade” (CARDOSO, 1987, p. 7). A partir de um olhar aplicado em países com intensa atividade social, Arato (1994) questiona, também, a capacidade da sociedade civil de, isoladamente, efetivar uma alteração de regime, seja de forma limitada ou ainda revolucionária.

Como contextualização para a discussão, parece relevante trazer algumas características propostas por Cardoso (1987) para os movimentos sociais urbanos, quais sejam: (i) novos e diferentes dos partidos e sindicatos, carregam formas específicas de participação; (ii) resistência e luta contra o Estado; (iii) potencial de transformação do modelo de dominação. Assim, afirma-se uma “capacidade de construir identidades políticas” de forma autônoma do sistema representativo, levando a participação a ganhar um “caráter moral”, como oposição à manipulação, como o substituto da cooptação, como canal de expressão para os reais interesses populares (CARDOSO, 1987, p. 3).

Ainda, a conceituação de movimentos sociais passa por questões tangenciadas na seção anterior. Conforme Arato (1994) analisa suas contribuições e as de Cohen e Arato (1992), para além da distinção entre a sociedade civil como movimento (constituente) versus instituição (constituída), é preciso incorporar a literatura existente sobre a noção das redes e do social

(como em Durkheim), que ainda precisa evoluir no campo da sociologia do direito.

Para Cohen (2003), a atualização do conceito de sociedade civil coloca os tais atores deste segmento social na interação com atores estatais e econômicos. A perspectiva da globalização posiciona a orientação da sociedade civil na linha da modificação geral da consciência pública. Portanto, a partir da alteração das formas de pluralidade, publicidade e privacidade, as sociedades civis globalizadas não são analisadas na mesma perspectiva de sua antecessora, a sociedade civil nacional. Esta “nova formação social” é mais forte do que muitos Estados, pois:

Poucos Estados (nem os Estados Unidos, provavelmente) podem fugir e resistir à pressão da mobilização internacional em torno das questões dos direitos humanos, da ecologia, do trabalho e da cultura. Isso porque os atores civis têm hoje condições de mobilizar Estados e organizações regionais por meio dos processos de comunicação e pelo exercício da pressão política. Isso quer dizer que na nova sociedade civil global a política de influência é complementada pela utilização de algumas formas de poder (COHEN, 2003, p. 452).

Nesse ponto a concepção de rede ganha espaço na discussão, pois sua forma elimina fronteiras nacionais e pode construir associações transnacionais da sociedade civil. Já utilizado no passado, como no caso das células comunistas, o formato das redes recebe novo desenho com a flexibilidade e a horizontalidade, diferente do perfil hierárquico presente no passado. Além disso, a inclusão das mídias eletrônicas é extremamente relevante para as redes, influenciando novas formas de ação coletiva (COHEN, 2003).

Keck e Sikkink (1998, p. 8, tradução própria) definem redes como uma “forma de organização caracterizada por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e intercâmbio”; são rotuladas como “*advocacy networks*”, uma vez que atuam na defesa de uma causa ou de uma proposta. O surgimento de tais redes é facilitado

caso os canais de relação com o governo estejam prejudicados ou não sejam efetivos para tratar de algum conflito, o que leva “organizações não governamentais domésticas a buscarem aliados internacionais para tentar trazer pressão a seus governos”. É dessa forma que os autores introduzem o conceito do “bumerangue” (KECK, SIKKINK, 1998, p. 5, tradução própria). Para Cohen (2003), seria um processo

pelo qual associações da sociedade civil ou organizações não-governamentais de origem nacional passam por cima dos seus Estados e se vinculam diretamente a aliados transnacionais para tentar exercer pressão sobre seus Estados (ou outros Estados que tenham como alvo) a partir de fora ou ‘do alto’ (COHEN, 2003, p. 439).

Cohen (2003), apresenta, ainda, um contraponto ao afirmar que a sociedade civil não tem por função a substituição da sociedade política, uma vez não é equivalente funcional das instituições representativas. Isso porque não só não tem alcance suficiente em termos de fiscalização das instituições supranacionais, como também em termos de autofiscalização. Redes e associações civis devem ser fiscalizadas devido ao seu potencial excludente, injusto, desigual e antidemocrático (COHEN, 2003). Portanto, seu papel é o de exercer influência.

Retomando a concepção de Keck e Sikkink (1998), “*transnational advocacy networks*” são redes que desenvolvem técnicas e estratégias de influência relacionadas a: (i) acesso a informação (*information politics*); (ii) publicização de questões por meio de eventos e conferências (*symbolic politics*); (iii) atração de atores mais poderosos para a causa (*leverage politics*); e (iv) cobrança de postura de governos e instituições de acordo com princípios acordados (*accountability politics*). Para os autores, a chave para seu sucesso está no fortalecimento e densidade das redes, na vulnerabilidade do estado ou organização alvo, nas estruturas domésticas e na natureza da causa em questão.

De acordo com Ilse Scherer-Warren (2006), a luta pela cidadania e garantia de direitos é debatida por meio de temas transversais, relativos a diversos aspectos da exclusão social e da demanda de novos direitos. É nesse ponto que a indivisibilidade de direitos proposta pela Plataforma DhESCA (direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) ganha espaço, com o conseqüente alargamento da concepção de direitos humanos e a ampliação da base de mobilizações.

Outra discussão da autora que se mostra relevante para este trabalho envolve a caracterização do ativismo nas redes de movimento. Para além da conhecida militância denominada “revolucionária”, Scherer-Warren (2006) aponta o surgimento de outro tipo de ativismo, baseado em valores democráticos, de solidariedade e cooperação. Essa nova forma de militância modifica, também, a divisão clássica das ONGs sobre sua maneira de atuar (*think tanks* ou produtoras de conhecimento, ativistas, e prestadoras de serviço ou de caridade), levando tais organizações a mesclarem cada vez mais esses perfis. De acordo com a autora, para o empoderamento, é necessária a democracia nos mecanismos de participação em organizações e comitês da esfera pública, com a criação de novas formas de governança. O preparo dos atores a interagirem nesses espaços passa por: mobilizações de base local na esfera pública; fóruns e redes da sociedade civil; conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado; e conferências nacionais e globais de iniciativa governamental.

Scherer-Warren (2006) apresenta, ainda, como possibilidades resultantes das redes de movimentos sociais, a transposição de fronteiras de diversas maneiras: territoriais, temporais e sociais. O primeiro tipo de fronteira é uma forma de articulação de ações locais a ações regionais, nacionais e transnacionais; enquanto o segundo tipo reflete a indivisibilidade de direitos humanos entre diversas gerações históricas. Já o terceiro tipo compreende o pluralismo de concepções de

mundo conforme certos limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia.

3. Experiência estudada – O Movimento Xingu Vivo para Sempre

Essa seção pretende apresentar características do Movimento Xingu Vivo para Sempre, relevantes para o entendimento de sua influência em Belo Monte. Para compreender sua atuação e posicionamento, é preciso resgatar a trajetória e motivações para a criação do Movimento. O histórico de acontecimentos na Bacia Hidrográfica do Xingu é determinante na compreensão das expectativas e exigências desses atores quanto à Belo Monte.

Para tanto, optou-se por uma metodologia baseada na coleta de dados primários e secundários. A coleta primária ocorreu no primeiro semestre de 2010, durante as entrevistas e discussões em grupo realizadas em Altamira (PA) com diversos atores, como parte da imersão no campo da disciplina FIS. Entre 16 e 25 de abril de 2010, foram conduzidas localmente ao todo 18 entrevistas com representantes do governo municipal (um); de empresas da área de energia (um); do movimento indigenista (um); do Ministério Público Federal (um); de associações e movimentos sociais (sete); líderes indígenas (três) e pesquisadores (quatro). Além disso, fez parte da coleta primária a realização de pelo menos 20 entrevistas com habitantes de Altamira/PA.

A análise desses dados primários foi fundamental para o entendimento das possíveis influências do Movimento na questão de Belo Monte, uma vez que não foi essa a perspectiva do estudo realizado para a disciplina em questão. No entanto, apesar da compreensão sobre a relação e possível influência do Movimento quanto à Belo Monte ter sido considerada apenas adicional para o estudo realizado em 2010, o tema já constava no roteiro de pesquisa, o que facilitou a análise dos dados para a elaboração do presente artigo.

Em busca de informações mais

“institucionais” e referentes ao histórico do MXVS, foram pesquisados diversos sítios eletrônicos, principalmente o recém-criado *www.xinguvivo.org.br*. Em seguida, foi feita uma análise do MXVS a partir da revisão bibliográfica apresentada.

Atualmente “formalizado” como Movimento, o MXVS possui coordenação geral e *website* próprio, além de diversas parcerias e apoios de organizações nacionais e internacionais. No entanto, é possível identificar a composição inicial de um movimento social relativo à Belo Monte já em 1988, quando se iniciam as mobilizações contra o Complexo Hidrelétrico de Altamira, que reunia as usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW). É nesse ano que alguns acadêmicos e lideranças indígenas da região apresentam, em simpósio sobre o manejo adequado de florestas tropicais na Universidade da Flórida, Miami (EUA) e depois novamente Washington, relatos indignados sobre os projetos de hidrelétricas a serem financiados pelo Banco Mundial, que inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas, para os quais não tinha havido consulta prévia, apesar do impacto direto nessas populações.

Em fevereiro de 1989, acontece em Altamira o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, evento que ganha notoriedade pela grande presença da mídia nacional e internacional, de movimentos ambientalistas e sociais. Com objetivo de protestar contra as decisões tomadas sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidrelétrico, o encontro reuniu cerca de três mil pessoas e é considerado um marco no socioambientalismo no Brasil. Como resultado, tem-se o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, e da Declaração Indígena de Altamira. Remodelado para tentar agradar ambientalistas e investidores estrangeiros, o novo projeto é apresentado ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e à Eletrobrás. Com isso, o reservatório da usina é reduzido de 1.225 km² para 400 km², evitando a inundação da Área Indígena Paquicamba.

O Plano Plurianual de 2000-2003 estabelece o empreendimento de Belo Monte não somente como obra estratégica para geração de energia, mas também como peça estruturante do Eixo de Desenvolvimento - Madeira/Amazonas, parte do programa Avança Brasil. Em agosto de 2001, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, que reúne 113 organizações sociais, elabora um documento intitulado “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia”. Um mês depois, a Justiça Federal concede, em setembro, liminar à ação civil pública que pede a suspensão dos Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte. São situações similares de enfrentamento e abstenção que se seguem nos sete anos seguintes.

Com o resgate e renovação do projeto de Belo Monte em 2008, o empreendimento retorna à pauta como a maior obra do Programa de Aceleração de Crescimento do governo (PAC). Modificações no projeto levaram à elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental e de um Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), de acordo com os procedimentos oficiais de licenciamento ambiental. No entanto, muitas são as críticas a tais análises. Na visão do MXVS, o EIA-RIMA “não apresenta fundamento e sentido uma vez que os impactos ambientais no rio Xingu e nas demais áreas dificilmente podem ser mensuradas, em razão da complexidade da biodiversidade do local” (XINGU VIVO, 2010). Para além dessa consideração quase-subjetiva, o Movimento analisou, crítica e cientificamente, tais documentos com o apoio de um Painel de Especialistas que elaborou um parecer técnico sobre as falhas e os desvios analíticos identificados - tanto pela insuficiência quanto pela fragilidade dos estudos oficiais.

A pesquisa realizada para a disciplina FIS mostrou a existência de impactos diretos e indiretos para a construção do AHE de Belo Monte, conforme é possível de verificar em vários estudos disponíveis *online*. Para melhor compreender o projeto e suas implicações,

recomenda-se principalmente o documento escrito pelo Painel de Especialistas (2009), o vídeo produzido com apoio da *International Rivers* e da *Amazon Watch* (2010) e, claro, os documentos oficiais do processo de licenciamento ambiental, disponíveis no sítio eletrônico do Ibama (2010).

3.1 Influências para o AHE de Belo Monte

Retratado em Xingu Vivo (2010), o histórico de acontecimentos envolvendo Belo Monte e as organizações sociais e lideranças locais de Altamira demonstra a profusão de idas e vindas entre mobilizações sociais contra e atos governamentais a favor da construção da Usina, como uma “valsa” entre inimigos. Assim como mencionado sobre o ocorrido em 2001, outras ocasiões, também, refletem reação do governo às manifestações, mostrando o impacto desses encontros de grupos e cartas enviadas.

Conforme relatado por representantes do MXVS, para tentar empurrar a UHE de Belo Monte “goela abaixo” dos povos da Amazônia, o governo federal marcou para setembro de 2009 quatro audiências públicas. A audiência pública de Belém aconteceu no dia 15/09, e teve a presença de centenas de soldados da Força Nacional que tentaram impedir a entrada de manifestantes indígenas e dos movimentos sociais. Porém, contrário ao que empresários e o governo federal e estadual imaginavam, a resistência foi grande, selando, assim, a aliança campo-cidade.

Fruto do processo iniciado exatamente um mês antes da audiência em Belém (15/10), foi lançado o Comitê Metropolitano do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que se propõe a trazer para a região metropolitana o debate sobre a Usina. Para tanto, foi lançado um Blog, que tem a finalidade de cumprir esse papel, ou seja, informar à sociedade “os reais interesses que existem por trás dessa hidrelétrica, a que e a quem ela servirá” (XINGU VIVO, 2010).

A coordenadora do MXVS, Antonia Melo (2010), em entrevista, afirma como resultado

das mobilizações sociais no Pará não somente o fortalecimento da aliança e das redes sociais, mas, também, a publicização do debate e da polêmica sobre Belo Monte, a política energética brasileira e o modelo de desenvolvimento vigente para Amazônia. Antonia Melo (2010) coloca esse modelo numa posição que demanda revisões, pois foi “construído na ditadura militar e pautado na usurpação de seus recursos naturais, em que os lucros são apropriados somente por alguns grupos privados enquanto seus impactos são absorvidos pelas populações locais”. A coordenadora aponta, ainda, como resultados do MXVS, a grande visibilidade internacional e o aumento da pressão política sobre os governantes responsáveis pelo projeto. Como estratégia futura de atuação, assinala o estabelecimento de forte aliança dos rios Xingu, Tapajós e Madeira, e a promoção de uma mobilização em defesa dos Rios da Amazônia e contra os “projetos de morte e destruição do PAC do Governo Federal” (MELO, 2010).

4. Um olhar teórico sobre a experiência estudada

Para melhor compreender a atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que surge, essencialmente, da necessidade identificada por diversas organizações da sociedade civil do Pará de se organizarem e combaterem a construção da hidrelétrica de Belo Monte, procurou-se apoio nas referências apontadas nas seções anteriores deste artigo, fundamentalmente nos trabalhos de Ruth Cardoso (1987), Jeffrey Alexander (1998) e Ilse Scherer-Warren (2006).

Cardoso ganha destaque, nesta seção, principalmente devido a desdobramentos recentes do caso em questão, uma vez que a condenação do governo brasileiro na Corte Interamericana de Justiça não trouxe qualquer efeito para o *status* de construção da obra, mesmo com os acordos internacionais ratificados pelo país. A relação da autora com essa situação está na contribuição que traz com a expressão “e a luta continua...”, que explicita uma esperança

de que o episódio traga um aprendizado político que influenciará novas etapas, a partir de um pressuposto de “alargamento da consciência política” (CARDOSO, 1987, p. 6).

O segundo autor mencionado, Alexander (1998), traz contribuições significativas no entendimento e análise sobre o surgimento e atuação dos movimentos sociais, que pode ser essencial para a elaboração deste trabalho. Já a autora Ilse Scherer-Warren (2006) contribui em diversos aspectos para análise teórica do Movimento, principalmente com elementos e caracterização das redes de movimentos sociais.

Com uma citação de Oberschall (1973, p. 33), Alexander (1998) discute o posicionamento oposto de privilegiados e desfavorecidos, o qual leva ao conflito social, sendo os primeiros interessados na manutenção de seu benefício e os segundos buscando aumentarem sua quota de modo individual ou coletivo. É possível aqui um paralelo com a situação do MXVS, que surge, essencialmente, da necessidade identificada de mobilização das ONGs locais contra um empreendimento que traria impactos negativos em diversas esferas para essa comunidade. Nesse ponto, Cardoso (1987, p. 9) traz a ideia da “união pela experiência concreta da discriminação”, por meio da qual o reconhecimento da igualdade pela exclusão leva à imposição de regras de funcionamento que evitam a hierarquia. Com intenções de representar e posicionar os interesses daquela população desfavorecida pelo histórico de ocupação e desenvolvimento fundado em desigualdades na região, essas organizações buscavam aumentar seus benefícios, em contraposição àqueles postos pelo governo/empreendedor. É de extrema importância notar aqui a garantia de direitos almejada pelo movimento por meio da concessão de voz a esse grupo de moradores de Altamira e região.

Sobre os motivos para a estruturação do MXVS como movimento em si, pode-se citar Alexander (1998) que apresenta a perspectiva de os movimentos, ao se organizarem, ganharem poder e influência para modificar a distribuição

dos bens materiais. É possível afirmar que esta é uma motivação muito relevante no caso do MXVS, uma vez que as organizações locais perceberam que, individualmente, suas manifestações teriam menos impacto, o que dificultaria qualquer possibilidade de negociação efetiva com o governo e empreendedor do AHE de Belo Monte.

Já no texto de Mainwaring e Viola (1984), é possível verificar contribuições nesse sentido, quando os autores afirmam que, em muitas regiões do Brasil, as comunidades de base ocuparam papel de “trampolim”, ou seja, foram ponto de partida para a emergência de outros movimentos na sociedade civil. De acordo com os autores, essas comunidades e outras organizações de base da igreja, especialmente a Comissão Pastoral da Terra, influenciaram e fortaleceram sindicatos camponeses na Amazônia e no Nordeste brasileiro (MAINWARING; VIOLA, 1984, p. 55). Essa é uma realidade conhecida para o MXVS, uma vez que sua composição foi marcada pela atuação de organizações de base religiosa e comunitária.

Também é possível discutir o MXVS sob o olhar de sociólogos contemporâneos, conforme Alexander (1998), que afirmam que a teoria dos novos movimentos sociais permite uma análise num cenário de novo modo de produção e novos tipos de privações, tratando não só da visão instrumental e materialista, mas também da subjetividade relativa aos movimentos sociais. Importante contribuição desse autor é a percepção da identidade social e pessoal como produto da ação social, o que coloca a identidade pessoal como propriedade a ser reivindicada e defendida. Uma complementação dessa visão são os argumentos apresentados por Ilse Scherer-Warren (2006) acerca dos três elementos de uma rede de movimentos sociais: identificação, definição de adversário comum e projeto. O primeiro elemento pode ser explicado pela identificação de valores em comum, contra certos atores ou situações antagônicas a serem combatidas e enfrentadas (segundo elemento), para alcançar certos objetivos coletivos (terceiro

elemento).

Esse processo de articulação com grupos de mesma identidade social ou política ganha proporções no contexto da sociedade de redes, na medida em que leva à maior visibilidade e impacto na esfera pública (SCHERER-WARREN, 2006). É possível inferir que a questão do reconhecimento e do agrupamento em torno da negação de um grupo e/ou de uma realidade exerce importante papel na definição de identidade de um movimento social. Essa é uma grande contribuição para o entendimento do MXVS, que se estabeleceu unicamente como necessidade de combater um inimigo comum: a UHE de Belo Monte. A identidade do Movimento, assim, passa pelo posicionamento e por pressões políticas contra esse adversário, com a intenção (*projeto*) de impedir a construção da hidrelétrica devido às falhas e ao desrespeito à legislação em diferentes instâncias e momentos do processo.

Em comparação com organizações do terceiro setor, Scherer-Warren (2006) considera os movimentos sociais menos institucionalizados e mais abrangentes - apesar de não ser institucionalizado formalmente, o MXVS é minimamente organizado, tem coordenador e *website* próprio. Além disso, a autora trata da “transversalidade na demanda por direitos” como a percepção de que a garantia de direitos deve ser obtida por meio do alargamento da concepção de direitos humanos e da ampliação da base das mobilizações.

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorializado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Essa citação vai de encontro com a realidade do MXVS, pois o Movimento se configura como uma rede que agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas. Também é possível perceber a evolução nesse sentido, uma vez que, historicamente, aconteceram aglutinações crescentes de organizações e encontros de grupos cada vez maiores e mais representativos para combater Belo Monte desde a década de 90: Encontro dos Povos Indígenas do Xingu; Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu; Movimento Xingu Vivo para Sempre; Encontro dos 4 Rios (Seminário sobre projetos de hidrelétricas, eclusas e hidrovias nos rios Tapajós, Madeira, Xingu e Teles Pires).

Nas considerações da autora acerca do ativismo e militância, é possível perceber que o MXVS atua de forma mista, ou seja, conforme características mais “revolucionárias” e de contestação, alicerçadas na cooperação (SCHERER-WARREN, 2006). O Movimento, também, ilustra a tendência apresentada pela autora de mescla entre as formas clássicas de atuação das ONGs. Predominantemente de caráter ativista e mobilizador, essa rede de movimentos sociais atua, ainda, como produtora de conhecimentos, uma vez que realiza e apoia a realização e a disseminação de estudos técnicos sobre o empreendimento de Belo Monte.

Chega a impressionar o alcance de seu posicionamento, com iniciativas que influenciaram a condenação do governo brasileiro, em 2011, em um processo sobre o desrespeito de direitos humanos na Corte Interamericana de Justiça. Clássica aplicação do “bumerangue” de Keck e Sikkink (1998), o MXVS acionou sua rede composta de organizações internacionais para trazer publicidade (visibilidade) e utilizar de pactos firmados pelo Brasil no âmbito jurídico internacional. No entanto, a postura do governo brasileiro ao ignorar e até repudiar publicamente

esta condenação é exemplo que demonstra a insuficiência da iniciativa do MXVS frente aos interesses empresariais e governamentais propulsores de Belo Monte.

Dessa forma, apesar de hoje não prestar serviços, no cenário eventual de construção da hidrelétrica, pode-se especular uma alteração do projeto do Movimento, que poderia passar a dar assistência às populações direta e indiretamente atingidas por Belo Monte ou, ainda, atuar diretamente como parte de um observatório social para acompanhar a evolução da obra e cobrar respostas do empreendedor e do governo.

As possibilidades de transposição de fronteiras resultantes da atuação de movimentos sociais discutidas por Scherer-Warren (2006) faz sentido à situação em questão, pois o MXVS se propõe a articular ações locais às regionais, nacionais e transnacionais de modo a lutar pelo respeito a direitos humanos de diversas gerações. Exemplo disso é a influência do MXVS nas mobilizações dos “quatro rios”, apoiando movimentos contra projetos de alto impacto em rios que não fazem parte da bacia do Xingu. O Movimento age, também, na transposição de fronteiras sociais, já que pressupõe e luta pelo respeito às diferenças entre os diversos grupos e interesses envolvidos na questão de Belo Monte.

Considerações finais

Olhar para o histórico de atuações sociais em Altamira (Pará), nos mostra como organizações e lideranças podem se mobilizar em torno de uma causa, como podem representar e defender interesses e valores de diversos grupos locais quanto à construção da hidrelétrica de Belo Monte na região. Inspirado pelas contribuições teóricas aqui apresentadas, este olhar ganha concepções mais definidas em diversos aspectos, como uma motivação mais clara para tais grupos se aliarem em torno de uma causa comum: poder e influência, além de maior visibilidade e possibilidade de negociação.

Além disso, a identidade na formação de um movimento ganha evidência, conforme Alexander (1998), como produto da ação social. Sob outra perspectiva de análise, Scherer-Warren (2006) mostra a identidade como elemento definidor de uma rede de movimento social, ao lado da identificação de um projeto ou utopia e de um adversário comum: Belo Monte, no caso em questão. Menos institucionalizados do que organizações do terceiro setor, os movimentos sociais são mais abrangentes.

A transversalidade de direitos aparece, também, na discussão de forma relevante, na medida em que o Movimento toma amplas proporções, reunindo grupos de diferentes perfis e causas específicas diversas, em torno de um objeto em comum: impedir a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. As fronteiras territoriais, temporais e sociais perdem espaço nesse contexto.

Pesquisas futuras poderiam aprofundar a análise dos impactos da existência e da atuação do MXVS quanto a Belo Monte, além de fundamentar melhor, no campo da teoria democrática, a própria criação do Movimento. Um desdobramento possível desta pesquisa seria o estudo das contribuições efetivas obtidas a partir de espaços participativos democráticos influenciados por movimentos sociais como o MXVS, para a formulação e implementação de políticas públicas, tais como os Conselhos Municipais e eventuais observatórios sociais que surgirem em Altamira caso a hidrelétrica efetivamente seja construída.

O contato com mobilizações como o Movimento nos mostra como ainda é grande a necessidade de mais espaços de articulação e participação na esfera pública. Membros do MXVS são pessoas que dedicam sua vida para dar voz a grupos socioeconomicamente frágeis e desfavorecidos, excluídos do processo de influência contra um empreendimento de enorme impacto como Belo Monte. Apesar de elementos passados e atuais que indicam conquistas parciais contra Belo Monte, como a retirada de apoio do

FMI no período militar e a recente condenação do governo na Corte Interamericana de Justiça, fica claro que seus reais efeitos para a causa do MXVS ainda segue na linha do “e a luta continua...”, uma vez que se mostrou frágil e insuficiente perante a vontade política que sustenta a construção do empreendimento.

Referências

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p.5-31, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 14 fev. 2012.

ARATO, A. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 18., 1994, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1994. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm. Acesso em: 14 fev. 2012.

BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRANDÃO, G. M. Teoria política e institucionalização acadêmica. In: QUIRINO, C.; VOUGA, C.; BRANDÃO, G. M. (Org.). **Clássicos do pensamento político**. São Paulo: Edusp, 2006, p. 271-275. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=CuuqnRQCuoC&oi=fnd&pg=PA9&dq=gildo+brand%C3%A3o&ots=oJikkPBOXo&sig=cpuflWHP3cNa1Yraj7_P-lbA2CY#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 18 nov.2012.

CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São

Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.

COHEN, J. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.

_____; ARATO, A. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____; _____. **Civil society and political theory**. Cambridge, MIT Press, 1992.

COUTINHO, C. **Gramsci e a sociedade civil**. 2000. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv93.htm>. Acesso em: 14 fev. 2012.

FRANCO, A. Desenvolvimento, capital social, redes sociais e sustentabilidade: o conteúdo de minhas palestras de 2003-2005. **Carta Capital Social 93**, set. 2005. Disponível em: <http://escoladeredes.net/profiles/blog/list?user=18d9d529umtfy&month=06&year=2010>. Acesso em: 13 fev. 2012.

IBAMA. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, 2010. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>. Acesso em: 15 fev. 2012.

INTERNATIONAL RIVERS. 2010. Disponível em: <http://eco4planet.com/blog/2010/09/google-earth-tem-tour-contra-belo-monte/>. Acesso em: 16 fev. 2012.

KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998.

MAINWARING, S.; VIOLA, E. **New social movements, political culture and democracy: Brazil and Argentina**. Paris: Kellogg Institute, Working Paper #33, 1984, 82 p.

MELO, A. Entrevista com Antonia Melo – liderança do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. **Clínica do texto**, 14 maio 2010. Disponível em: <http://www.abong.org.br/informes.php?id=466&it=470>. Acesso em: 15 fev. 2012.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

PAINEL DOS ESPECIALISTAS. 2009. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/pt-br/resources/resumo-executivo-painel-de-especialistas-examinabilidade-de-belo-monte-3948>. Acesso em: 16 fev. 2012.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. Estado** [online], v.21, n.1, p. 109-130, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007. Acesso em: 15 fev. 2012.

XINGU VIVO. 2010. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/>. acesso em: 15 fev. 2012.

XVPS. 2010. Disponível em: <http://xingu-vivo.blogspot.com.br/>. Acesso: 15 fev. 2012.



O PAPEL DAS EMOÇÕES NO EMPREENDEDORISMO SOCIAL: SINALIZAÇÃO PARA UM CÓDIGO DE CONDUTA?

**The Role of Emotions in Social Entrepreneurship:
Signaling to a Code of Conduct?**

**El Papel de las Emociones en el Espíritu Empresarial
Social: Señalización a un Código de Conducta?**

Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros (UFU)*
Valdir Machado Valadão Júnior (FAGEN/UFU)**
Rodrigo Miranda (UFU)***

*Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutoranda em Administração na FGV/EAESP. Professora da Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Endereço: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), Av João Naves de Avila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1F, CEP: 38.408-100, Uberlândia/MG
Email: cintia@fagen.ufu.br

**Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto da Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Líder do Grupo de Pesquisa de Gestão do Terceiro Setor da FAGEN/UFU.

Endereço: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), Av João Naves de Avila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1F, CEP: 38.408-100, Uberlândia/MG
Email: valdirjr@ufu.br

*** Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutoranda em Administração na FGV/EAESP. Professor da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Endereço: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), Av João Naves de Avila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1F, CEP: 38.408-100, Uberlândia/MG
Email: rodmiranda02@gmail.com

Resumo

O empreendedorismo social, como conceito, se apresenta com características diferentes da gestão social tradicional e da gestão empreendedora, resultando na busca de ações e resultados coletivos e de emancipação social. Neste trabalho, recorreremos ao pensamento

de Norbert Elias (1990; 1995) – para quem as condutas, bem como as emoções, são geradas em um processo civilizador, tornando-se condizentes com a ordem social vigente na sociedade – a fim de examinar o empreendedorismo social como fenômeno emergente. E é nesse contexto que se insere a questão que orienta o presente trabalho: qual a natureza das emoções expressas por

homens e mulheres que empreenderam ações no campo social? Para investigar tal questão, estabelecemos o objetivo de identificar as emoções manifestadas no discurso dos finalistas do Prêmio Empreendedores Sociais, realizado pela Folha de S.Paulo e a Fundação Schwab, dos anos de 2005 a 2009. Trata-se de uma pesquisa documental, cujos dados considerados para análise são as publicações no *website* do Prêmio Empreendedor Social. A análise discursiva aponta para quatro categorias de emoções: esperança, altruísmo, paixão e coragem, as quais interpretamos como parte de um “processo civilizador”, do qual fala Norbert Elias.

Palavras-chave

Empreendedorismo Social. Emoções. Conduta Social.

Abstract

As a concept, social entrepreneurship is presented with characteristics different from traditional social management and entrepreneurial management, resulting in the search results and collective action and social emancipation. In this work, we turn to the thought of Norbert Elias (1990; 1995) - for whom the conduct and emotions are generated in a civilizing process, making it consistent with the existing social order in society - to examine social entrepreneurship as a phenomenon. It is in this context that the question that guides this study: what is the nature of the emotions expressed by men and women who took action in the social field? To investigate this question, we set the goal of identifying the emotions expressed in the discourse of Social Entrepreneurs Award finalists, performed by the FSP and the Schwab Foundation, the years 2005 to 2009, in order to understand the role that these play in social interactions. This is a research document whose data analysis are considered for publication on the website of the Social Entrepreneur Award. The discursive analysis points to four categories

of emotions: hope, selflessness, passion and courage, which we interpret as part of a “civilizing process”, which speaks Norbert Elias.

Keywords

Social Entrepreneurship. Emotions. Social Conduct.

Resumen

El empresariado social ha ganado expresión en Brasil y en el mundo emergente, el escenario de la década de 1990, como un fenómeno puede crear formas de organización para fortalecer frente a los problemas sociales debido a la reducción de la inversión pública en el ámbito social, el crecimiento de la pobreza, tanto estructural como política. Como concepto, el emprendimiento social se presenta con características diferentes a la gestión tradicional social y la gestión empresarial, dando lugar a los resultados de búsqueda y la acción colectiva y la emancipación social. En este trabajo, nos volvemos a la idea de Norbert Elias - para quien la conducta y las emociones se generan en un proceso de civilización, por lo que es coherente con el orden social existente en la sociedad - para examinar el emprendimiento social como un fenómeno. Es en este contexto que la pregunta que guía este estudio: ¿cuál es la naturaleza de las emociones expresadas por los hombres y las mujeres que tomaron acción en el ámbito social? Para investigar esta cuestión, nos fijamos el objetivo de identificar las emociones expresadas en el discurso de los finalistas de los Premios Empreendedores Sociales, realizado por la FSP y la Fundación Schwab, de los años 2005 a 2009, con el fin de comprender el papel que éstos desempeñan en las interacciones sociales. Este es un documento de investigación cuyo análisis de datos son considerados para su publicación en la página web del Premio al Emprendedor Social. Los puntos de análisis discursivo a cuatro categorías de emociones: la esperanza, generosidad, pasión

y coraje, que interpretamos como parte de un “proceso civilizador”, que habla Norbert Elias.

Palabras Clave

Emprendimiento Social. Emociones. Conducta Social.

Introdução

O empreendedorismo social ganhou expressão no Brasil e no mundo, no cenário dos anos 1990, como um fenômeno capaz de criar formas organizacionais para fortalecer o enfrentamento de problemáticas sociais face à redução dos investimentos públicos no campo social e ao crescimento da pobreza, tanto estrutural como política. Como conceito, o empreendedorismo social se apresenta com características diferentes da gestão social tradicional e da gestão empreendedora, resultando na busca de ações e resultados coletivos e de emancipação social (FEGER, 2004; MELO NETO; FROES, 2001; THALHUBER, 2007).

Na literatura especializada em empreendedorismo, o conceito de empreendedor é variado e abrange características diversas. Para Degen (1989), Dolabela (1999a) e Dias (2004), o empreendedor é aquele que assume riscos. Para Dolabela (1999b), empreendedores não só assumem riscos calculados, como tentam, de certa forma, influenciar a sorte; possuem capacidade criativa de identificar e aproveitar oportunidades, querem realizar os seus próprios sonhos e acreditam que podem convencer as pessoas a realizarem esses sonhos.

Quanto ao empreendedorismo social, este compreende, em suas definições, a manifestação de determinadas emoções, dada a natureza do trabalho social, que é de ordem, principalmente, relacional. Nesse contexto, surge a questão que orienta o presente trabalho: qual a natureza das emoções expressas por homens e mulheres que empreenderam ações no campo social? Para

investigar tal questão, estabelecemos o objetivo de compreender qual a natureza das emoções dos finalistas do Prêmio Empreendedores Sociais, realizado pela Folha de S.Paulo e a Fundação Schwab, dos anos de 2005 a 2009.

Ao lançarmos nosso olhar sobre as emoções manifestadas pelos empreendedores sociais, estamos nos propondo a examinar, além dos seus padrões, o papel que estas desempenham nas interações sociais. As emoções são teorizadas por diversos campos de conhecimento, como a psicologia, a biologia, a antropologia e a sociologia. Neste trabalho, nos apoiamos no pensamento de Norbert Elias (1990, 1995). Para esse autor, a conduta, bem como as emoções são geradas em um processo civilizador, e tornam-se condizentes com a ordem social vigente na sociedade. Nesse sentido, a linguagem é um ajustamento social determinado pela sociedade em que o indivíduo cresce.

Trata-se de uma pesquisa documental, cujos dados considerados para análise são as publicações no *website* do Prêmio Empreendedor Social. Utiliza-se da análise discursiva para reconhecer e interpretar a natureza das emoções de homens e mulheres reconhecidos, nacionalmente, como empreendedores sociais. Inicialmente, o artigo discute o pensamento de Norbert Elias sobre o processo civilizador, o empreendedorismo social e as diferenças entre a gestão empreendedora de outros tipos de empreendimentos. Em seguida, descrevemos os procedimentos metodológicos e, na sequência, apresentamos os resultados alcançados. Ao final, fazemos as considerações finais.

1. Norbert Elias e o processo civilizador

Norbert Elias não é um autor que dispensa apresentações. Ele é pouco reconhecido no campo dos estudos organizacionais, tendo permanecido um longo período como um autor marginal, até os anos 1970, três décadas após a publicação de sua obra mais importante,

O Processo Civilizador. A obra desse autor é bastante relevante para ampliar as explicações quanto aos processos sociais, porém, no campo da gestão, essa obra ainda é pouco mencionada, senão desconhecida. Elias (1990, 1995) propõe reflexões sobre os sentimentos humanos no sentido de que estes estão associados às formas civilizatórias da sociedade. Nos dois volumes que compõem O Processo Civilizador, Norbert Elias (1990; 1995) faz uma incursão profunda na história da civilização humana para analisar os processos sociais.

O autor analisa os acontecimentos históricos do *habitus* europeu. O conceito de *habitus*, para ele, corresponde à estrutura psíquica do indivíduo, a qual é moldada pelas atitudes sociais. A violência, o comportamento sexual, a etiqueta e formas de discursos caracterizados como padrões europeus, depois da Idade Média, se transformaram com o passar do tempo, devido ao sentimento de vergonha e de nojo que passou a imperar. Na sequência, no volume II, Elias (1990) analisa as causas dessas transformações, reconhecendo que tais mudanças nos padrões de comportamento são originadas de uma rede de relações entre indivíduos que molda a sociedade, ao mesmo tempo em que é por ela moldada. O autor analisa a relação entre a formação do Estado e as mudanças na estrutura da personalidade do indivíduo.

Para Elias (1990, p.193), “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”. O autor argumenta que a civilização não é um produto da razão humana, ou, ainda, fruto de um planejamento calculado, mas, sim, trata-se de um movimento não intencional, ainda que tenha alguma ordem específica. As mudanças ocorrem quando a classe superior cria novos padrões de comportamentos com o fim de distanciar-se de outras classes sociais que, com o passar do tempo, acabam por adotar esses mesmos padrões. Ao questionar sobre o surgimento das formações sociais que nenhum ser isolado planejou e, ainda assim, estas são

dotadas de certa estabilidade e estrutura, o autor discute sobre a conceituação do que seja racional e irracional.

A ordem social é determinada por ações e planos, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas que se entrelaçam “de modo amistoso ou gentil” (ELIAS, 1990, p.194). Essa ordem social, portanto, para o autor, não é racional - resultante da ação deliberada de pessoas isoladas - nem irracional, surgida de maneira incompreensível. Nesse sentido, Elias (1990) rompe com a dualidade, com os pares de opostos, pois a realidade é construída e reconstruída pela dependência mútua entre pessoas.

Na abordagem eliasiana, destacam-se quatro pontos principais que devem ser considerados no percurso metodológico, ao se adotar sua perspectiva: (1) sociologia diz respeito a figurações sociais - conceito análogo ao conceito de campos em Bourdieu (2005); (2) figurações sociais são formadas por pessoas que estão continuamente em fluxo; (3) as mudanças de longo prazo não são deliberadas e não são previsíveis; e (4) o desenvolvimento do saber ocorre dentro das figurações. Elias (1990, 1995) utiliza-se do termo *habitus* (individual e social) para se referir a uma segunda natureza ou ao saber social incorporado.

O conceito de figuração social é central na obra de Norbert Elias, sendo fundamental para evitar uma visão do indivíduo separado dos outros, já que, para o autor, os indivíduos e a sociedade não são conceitos separados. Outro conceito presente na obra de Elias, e que merece ser mencionado, é o de autocontrole. Na análise do autor, o processo civilizador é ameaçado pela perda do autocontrole por parte dos indivíduos. Assim, “uma regulação constante e altamente diferenciada do próprio comportamento é necessária para o indivíduo seguir seu caminho pelo tráfego” (ELIAS, 1990, p.197).

A rede de relações em que os indivíduos estão inseridos está sujeita a pressões; portanto, o autocontrole é originado do controle efetuado por terceiras pessoas. Para Elias (1990), a questão

principal está no modo como os indivíduos se relacionam cotidianamente, e, ainda, como estes contribuem para que as relações e práticas sociais se mantenham estáveis. O autocontrole, nesse sentido, impede a manifestação de comportamentos violentos nas interações sociais cotidianas. Contudo, o autocontrole provoca o distanciamento reflexivo do indivíduo, o que, por sua vez, acarreta na diminuição da ação efetiva espontânea.

2. Empreendedores sociais: uma ordem social?

As organizações no campo social enfrentam desafios tanto quanto as organizações capitalistas. No entanto, as primeiras carecem de instrumentos e tecnologias de gestão nem sempre disponíveis àqueles que desejam atuar nesse campo. Segundo a literatura sobre essas organizações, as intenções que movem as pessoas a empreenderem esforços no campo social derivam do desejo e determinação de mudar a ordem social vigente, na qual a distância entre a pobreza e a riqueza aumenta em proporções assustadoras (OLIVEIRA, 2002). Os impactos da globalização, cujos efeitos são paradoxais, ao mesmo tempo em que geram riqueza, ciência e tecnologia, produzem um significativo contingente de famintos e excluídos, devido à desigualdade social e econômica, acentuada pela concentração de renda e problemas sociais históricos.

Autores contemporâneos, interessados em conceituar e definir características dos empreendedores, caminham por diferentes direções oferecendo um arsenal de estilos e tipologias, e, muitas vezes, apontam aspectos que ampliam ou reduzem o entendimento do que caracteriza o empreendedor. Para Degen (1989), Dolabela (1999a) e Dias (2004), o empreendedor é aquele que assume riscos. Para Dolabela (1999b), empreendedores não só assumem riscos calculados, como tentam, de certa forma, influenciar a sorte; possuem capacidade criativa de identificar e aproveitar oportunidades, querem

realizar os seus próprios sonhos e acreditam que podem convencer as pessoas a realizarem esses sonhos.

Para Dias (2004), empreendedores são visionários, enxergam o futuro, ocupam espaços, são planejadores, inovadores, criativos, ousados; não evitam assumir atividades que impliquem em qualquer tipo de risco, formam equipes comprometidas, as melhores, e chegam lá. Eles organizam, administram e correm riscos, não sendo necessariamente aqueles que criam um novo negócio. Lapolli *et al.* (1999, p. 208) entendem que empreendedores são “[...] pessoas que geram ou aproveitam oportunidades econômicas, que criam valor tanto para si próprios como para a sociedade”.

Dada a variedade de aspectos que envolvem a figura do empreendedor e sua relação com a empresa, entende-se (URIARTE, 2000) que não existe um “protótipo” de empreendedor ou de “personalidade empreendedora”. O que parece estar claro é que, independentemente da região ou do contexto socioeconômico, os empreendedores têm algumas características comuns. No contexto das organizações que atuam no campo social, a literatura (Quadro 1) apresenta conceitos sobre empreendedorismo social, buscando não só esclarecer, mas ensejar estudos sobre o tema.

Quadro 1 - Conceitos de empreendedorismo social

AUTOR	CONCEITO
LEITE (2003)	O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores; São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita.
ASHOKA; MCKINSEY (2001)	Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais através da inovação e dos recursos financeiros, em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social. Destacam-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, sonhar e uma habilidade para o improviso.
MELO NETO; FROES (2002)	Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio (...) trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria, que envolve comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia.
RAO (2009)	Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro.
ROUERE; PÁDUA (2001)	Constitui-se na contribuição efetiva de empreendedores, cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma na atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas.
School Social Entrepreneurship - SSE, Uk-Reino Unido (2004)	É alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários (...) Empreendedores sociais nunca dizem 'não pode ser feito'.
Canadian Center Social Entrepreneurship - CCSE, Canadá (2004)	Um empreendedor social vem de qualquer setor, com as características de empresários tradicionais de visão, criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social (...) Indivíduos que (...) combinam seu pragmatismo com habilidades profissionais, perspicácias.
Foud Schwab, Suíça (2004)	São agentes de intercâmbio da sociedade por meio de: proposta de criação de ideias úteis para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação, criando, assim, novos procedimentos e serviços; criação de parcerias e formas/meios de sustentabilidade dos projetos; transformação das comunidades graças às associações estratégicas; utilização de enfoques baseados no mercado para resolver os problemas sociais; identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social. (...) características comuns aos empreendedores sociais: apontam ideias inovadoras e veem oportunidades onde outros não veem nada; combinam risco e valor com critério e sabedoria; estão acostumados a resolver problemas concretos, são visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas, e trabalham 24 horas do dia para conseguir seu objetivo social.

Fonte: Adaptado de Leite (2003); Ashoka; Mackinsey (2001); Melo Neto; Froes (2002); Rao (2009); Rouere; Pádua (2001) e Oliveira (2009)

Os exemplos (Quadro 1) permitem observar que o empreendedorismo social se diferencia dos conceitos atribuídos ao empreendedorismo empresarial e assume uma conotação própria. Segundo os autores elencados no Quadro 1, o empreendedorismo social caracteriza-se: (a) pela intervenção social; (b) por inserir-se no processo de gestão social; (c) por ser uma tecnologia social; e (d) por suas ações resultarem em uma auto-organização social. Desta forma, o empreendedorismo social é uma ação emergente como possibilidade de gerar emancipação social.

Oliveira (2009) destaca alguns aspectos relevantes quanto ao empreendedorismo social: (1) seu surgimento decorre da relação entre o crescimento das organizações do terceiro setor, da redução das políticas públicas e da necessidade de uma intervenção social por parte do empresariado e da sociedade civil; (2) configura-se como um processo e alternativa emergente, dotado de uma racionalidade diferenciada quanto à visão de mundo, de homem e de sociedade; (3) seu desenvolvimento está gerando uma nova forma de consciência e de postura quanto ao enfrentamento das questões sociais, como a pobreza, a desigualdade social e a exclusão social; (4) seu impacto se diferencia pela socialização, de fato, das ideias e ações; (5) envolve mais do que racionalidade política e ideológica, envolve emoção (paixão, amor, comprometimento, envolvimento), postura ética, engajamento político e, sobretudo, utopia possível, ou seja, tudo começa com uma inquietação, uma indignação, inconformismo e gera ações que buscam a materialização do sonho, o que provoca mudança e gera transformação; e (6) constitui-se em uma prova de que a utopia é possível, concreta e não só imaginária.

Diante desse quadro conceitual, os empreendedores sociais definem-se pelas mesmas características dos empreendedores, sendo as suas intenções o aspecto diferenciador. Para os primeiros, as intenções primeiras estão relacionadas com a intervenção social para melhoria da sociedade.

3. Análise discursiva das emoções – procedimentos metodológicos

Este trabalho se propõe a identificar a natureza das emoções dos finalistas do Prêmio Empreendedores Sociais, realizado pela Folha de S.Paulo e a Fundação Schwab, dos anos de 2005 a 2009, com a finalidade de compreender o papel que estas desempenham nas interações sociais. É um trabalho de abordagem qualitativa (RICHARDSON, 1999), que se utiliza da análise discursiva como método de procedimento. Os dados foram coletados nas publicações do *website* do Prêmio Empreendedor Social. Os depoimentos dos finalistas do prêmio das edições de 2005 a 2009, dos beneficiários e dos jornalistas responsáveis pelas matérias publicadas foram analisados de forma a selecionar o material para, em seguida, proceder-se à análise discursiva das emoções manifestadas e/ou geradas pelas ações desses empreendedores, de acordo com Charaudeau (2006; 2008), que delimita o estudo das emoções no discurso.

De maneira específica, enfatizamos a natureza das emoções que são manifestadas pelos homens e mulheres que empreenderam no campo social, bem como das emoções geradas por beneficiários e pelos redatores das reportagens. A perspectiva discursiva terá como suporte um instrumental de análise de discurso, pois nos propomos a analisar os textos e não a forma de produção ou de recepção do texto.

A análise discursiva “compreende a emoção como um signo que na comunicação pode ser codificado, transmitido e reconhecido por quem se envolve numa troca comunicativa” (JAUREGUI, 2008). Assim, a abordagem com foco na linguagem não se orienta pela emoção efetiva ou sentida, mas como ela pode ser manifestada e gerada por meio da linguagem. Charaudeau (2008) busca na psicologia, na sociologia e na filosofia, fundamentos para conceituar emoção, sendo esta compreendida pelo autor a partir de três pontos aparentemente consensuais entre essas ciências: (1) são de ordem intencional;

(2) são ligadas ao saberes da crença; e (3) estão associadas a uma representação psicossocial.

Nesse sentido, emoções se diferenciam de sensações e instintos corporais. As emoções se inscrevem num campo cognitivo mais amplo, enquanto que os impulsos e instintos corporais são de cunho fisiológico. Sentimentos como a alegria e a raiva existem em relação a um objeto ou sujeito, envolvendo um grau de consciência; daí Charaudeau (2008) atribuir às emoções a intencionalidade. Ainda segundo o autor, as emoções são geradas quando relacionadas e interpretadas a partir de saberes ou crenças. Por fim, as emoções estão relacionadas às representações sociais, pois existem em função de objetos do mundo que são acessíveis para o sujeito por meio de um processo de simbolização, figurados em um sistema socialmente construído pelos e entre os sujeitos.

4. Resultados e discussão

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa em três subseções: (1) explicações sobre o Prêmio Empreendedores Sociais; (2) categorização para análise; e (3) identificação das emoções manifestadas.

4.1 O Prêmio Empreendedor Social

As informações contidas nesta subseção foram extraídas do *website* do Prêmio Empreendedor Social, realizado pela Folha de S.Paulo e a Fundação Schwab, em mais de 20 países. Em cada local, uma empresa de mídia ou consultoria foi eleita pela Fundação Schwab como parceira; no caso do Brasil, o Jornal Folha de S.Paulo. A Fundação Schwab é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Genebra, Suíça, fundada em 1998 por Klaus Schwab e por sua esposa, Hilde. A entidade identifica e promove a troca de *know-how* entre empreendedores de destaque, incluindo-os na rede de líderes

globais do Fórum Econômico Mundial, do qual Schwab é mentor. A principal meta da Fundação Schwab é fornecer uma plataforma mundial para “promoção do empreendedorismo social como elemento-chave da busca por uma solução inovadora, efetiva e sustentável dos problemas sociais no mundo” (SCHWAB FOUNDATION, 2012, tradução nossa). Como catalisadora da mudança, a Fundação construiu uma rede global de empreendedores de destaque, em todos os continentes, tendo selecionado 152 líderes de 139 organizações, em 44 países, para a sua rede social.

O objetivo do Prêmio Empreendedor Social é

buscar líderes de ONGs, cooperativas ou empresas sociais e pessoas físicas que desenvolveram iniciativas inovadoras e sustentáveis para benefício da sociedade em todo o Brasil. Entende-se por empresa social a empresa do setor privado que distribui o lucro (total ou grande parte dele) para benefício da sociedade (PRÊMIO EMPREENDEDOR SOCIAL, 2010).

Na seleção dos finalistas do Prêmio, os critérios mais relevantes são: (1) inovação - ideias pioneiras que estejam sendo desenvolvidas há mais de 36 meses; (2) sustentabilidade - geração de receita por meio da venda de produtos ou desenvolvimento de parcerias sólidas; (3) impacto social direto - mensurado com base em documentos, relatórios de avaliação de terceiros e beneficiários. Além desses critérios, são levados em conta o alcance e abrangência das iniciativas e o efeito multiplicador, isto é, o compartilhamento e aplicação de seus métodos em outras organizações.

Quanto à premiação, em âmbito nacional, o vencedor recebe dos promotores o prêmio de “Empreendedor social do ano”, em evento a ser realizado em uma cerimônia que reúne lideranças políticas, empresariais, acadêmicas e da sociedade civil. Em âmbito internacional, o vencedor será incluído na rede de “Empreendedores Sociais de Destaque”, da Fundação Schwab, o que significa

acesso a uma rede mundial de empreendedores sociais e a benefícios especiais, como serviço de consultoria internacional gratuito e bolsas de estudos para cursos de ensino executivo em instituições como Harvard Business School, Insead e Universidade Stanford.

Os candidatos participam de 4 etapas: (1) inscrição; (2) seleção dos semifinalistas / apresentação dos documentos; (3) auditoria fiscal e visita aos projetos; e (4) seleção dos finalistas, análise do júri; eleição do vencedor e cerimônia de premiação. Os documentos apresentados pelo semifinalistas são analisados pela SITAWI e por um especialista contábil, que tecem um parecer fiscal, contábil e de gestão das organizações. Os projetos semifinalistas são visitados pela comissão organizadora do prêmio, composta por jornalistas da Folha de S.Paulo e coordenadores de projeto da Fundação Schwab. Posteriormente, os finalistas serão avaliados por um júri composto de membros expressivos dos setores acadêmico, público e empresarial, que elege o vencedor e o segundo e terceiro colocados do concurso.

4.2 Categorias de análise

Para identificar as emoções no *corpus* da pesquisa, classificamos quais as emoções possíveis de serem encontradas nos textos que possam ser associadas ao empreendedorismo social. Por se tratarem de textos representativos dos depoimentos dos empreendedores sociais, dos beneficiários e dos jornalistas redatores, acreditamos que a tematização tenha larga abrangência. Portanto, nos propomos a identificar, de maneira mais específica, os temas tratados na definição de empreendedorismo social (Quadro 2).

Quadro 2 - Emoções presentes nos conceitos de empreendedorismo social

Categories	Conceitos de Empreendedor Social
Altruísmo	São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita. Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro. É alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro.
Coragem	Eles criam valores sociais através da inovação e dirigem recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Empreendedores sociais nunca dizem 'não pode ser feito'. Criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social. São agentes para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação, criando, assim, novos procedimentos e serviços; criação de parcerias e formas/meios de autossustentabilidade dos projetos. [...] características comuns aos empreendedores sociais: apontam ideias inovadoras e veem oportunidades onde outros não veem nada; combinam risco e valor com critério e sabedoria; estão acostumados a resolver problemas concretos, são visionários com sentido prático.
Paixão, amor, confiança, amizade, afetividade	Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social: sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, sonhar e uma habilidade para o improviso. Trata-se de negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e, na parceria, que envolve comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas; e trabalham 24 horas do dia para conseguir seu objetivo social.
Esperança	Constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores, cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas. Transformação das comunidades graças às associações estratégicas.

Fonte: elaborado pelos autores a partir da revisão da literatura.

4.3 Emoções manifestadas na análise discursiva: um código de conduta

No total, são 38 finalistas, sendo 17 mulheres e 21 homens, de variadas profissões e formações: médicos, administradores, advogados, agrônomos, educadores, engenheiros, veterinários, psiquiatras, psicólogos, músicos, dentre outras. Nos anos de 2005 a 2008, os vencedores foram homens; em 2009, o prêmio foi concedido a um casal. As emoções manifestadas nos discursos analisados serão apresentadas por categoria, fazendo-se referência aos finalistas que as manifestaram.

A primeira categoria é o altruísmo. No ano de 2008, André Albuquerque, um advogado curitibano foi o vencedor. A análise do discurso que apresenta André revela a presença de emoções como o altruísmo, pois ele é qualificado como um “moderador de conflitos”, cujo objetivo é a “melhoria da qualidade de vida nas periferias”. A missão social de André é explícita e central; não deseja ganhar dinheiro para si, mas sim, para ajudar a comunidade. Essa mesma emoção é destacada quando André diz que “o mal não é ganhar dinheiro, e sim acumular riqueza”.

Os discursos manifestam a categoria coragem. André tem coragem, pois “as brigas que ele compra não são pequenas”. O discurso revela André como uma pessoa centrada, serena, e se define como um idealista. A coragem ressoa no seu discurso: “quando se junta a comunidade para pressionar o poder público, exerce-se força política”. Os empreendedores sociais são agentes de mudança da ordem social, resolvendo problemas a partir da combinação de diversas habilidades, experiências e saberes.

Já o vencedor de 2007, André Soares, é retratado como “O jovem militante social e educador, revoltado com o país ao fim da ditadura, tomou o rumo do exterior sem bilhete de retorno. Sem falar inglês e com bolsos vazios, percorreu mais de 50 países. Fez de tudo: limpou banheiros, plantou batatas, trabalhou em aldeias indígenas, labutou em cidades”, o que revela coragem.

A coragem é uma emoção presente, também, no discurso sobre a finalista Eliana Tiezzi Nascimento, uma psicóloga que passou a reciclar papel e pessoas: “Juntando todos os ingredientes, ela formatou um projeto social. Mas, ao colocar os preceitos no papel, sofreu bastante resistência de seus pares, especialmente porque achava que não era arriscado dar tesouras aos pacientes”. A coragem é uma emoção que se manifesta no momento em que o discurso aborda a luta de Eliana e as resistências que encontrou. Os empreendedores sociais veem oportunidades onde outros não veem, e são capazes de combinar risco e valor, são visionários com sentido prático.

A esperança é, também, uma emoção presente no discurso analisado, quando André Albuquerque afirma: “Eu miro o mundo”, referenciando a um horizonte de longo prazo, a uma geração futura. No depoimento de um beneficiário, as ações de André mudaram a vida da comunidade com a esperança de ter uma vida melhor: “temos planos de fazer escola, parque e barracão de reciclagem”.

A esperança manifesta-se no discurso sobre André Soares: “Perito em semear ideias, fez brotar soluções para problemas de alimentação, energia, saneamento e habitação”; e no discurso do vencedor: “Não se trata de outro mundo possível. Esse mundo existe: basta retomarmos a simplicidade da vida”. A esperança é uma emoção presente, também, no discurso sobre Ana Moser, ex-atacante da seleção brasileira de vôlei: “O inconformismo com a desigualdade social e a falta de oportunidades para a população de baixa renda foi o que moveu um grupo de profissionais, liderados por ela, a fazer núcleos esportivos em bairros carentes de infraestrutura, de olho no desenvolvimento de crianças e adolescentes”. Quando a finalista fala sobre as chances que teve na sua vida, a esperança se manifesta: “Minha função como sortuda da história é dar a contrapartida a quem não teve tanta chance”.

No discurso de Eliana, a esperança de melhorar a vida dos pacientes é evidenciada: “Eliana também tem seus desejos: fazer de sua

iniciativa uma franquía social, cotas nas empresas para pacientes psiquiátricos e uma espécie de Bolsa Trabalho para eles. “Esse contato muda o imaginário coletivo. São pessoas que têm uma doença, mas que também têm outros interesses. Independentemente da patologia, a vida não pode parar”.

Paixão e amizade estão presentes nos discursos sobre André Soares, um “jovem que correu 50 países e voltou ao cerrado para criar centro de referência em comunidades ecológicas”; e “[h]oje, aos 45, [André] recorda sua infância, olhando o *playground* que criou e que divide com crianças e adultos de vários países: o Ipec (Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado), maior centro de referência de sustentabilidade da América Latina”.

A paixão é a emoção que mais se destaca no discurso sobre Eliana: “Tudo começou com um pedido de Natal. Em 1994, a psicóloga trabalhava em uma clínica psiquiátrica e passava por uma ‘crise dos sete anos’ no trabalho. Segundo a psicóloga: “Os pacientes vinham em crise, melhoravam e saíam. Mas, alguns voltavam e iam perdendo capacidade cognitiva e concentração. Não via sentido no que eu fazia”. Foi quando a direção da clínica propôs a ela ensinar os pacientes a fazerem cartões de Natal. Como, por segurança, era proibido usar tesoura, estilete e até pincel, entrou em cena o papel reciclado, que a psicóloga conheceu ao ver um programa infantil com a filha. “A direção topou, e os pacientes se envolveram muito. Foi, então, que Eliana percebeu o papel do reciclado”.

As emoções associadas ao conceito de empreendedorismo social foram identificadas nos discursos analisados sobre e dos empreendedores sociais finalistas do prêmio. Nem todas as emoções foram identificadas em relação a um mesmo empreendedor, o que não implica que não possam surgir em outros momentos.

A esperança é a emoção manifestada com maior ênfase, visto que os empreendedores sociais são movidos pelo desejo de melhorar a vida das pessoas. A coragem é, também, destacada

nos discursos. As emoções aqui identificadas confirmam a proposta de Charaudeau (2008) de que estas são de ordem intencional; os discursos têm a intenção de evidenciar as características dos empreendedores sociais; as emoções estão ligadas aos saberes da crença, isto é, estão associadas ao conceito de empreendedorismo social e a uma representação psicossocial, que é a representação do empreendedor social como uma pessoa altruísta, corajosa, que transmite esperança às comunidades e às pessoas.

Um dos aspectos destacados por Oliveira (2009), quanto ao empreendedorismo social, está presente nos discursos analisados. Segundo o autor, o empreendedorismo social envolve mais do que racionalidade, envolve emoção (paixão, amor, comprometimento, envolvimento), postura ética, engajamento político e, sobretudo, utopia possível; além disso, gera ações que buscam a materialização do sonho, o que provoca mudanças. As emoções envolvidas nas atividades dos empreendedores sociais estão largamente manifestadas nos discursos analisados, entre elas, a paixão por fazer algo que resulte em transformação social.

Considerações finais

O estudo analisou as emoções presentes nos discursos de empreendedores sociais que venceram o Prêmio Empreendedores Sociais, realizado pela Folha de S.Paulo e a Fundação Schwab, dos anos de 2005 a 2009. Paixão, altruísmo, coragem, esperança e amizade foram as emoções evidenciadas nos discursos.

As definições de empreendedor social refletem as emoções geradas pelo trabalho desempenhado por este. De acordo com as definições encontradas na literatura, foi possível identificar as emoções e, assim, analisar os discursos sobre os empreendedores e deles próprios. Ressaltamos que a subjetividade dos autores constitui-se em um dos limites do trabalho, pois, a associação entre os conceitos de

empreendedor social e as emoções é de ordem essencialmente subjetiva.

Os achados deste artigo sinalizam para a explicação de Norbert Elias (1990, 1995) quanto à orientação da conduta individual, qual seja, uma teia de interdependência, na qual outros indivíduos estão agrupados nas mesmas cadeias, em que são gerados sentimentos e emoções que passam a determinar a ordem social vigente na sociedade. Assim, o papel desempenhado pelas emoções manifestadas pelos empreendedores sociais é o de modelador da conduta social dos indivíduos que estão emaranhados nesse tecido social.

Podemos apontar duas contribuições deste estudo. Primeiro, por estimular o estudo do papel que as emoções desempenham nas interações sociais. As emoções presentes no mundo do trabalho em empreendimentos de natureza social mostram-se peculiares, sugerindo uma mudança específica resultante do entrelaçamento social que, conforme Elias (1990), potencializa a intervenção planejada. A segunda contribuição reside em buscar no pensamento eliasiano uma aproximação com a gestão, o que amplia a compreensão sobre um fenômeno do campo, bem como sobre questões complexas, como o poder, a disciplina, os sentimentos e o controle das emoções.

O estudo limitou-se aos finalistas de um dos prêmios mais representativos do país, no que se refere ao empreendedorismo social. Sugere-se, para futuros estudos, que estendam o estudo das emoções associadas ao empreendedorismo social e aos estereótipos de gênero, o que não foi abordado neste trabalho. Além disso, apontamos como sugestões, para futuras pesquisas, que seja considerada a organização enunciativa e descritiva para a análise do discurso dos empreendedores sociais.

Referências

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MACKISEY e Cia. Inc. **Empreendimentos sociais sustentáveis**. São Paulo: Petrópolis, 2001.

BUENO, J. L. P.; LAPOLLI, E. M. **Empreendedorismo tecnológico na educação** - vivências empreendedoras. Florianópolis: Escola de Novos Empreendedores, 2001.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **O discurso das mídias**. Tradução de A. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. MACHADO, I.; MELLO, R. (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Carol Borges; Núcleo de Análise do Discurso, Fale-UFMG, 1999. p.23-37.

DEGEN, R. J. **O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DIAS, E. A. **A estrutura psíquica da mulher intraempreendedora** - um viés psicanalítico. 2004. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999.

_____. **O segredo de Luísa** - uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. **Empreendedorismo corporativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Formação do Estado e Civilização. Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

EMEDIATO, W. **Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français et brésiliens**. 2000. Tese (Doutorado) - Université Paris XIII, Villetaneuse. 2000.

_____. **Análise contrastiva da configuração lingüístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros**. 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

FEGER, J. E. Empreendedores sociais e privados: existem diferenças? In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 1, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

JÁUREGUI, C. Jogos de paixão: metodologia para o estudo das emoções nos títulos do jornalismo esportivo. In: COLÓQUIO DE COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE, 1., 2008, B. Horizonte. **Anais...** B. Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LEITE, E. Incubadora social: a mão visível do fenômeno do empreendedorismo criando riqueza. In: ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO – ENEMPRE, 4., 2002, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC/ENE, 2002.

MELO NETO, F. P. M.; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

OLIVEIRA, E. M. Responsabilidade social empresarial e os desafios e possibilidades de atuação do Serviço Social nesta área: caminhos

globais e realidade local – um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 8., 2002, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora-MG: ABESS e UFJF, 2002.

_____. **Empreendedorismo social, combate à pobreza e desafios para geração de emancipação social no Brasil.** Disponível em: <<http://www.e-revistaunioeste.com.br>> Acesso em: 20.ago.2009

PREMIO EMPREENDEDOR SOCIAL. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/empreendedorsocial/regulamento.shtml>>. Acesso em: 20.jul.2010

RAO, S. Renasce o imperador da paz. **Forbes.** v. 162, n. 5, de 7/9/1998. Disponível em: <www.ashoka.org.br>. Acesso em: 20.ago.2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas, São Paulo: Atlas, 1999.

ROUERE, M.; PADUA S. M. **Empreendedores sociais em ação.** São Paulo: Cultura Associados, 2001.

SCHWAB FOUNDATION. **Our mission.** Disponível em: <<http://www.schwabfound.org/sf/index.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

THALHUBER, J. **The definition of a social entrepreneur found on National Centre for Social Entrepreneurs.** Disponível em: <www.socialentrepreneurs.org>. Acesso em: 05.out.2007.

URIARTE, L. R. **Identificação do perfil intraempreendedor.** 2000. 140f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2000.



**LIMITES, POSSIBILIDADES E
DIFICULDADES DE GESTÃO SOCIAL EM
REDES DE COOPERAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**Limits, Possibilities and Difficulties to Social
Management in Cooperative Networks for Local
Development**

**Límites, posibilidades y problemas de la cooperación
social Gestión de Redes para el Desarrollo Local**

Yana Moura de Sousa (UNAMA)*

Ana Maria Albuquerque de Vasconcellos (UNAMA)**

Mário Vasconcellos Sobrinho (UNAMA)***

*Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Bolsista da CAPES no PROSUP/PPAD/UNAMA.

Endereço: Universidade da Amazônia (UNAMA), Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD), Av. Alcindo Cabela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal, Belém/PA

Email: yanasousa@ymail.com

**Doutora em Estudos do Desenvolvimento pela University of Wales Swansea (Grã-Bretanha). Professora titular e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Endereço: Universidade da Amazônia (UNAMA), Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD), Av. Alcindo Cabela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal, Belém/PA

Email: annavasc@unama.br

***Doutor em Estudos do Desenvolvimento pela University of Wales Swansea, Grã-Bretanha (2007). Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local (PPGEDAM) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Endereço: Universidade da Amazônia (UNAMA), Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD), Av. Alcindo Cabela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal, Belém/PA

Email: mariovasc@ufpa.br

Resumo

O artigo discute os limites e as possibilidades da conformação de redes de cooperação no contexto de programas para o desenvolvimento local. Especificamente, o artigo

analisa a gestão social da rede de cooperação formada no Programa Nacional do Óleo de Palma (PNOP), no município de Concórdia do Pará. O programa, lançado pelo governo federal, inclui em suas diretrizes a formação de uma rede de cooperação entre agricultores familiares,

empresas interessadas e órgãos estatais regulamentadores. A metodologia adotada na pesquisa foi a de estudo de caso. A partir de uma abordagem qualitativa, entrevistou-se 12 agricultores familiares que fazem parte das ações do programa, agentes da prefeitura, secretaria municipal de agricultura, secretaria municipal de meio ambiente, sindicato dos trabalhadores rurais e o gerente municipal de agricultura familiar da empresa Alpha (nome fictício). O estudo aponta grandes potencialidades na conformação de redes de cooperação para a efetividade dos programas de desenvolvimento local. Todavia, existem muitas dificuldades para a gestão social dessas redes e, conseqüentemente, dos programas de desenvolvimento. Essas dificuldades podem ser expressas pelos conflitos de interesses entre os partícipes da rede de cooperação, diante da inclusão social de atores historicamente excluídos dos processos de desenvolvimento.

Palavras-chave

Redes de Cooperação. Desenvolvimento Local. PNOP. Concórdia do Pará.

Abstract

The paper aims to debate the limits and possibilities of cooperative networks building in the context of local development programs. Specifically, the paper examines the social management of the cooperative network built to the Palm Oil National Program in the municipality of Concordia of Para. The program which was launched by the federal government includes in its guidelines the formation of a cooperative network between family-base rural producers, enterprises and regulatory state agencies. The research methodology adopted was the case study. From a qualitative approach, it was interviewed 12 family-base rural producers that take part of the program, municipal officials, municipal agency of agriculture, municipal

agency of environment, rural workers union and the Alpha (fictitious name) municipal manager for family-base rural producers. The study shows great potential in shaping collaborative networks for local development programs effectiveness. However, there are many difficulties for the social management of networks and consequently for development programs. These difficulties can be stressed by conflicts of interest between the participants of the cooperative network from the social inclusion of the social actors that have been historically excluded of the development process.

Keywords

Cooperative Networks. Local Development. PNOP. Concórdia do Pará.

Resumen

El artículo analiza los límites y posibilidades de la formación de redes de cooperación en el marco de los programas para el desarrollo local. En concreto, el artículo examina la gestión social de la red de cooperación formada en la Programa Nacional de Aceite de Palma (PNOP) en el municipio de Concordia Para. El programa, puesto en marcha por el gobierno federal, incluidas sus directrices sobre la formación de una red de cooperación entre agricultores familiares, empresas y agencias reguladoras estatales interesados. La metodología utilizada en la investigación fue el estudio de caso. Desde un enfoque cualitativo, se entrevistó a los 12 agricultores que forman parte de las acciones del programa, agentes del municipio, la agricultura municipal, secretario municipal de medio ambiente, rural sindicato de trabajadores y el gerente municipal de Alpha empresa familiar agrícola (nombre ficticio). El estudio muestra un gran potencial en la formación de redes de colaboración para la efectividad de los programas de desarrollo local. Sin embargo, hay muchas dificultades en la gestión de estas redes sociales y,

consecuentemente, los programas de desarrollo. Estas dificultades pueden ser expresados por conflictos de interés entre los participantes en la red de cooperación, antes de la inclusión de actores históricamente excluidos de los procesos de desarrollo.

Palabras Clave

Redes de Cooperación, Desarrollo Local, PNOP, Concordia del Pará.

Introdução

O artigo objetiva analisar as potencialidades, os limites e as dificuldades na gestão social da rede de cooperação para o desenvolvimento local. Em particular, o artigo analisa a gestão social da rede de cooperação formada para a implementação do Programa Nacional do Óleo de Palma (PNOP), no município de Concórdia do Pará.

As discussões conceituais da gestão social têm ido além da orientação de modelos gerenciais para políticas públicas, organizações não estatais e diretrizes do mercado (ALLEBRANDT, 2012). Têm, ainda, agregado um encadeamento lógico dos conceitos teóricos de redes e governança (VILLELA; COSTA, 2012), a partir do entendimento de que as redes são fatos sociais que oportunizam a reflexão social por meio da construção coletiva em que estabelecem uma nova realidade na medida em que se define (JUNQUEIRA; NASCIMENTO, 2012).

As redes de cooperação têm sido alvo de inúmeras pesquisas científicas. Grande parte desses estudos versa sobre os ganhos competitivos gerados por empresas associadas em redes (VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008; LÉON; AMATO NETO, 2001; ALVES *et al.*, 2010; VERCHOORE; BALESTRIN, 2010). Outros estudos, por sua vez, centram-se em discutir o papel do estado e das políticas públicas no cenário de competitividade empresarial (CÂNDIDO,

2002; CASAS, 2003). Existem, ainda, aqueles que se concentram na análise da formação de redes entre estado, mercado e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento territorial (ALVES, 2007; TEODÓSIO, 2009)

Diante desse manancial de estudos sobre as redes de cooperação e de sua importância para o desenvolvimento econômico e social, identifica-se a necessidade de entender em que medida as redes de cooperação se apresentam como alternativa para o desenvolvimento local, focando, em última análise, nas dificuldades que se apresentam para a gestão social dessa tecnologia social.

O desenvolvimento local aqui assumido se refere à mudança social e econômica no campo em que ocorrem as relações socio-produtivas. Essas mudanças devem conduzir para melhoria da qualidade de vida das coletividades locais (CABUGUEIRA, 2000). O conceito de desenvolvimento local assume o caráter subjetivo da expressão qualidade de vida; portanto, trata-se de um significado simbólico, embora haja uma permanente busca por sua objetivação (CABUGUEIRA, 2000; MILANI, 2005).

Este artigo se direciona para entender um programa governamental que traz em seu princípio a cooperação entre empresa, Estado e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento local. Como dito anteriormente, trata-se do Programa Nacional do Óleo de Palma, lançado em 2010 pelo governo federal. O estudo tem como área de abrangência o município de Concórdia do Pará, no Estado do Pará, o estado da região Norte com a maior área apta para o plantio de palma de óleo, maior número de estabelecimentos da agricultura familiar e o maior contingente de empresas produtoras de óleo de palma (MDA, 2010).

O PNOP tem como uma das suas principais diretrizes a produção integrada empresa-governo-pequena agricultura familiar, o que significa que os agricultores rurais também têm papel proeminente em sua consecução. Nesta perspectiva, processos participativos,

dialogicidade e compartilhamento de poder são elementos fundamentais na gestão social do programa.

A metodologia adotada na pesquisa foi a de estudo de caso. A partir de uma abordagem qualitativa, entrevistaram-se 12 agricultores familiares que fazem parte das ações do programa, agentes da prefeitura, Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, sindicato dos trabalhadores rurais e o gerente municipal de agricultura familiar da empresa Alpha¹.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda as redes de cooperação, norteando as perspectivas conceituais. Busca-se esclarecer como tem sido caracterizado o conceito de rede de cooperação no contexto da gestão social. A segunda seção trata do desenvolvimento local, suas acepções conceituais e vertentes teóricas subjacentes. A terceira seção se direciona para o caso em si, explicando o histórico do PNOP na região. A quarta seção revela as possibilidades, limites e dificuldades de gestão social da rede de cooperação para o desenvolvimento local, especificamente no caso em questão.

1. Gestão Social e Redes de Cooperação

Esta seção tem como objetivo discutir o conceito de redes de cooperação, sob o contexto da gestão social, conceituada por Tenório (2005, p. 102) como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade é dividida entre os partícipes da ação, podendo ocorrer em qualquer tipo de sistema social - público, privado ou de organizações não-governamentais.

O conceito de redes de cooperação não é considerado um conceito novo, uma vez que as abordagens na teoria organizacional remetem ao começo do século XX. Entretanto, a dinâmica da sociedade moderna tem gerado uma nova busca por conhecimentos deste conceito, tanto na teoria, quanto na prática das organizações

(VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008).

A busca é justificada, dentre outros motivos, por: isomorfismo, na tentativa de adaptação a estas novas características estruturais (SOUSA, 2009); motivos estratégicos para gerar economia de escala (CÂNDIDO, 2002) e; Tecnologia e Inovação, pela facilidade de troca de experiência (LÉON; AMATO NETO, 2001) e pelo entendimento de que as redes são instrumentos de busca coletiva pela intervenção da complexa realidade social (JUNQUEIRA; NASCIMENTO, 2012).

O termo 'redes', por Alves *et al.* (2010), é conceituado como o sistema de elos que ao se conectarem formam uma estrutura flexível, capaz de absorver valor a partir de cada elemento constituído. Para Junqueira e Nascimento (2012), o elemento estrutural básico da rede é o ator, que pode ser representado por empresas, organizações ou conjunto de pessoas, desde que tenham atributos específicos e identificáveis.

Axerold (1984) relaciona o termo 'cooperação' com o famoso dilema dos prisioneiros. Este dilema mostra que o unilateralismo resulta em insatisfação a todos, compreendendo que a cooperação mútua acaba por ser a saída mais racional. Esta linha de raciocínio preconiza que o sistema capitalista, da mesma forma que outrora impulsionou ações individuais, hoje, pelos mesmos motivos econômicos, impulsiona ações coletivas.

Os termos 'rede' e 'cooperação' se unem para conformar o conceito de redes de cooperação caracterizado, segundo Alves *et al.* (2010, p. 20), como "um grupo de produtores que colaboram entre si, visando atingir objetivos comuns através de relações horizontais, constituindo ou não uma nova entidade representativa do grupo". Os fatores mais levados em consideração para a formação de uma rede de cooperação bem sucedida são: confiança, troca de informações, aprendizagem e inovação, e redução de custos e riscos (VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008). Esses fatores constituem o Capital Social, conceito que fortalece a rede de cooperação (MILANI, 2005).

Villela e Costa (2012) aproximam o conceito de gestão social e redes por meio do conceito de governança. Para esses autores, a governança é uma gestão que promove a decisão coletiva na busca de um consenso no interior da rede; nesta gestão participativa e deliberativa, proposta no conceito de governança, se fundamenta a gestão social.

Assim, no contexto da gestão social, os atores sociais envolvidos em redes de cooperação, sejam eles do Estado, Mercado ou Sociedade, expõem por meio de diálogos abertos suas propostas e argumentações para a construção dos processos decisórios deliberativos em programas de desenvolvimento local (VILLELA; COSTA, 2012).

Dentre os critérios da gestão social em redes de cooperação, destacam-se como elementos centrais, em programas para o desenvolvimento local, os processos decisórios participativos, dialogicidade e compartilhamento de poder (VILLELA; COSTA, 2012; CANÇADO *et al.*, 2011; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009).

Os processos decisórios participativos são divididos em seis categorias avaliativas: o processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum (VILLELA; COSTA, 2012). A dialogicidade é a variável que mede a inteligibilidade da linguagem utilizada neste fluxo de informação, perpassando pelo movimento dialógico entre atores sociais (CANÇADO *et al.*, 2011). E, por fim, o compartilhamento de poder envolve uma série de questões, tais como 'poder para', 'poder sobre' e 'poder de' (VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2009). Aqui, o poder é a possibilidade de exercer a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda e qualquer resistência de outros que participam da ação (WEBER, 1984).

Portanto, redes de cooperação no contexto da gestão social é um tema amplo e complexo tratado na literatura e nas práticas organizacionais, que é abordado neste artigo como a união das forças dos três setores da sociedade (Estado, Mercado e Organizações da Sociedade Civil), para

o alcance de objetivos conjuntos, com enfoque no desenvolvimento local. Assim, verificam-se, também, as conceituações de desenvolvimento local para melhor entendimento de como a gestão social das redes de cooperação possibilita um ambiente propício ao desenvolvimento local.

2. Desenvolvimento Local

O termo 'desenvolvimento' é bastante discutido na literatura; é um termo polissêmico que adquire significância para além da cidadania, da satisfação de um conjunto de requisito de bem-estar social e qualidade de vida (OLIVEIRA, 2001). É, também, crescimento econômico, produtivo, ambiental, tecnológico e político (OLIVEIRA, 2002), dentre outros aspectos simbólicos e subjetivos do entendimento local de desenvolvimento (CABUGUEIRA, 2000).

Quando se faz um recorte analítico do desenvolvimento para o nível local, deve-se entender por local o agrupamento das relações sociais, em que a cultura e outros caracteres não-transferíveis têm sido sedimentados (CAMPANHOLA; SILVA, 2000). Logo, o desenvolvimento local trata-se de um processo autossustentado de melhorias contínuas que se expressa em bem-estar e qualidade de vida de acordo com as especificidades desse espaço agrupado de relações sociais, de preferência em um sistema de 'baixo para cima' e a contar com a participação efetiva dos atores sociais (CAMPANHOLA; SILVA, 2000; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2010).

Cabugueira (2000) ressalta que as novas perspectivas de desenvolvimento com as designações 'territorialista', 'endógena' e 'a partir da base' convergem na noção do espaço que procuram operacionalizar em termos de promoção do desenvolvimento. Esse espaço é entendido como tecido social capaz de incorporar a questão da identidade cultural.

Para Brito (2006), as principais características do desenvolvimento local são:

rede associativa para uma identidade regional; mobilização da população; desenvolvimento das iniciativas no campo cultural, econômico, político e de comunicação; valorização dos produtos locais e iniciativas locais; o exercício do processo de aprendizagem coletiva; emergência de cidadãos, novos atores, reivindicando uma fixação local; difusão geográfica da dinâmica local para outros espaços sociais; e busca de um equilíbrio na promoção não seletiva de produtos locais.

Assim, surgem as questões-chave do desenvolvimento local, as quais envolvem fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam, exclusivamente, pelo sistema de mercado (MILANI, 2005). Para Milani (2005), os fatores fundamentais para o desenvolvimento local são as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo.

Cabugueira (2000), neste sentido, faz a ressalva que não há desenvolvimento sem que as coletividades locais manifestem vontade de assumir seu próprio futuro, a partir da conscientização, auto-organização, cooperação contratual e autonomia.

Ainda em termos de ressalvas, Oliveira (2002) alerta que o desenvolvimento local, na medida em que se universaliza, tende a introduzir aspectos de conflitos, hierarquia e estruturação, não podendo ser tratado como sinônimo de cooperação, negociação de completa convergência de interesses. Afirma, ainda, que toda rede é seletiva. Desta forma, no plano econômico-sociopolítico-cultural, as redes não corrigem as desigualdades, apenas as deslocam.

Por outro lado, Vasconcellos Sobrinho (2009) reflete sobre a percepção da parceria entre organizações locais e governo local, como estratégia para o desenvolvimento local. Entende, a partir das evidências empíricas, que, a despeito de fatores críticos de conflitos históricos, ambos os partícipes admitem que exerçam papéis complementares para o desenvolvimento local. Assim, a parceria pode representar uma importante ferramenta para responder às necessidades e interesses das pessoas

empoderadas, desde que esteja configurada com ideias mútuas, projeto e partilha do poder.

Neste sentido, existem trabalhos que resgatam as redes entre atores sociais de diferentes setores, parceria entre estado e organizações não governamentais (DULANY, 1997); estado e universidade (VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS; TAVARES, 2012) e; estado, mercado e sociedade civil (TEODÓSIO, 2008).

Para Alves (2007), estas novas configurações, com envolvimento de vários atores, que visam alcançar objetivos complementares ou similares, são formas de atendimento de demandas sociais a partir de compartilhamento de responsabilidades e ações entre estado, sociedade civil e mercado.

Diante do exposto, assume-se que desenvolvimento local necessita de uma gestão social para conformação de redes de cooperação. Sendo assim, a seguir, demonstra-se um caso prático, para entender a gestão social na rede de cooperação criada no município de Concórdia do Pará, com a finalidade de operacionalizar o Programa Nacional do Óleo de Palma.

3. Programa Nacional do Óleo de Palma em Concórdia Do Pará

O Programa Nacional do Óleo de Palma foi implantado pelo governo federal, em 2010, sob a abordagem participativa, com o objetivo de ampliar a produção de dendê para 130 mil hectares até o ano de 2014, nas regiões norte e nordeste do Brasil (MDA, 2010).

Os atores envolvidos no programa são de âmbito (1) nacional, (2) territorial e (3) microregional. Entre os atores do âmbito nacional, temos a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura (SAGRI), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Casa Civil. Esta última tem como função orientar a Câmara Setorial que, por sua vez, regula e fiscaliza a cadeia produtiva de acordo com princípios e critérios da sustentabilidade econômica e socioambiental.

No âmbito territorial, encontram-se a Federação de Agricultores (FETAGRI), Fóruns e Redes, bancos públicos - como o Banco da Amazônia -, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA). Por fim, no âmbito microrregional, estão as prefeituras, empresas locais, empresas de assistência técnica rural - como a Emater -, comunidade, sindicato de trabalhadores, cooperativas e associações.

O programa no estado do Pará apresenta três polos industriais mais propícios para a produção do óleo de Palma e com maior concentração de agricultores parceiros, segundo a empresa Alpha, quais sejam: polo de Mojú, polo de Tomé-açú e o polo de Concórdia do Pará. Este último é o que apresenta maior concentração de agricultores-parceiros próximos à sede do município, o que pressupõe maior interação entre prefeitura, secretarias, sindicatos, cooperativas e agricultores parceiros.

Em Concórdia do Pará, o programa recebeu um grande destaque por parte da Alpha, que escolheu o município como hospedagem para seu primeiro viveiro, a partir da compra de terras de grandes fazendeiros, visto que o município, segundo o seu prefeito, apresenta, além de um histórico com a cultura do Dendê, uma região geograficamente bem localizada, sendo centro dos pólos, o que facilitaria a disseminação do programa.

Concórdia do Pará é um município novo, criado em 1988, cuja origem da sua ocupação remete à década de 1970, período em que foram instaladas as primeiras serrarias, com objetivo de explorar seu potencial madeireiro, contribuindo para o processo de ocupação local (IDESP, 2011).

Esse período foi marcado por exploração intensiva de madeira e quase nenhuma preocupação ambiental, o que resultou em, aproximadamente, cinco milhões de área degradada, segundo a prefeitura do município.

Após o grande desmatamento, as serrarias e madeireiras mudaram-se, deixando a região com altos índices de pobreza e degradação ambiental. A estratégia do município foi recorrer à agricultura familiar por via dos moradores que permaneceram na região cultivando pimenta-do-reino (s/ estimativa), feijão (26 toneladas ao ano), frutas (68 toneladas ao ano) e mandioca (13 toneladas ao ano) (SEMAGRI, 2012; IBGE, 2011).

De acordo com o prefeito - na época, secretário de agricultura -, foi neste contexto que, na década de 1990, se instalou no município a empresa Dendê Tauá, a primeira do ramo de óleo de palma da região; e com ela surgem as primeiras iniciativas para disseminar a cultura desse óleo junto aos agricultores familiares. Porém, a cultura, ainda, era inviável visto que as sementes do dendê eram trazidas da Malásia e possuíam alto custo de aquisição.

Somente em 2009, com a chegada da empresa Alpha e a empreitada do Programa Nacional do Óleo de Palma, é que se teve a viabilidade necessária para inclusão dos agricultores rurais no cultivo de dendê. Ainda assim, o programa foi recebido com muita resistência pelas comunidades locais, haja vista a falta de conhecimento e estrutura dos pequenos agricultores rurais com a nova cultura. Isto levou a uma baixa adesão ao programa, representado por apenas 12 famílias no primeiro ano (ALPHA, 2011).

Neste trabalho, foram consultadas as 12 primeiras famílias que aderiram ao programa, as secretarias municipais de agricultura e meio ambiente, sindicato dos trabalhadores rurais e a empresa Alpha, representada por seu gerente municipal de agricultura familiar. Estas entrevistas possibilitaram a construção da rede de cooperação (Figura 1) formada entre os diversos atores no município de Concórdia do Pará.

Em nível local, especificamente no município de Concórdia do Pará, a rede é composta por elos dos três setores da sociedade: Estado (Prefeitura, SEMMA, SEMAGRI, EMBRAPA e Banco da Amazônia - BASA), mercado (Alpha e Empreiteiras) e sociedade civil organizada (Agricultura familiar e Sindicato).

A esfera do Estado, em nível municipal, caracteriza-se pela descentralização das políticas públicas para o desenvolvimento local, sendo o Estado não o provedor das transformações sociais, mas um participante mediador e, até mesmo, secundário no processo. A prefeitura enquadra-se na mediação do programa, articula com as secretarias de meio ambiente e agricultura por meio de políticas públicas, para o fortalecimento da rede. Por outro lado, a prefeitura, também, se relaciona com a empresa no sentido de beneficiar o processo produtivo por meio da infraestrutura do município, por exemplo, construção de estradas, pontes, dentre outros.

Para a empresa, a parceria com a prefeitura é importante para facilitar o processo de escoamento da produção. O trecho da entrevista com o gerente municipal de agricultura familiar da Alpha demonstra isto:

A gente vai reunindo essas demandas [sobre demandas da sociedade], aí quando tem um montante grosso, aí a gente vai e discute com o governo municipal para fazer um mecanismo de parceria, nada vai ser feito a nível de varejo, nem a nível de dar. Se tiver que fazer uma ponte, a comunidade vai fazer uma parte, a prefeitura vai fazer outra e a empresa vai fazer outra. Por exemplo, a comunidade vai dar a mão-de-obra pra fazer a ponte, (...), o governo municipal vai colocar as máquinas lá (...) e a empresa vai dar o óleo diesel. (Gerente da empresa Alpha)².

O relacionamento entre os atores do Estado nem sempre se mostra integrado, havendo, nos casos da EMBRAPA e do BASA, relações praticamente unilaterais, uma vez que

seus papéis, apesar de importantes, tornam-se inexpressivos diante das potencialidades que estes órgãos governamentais são capazes. No caso da Embrapa, ela tem participado a partir de pesquisas sobre as sementes do dendê. Essas sementes são ofertadas para a empresa Alpha, que as cultivam para germinar as mudas e, em seguida, doá-las aos agricultores familiares. É importante ressaltar que a referida Embrapa situa-se no município de Manaus /AM, o que gera toda uma problemática com relação à logística da semente de dendê.

Já o Basa trabalha o financiamento do programa por meio do Pronaf-eco (linha nacional de crédito), promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. O financiamento é realizado de duas formas: o financiamento direto para os agricultores familiares que estão adimplentes com o Banco; e o financiamento indireto, por meio da empresa Alpha, para aqueles inadimplentes com o Banco.

O financiamento promove uma série de benefícios para a agricultura familiar. O agricultor tem direito a um financiamento de R\$6.500 por hectares, sendo no máximo 10 hectares, totalizando R\$65.000, para ser pago a uma taxa de 2% ao ano, com prazo de 14 anos, e seis anos de carência. Além de receber financiamento especial, o Pronaf-eco, com prazo de carência e parcelamento, recebe uma renda que varia de R\$1.100 a R\$1.500 a cada três meses para manutenção do plantio, comercialização garantida por contrato de toda a produção, possibilidade de renda após a colheita de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês, recebendo, ainda, assistência técnica e treinamentos e capacitações da empresa.

O planejamento realizado para o Programa Nacional do Óleo de Palma - PNOP envolve, ainda, dentro do setor estatal, a Emater, que deveria prestar assistência gratuita e fazer a emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para os agricultores familiares participantes do programa. Entretanto, na realidade de Concórdia do Pará, o órgão não tem realizado sua função, diante

da presença da assistência técnica da empresa Alpha. Fica claro no trecho da entrevista com a Emater este ponto de vista:

Na verdade, a Emater, ela não trabalha direto com o dendê aqui em Concórdia, na verdade, nos municípios gerais. O que a gente faz? Dá orientação técnica. Quando trabalha direto com o dendê, a ideia que vem que agente dá assistência técnica no plantio, desde a parte da área até a colheita. Só que isso não tá acontecendo, um dos motivos, é que quem tá encaminhando todo o processo do dendê é a Alpha. A companhia Alpha tem empresa responsável só pro dendê. (Funcionário da Emater)³.

Com relação à emissão da DAP, a Emater local também se mostrou indiferente, conforme dois trechos extraídos das entrevistas com agricultores familiares:

A Emater daqui de Concórdia dificultou o máximo, demais, levamos documentos eles não têm o conhecimento (...) primeira vez que vim aqui em Concórdia, levamos documento pra menina, ela pegava e botava lá, o cara que era responsável daqui da Alpha, na época, ela dizia 'não, não trouxe nada'. Meu irmão até ficou meio aborrecido com ela, foi lá e disse, 'poxa, deixei na sua mão', aí acharam pra não delongar a conversa, tiveram que contratar outro pessoal pra tirar o que a gente chama de DAP, essas coisas (...). (Agricultor)⁴.

Meu documento eu tirei lá em Belém, eles trouxeram de lá pra resolver, a Emater botou milhões de dificuldade, não tava interessada, na verdade (...). (Agricultor)⁵.

O setor do mercado é caracterizado pela forte presença da empresa Alpha. Pode-se considerar que a rede de cooperação do município é mercadocêntrica, pois existe a predominância da empresa em todos os processos necessários

para o objetivo do programa. A Alpha recebe as sementes da Embrapa, relaciona-se com as secretarias e prefeitura para melhoria do processo, utiliza terceirizada para o serviço de esmagadora, utiliza o sindicato para familiarizar os técnicos da empresa com os agricultores rurais, faz a doação de mudas, presta assistência técnica e compra a produção do pequeno agricultor. No entanto, com exceção da inclusão dos agricultores no PNOP, a empresa não pratica a responsabilidade socioambiental no entorno da região, apenas se direciona para as famílias envolvidas e faz uso de terceirizadas, que têm tido baixo comprometimento trabalhista, de acordo com o que diz o representante do sindicato.

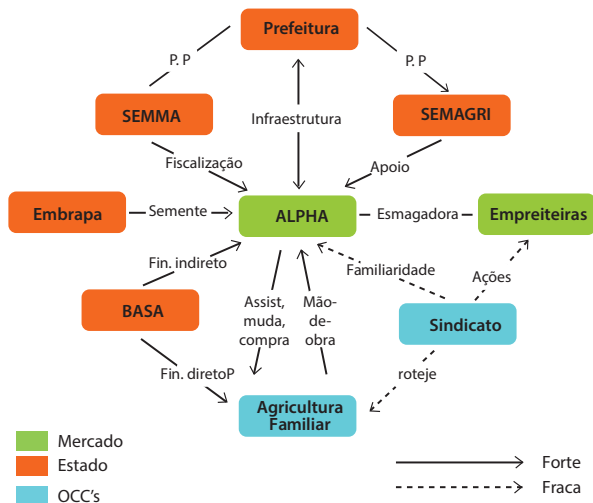
A Alpha fez a contratação das terceirizadas, que apresentam uma mentalidade provinciana. Os trabalhadores estão em situação precária devido às empresas estarem num primeiro momento. É necessário uma proteção deste assalariado, que teve sérios problemas trabalhistas, como a extrapolção do horário de (10h a 15h de trabalho), doenças ocasionadas pelo veneno usado para o plantio, além da contaminação dos rios. (Representante do Sindicato)⁶.

Os agricultores familiares, por outro lado, contribuem com a prestação de mão de obra e com o terreno de 10 hectares para produção do dendê, e assumem o compromisso de lidar com a cultura, desde a limpeza do terreno, plantação, coroamento, adubação e colheita. O sindicato, por sua vez, protege o agricultor rural, tanto aquele inserido no programa, como aquele contratado pelas empreiteiras. Ainda que sua relação seja considerada fraca, devido à permanente desconfiança por parte dos sindicalistas com relação à dominação do Estado e da empresa, sua posição, ainda que dúbia, é de lidar com todos os partícipes da rede.

Assim, para sintetizar a relação de maneira sistemática, elaborou-se uma figura ilustrando a rede de cooperação entre os atores do município

de Concórdia do Pará no PNOP.

Figura 1 – Rede de cooperação PNOP em Concórdia do Pará



Fonte: autores, 2012.

A rede estabelecida tem por função desencadear o funcionamento do programa de forma cooperativa e integrada, tendo como objetivo final o desenvolvimento da localidade de Concórdia do Pará. Entretanto, como qualquer rede de cooperação, a mesma apresenta potencialidades, limites e dificuldades, sobretudo em sua gestão social. Diante da rede de cooperação gerada, em seguida, realiza-se uma análise das potencialidades, limites e dificuldades no funcionamento desta rede.

4. Potencialidades, limites e dificuldades na gestão social da rede de cooperação no PNOP em Concórdia do Pará

A rede de cooperação ilustrada na Figura 1 possibilita uma série de potencialidade e limitações que, quando bem gerenciadas, traz um retorno de capital social para o conjunto de atores que a constitui. Entretanto, as dificuldades no processo da gestão social têm sido uma barreira para o aproveitamento máximo das

oportunidades vigentes, em um programa sedimentado por interesses de múltiplos atores sociais, que vão desde o âmbito nacional até o regional e microrregional. Desta forma, discorre-se sobre as características da gestão da rede de cooperação no município de Concórdia do Pará, a partir das análises dos critérios teóricos expressos pelos conceitos: processo decisório participativo (VILLELA; COSTA, 2012), dialogicidade (CANÇADO *et al.*, 2011) e relações de poder (VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2009).

Os processos decisórios participativos são divididos em seis categorias analíticas: processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum (VILLELA; COSTA, 2012). O processo de discussão tem como provedor a empresa Alpha, que articula os atores sociais para reuniões, seminários e espaços de discussões, buscando o entendimento dos mesmos. Os mecanismos de difusão da informação são de forte concentração nos canais boca a boca, indo desde o processo de negociação de entrada dos agricultores no programa até as fases de implantação em si. Esses processos são marcados por dominação por parte da empresa, que é detentora do conhecimento técnico, gerencial, prático e contratual, ficando os demais atores à mercê do repasse de informações, como demonstrado nos trechos abaixo:

A reunião é assim, tem a reunião, aí começa 08:00 horas é vai até umas 10:00 a reunião, depois a gente sai do campo e vai conhecer o que precisa pra manutenção, aí lá eles vão ensinar tudo, o que eles ensinam lá é pra gente fazer no lugar da gente, aí depois a gente vem e almoça, pergunta alguma dúvida pra esclarecer pra gente não fazer besteira. (Agricultor⁷).

(...) não, não; nunca coloquei opinião. Só uma vez que teve reunião, o pessoal tava falando e tal. Aí eu falei do transporte, a condução de dentro, se eles iam conduzir do material de dentro do campo pra pegar aqui fora. Eles falaram

'não é vocês que tem que fazer, vocês pegam, cortam, põe pra fora a caçamba e a gente pega na beira da estrada'. (Agricultor⁸).

A potencialidade em relação ao processo de discussão é imensa, incluindo o auto-aprendizado entre os atores e a possibilidade de trocas de conhecimento e ideias que servem de apoio para uma melhoria contínua. No entanto, há limitações no que se refere às questões de poder e formas de expressão entre os diversos atores. O agricultor é penalizado pela sua simplicidade ao falar, o que torna o ambiente menos propício para diálogos, pois os empresários, técnicos e autoridades se sobrepõem à comunidade por seus conhecimentos técnicos e eloquência verbal. As dificuldades para a gestão social, então, se encontram na inter-relação dialógica dos atores sociais. Isto poderia ser minimizado se houvesse participação mais ativa dos órgãos estatais, como EMBRAPA e EMATER, na realização de pesquisas e difusão de conhecimento em conjunto com a comunidade.

A baixa interação entre os órgãos estatais e a comunidade, por sua vez, ocasiona uma série de outras dificuldades, tais como: riscos à monocultura, uso intensivo de agrotóxicos, dificuldades técnicas para lidar com o dendê, baixo controle da apropriação do solo às margens dos igarapés, incentivos a queimadas e desrespeito ao zoneamento agroecológico.

A inclusão dos agricultores familiares, então, se dá via espaço aberto para os grupos, porém, não favorece a articulação de interesses com chances iguais de participação na tomada de decisão. Assim, não há reconhecimento, por parte dos atores, da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto político e técnico. Nas reuniões com a empresa, os agricultores se restringem a ouvir, tirar dúvidas e registrar algumas sugestões.

A gente vai lá em busca de... de vez em quando vamos num evento desse temos mais experiência né? Com outras

pessoas (...) com eles mesmo que eles falam muito, eles trazem muitas ideias pra gente. Eu achei que foi bom. Normalmente assim eu converso aqui com meu vizinho, a gente conversa mais [...]. (Agricultor)⁹.

A inclusão de atores historicamente excluídos dos espaços decisórios é, por si só, uma dificuldade na gestão social da rede. Assim, entende-se que é necessário estruturar novas formas de valorização cidadã por meio do empoderamento dos agricultores familiares rurais, fazendo com que se fortaleça um dos elos mais fracos da rede.

Com relação ao pluralismo, pode-se observar que é promovida a inclusão de uma multiplicidade de atores sociais (poder público, mercado e sociedade civil) que, evidentemente, possuem diferentes pontos de vistas e interesses. Entretanto, não há igualdade participativa pelas diferenças de *status* e posicionamentos com relação ao capital econômico e intelectual.

Da empresa, nós tínhamos treinados um agrônomo e um técnico, vez por outra eu também tava lá, um ia ajudando o outro, um ia tirando a dúvida do outro, porque uma reunião com uma comunidade sai tudo, velho, novo, interessado, desinteressado, aquele que vai lá só pra criticar e aquele que vai pra ajudar, ia sempre alguém do sindicato (...) do governo (...). (Gerente da empresa Apha)¹⁰.

A potencialidade do pluralismo entre os atores está no *welfaremix*, ou seja, a possibilidade de um *mix* de bem-estar que corresponda a um consenso mínimo entre os atores interessados na rede de cooperação do óleo de palma. A limitação, no entanto, é a confluência não organizada por parte dos atores sociais da localidade, ou seja, não há uma discussão para definição dos consensos mínimos que os levem ao objetivo comum estabelecido pelo programa. Assim, torna-se difícil agrupar diferentes interesses e influências.

A autonomia pode ser melhor entendida

no esclarecimento das relações de poder, para a percepção da apropriação distinta do poder decisório pelos atores nas políticas públicas. Ainda assim, pode-se afirmar que o bem comum, ainda que seja definido pelo mercado, é compartilhado pelo alcance de resultados em uma avaliação positiva, na percepção geral dos agricultores, empresa e governo:

Melhorou, eu acho que melhorou foi muito. Porque antes a gente trabalhava. Recebia 625. Antes eu tinha que trabalhar todo dia, agora não, eu trabalho 15 dias no dendê, pra fazer toda a coroa, no adubo faço menos dias. ()¹¹.

Muito bom, muito bom. Se você for comparar na média (...) o plantio do agricultor familiar é melhor do que da empresa, é muito melhor do que da empresa. Historicamente, a produtividade do agricultor familiar é muito maior do que da empresa, porque o empregado da empresa trabalha pra empresa, e o agricultor familiar não, ele ta cuidando do que é dele. (Gerente da empresa Alpha)¹².

Geração de emprego, isso movimentou a economia da cidade. A prefeitura era a maior empregadora do município, hoje o dendê emprega 1600 e passou a ser o maior empregador, novas lojas, farmácias, indústria construção civil, a valorização dos terrenos urbanos, as pessoas têm mais renda, agricultura familiar, cresceu nosso mercado. Mão de obra local, pra capacitação, pra não ser incorporado só pro serviço pesado, pra ir pra esse serviço de qualidade. O jovem desempregado tem alternativa de emprego, longe do tráfico de drogas, o dendezal, a polícia tem mais acesso. (Prefeito de Concórdia)¹³.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas no processo estão relacionadas à alta dependência

dos agricultores rurais com a empresa, bem como o pouco acesso às decisões gerenciais do PNOP, as quais impactam diretamente nas suas vidas. Alguns agricultores têm dificuldades em lidar com o dendê por ser um novo cultivo para a região. Desta forma, muitos agricultores precisam contratar terceiros para trabalhar em seus terrenos. Entretanto, o valor que recebe a cada três meses inviabiliza o negócio.

É necessário realizar um fortalecimento das organizações da sociedade civil, resgatando as características indicadas por Brito (2006), para o alcance do desenvolvimento local que, em síntese, se caracteriza por redes associativas com identidade regional, mobilização da população, valorização dos produtos e iniciativas locais, exercício do processo de aprendizagem coletiva, novos atores e busca de um equilíbrio frágil entre uma promoção não seletiva de produtos locais.

O exercício do poder no PNOP não é feito de forma compartilhada, uma vez que os agricultores e o Estado não exercem, na maioria das situações, a possibilidade de prevalecer suas vontades na relação com a empresa Alpha. Esta tem 'poder para' poucos, no processo decisório, diante do 'poder sobre' os agricultores familiares e, até mesmo, sobre os órgãos estatais, sobretudo, porque é detentora do conhecimento específico da cultura do dendê e por possuir o controle dos fatores de produção. Da mesma forma, a Alpha tem o 'poder de' decidir os caminhos para a gestão do PNOP no processo produtivo do dendê, adquirido em parte pelo poder de persuasão que exerce sobre os demais partícipes da rede. A empresa exerce, assim, o que não é adequado na gestão social de um programa da esfera pública - o monopólio do poder.

Assim, em um esforço de esboçar uma alternativa para uma gestão social das redes de cooperação apresentada no PNOP, no município de Concórdia do Pará, baseado no princípio de democracia deliberativa, em que a iniciativa local tem papel preponderante de tornar a rede sob uma visão sociocêntrica, apresenta-se, a seguir, uma rede do 'tipo-ideal'. Esta traz os interesses

no econômico ou no político.

A constatação da alta dependência dos agricultores rurais com a empresa, além do baixo acesso às decisões gerenciais do PNOP têm sido motivos de grandes entraves para que os agricultores possam influenciar nas ações do programa. Conseqüentemente, as dificuldades na produção do dendê e inclusão social se apresentam desafiadoras. Entretanto, afirma-se aqui que o quadro negativo pode ser minimizado, em parte, por dinâmicas locais que envolvam mobilização social e novos atores sociais, como associações e cooperativas, para o fortalecimento do capital social dos agricultores familiares, o elo mais fraco da rede de cooperação do PNOP. É preciso maior esforço para o processo de aprendizagem coletiva, a fim de reverter a forma pouco compartilhada do PNOP em Concórdia do Pará.

A ação e cooperação entre os atores sociais com diferentes níveis de poder, por sua vez, dependem da existência de liberdade de opinião de todos os envolvidos no programa. Pode-se inferir que com liberdade de expressão os atores sociais terão a possibilidade de tornar o processo efetivamente coletivo e edificar resultados positivos, maiores do que têm sido expresso até o momento.

Assim, sob um desenho de rede do 'tipo ideal', com atores entrelaçados aos princípios de processo decisório participativo, dialogicidade e compartilhamento de poder, o presente artigo buscou mostrar a importância de relações associativas e cooperativas para o fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, para o caso específico do PNOP em Concórdia do Pará, observou-se que a Embrapa e Emater poderiam ter papel fundamental para o fortalecimento da rede sob a perspectiva sociocêntrica.

Referências

- ALLEBRANDT, S. L. Prefácio. CANÇADO, A. C et al. (Org.). In: **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 1.
- ALVES, P. D. V. As configurações institucionais na formação de parcerias entre o Estado, o mercado e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento territorial. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA A AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 6., 2007, Salvador, 2007. **Anais...** Salvador: EJA, 2007.
- ALVES, J.N. et al. Redes de cooperação de pequenas e médias empresas: os fatores competitivos aplicados em uma rede de imobiliárias. **Revista Gestão e Regionalidade**, v. 26, n. 78, p. 18-35, set./dez. 2010.
- AXEROLD, R. **The evolution of cooperation**. New York: Vincent Torres, 1984.
- ALPHA. Relatório do II Seminário de Agricultura Familiar. Alpha. Dezembro, 2011.
- BRITO, L. M. P. **Desenvolvimento local: alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo?** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - ENEGEP, 26., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABEPRO, 2006.
- CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, p. 103-136, 2000. Disponível em: http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf. Acesso em: 12 mar. 2012.
- CÂNDIDO, G. A. A. Formação de redes interorganizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional: o papel do estado e das políticas públicas neste cenário. **REAd**, edição 28, v. 8, n. 4, jul./ago. 2002.
- CANÇADO, A. C.; TENORIO, F. G.; PEREIRA, J. R. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais**.

Cad. EBAPE, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

CASAS, R. **Networks and interactive learning among academic institutions, firm, and government**: knowledge-based social capital for local development. Instituto de investigaciones – UNAM, 2003.

COMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.17. p. 11-40, 2000.

COSTA, J. E. M. A teoria contemporânea do desenvolvimento: cultura, instituições, governança, território e aglomerações de empresas. In: _____. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010. p. 89-122.

DULANY, P. Tendências emergentes em parcerias intersetoriais: processos e mecanismos para colaboração. In: IOSCHPE, E. B. (Org.). **Terceiro setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 63-71.

FISCHER, T. et al. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Rev. Adm. Pública** [online], v. 40, n. 5, p. 789-808, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP. **Estatística Municipal de Concórdia do Pará**. 2011.

JUNQUEIRA, L. A. P.; NASCIMENTO, C. M. do. Rede e capital social na gestão da Pastoral da Criança. In: CANÇADO, A. C; SILVA JUNIOR, J. T.; TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012, p. 37-56.

LEÓN, M. E.; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e

sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Revista Gestão e Produção**, v.8, n. 3, p. 289-303, dez. 2001.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia). Salvador: UFBA/NPGA/NEPOL/PDGS, 2005.

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Portal do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>. Acesso em: 01 fev. 2011.

SOUZA, A. da C. Redes interorganizacionais: implicações para a gestão das organizações participantes. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 6., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CONVIBRA, 2009.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: _____. et al. **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo: Pólis, 2001. p. 11-31.

PEREIRA, J. R. et al. Gestão social dos territórios da cidadania: o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão do território noroeste de Minas Gerais. **Cad. EBAPE. BR** [online], v. 9, n. 3, p. 724-747, 2011.

TEODÓSIO, A. S. S. **Parcerias tri-setoriais na esfera pública**: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil. 2008. Tese (Doutorado) - Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2008.

_____. Parcerias tri-setoriais: para além de simplismos e dualidades sobre as interações entre atores do estado, sociedade civil e mercado. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 3, n. 5, p. 101-124, jan./jul. 2005.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. A. Partnership, empowerment and local development. **Interações**, v. 10, n. 2, p. 133-148, jul./dez, 2009.

_____; _____. TAVARES, R. M. Universidade enquanto ator do desenvolvimento local: a experiência do Programa Integrado Município Sustentável. In: HORTA, C. E. R. (Org.). **Cadernos ABMES**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 49-94, 2012.

_____. **Partnership for local development: the relationship between local organization in two areas of north-east Pará, Amazônia, Brasil**. Saarbrücken: Verlag, 2009.

VERSCOORE, J. R.; BALESTRIN, A. Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação. **Revista de Administração da USP**, v. 1, n. 1, p. 2 -21, 2008.

_____; _____. A associação em redes de cooperação influencia os resultados de pequenas e médias empresas? **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n.1, p. 105-115, 2010.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G. Avaliação de processos decisórios participativos no polo comercial Saara situado na cidade do Rio de Janeiro: uma fórmula de sucesso com problema em seu princípio ativo, a participação. In: CANÇADO, A. C; SILVA JUNIOR, J. T.; TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012, p. 57-86.

WEBER, Max. **Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva**. 2ª. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

Notas

- 1 O nome da empresa é fictício para preservar o seu anonimato.
- 2 Trecho de entrevista com o gerente da empresa Alpha, 04/07/12.
- 3 Trecho de entrevista com a Emater, 04/07/12.
- 4 Trecho de entrevista com agricultores familiares, 03/07/12.
- 5 Trecho de entrevista com agricultores familiares, 03/07/12.
- 6 Trecho de entrevista com o sindicato, 31/08/11.
- 7 Trecho de entrevista com agricultores familiares, 03/07/12.
- 8 Trecho de entrevista com agricultores familiares, 03/07/12.
- 9 Trecho de entrevista com agricultores familiares, 31/08/11.
- 10 Trecho de entrevista com o gerente da empresa Alpha, 04/07/12.
- 11 Trecho de entrevista com agricultores familiares, 03/07/12.
- 12 Trecho de entrevista com gerente da empresa Alpha, 04/07/12.
- 13 Trecho de entrevista com o prefeito, 04/07/12.



**A DOUTRINA DO COOPERATIVISMO:
ANÁLISE DO ALCANCE, DO SENTIDO E
DA ATUALIDADE DOS SEUS VALORES,
PRINCÍPIOS E NORMAS NOS TEMPOS
ATUAIS**

**The Cooperative Doctrine: Analysis of the Reach, the
Sense and the Actuality of their Values, Principles
and Norms at the Present Times**

**La Doctrina de las Cooperativas: Análisis del Ámbito
de Aplicación, de su Sentido y de la Actuality de
sus Valores, Principios y Normas en los Tiempos
Actuales**

José Odelso Schneider (PPGCS/UNISINOS)*

*Doutor em Ciências Sociais pela Facoltà di Scienze Sociali da Pontificia Università Gregoriana de Roma.(FSS/PUG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCS/UNISINOS) e Professor Visitante na FSS-PUG de Roma. É jesuíta.

Endereço: UNISINOS/Centro de Ciências Humanas/Instituto Humanitas Unisinos, Av. Unisinos, 950, Caixa-postal 275, Cristo Rei, CEP: 93020-000, Sao Leopoldo/RS
E-mail: odelso5@gmail.com

Resumo

O presente artigo pretende fazer uma interpretação histórico-doutrinária, hermenêutica e etimológica, tentando ir até as raízes de alguns conceitos e termos da doutrina do cooperativismo, particularmente, de seus valores, princípios e normas. Com a contribuição de alguns clássicos da história e doutrina do cooperativismo¹, lidos, discutidos e assimilados ao longo dos anos, pretende-se captar o espírito mais profundo que anima e manifesta o potencial de mobilização e adesão próprio da doutrina cooperativista, analisando o alcance, o sentido e a atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. O estudo visa, à luz de uma perspectiva ideológico/doutrinária,

a uma reflexão atualizada sobre os valores e princípios cooperativos, procurando resgatar alguns aspectos históricos do cooperativismo e, ao mesmo tempo, situando-os no contexto atual de tantas mudanças e desafios ².

Palavras-chave

Cooperativismo. História cooperativa. Doutrina cooperativa.

Abstract

The present article pretends to make a historical-doctrinary , hermeneutic, and ethimological interpretation, trying to go to the very roots

of some concepts and terms of the doctrine of cooperativism, in particular of its values, principles and norms. With the contribution of some classical authors of the history and doctrine of cooperativism, read, discussed and assimilated along the years, we pretend to capture the more profound spirit that animates and manifests the potential of mobilization and adhesion proper to the cooperativist doctrine, and pretends to capture the most profound spirit that animates and manifests the potential of mobilization and adhesion proper to the doctrine of cooperativism, analyzing the reach, the sense and the update of its values, principles and norms in our times.

Keywords

Cooperativism. Cooperative history. Cooperative doctrine.

Resumen

Este artículo tiene la intención de llevar a cabo una interpretación histórica y doctrinal, hermenéutica y etimológico, tratando de ir a las raíces de algunos conceptos y términos de la doctrina de las cooperativas, en particular, de sus valores, principios y normas. Con la contribución de algunos de los clásicos de la historia y la doctrina de las cooperativas, leído, discutido y asimilados a lo largo de los años, tenemos la intención de capturar el espíritu que anima y muestra el potencial de movilización y adhesión a la doctrina cooperativa, analizando el alcance, significado y actualidad de sus valores, principios y normas en los tiempos actuales. El estudio pretende iluminar el punto de vista ideológico / doctrinal, una reflexión actualizada sobre los valores y principios cooperativos, tratando de rescatar algunos aspectos históricos de la cooperativa y, al mismo tiempo, situándolas en el contexto actual de muchos cambios y desafíos.

Palabras clave

Cooperativa. Historia cooperativa. La doctrina cooperativa.

Introdução

Ao tratar da doutrina do cooperativismo e de sua adequação aos tempos atuais, convém frisar e ter presentes algumas considerações introdutórias.

Os aspectos econômicos, administrativos e técnicos são extremamente importantes em qualquer contexto, também no contexto cooperativo. A maioria dos fracassos nas organizações cooperativas não se deveu, provavelmente, à falta de espírito cooperativo, mas sim, à falta de visão empresarial, de conhecimento do mercado e de visão técnico-administrativa. A cooperativa não é uma entidade beneficente ou filantrópica, mas é sempre uma empresa. Quando a cooperativa fracassa como empresa econômica, fracassa igualmente na sua pretendida projeção social e humana, arrastando consigo o descrédito da instituição.

Porém, ao analisar o conceito “empresa”, é importante enfatizar que a cooperativa é sim uma empresa, mas é diferente das demais empresas do mercado; pois como empresa, ou empreendimento econômico, no seu sentido genérico, ela

é uma unidade de produção na qual se combinam os diversos fatores produtivos para o fornecimento de bens ou de serviços à comunidade. Os fatores produtivos são: o trabalho, a direção e o capital, compreendendo instalações, equipamentos, energia e matéria-prima. (MEC-FENAME, 1972, 265).

A empresa pode ser destinada a produzir bens de capital ou de consumo, tais como empresas agrícolas ou industriais. Pode, igualmente, produzir serviços, tais como as empresas de transporte, empresas bancárias

e comerciais. Quanto ao seu estatuto jurídico, ela pode ser pública e estatal; social, quando apropriada igualmente pelos membros de uma comunidade, como no caso de uma cooperativa; privada, quando é apropriada por uma pessoa ou grupo; ou mista, no caso em que combinam as formas precedentes. Quanto ao seu contrato social, as empresas apresentam uma grande variedade de formas, dentre as quais, as mais importantes são as sociedades anônimas, as companhias com responsabilidade limitada e as sociedades cooperativas orientadas pela solidariedade e ajuda mútua (MEC-FENAME, 1972).

A cooperativa é uma entidade que, à semelhança de qualquer empreendimento econômico, deve pautar-se pela racionalidade econômica, com clara definição dos objetivos e meios, e que demanda disciplina interna, ordem, planejamento, uso adequado dos recursos e hierarquia na busca dos seus objetivos. Busca resultados econômicos, segundo critérios de crescente produtividade e qualidade. Em função disso, deve assegurar a capitalização da cooperativa, seja através de estratégias de autocalificação, seja pelo acesso ao capital de terceiros, porém, sem comprometer a sua autonomia.

O diferencial cooperativo é que tal empresa está a serviço de uma “associação de pessoas”, que como entidade social coletiva opta por privilegiar a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua entre eles; dirige, controla a empresa e dela demanda não a busca incondicional do lucro, mas, sim, a busca da eficiência e eficácia que redundem em crescente satisfação das necessidades e do bem-estar de seus associados/coproprietários. Enquanto associação de pessoas, a empresa cooperativa segue uma “racionalidade social” que, segundo os exigentes parâmetros da racionalidade, requer a constante busca da eficiência social e o benefício de todos, conforme os critérios de operacionalidade e lealdade de cada associado.

Entretanto, embora reconhecendo a

relevância da dimensão econômica e empresarial, os aspectos doutrinários e ideológicos assumem grande destaque no processo da cooperação cooperativa. A Doutrina ou Ideologia é

um sistema de ideias e juízos, explícito e geralmente organizado, destinado a descrever, explicar, interpretar ou justificar a situação de um grupo ou de uma coletividade, e que, inspirando-se amplamente em valores, propõe uma orientação precisa à ação histórica desse grupo ou dessa coletividade. (ROCHER, 1971, p. 204-205).

A ideologia, ao adotar a forma de um sistema de ideias e juízos, apresenta-se sob o aspecto da racionalidade e, por coerência, assume a forma de doutrina. A ideologia constitui-se num poderoso fator dinâmico, porque esclarece as situações no complexo ambiente da realidade econômica e social, dá sentido à ação, acena para a realidade dos limites, e infunde segurança. A ideologia é um convite ao “*Nós*”, induz a formar um grupo ou movimento no qual as pessoas se identificam e propõem uma ação comum. A ideologia não somente expressa juízos de fato, mas, também, juízos de valor. A ideologia aponta objetivos, indica os meios de alcançá-los, mostra o processo a seguir, desenha um futuro possível e suscita novas esperanças. Situa-se na linha do *dever ser*, apontando para comportamentos e práticas recomendáveis para a consecução dos objetivos que ela abraça.

Compreendida nestes termos, a ideologia é um poderoso motor de mudança social que pode suscitar novas esperanças e sustentar apoios importantes em prol do bem comum. Portanto, como os princípios e a filosofia cooperativa se inserem dentro de uma perspectiva ideológica, pode deduzir-se a importância dos mesmos.

Segundo Gutenberg (1964),

há princípios de atuação político-empresarial que têm validade para todas as empresas, seja qual for o sistema econômico em que se desenvolva a empresa. Mas, há também, princípios que somente podem conceber-se no

sistema econômico correspondente dentro do qual ocorre a atividade produtiva. Os valores do cooperativismo, seus princípios e processos enunciados em primeiro lugar os consideramos independentes do sistema econômico. As do segundo grupo estão vinculadas ao sistema. (GUTENBERG, 1964, p. 237).

Portanto, é científico falar de empresa capitalista, coletiva ou cooperativa. Todas têm características indiferentes em relação ao sistema, e outras que são determinadas pelo sistema em que se inserem.

A doutrina cooperativa situa-se na linha do dever ser, não numa dimensão impositiva, mas como um apelo às consciências, próprio da educação em prol da solidariedade, para se optar por uma proposta comportamental na sua atividade econômica e social, que conduza a uma sociedade e a um sistema econômico alternativo, mais solidário, justo, autônomo, democrático e participativo. O elenco de valores, princípios e normas que tal doutrina propõe é um paradigma que ajuda a orientar a ação dos cooperadores no seu empenho em prol da realização dos objetivos da cooperação.

Portanto, a proposta doutrinária do cooperativismo não expressa o que o cooperativismo já é aqui e agora no seu real devir histórico, com suas vantagens, qualidades, defeitos e desvirtuações, mas sim, o que pretende ser a médio e a longo prazo. A prática real e cotidiana do cooperativismo mostrará muitas imperfeições, desvios, lacunas e omissões em relação ao seu conteúdo normativo. Porém, os aspectos negativos de sua prática não invalidam a riqueza do conteúdo normativo, bem como a proposta de estruturar um empreendimento econômico e social participativo e solidário, mas, na verdade, são estímulos para a sua progressiva correção, quando os esforços de melhoria se realizam à luz do paradigma axiológico, que serve de guia, de norte para a ação. Sem este paradigma, são inúteis, dispersivos, meramente conjunturais, os inevitáveis esforços de correção de rumo das distorções que ocorrem em qualquer

prática cooperativa, mesmo na mais evoluída.

1. Cooperativismo: origens, evolução, características e princípios

O cooperativismo deve sua origem ao movimento operário e a um movimento de ideias. A cooperação, como forma de ajuda mútua, esteve presente ao longo de toda a história da humanidade, tanto na Antiguidade mais remota, quanto no tempo do Império Romano, na Idade Média e no início da Idade Moderna. Porém, a cooperação mais sistemática nasce com as cooperativas modernas. Estas surgem num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem do começo do capitalismo industrial. As cooperativas surgem como uma reação emancipadora e uma resistência do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a primeira fase da Revolução Industrial, quando o liberalismo de então era contrário a qualquer forma de associação profissional, que visasse à defesa dos interesses de classe (Lei Chapellier, na França, em 1791).

O capitalismo industrial verificou êxitos econômicos espetaculares, progressos técnicos sempre renovados, um aumento vertiginoso da produção/produtividade, uma grande flexibilidade e abertura às inovações tecnológicas, uma capacidade para a abertura e expansão dos mercados, bem como um enorme aumento de bens e serviços materiais em benefício do homem.

Contudo, o balanço negativo de tal sistema não foi menos espetacular, ao destruir a antiga estrutura econômica e social artesanal e da pequena produção e desapropriar os artesãos e trabalhadores de seus instrumentos de produção, mergulhando-os numa terrível miséria, exploração e dominação. O sociólogo Ralf Dahrendorf (1965) sintetiza em cinco fenômenos a expressão da desorganização que o capitalismo originou nos diversos domínios da vida social:

1) Na transformação de sociedades de classes ou de castas relativamente fechadas em sociedades de classe abertas e permeáveis à mobilidade social. 2) Na ruptura das hierarquias tradicionais de condição e a igualação de todos os trabalhadores assalariados. 3) Na criação de uma situação de aguda inadaptação e de alienação para o trabalhador inicialmente estranho à indústria. 4) Na provocação de situações crescentes de miséria social, em especial entre os trabalhadores industriais. 5) Na oposição crescente das classes, permanentemente agudizada por todas as circunstâncias mencionadas, entre os empresários e os trabalhadores. (DAHRENDORF, 1965, p. 68-69).

As condições miseráveis e desumanas, unidas a escandalosos contrastes com a burguesia, originaram o movimento operário. Após haver buscado em vão um remédio para sua situação em várias direções - agarrando-se a velhos regulamentos das corporações de ofício próprios da Idade Média e do início dos Tempos Modernos e Renascentistas, aderindo a elas ou deixando-se levar pelo desespero do motim -, os trabalhadores compreenderam paulatinamente que era necessário uma profunda mudança da ordem social e que sua única arma - já que não possuíam capital, nem cultura nem a legalidade (tudo isso estava do outro lado) - residia na associação, graças à qual seu número podia transformar a debilidade em força. (LASSERRE, 1972).

Portanto, a força dos operários estava na associação. Inicialmente, porém, as associações eram, ao mesmo tempo, partido, sindicato e cooperativa. Progressivamente, o movimento operário se diferenciou em três ramos principais: o sindicato, no campo trabalhista; o socialismo, no plano político e; o cooperativismo, como uma estrutura socioeconômica. O cooperativismo nasceu, pois, no mesmo meio social, na mesma época, da mesma miséria proletária e da mesma opressão, sob o impulso do mesmo espírito que o sindicalismo e o socialismo. Expressa as mesmas

profundas aspirações e a mesma concepção de vida.

Mas, o que distingue as cooperativas de outras formas de ação operária é seu caráter emancipacionista e essencialmente construtivo, de baixo para cima, em contraposição aos sindicatos, que são organismos de defesa e de reivindicação junto ao regime capitalista, ou aos partidos socialistas que tentam atuar como poder político. Uma segunda fonte de inspiração do fenômeno cooperativo é o movimento de ideias. Normalmente, junto aos movimentos populares aparecem as “elites” do pensamento que configuram e dão forma a esses movimentos, de forma frequente, anárquicos.

No início da Revolução Industrial, muitos pensadores procuraram apresentar soluções à “questão social” de então. São os precursores do cooperativismo moderno. Entre eles, estão o industrial e precursor, também, da legislação trabalhista e previdenciária, Robert Owen; o “médico dos pobres” William King, fundador de muitas cooperativas de consumo no período entre 1827 e 1840 - ambos na Inglaterra; e na França, o Conde de Saint-Simon, Pierre Proudhon, Charles Fourier, Michel Derrion, Louis Blanc e Philippe Buchez. Todos eles se insurgem contra as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo e destacam a ideia de associação como *ação emancipadora* da classe trabalhadora, em que se organizam os interesses da classe trabalhadora por meio da autoajuda e não a partir do poder político. Todos pleiteiam, também, a subordinação do capital ao trabalho, bem como a eliminação do lucro como objetivo e motivação última da atividade econômica. Nas organizações cooperativas e solidárias, o lucro é transformado em “excedente”, como meio e não como fim e motivação última e exclusiva da atividade econômica. Visa-se a construção de uma economia de serviços para satisfazer as reais necessidades das pessoas, Todos estes são aspectos indispensáveis a qualquer atividade econômica, bem como à organização cooperativa de toda a economia, baseada na democracia,

eqüidade e solidariedade.

Como no cooperativismo sempre existiu uma estreita união entre a ideia e a ação, os pioneiros na Inglaterra, com a cidade de Rochdale à frente na criação de cooperativas de consumo, na França, com os iniciadores das cooperativas de consumo e de produção industrial e, na Alemanha, com a fundação dos vários tipos de cooperativas de crédito, de 1847 em diante, ao mesmo tempo que traçaram as linhas ideológicas do movimento cooperativo, deram-lhe sua configuração prática. E isso ocorreu particularmente durante a “faminta” década dos anos 40 do século passado, uma década de aguda crise econômica e social em toda a Europa.

Entre os fundadores das cooperativas, destacam-se os pioneiros de Rochdale como principal ponto de partida do cooperativismo moderno. Na localidade de Rochdale, Inglaterra, os 28 tecelões, a partir de uma situação de greve e de demissão em massa, em plena crise de desemprego dos anos 40, começam a esboçar, desde o final de 1843, o que em dezembro do ano seguinte se traduziria na cooperativa de consumo que, na sobriedade operária, surgiu pequena e modesta, e desenvolveu-se ininterruptamente até nossos dias. A transcendência de sua iniciativa tornou-se inquestionável. Em seus estatutos, pensados e definidos de forma coletiva e grupal ao longo de um ano, os 28 pioneiros codificaram os valores, princípios e métodos essenciais do cooperativismo, os aplicaram com perspicácia excepcional e os propagaram com êxito.

Como herança do legado dos pioneiros, a cooperação passa a adquirir cada vez mais importância, tanto nos países desenvolvidos, especialmente nos nórdicos, quanto nos países do Terceiro Mundo, tanto em economias de mercado quanto em economias centralmente planejadas. A modesta origem dos 28 pioneiros, já no início da segunda década do século XXI, traduz-se hoje em aproximadamente 1 a 1,2 bilhões de associados de cooperativas espalhados pelos cinco continentes. Se, até 1960, a Europa tinha a hegemonia em número de cooperativas

e de associados, hoje são os demais continentes que contam com a maioria de cooperativas e de associados. São, particularmente, os países do Terceiro Mundo, entre eles os considerados emergentes que, em época recente, apresentam as maiores taxas de crescimento de cooperativas e de associados³.

Esse rápido desenvolvimento do cooperativismo permite concluir com Boudout (1970, p. 226) que a cooperação, “pela força econômica que representa, pela vitalidade e o militantismo dos homens que a animam, é uma das forças do mundo contemporâneo”.

Sendo uma doutrina importante, cabe perguntar: quais são as características fundamentais do cooperativismo, seus elementos essenciais ou seus princípios de base?

Embora a maioria dos autores situe o núcleo doutrinário nos pioneiros de Rochdale, importa enfatizar que eles constituem apenas o núcleo originário, pois hoje a Aliança Cooperativa Internacional, que associa a maior parte das cooperativas de todo o mundo e de todos os ramos ou setores (com sede, inicialmente, em Londres e, desde 1980, em Genebra), é a encarregada de manter os princípios essenciais e adaptar os demais às circunstâncias mutáveis e às peculiaridades de cada região e cultura. Segundo a Comissão Especial encarregada de dar um parecer qualificado sobre os princípios cooperativos para o Congresso da ACI, em Viena em 1966, “esses princípios não estão associados arbitrariamente ou por azar, mas formam arte de um sistema e são inseparáveis” (ACI. 1966).

Portanto, outras entidades podem seguir isoladamente um ou outro dos princípios cooperativos, mas são as cooperativas que as adotam em seu conjunto, como um sistema integral, dando-lhe coerência interna. . Consequentemente, foram os Pioneiros que

fizeram uma síntese original destes princípios, dando-lhes sua expressão definitiva; além disso, os aplicaram com o êxito conhecido, e desenvolveram um papel relevante no desenvolvimento da

cooperação na Grã-Bretanha. Por isso, é com justiça que a tradição faz partir deles o impulso decisivo das cooperativas no mundo. (Lambert, 1975, p.57).

Ao tratar das origens do cooperativismo, Gide entende que “a idéia cooperativa não é uma teoria de gabinete; saiu da prática da vida e das necessidades da classe operária. Não surgiu num belo dia do cérebro de alguns sábios; sai das próprias entranhas do povo” (Gide, 1974, p. 27).

Embora tenham verificado adaptações às diferentes épocas, como ocorreu nos Congressos da ACI em 1937 em Paris, em 1966 em Viena e em Manchester em setembro de 1995, “longe de terem envelhecido, os princípios de Rochdale, em tudo o que eles têm de essencial, representam a Juventude e a esperança da civilização nos dias de hoje” (LAMBERT, 1975).

Antes de expor os princípios, importa dizer em que consiste a sociedade cooperativa. O Art. 8º do estatuto da ACI afirma que “será considerada como sociedade cooperativa, qualquer que seja sua estrutura legal, toda associação de pessoas ou de sociedades que tenha por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros por meio da exploração de uma empresa, baseada na ajuda mútua e nos Princípios Cooperativos, tal como foram estabelecidos pelos Pioneiros de Rochdale e reformulados pelo 23º Congresso da ACI” (ACI, 1966).

Já segundo Charles Gide, professor de economia política em Lyon e depois na Universidade de Paris, e um dos primeiros sistematizadores da doutrina cooperativa, numa época em que as cooperativas de consumo eram as mais conhecidas, declara que uma associação de consumo “é uma associação de operários desejosos de trabalhar em comum em prol de sua própria emancipação e a de seus irmãos, esforçando-se por constituir o capital necessário para um procedimento menos oneroso e mais explícito” (GIDE, 1974, p.22). Na mesma obra, igualmente, conceitua que uma cooperativa é um agrupamento de pessoas, procurando fins econômicos, sociais e educativos em comum,

através de uma empresa comercial.

Da definição da ACI decorrem quatro aspectos essenciais:

- a) Há dois elementos fundamentais que constituem uma cooperativa: um elemento social ou associação de pessoas. Uma cooperativa não é uma sociedade de capital, mas uma associação de pessoas; e um elemento econômico, ou seja, uma empresa comum. O objetivo da associação é criar uma empresa econômica comum, cujos titulares e responsáveis são os associados.
- b) A finalidade é a melhora econômica e social de seus membros. As cooperativas são formas construtivas para fazer frente a necessidades e carências socio-econômicas e, de maneira especial, às originadas pelo sistema capitalista.
- c) A ajuda mútua deve ser condição básica. A autoajuda e a ajuda mútua são as bases essenciais de toda entidade cooperativa. A autoajuda é herança do pensamento liberal, que defende a autonomia e a criatividade da pessoa, a ajuda mútua procede do pensamento socialista da época. A feliz combinação das duas, permite realizar verdadeiros saltos qualitativos na realidade social, verdadeiras “mutações sociais”. A autonomia, tão defendida pelo cooperativismo, decorre desta atitude. O cooperativismo quer nascer, crescer e expandir-se de forma autônoma, sem paternalismos ou ingerências do poder público ou de outros poderes. O cooperativismo aceita e, às vezes, até reclama a colaboração do poder público, mas desde que o respeite na sua especificidade e autonomia. Desde o começo, o cooperativismo buscou sua força na união. Isso exige uma participação ativa dos seus reais donos, os associados, nos aspectos societários, e

uma colaboração eficaz na tarefa comum.

d) E tudo isso inspirado nos valores e princípios cooperativos. Porém, não basta o mero cumprimento de princípios e normas. Além deles, deve haver um espírito, uma cultura cooperativa. As normas são a concretização do espírito cooperativista.

Entende-se o termo espírito cooperativo como os valores espirituais e sociais do cooperativismo, os quais os princípios e as normas devem aplicar. Para Drimer (1973, p. 28,29), o espírito cooperativo inclui os seguintes valores:

- Esforço próprio e ajuda mútua como condição para a autonomia.
- Solidariedade e cooperação entre associados e entre cooperativas.
- Igualdade, democracia e participação.
- Justiça nas normas, equidade e liberdade.
- Promoção humana e educação cooperativa.
- Coincidência com os interesses gerais da comunidade.
- Mutualidade, retribuindo a cada qual segundo o esforço dispensado.

Os valores são ideias e diretrizes essenciais ao processo da cooperação. Na perspectiva da Moral Social,

valor significa o preço que, do ponto de vista normativo, se julga dever ser pago por um objeto ou serviço (...) Em filosofia, o termo refere-se a uma propriedade das coisas, pela qual elas representam o objeto de estima ou de desejo de uma pessoa ou de um grupo, ou pela qual elas satisfazem um determinado fim. (MEC-FENAME,1972, p. 670).

A pessoa que se conduz por convicções reconhecidas como sendo um valor, não admite pensar ou agir de modo que contrarie o que

para ela é importante, decisivo, inquestionável. Um valor não existe em si mesmo, mas trata-se de um modo de ser, de pensar e de agir de uma pessoa ou de um grupo, com características de fortes convicções, que não retrocede diante de qualquer obstáculo ou atração que lhe seja contrária ou a impeça de atingir a meta desejada. Valores assumidos com convicção são capazes de “transportar montanhas” e, no cooperativismo, são capazes de motivar as pessoas e suas lideranças para andarem contra a corrente avassaladoramente hegemônica e dominante, própria da ideologia individualista e competitiva do capitalismo de mercado! A conduta humana está definitivamente determinada por valorizações. A pessoa e um coletivo de pessoas com valores comuns são aqueles que orientam suas atitudes, tendo como base hábitos valorativos, que tem um modo de ser e de agir valorizado, porque se valoriza a pessoa e o grupo e se valoriza o que está fora deles. Ser e Valor não existem separadamente, podendo-se, portanto, concluir que um valor é um atributo do ser humano que atingiu sua identidade (MAROCCO, 2008).

Os valores constituem as “ideias-força” a partir das quais emanam a energia motivadora e a inspiração para a ação cooperativa, que é regida por princípios. Sem os valores, o cooperativismo tornar-se ia um sistema e movimento estéril e vazio de sentido. Os princípios inspiram-se nos valores e deles adquirem sua força e sentido. Os valores são o sol que ilumina e aquece os princípios e as normas. Os valores, sendo essenciais, são mais universais e permanentes na história do Movimento Cooperativo. Tanto é assim que os valores propostos há 168 anos pelos Pioneiros, ainda hoje são os mesmos e reconfirmados pelos Congressos da ACI em Estocolmo, em 1988, e em Tóquio, em 1992. Quanto aos princípios, já se realizaram três alterações ao longo de todos esses anos.

Os princípios, embora menos essenciais, menos universais e permanentes do que os valores, são, contudo, necessários para o bom andamento do processo cooperativo. Ao longo

da história do cooperativismo, os princípios já sofreram algumas modificações, mas sem descaracterizar o modelo rochdaleano, num esforço de adequá-los às peculiaridades de cada época, particularmente as introduzidas pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em 1937, em Paris, em 1966, em Viena e, em 1995, no Congresso Internacional da ACI, em Manchester, Inglaterra.

As normas, como, por exemplo, a de “um homem, um voto”, ou a das “portas abertas”, são preceitos mais específicos e concretos que decorrem de um ou outro dos princípios da cooperação. As normas são mais flexíveis e mensuráveis do que os princípios na sua adequação aos diversos contextos históricos e culturais.

1.1 Os princípios cooperativos

O espírito e os valores cooperativos materializam-se em uma série de princípios, que já foram reformulados três vezes pela ACI, mas sempre procurando ser fiéis ou em retomar aspectos de uma tradição que provém do Pioneirismo Cooperativo, tanto do cooperativismo de consumo quanto o dos outros ramos ou setores cooperativos. Eis a formulação atual dos princípios, tais como definidos em Manchester em setembro de 1995:

Princípio da Adesão Voluntária, Consciente e do Livre Acesso (1º Princípio)

As Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas para usarem seus serviços e dispostas a aceitarem suas responsabilidades de sócios, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

Esse princípio trata de estabelecer os critérios básicos das relações do associado com a cooperativa e da cooperativa com o associado e de harmonizar essas relações.

a) A adesão voluntária significa que a

ninguém se pode obrigar a fazer parte de uma cooperativa. O indivíduo é livre e consciente para associar-se, em igualdade de condições com os outros, sem imposições legais ou pressões para associar-se. Deve igualmente ter liberdade de sair da cooperativa. Portanto, as cooperativas são associações voluntárias, em contraposição às naturais, como a família ou o município.

O princípio se baseia na dignidade e liberdade da pessoa humana, sem discriminações políticas, ideológicas, religiosas, raciais, sociais ou sexuais (no Congresso da ACI em Paris, em 1937, o 5º princípio aprovado foi o da indiscriminação política, religiosa e racial). Considera os associados como politicamente maduros, autônomos e não como pessoas necessitadas de apoios paternalistas, mas sim, como donos do seu próprio destino (COADY, 1939). Nessa perspectiva, valoriza-se a autoajuda, embora não se exclua a ajuda exterior (privada ou estatal), desde que não envolva sujeição ou subordinação.

Portanto, esse princípio pressupõe duas formas de liberdade: a liberdade de associação e a liberdade de constituir uma empresa. A voluntariedade na adesão é condição indispensável para o pleno exercício da democracia cooperativa e para assumir um compromisso pessoal e as responsabilidades na gestão da empresa.

b) Adesão consciente significa que a pessoa desejosa de filiar-se a uma cooperativa, deve saber, prévia e claramente, a que tipo de entidade irá filiar-se, quais são suas características específicas, quais os direitos, quais os deveres ou as responsabilidades de cada associado e do coletivo de associados.

Caso tal filiação se der de forma inconsciente, o associado novato pode ser surpreendido com responsabilidades que não está disposto ou preparado a assumir, e caso permanecer na cooperativa com essa atitude, pode tornar-se um membro negativo, peso morto, ou alguém que quer apenas usufruir de vantagens às custas do esforço dos outros, sem dar nada de pessoal em contrapartida aos benefícios recebidos

graças ao empreendimento coletivo. Sem adesão consciente, não saberá avaliar a importância dos compromissos a assumir com a democracia participante, não saberá avaliar a relevância da autoajuda na base da ajuda mútua, bem como manterá uma atitude passiva, imediatista e paternalistas, esperando sempre que “terceiros” ou o poder público assumam os riscos e custos do empreendimento, riscos e custos que cabem a ele assumir como real dono e usuário da cooperativa.

A adesão consciente supõe, portanto, uma preparação prévia dos candidatos a associados, antes que se formalize o seu ingresso, ou seja, requer a educação/formação prévia sobre os aspectos essenciais da associação/empresa cooperativa.

c) O princípio do livre acesso diz respeito não à adesão do associado, mas da admissão por parte da cooperativa. É o que alguns chamam de princípio de liberdade de admissão, ou o princípio de portas abertas. Significa a obrigação de a cooperativa admitir quem reúna as condições para se somar aos objetivos da entidade.

Todos podem ser associados de uma cooperativa, ou seja, todos os que têm necessidade de soluções coletivas para enfrentar os problemas e desafios, estejam dispostos a assumir as responsabilidades de sócios e de cumprir com as exigências estatutárias. O mérito deste princípio reside no fato que é sinal visível de altruísmo e condição de um dinamismo e de um desenvolvimento progressivo e um meio para a conquista de crescentes espaços na economia. Combate o possível exclusivismo dos sócios fundadores, que podem ser tentados a encerrar-se em uma situação privilegiada e negar-se a ampliar sua base humana. Permite cumprir com a função social da propriedade.

Esse princípio não se opõe ao direito da cooperativa em selecionar os sócios, ou seja, em admitir os que deem garantias de lealdade à organização. A Comissão da ACI de 1966 adverte que o princípio da livre adesão não pode ser absoluto. Expressamente justifica uma restrição maior para as cooperativas operárias de produção,

cujos membros têm pleno emprego, legitimando-se um período de prova, para se certificar das aptidões técnicas necessárias e da solicitude pelos interesses coletivos da cooperativa.

Contudo, as restrições devem ser naturais e não artificiais. A Comissão mencionava duas classes de limitações que devem ser evitadas: as econômicas, ou seja, a exigência de quotas de entrada tão elevadas que exclua uma grande parte dos associados potenciais; e as ideológicas, sob cujo nome engloba as restrições políticas, religiosas, raciais, sociais etc.

A liberdade de se retirar da cooperativa é uma decorrência lógica e inseparável da voluntariedade. Porém, tal como existe a liberdade de se retirar, cabe também à cooperativa o direito de expulsão/exclusão contra os que operarem contra seus interesses ou seus objetivos. Os estatutos devem prever as formas de procedimento para tanto.

Princípio da Gestão e do Controle Democrático por parte dos Sócios (2º Princípio)

As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas de primeiro grau (singulares), os sócios têm igualdade de votação (um sócio, um voto); as cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.

Esse princípio é essencial à organização cooperativa. Segundo Lambert (1975, p. 58)⁴, “O princípio da democracia é fundamental à cooperativa. Através dele se distingue claramente a empresa cooperativa da empresa capitalista”. Para o autor, a democracia

responde ao mesmo tempo: ao sentido do valor da pessoa, fundamento do poder, e da igualdade profunda dos homens; à exigência de justiça, já que dá a cada um o mesmo meio de promover

esses interesses; à solidariedade, já que se trata de abrir passos ao interesse coletivo e em que cada qual tem o dever de contribuir nessa busca. (LAMBERT, 1975, p. 308).

Uma das características que diferencia a cooperativa da empresa capitalista é precisamente o seu caráter democrático. Na sociedade anônima, cada ação dá direito a um voto, o que converte os proprietários de grandes ações em donos práticos das empresas. Ao contrário, nas cooperativas, são os sócios que, com plena igualdade de votos, dirigem a empresa e não o capital. Este fica subordinado ao trabalho e elimina pela raiz a alienação do trabalho.

Prevalece nas cooperativas singulares a norma de “um homem, um voto”. Algumas cooperativas, entretanto, querem “classificar os associados” segundo o seu grau de fidelidade nas operações com a cooperativa, ponderando o voto segundo maior ou menor fidelidade, prática, porém, que é questionada por alguns teóricos do cooperativismo. Porém, em qualquer dos casos, nunca se admitiu peso maior de voto ao associado que contribui com mais capital. A ACI reafirma a vigência da norma de “um homem, um voto” nas cooperativas singulares, primárias ou de base. A única exceção admitida é em cooperativas de segundo e terceiro graus (federações, centrais e confederações), nas quais os sócios são entidades cooperativas, pessoas jurídicas e não indivíduos concretos. A este nível de participação, o voto pode ser proporcional, seja ao volume de operações das cooperativas de base com suas entidades integradas, seja proporcional ao número de sócios da cooperativa de base. Em outro caso, propõe-se a participação nas assembléias gerais das entidades integradas de um (ou mais) “delegado à assembléia”, eleito pelos associados das cooperativas de base que, junto com o presidente da cooperativa, a representará nas federações, centrais e confederações. Porém, sempre deve exercer-se a administração numa base democrática.

Um grande desafio para as cooperativas

é a harmonização da organização democrática com as exigências técnicas e econômicas da dimensão empresa, em que, às vezes, podem confiar-se demasiadas atribuições e poderes a executivos e profissionais para a tomada de decisões importantes. Para que a democracia seja efetiva, é preciso evitar que o poder da política cooperativa seja açambarcado pelos executivos e técnicos contratados e não eleitos.

Portanto, a participação no governo da cooperativa realiza-se não somente pelo exercício do direito de escolher e ser eleito, mas também, pela possibilidade de informação, fiscalização e crítica permanentes da gestão através dos canais competentes.

Da observação anterior, deduz-se que hoje, em vista da complexidade organizacional de muitas cooperativas, do grande patrimônio e do considerável volume de recursos que muitas cooperativas administram, é preciso aprofundar o processo da “democracia eletiva”, que consiste na mera escolha democrática e livre dos dirigentes. Escolha esta que se dá, periodicamente, uma vez ao ano, de três em três ou de quatro em quatro anos, em direção à “democracia fiscalizadora ou de monitoramento”. Esta envolve o acompanhamento próximo, quase permanente, das ações e decisões da administração cooperativa, fiscalizando e cobrando da administração, sem interferir no dia a dia do processo administrativo, mas zelando para que as grandes linhas, os principais objetivos e suas prioridades sejam rigorosamente observados.

O aprofundamento em direção à “democracia fiscalizadora” requer muita educação e capacitação do quadro social, para que, com o adequado conhecimento e informação gerencial e de mercado, possa efetivamente fiscalizar, sugerir e apoiar quando preciso. Requer, também, que o associado se mobilize e se organize ao nível de pequenos grupos de base, de núcleos, de comitês educativos, organizados por localidade, por tipo de produto, por especialidade, por bairro ou rua etc., em que o ambiente informal e mais familiar de pequeno grupo lhe permita,

de forma desinibida, participar, sugerir, apoiar, criticar, fiscalizar quando preciso. Além disso, os pequenos grupos são mais flexíveis quanto à fixação da frequência das reuniões necessárias para o desempenho de seus direitos e de suas responsabilidades.

É recomendável complementar a participação nos núcleos ou comitês de base com os conselhos de representantes, articulados no âmbito municipal, no caso de a cooperativa ter uma área de atuação que abrange vários municípios, e estes, articulados num patamar superior, através do Conselho Geral de Representantes, que leva, mensal ou trimestralmente, os pleitos das bases ao Conselho de Administração da Cooperativa. Por seu turno, desde a cúpula da organização, faz retornar as instruções às bases, num constante fluxo ascendente/descendente de comunicações, permitindo maior participação e transparência a todo o processo.

Princípio da Participação Econômica do Sócio (3º Princípio)

Os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Ao menos, parte deste capital é usualmente propriedade comum da cooperativa. Eles recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito (realizado), como uma condição da sociedade. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis; retornos aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas; e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

Portanto, este princípio funde dois princípios anteriores num só, próprios da declaração do Congresso da ACI em Viena em 1966. Tal declaração propunha o seguinte:

i) Pagamento de juro limitado ao capital

Se a democracia econômica é o traço

fundamental do cooperativismo, o princípio do juro limitado ao capital é o que, talvez, mais diferencie o sistema cooperativo do sistema capitalista. É essencial ao sistema cooperativista mostrar a primazia do trabalho sobre o capital, ou a subordinação do capital ao homem. Portanto, o capital está excluído da participação nos excedentes da cooperativa.

Concorrem para o financiamento da empresa cooperativa três tipos de capitalização: 1) o capital social que foi colocado pelos membros da cooperativa; 2) o capital próprio da cooperativa, constituído pelo capital fundacional e a destinação estatutária de “fundos de reserva ou de desenvolvimento”; 3) o capital de terceiros, procedentes do governo ou de Bancos e entidades financeiras privadas. Ao último, se deve pagar o juro combinado ou de mercado, na hora de contrair o empréstimo. Portanto, o princípio refere-se às duas primeiras formas de capital.

Porém, alguns negavam o caráter fundamental deste princípio, alegando que, embora não houvesse nenhum juro para o capital, ainda haveria cooperativa. De fato, não há obrigação de pagar um juro ao capital social. Mas se for estabelecido pagar um juro, exige-se que seja estritamente limitado, não especulativo, visando à salvaguarda do valor real do capital social investido pelos associados.

Outros sustentam que não há incompatibilidade alguma entre a doutrina cooperativa e uma remuneração justa e razoável ao capital, já que este é um dos fatores essenciais do processo econômico. De acordo com a segunda corrente, há uma razão mais forte que é a do fortalecimento da autonomia financeira da cooperativa, que requerem políticas de remuneração atraentes para o capital e que motivem o associado a aplicar no sistema cooperativo - se não todas, pelo menos, grande parte de suas poupanças -, evitando desviá-las para o sistema financeiro capitalista concorrente. Caso contrário, as cooperativas sempre estarão ameaçadas de carência de capital próprio, devendo depender, então, do capital de terceiros

(do sistema financeiro estatal ou privado), o que pode constituir uma ameaça à sua autonomia e uma possível ingerência dos credores nos assuntos internos da cooperativa. A autonomia financeira das cooperativas é a base das demais formas de autonomia: política, administrativa e econômica.

Os próprios Pioneiros de Rochdale, em sua época, para terem boas condições de auto-capitalização, pagavam ao capital dos associados 5% de juros ao ano, quando as entidades financeiras concorrentes pagavam 3,5% de juros (BURR, 1965, p. 95). Talvez, resida nisso, além de outras providências, uma das principais razões do êxito comercial e empreendedor da cooperativa pioneira.

Portanto, as cooperativas reconhecem o direito de compensação ao capital, mas limitaram esse direito. O capital está reduzido ao papel de simples assalariado, com uma retribuição fixa - o juro, ao mês ou ao ano. Ao contrário, no sistema capitalista, o capital paga ao trabalhador uma retribuição fixa ao mês - o salário, ao esforço intelectual e físico por ele despendido.

ii) Distribuição do excedente líquido na proporção das operações

Esse princípio era complementar ao anterior, já que ambos se referem ao destino dos possíveis excedentes gerados. É na opinião de vários especialistas um dos preceitos mais característicos e elemento chave para o futuro do movimento cooperativo. Através deste princípio, o cooperativismo contribui para a solução do problema da justa distribuição da riqueza e da renda.

Os excedentes são o que na terminologia capitalista se chamam de lucros. O termo excedente se considera mais neutro e, além do mais, tem subentendido que a decisão sobre os destinos dos excedentes cabe ao coletivo da assembleia geral. Os redatores do Colóquio de Liège, ao tratarem dos princípios cooperativos declaram: “Estimamos que a palavra (excedente) corresponde melhor à realidade cooperativa do

que a noção de juros, que geralmente está ligado ao tipo capitalista de repartição” (COLOQUE DU LIÈGE, 1967, p. 475).

Que normas devem seguir-se com a repartição dos excedentes? A razão de boa parte das lutas sociais reside na forma de destinação do lucro. Deve-se destinar ao capital, ao trabalho ou a ambos? O capitalismo o destina integralmente ao capital. O cooperativismo exclui o capital da participação variável no resultado econômico, fixando-lhe somente um juro limitado. O cooperativismo pretende um equilíbrio adequado entre a sociedade em seu conjunto e os interesses dos associados. Como adverte o Relatório da Comissão da ACI:

Por um lado, deve mostrar-se prudência no plano dos negócios e, por outro, não afastar-se jamais de um espírito de equidade. Se esquecem a primeira, enfrentarão dificuldades financeiras e econômicas. Se descuidam da segunda, provocarão o ressentimento e a discórdia no seio de sua organização (GARCIA MUÑOZ, 1974, p. 224)

Portanto, deve-se evitar, sempre, que um dos membros ganhe à custa dos outros. E quais são as normas quanto aos destinos dos excedentes? São, fundamentalmente, três:

- a) Reservas para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento da cooperativa - Estabelecer fundos de reserva para a estabilidade e o desenvolvimento da cooperativa é norma inquestionável para o bem da cooperativa. Em Rochdale, nos estatutos reformados de 1854, isso aparece claramente no Art. 11: os lucros líquidos “se aplicarão periodicamente e por indicação das assembleias trimestrais ordinárias, para aumentar o capital ou os negócios da cooperativa ou para fins de previsão”. A ACI coloca, em primeiro lugar, como destinatário dos excedentes, o fundo de reservas para incrementar o capital social. É norma para toda e qualquer empresa que não

queira estagnar. Não é somente uma garantia de estabilidade financeira, mas uma condição necessária de expansão e crescimento. Um dos obstáculos mais importantes do crescimento é a escassez de capital. O financiamento com capital próprio constitui um dos componentes do crescimento empresarial. Em parte, é consequência do próprio crescimento empresarial; em parte, é causa e condição necessária para o crescimento empresarial

- b) Destinação para fins educacionais e sociais - Recomenda também a ACI a previsão para “serviços coletivos”. A realização de atividades educacionais, formativas e sociais é prática comum das cooperativas e, com frequência, imposta legalmente, como no caso brasileiro (Fundo FATES). O destino de parte do excedente para finalidades educativas e sociais é uma realização da ideia de serviço desinteressado, que é fundamental na cooperação. “O fim social é uma forma de concretizar o espírito de ajuda mútua e a ideia de serviço, que estão tão estreitamente vinculados à cooperação como uma reação frente ao espírito excessivamente individualista da economia capitalista” (CIURANA, 1970, p. 68).
- c) O retorno na proporção das operações - Descontadas as parcelas dos excedentes para os fundos de reserva/desenvolvimento e os fundos educacionais e sociais, o que sobra poderá ser destinado aos associados, na proporção daquilo que o associado operou com a cooperativa, ou seja, na proporção de sua fidelidade em operar com a cooperativa. Define-se como a devolução por parte da cooperativa ao associado daquilo que lhe cobrou em demasia (excedentes de percepção nas cooperativas de consumo) ou lhe pagou de menos (excedente de

retenção nas cooperativas de trabalho ou de produtores rurais). Os Pioneiros entendiam que o excedente de percepção devia ser devolvido ao associado na proporção das compras realizadas na cooperativa. A ACI ampliou o sentido desta destinação, quando estabelece que a devolução se faça na proporção das operações ou das transações com a cooperativa.

É doutrina geral que o retorno não é obrigatório. Depende simplesmente da decisão dos associados. “Se uma cooperativa decide reservar todos os seus excedentes para possíveis ampliações, não há retornos. Se uma cooperativa decide vender a um preço tão próximo ao do custo quanto seja possível, não há retornos. E, contudo, ninguém porá em dúvida a autenticidade dessas cooperativas” (LAMBERT, 1975, p 77).

Princípio da Autonomia e Independência (4º Princípio)

As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Se elas entram em acordo com outras organizações, incluindo governamentais, ou recebem capital de origens externas, elas devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenham sua autonomia.

Este princípio se caracteriza pelo controle de seus membros, de forma que a sua autonomia seja preservada, mesmo quando a cooperativa receba ajudas externas, seja do poder público, seja de outra origem. Cooperativas que ficam atreladas às exigências e normas do poder público ou do poder do grande capital para o seu funcionamento, limitam a sua autonomia e, assim, se descaracterizam.

Permite a liberdade de escolher e ajudar a organizar o segmento de cooperativa ao qual o associado quer pertencer. A partir da escolha feita, o associado assume com mais responsabilidade e

empenho o que escolheu.

Ademais, o alicerce da autonomia é a autonomia financeira, da qual decorre a autonomia econômica, administrativa, social e política. A cooperativa que, desde sua origem, depende demais de favores e proteções paternalistas, não terá longa vida. Logo que desaparecer a instância paternalista e provedora que, enquanto perdurou, não permitiu criar as condições de continuidade, por isso, ela com muita probabilidade tenderá a definir, a desaparecer.

Desaconselha-se que as cooperativas dependam demais dos favores e do paternalismo do Estado. Há a necessidade de uma evolução em direção a um relacionamento adulto e autônomo entre cooperativas e Estado, inspirado no princípio da “entre-ajuda na base da auto-ajuda”. Até 1988, as cooperativas viviam numa relação de “Estado patrão” que, antes, através do INCRA, fiscalizava e intervinha nas cooperativas. Agora, se reivindica um “Estado parceiro”, colaborador da caminhada do cooperativismo, em prol de um desenvolvimento integrado e sustentado.

Outrossim, deve haver autonomia das cooperativas singulares frente às estruturas integradas, como cooperativas centrais, federações e confederações. O eixo das decisões vai da base à cúpula. Esta autonomia não é absoluta, estando submetida às leis gerais da sociedade e à lei cooperativa.

Importantes e indispensáveis parcerias podem se estabelecer entre cooperativas habitacionais e o poder público municipal, no que tange aos serviços de infraestrutura urbana de rede de água e saneamento, rede de energia elétrica, de traçado urbanístico de ruas e praças, de definição das áreas de lazer, de culto etc.

Portanto, a autonomia e independência demandam, no plano interno das organizações cooperativas, a autogestão. Sob o impulso dos reformadores sociais do século passado, instigados pelas convulsões sociais de Paris em 1848, iniciaram-se as primeiras experiências autogestionárias, ou seja, sob a forma de cooperativas de trabalho. A empresa

autogestionada admite diversas definições. Pode ser conceituada como aquela empresa em que todos os seus trabalhadores têm o direito e a responsabilidade da gestão, pelo simples fato de trabalharem nela sob o princípio de “uma pessoa, um voto” (5).

Pode, também, definir-se tal empresa como um grupo de pessoas que procuram obter resultados econômicos, sociais e educativos em comum, através de uma empresa onde o funcionamento é democrático e a propriedade é coletiva (ANTONI, 1980). Por último, pode-se conceber como uma forma de cooperação, na qual os que contribuem com o capital (proprietários) são, ao mesmo tempo, trabalhadores da empresa, os quais investem este capital com vistas a desenvolver suas qualidades de trabalho dentro da mesma empresa (VILLEGAS VELASQUEZ, 1977).

A autogestão é, antes de tudo, uma ideologia de participação. Visa com isto à dignificação da pessoa do associado, ao mesmo tempo que a satisfação de suas necessidades básicas. A autogestão, sem a participação, é só um nome, um conceito vazio. A autogestão se fortalece com o pleno funcionamento da participação decisória de todos os cooperados, onde o pleno exercício da democracia cooperativa é a garantia de sua autonomia.

O objetivo da autogestão sob o ponto de vista socioeconômico é permitir que os associados produtores, prestadores de serviços e trabalhadores decidam suas condições de trabalho, participando com os demais na direção e administração da empresa da qual fazem parte e disporem do produto de seu trabalho, bem como assumirem os riscos do empreendimento, sem a intromissão de fatores alheios no processo de produção.

Sob a perspectiva política, a autogestão significa que o associado, desde seu lugar de trabalho, tem a possibilidade de influir na tomada de decisões de todos os organismos políticos. Sem dúvida, a implantação de um sistema autogestionado somente é possível através de uma transformação profunda na ordem social

e econômica vigente. Tal transformação deve ser estrutural, mas, sobretudo, demanda uma mudança de mentalidade e de aspirações. Pouco se alcança, se a mudança de estruturas não é concomitante com uma mudança radical na população. Se tal mudança não se dá, rapidamente o sistema degenerará, pois todos os vícios correntes começarão a se precipitar nas superestruturas dirigentes.

O Princípio da Autonomia e Independência apresenta, pelo menos, duas distorções. A primeira se refere à frequente ingerência do Poder Público nas cooperativas, quando tenta estabelecer leis ou normas gerais, extensivas a todos os estratos da sociedade e das organizações. Então, frequentemente, por excesso de zelo, O Estado ingere-se em assuntos internos que limitam a autonomia. É o caso das possíveis interferências do Banco Central nas cooperativas de crédito, do Ministério da Saúde, nas cooperativas de saúde, do Ministério das Cidades ou do Setor Habitacional, nas cooperativas habitacionais etc.

A segunda distorção diz respeito à falta de efetiva democracia, participação e transparência interna que, devido ao centralismo dos dirigentes e da passividade dos associados, inviabiliza a autonomia das cooperativas, nas suas relações com o mundo externo a ela. As bases devem ser fortes e não abdicar do poder decisório em favor de suas Centrais ou Federações. A autonomia se fortalece na medida em que há uma relação livre, autônoma e transparente entre as cooperativas singulares e suas estruturas integradas.

Princípio da Educação, Treinamento e Informação Cooperativa (5º Princípio)

As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários; assim, eles podem contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. Eles informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes fornecedores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

Se o cooperativismo quer realizar seus objetivos e, de fato, a democracia participativa, então, a educação cooperativa é um princípio fundamental. Com razão, os Pioneiros o incluíram nas suas práticas desde o início, e a ACI o considerou sempre como um dos seis princípios da cooperação. Não se nasce cooperador, especialmente no contexto individualista e competitivo em que vivemos. Não se mudam comportamentos sem mudar a mentalidade das pessoas. E uma mentalidade diferente só se adquire através de uma educação continuada e persistente. Portanto, é preciso dedicar muitos esforços na formação de um homem cooperativo, solidário, protagonista, responsável e ciente das vantagens da autoajuda na base da ajuda mútua, e nesse processo, a educação cooperativa assume uma relevância incontestável.

Ao ingressar numa cooperativa, é normal que o associado procure atender a objetivos e interesses imediatos e individuais, em que, por meio da cooperação, visa a satisfazer e suprir carências que de forma individual não conseguiria atender mediante a concorrência no mercado. Porém, não é normal que a cooperativa o mantenha durante anos seguidos nesta atitude individualista e competitiva, de “apenas levar vantagem em tudo”. Enquanto individualista e competitivo, procurará obter da cooperativa vantagens individuais e imediatas, não se dispondo a comprometer-se com o seu esforço num projeto coletivo. Será um simples cliente da cooperativa. Tenderá a ser oportunista, procurando usufruir apenas das vantagens da cooperativa e não a assumir as responsabilidades que lhe competem como co-proprietário da organização, quais sejam: as responsabilidades relativas à tomada de decisões, definição das políticas e suas prioridades, eleição dos dirigentes e controle sobre os mesmos, capitalização e fidelidade nas operações com a cooperativa. Daí a necessidade de a organização cooperativa ter que abraçar com muito empenho esse princípio, visando que os associados adquiram uma verdadeira “cultura cooperativa”.

Vimos a importância da educação na sua dimensão como “sociedade de pessoas”. Mas a cooperativa deve também ser “empresa” e enquanto tal, a educação gerencial, igualmente, é de suma relevância. Nessa dimensão, além do aspecto da educação, deve-se assumir o processo da formação/capacitação dos associados enquanto usuários produtores, consumidores, poupadores, trabalhadores, prestadores de serviços. Especialmente hoje, em que os desafios de qualidade e de competência no mercado são cada vez maiores, em que a criação e a rápida assimilação tecnológica são condição de sobrevivência das empresas, mais do que nunca as cooperativas devem ocupar-se com essa atividade.

Atualmente, os novos desafios empresariais e administrativos obrigam a superar tradicionais esquemas aprendidos nos bancos escolares e a assimilar com rapidez e flexibilidade novas visões empresariais e administrativas, que procuram compatibilizar racionalidade, produtividade e eficiência com uma dimensão mais humana, social e participativa de toda a comunidade empresarial e, ao mesmo tempo, qualificada para agir no mercado, ao lado de concorrentes cada vez mais competentes e agressivos. Hoje, busca-se a integração de mercados, visando à formação de poderosos blocos econômicos. Devido a todas essas transformações recentes, é inquestionável o papel da formação/capacitação do associado. Se antes já se justificava o processo da educação cooperativa permanente, como o pleiteia o veterano cooperativista inglês Watkins⁶, hoje, mais ainda, ela se torna indispensável.

Os Pioneiros foram inovadores ao assumirem a educação cooperativa como prática importante de sua proposta, estabelecendo a educação dos associados já no artigo 1º dos seus estatutos originais, quando se referem à constituição de colônias cooperativas e quando destinam, alguns anos depois da fundação de sua cooperativa, 2,5% dos excedentes líquidos para essa finalidade. Inovaram nesse aspecto,

antecipando-se à própria sociedade inglesa, que introduziria o ensino primário obrigatório apenas na década 80 do século XIX. Gide (1974) classifica essa norma como “regra de ouro da cooperação” e Burr (1965) declara: “A educação cooperativa não é só um requisito prévio, é uma condição permanente da ação cooperativa e também um resultado desta ação” (BURR, 1965, 118).

Se a cooperativa deseja exercer a democracia econômica, num terreno tão marcado por conflitos e por interesses vitais em jogo, e se deseja que todos participem da tomada de decisões, pode-se deduzir a importância da formação-informação de todos os associados. Não basta a velha ilusão de certo socialismo que afirmava: O homem é naturalmente bom, são as instituições que o corrompem. É imprescindível formar o homem, trabalhador ou consumidor, para as novas tarefas de responsabilidade, mediante a aquisição de certos conhecimentos e atitudes. Portanto, convém reiterar que a educação cooperativa supõe investir esforços tanto na formação do homem cooperativo, solidário, responsável e participativo, com cultura cooperativa, como na formação/capacitação de um bom e competente produtor, prestador de serviços, consumidor e poupador.

Para o cooperativismo, tão importante como mudar as estruturas é mudar os homens pela educação. A cooperação trata de humanizar a economia e visa a formar pessoas responsáveis e solidárias. Para isso, é preciso certos sacrifícios, bem como empenhar-se pelo bem coletivo, sem oferecer em contrapartida e de imediato grandes vantagens econômicas, sacrifícios que requerem “disciplina social” (WATKINS, 1989, p. 142)⁷ que só a educação cooperativa é capaz de proporcionar.

A educação cooperativa há de orientar, em primeiro lugar, os membros da entidade, os associados, os dirigentes, os técnicos e os empregados. Os associados, para conseguir deles um apoio e uma lealdade total, graças à exata compreensão da filosofia e dos métodos cooperativos e técnico-econômicos, e uma ampla informação. Os dirigentes, para que imbuídos

de “cultura cooperativa”, sejam os primeiros a praticar a solidariedade, a responsabilidade, sejam tecnicamente competentes para conduzir a organização com eficácia e eficiência e tenham amplo conhecimento dos desafios do mercado. Os empregados, pois através deles os associados mantêm o contato mais frequente com sua cooperativa, a formação cooperativa daqueles é fator importante de educação no quadro social. Ou, segundo Lambert (1975, p. 272), falando da “missão educativa”: “Servir aos associados é algo mais que elevar seu nível de vida; é contribuir à sua formação de homens. A tarefa educativa, a aspiração à nobreza moral, pertencem à essência da cooperação”.

Porém, a tarefa educacional da cooperativa deverá estender-se à comunidade e ao público em geral, para interessar e atrair os que não são sócios, e evitar oposições e resistências ao movimento (BALLESTERO, 1983).

Princípio da Cooperação Intercooperativa e a Integração Cooperativa (5º Princípio)

As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

Esta norma, embora fosse praticada pelos Pioneiros desde o início, só foi elevada a princípio pelo Congresso da ACI de Viena, em 1966. Os Pioneiros de Rochdale, já no Art. 1º dos estatutos originais, propunham a colaboração entre as diversas “colônias ou associações cooperativas”. Colaboraram, também, diretamente na fundação, em 1864, da primeira Cooperativa Central de Consumo - a Wholesale Society - cuja primeira diretoria, formada por 12 membros, tinha em seu quadro seis associados da cooperativa de Rochdale. Posteriormente, em 1869, pioneiros de Rochdale também contribuíram na constituição da Cooperativa Central da Escócia. Tal norma passou, mais tarde, a ser uma prática generalizada dentro do cooperativismo.

O princípio da integração cooperativa tem seu poder, força e criatividade residido na autonomia das bases. É uma integração que parte “de baixo para cima”, e quando as cooperativas de base decidem integrar-se, o fazem sacrificando livre e conscientemente parte de sua autonomia em benefício do todo maior, que é o sistema cooperativo, articulado em torno de cada segmento: produtores rurais, trabalhadores, consumidores, prestadores de serviços, poupadores etc. Não há a absorção por parte das entidades superiores ou a perda da autonomia das cooperativas de base.

Hoje, a integração é, também, uma tendência entre as empresas capitalistas concorrentes. Porém, a integração na concorrência é mais um movimento “de cima para baixo”, em que há pouca ou nenhuma autonomia das empresas filiais ou sucursais em relação a suas empresas matrizes. A integração na concorrência conduz, geralmente, a mais concentração social e regional de renda e de poder. Integram-se para dominar mais o mercado e não para servir melhor aos seus associados, como nas cooperativas.

As vantagens das uniões e federações são evidentes, pois permitem concorrer com poderosas empresas capitalistas; melhoram a prestação de serviços técnicos e a assessoria das estruturas integradas a suas filiadas; facilitam as relações com o Estado e a defesa do setor cooperativo em uma economia planejada; ampliam as atividades ao oferecer serviços que não têm condições de assumir; facilitam a eliminação da intermediação desnecessária ou melhoram as margens de comercialização; e racionalizam a produção, eliminando gastos supérfluos e obtendo os ganhos das “economias de escala.”

A cooperação intercooperativa compreende tanto as relações entre cooperativas da mesma classe ou do mesmo segmento, como as que existem entre cooperativas de segmentos diferentes. As cooperativas do mesmo segmento têm necessidades comuns, sejam de tipo social/doutrinário (ação e representação política,

educação, capacitação, publicações, assessorias etc.), que, em geral, são satisfeitas por meio de suas federações ou confederações, ou de tipo econômico (compra/venda, produção ou crédito em comum), que podem ser satisfeitas de forma mais eficaz através de cooperativas centrais. As relações de integração que se estabelecem entre cooperativas de segmentos ou tipos diferentes são relações intercooperativas. Há situações em que alguns segmentos cooperativos avançaram muito no processo de integração interna ou intrasegmento, mas estagnaram na integração intersegmentos. Nestas, há a necessidade de ir além da mera integração interna e partir para uma integração sistêmica, que permita ações conjuntas entre os diversos segmentos e, assim, fortalecer e ampliar o sistema cooperativo como um todo, numa determinada economia.

Hoje, várias cooperativas, especialmente as pequenas e médias, sensíveis às mudanças do mercado, tendem a optar pela cooperação em redes interorganizacionais, unindo esforços e viabilizando melhorias para reduzir riscos e ameaças e aproveitar as oportunidades, tornando-se mais competitivas. Devido à dimensão de horizontalidade das redes, elas conseguem fortalecer e viabilizar os pequenos e médios empreendimentos, respeitando sua identidade e autonomia de base. Em alguns estudos recentes, foram percebidos ganhos coletivos tais como: a) ganhos de escala e poder de mercado; b) acesso a soluções elaboradas coletivamente; c) maiores oportunidades de aprendizagem e inovação quanto aos produtos que oferecem ou aos serviços que realizam; d) redução de custos e riscos e; e) ampliação do leque de relações sociais entre empreendimentos horizontalmente articulados. Essa formação é muito importante para os pequenos produtores cooperativados da agricultura familiar, não somente para a sobrevivência, mas, também, para o desenvolvimento de vários setores produtivos da região em que estão instalados (ALVES DE SOUZA, 2012).

Princípio da Preocupação com a Comunidade (7º Princípio)

As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros .

O cooperativismo, por força da natureza dos seus valores e princípios, não pode assumir posturas corporativistas, fechar-se numa “ilha de prosperidade”, lá onde a comunidade manifesta muitas carências, como o desemprego, exclusão social, fome, violência, drogas e narcotráfico.

O cooperativismo deve assumir, perante a opinião pública, o compromisso de se empenhar em prol da preservação do meio ambiente, dos recursos hídricos e contribuir para assegurar água potável em favor das atuais e futuras gerações, de produzir alimentos sádios, de participar como protagonista junto a outras forças sociais e comunitárias para o desenvolvimento regional, local e sustentável, descobrindo e desencadeando as potencialidades e as lideranças locais, até então, desmobilizadas ou pouco valorizadas pelo processo de globalização.

O cooperativismo procurará colocar seu poder de “capilaridade social”, capaz de marcar presença em cada rincão e aldeia rural ou em cada quarteirão urbano, onde os associados vivem, convivem e trabalham, enfim, onde tem plantadas as suas raízes. Tende a colocar esta força e seu dinamismo a serviço da comunidade e da sociedade em geral, a fim de colaborar com a diminuição das desigualdades sociais e das injustiças, bem como ocupar, de forma competente, os espaços públicos e, assim, participar ativamente na definição das políticas públicas, através do fomento de uma cidadania ativa, protagonista e responsável.

Em consequência deste princípio, criado, recentemente, o cooperativismo passa a ser uma das mais efetivas instâncias de desenvolvimento local e sustentável, um tema hoje tão caro às ciências sociais, como contraponto ao processo de globalização. Enquanto os grandes

conglomerados capitalistas internacionais não tendem a ter raízes e compromissos locais, pois o seu principal cenário de poder e de interesses se exerce ao nível da globalização, tentando drenar as riquezas geradas numa região, para outra onde possam obter mais lucro, as cooperativas têm suas atividades e benefícios, radicalmente, voltados aos interesses da comunidade local, do território onde tem sua área de atuação. As cooperativas não podem drenar seus excedentes para fora do local ou da região onde foram gerados. Os seus donos e usuários, ou seja, os associados tendem a reaplicar e a reinvestir todos os benefícios que auferem com a cooperativa no próprio local, que é seu “espaço vital”, no qual nascem, crescem vivem, trabalham e amam. Por isso, “o cooperativismo não é uma empresa que se instala hoje para ir embora amanhã. Está enraizada na comunidade, gerando riqueza, resultado econômico e renda que é redistribuída na comunidade. As cooperativas constroem estruturas fixas e permanentes para ficar junto à comunidade” (PERIUS, 2012, p. 10). É nela que promovem a inclusão e o protagonismo dos associados, estimulando sua participação nas diversas atividades e responsabilidades do desenvolvimento da comunidade.

A irradiação dos benefícios de uma cooperativa consolidada numa comunidade, especialmente das cooperativas agropecuárias, representa uma melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH na região, com a redução das desigualdades socioeconômicas e a conseqüente redução dos índices de violência. Pode representar, igualmente, uma maior conscientização sobre a preservação do meio ambiente, e contribuir para a melhoria da qualidade alimentar. As cooperativas também podem ser importantes reguladoras e saneadoras do mercado, evitando ou diminuindo a especulação. Por fim, podem exercer uma razoável parcela de responsabilidade no melhoramento do nível intelectual e cultural da comunidade, fomentando o empreendedorismo e um avanço na assunção da cidadania e da

própria democracia.

O Possível Princípio da Expansão Cooperativa (8º Princípio)

Muitos teóricos do cooperativismo, entre eles Lambert (1975), Drimer; Drimer (1973) e Aranzadi (1984), julgam que a ACI deveria ter acrescentado mais um princípio, qual seja, o da expansão cooperativa. De fato, a aspiração para conquistar e transformar a organização econômica e social é, segundo esses autores, um traço fundamental do cooperativismo. Os Pioneiros de Rochdale já professavam a aspiração de o cooperativismo conquistar cada vez mais espaços econômicos e sociais, ao proporem, através de seu porta voz Charles Howarth, um “programa de emancipação econômica e social do proletariado”, no dia do lançamento de sua cooperativa de consumo, em que esta seria o primeiro de uma série de passos para a construção de uma sociedade cooperativa e solidária. Gide (1974, p. 85), confiando nas bondades da proposta cooperativa, retoma essa ideia ao propôr a busca da “República Cooperativa”, num programa de três etapas, como alternativa ao sistema capitalista vigente.⁸

Segundo tais autores, o cooperativismo não deve conformar-se com o papel que lhe pretendem atribuir os concorrentes capitalistas, que o querem deixar confinado nos setores de rentabilidade marginal da atividade econômica, reservando as melhores “fatias” do mercado aos agentes capitalistas. O cooperativismo, porque crê na validade de sua proposta política, econômica e social, de caráter profundamente democrático, solidário, justo e humano - já que acredita no poder de sua capilaridade social, que é capaz de marcar presença até nos recantos sociais e geográficos mais distantes e escondidos dos micro empreendimentos locais -, deve perder a timidez ou o “complexo de inferioridade” e saber apostar no futuro, procurando conquistar cada vez mais espaços na economia e na sociedade. Deve almejar vir a ser, um sistema econômico e social hegemônico, embora não

exclusivo, pois sendo um sistema eminentemente democrático, valoriza e respeita o pluralismo ideológico e econômico, já que só um sistema econômico e social diversificado propicia um clima de permanente de liberdade, de crítica e aperfeiçoamento.

Para a realização desse objetivo, a cooperação - não só entre associados, mas também entre cooperativas e entre segmentos ou ramos cooperativos diferentes, em níveis ou graus diferentes de integração, em crescentes processos de formação de redes cooperativas, articuladas e fortes no plano da horizontalidade - é um método apropriado para realizar esse processo de expansão. E, para tanto, deve valorizar uma coesão básica de objetivos, formas de organização e de métodos de trabalho, visando a fortalecer o processo de integração. Se não souber dar valor a isso, se fomentar ações paralelas e divergentes, o cooperativismo perderá sua força e, bem cedo, o sistema hegemônico capitalista neoliberal, dotado de grande flexibilidade e dinamismo interno, poderá encarregar-se de fragmentá-lo e, assim, mantê-lo fraco e como iniciativa marginal, para não mais constituir uma ameaça às pretensões lucrativas e concentradoras do sistema dominante.

Referências

- ACI Alianza Cooperativa Internacional. **Los principios para el siglo XXI**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1996.
- ALVES DE SOUZA, José. **Ganhos coletivos nas redes de cooperação intercooperativas**: um estudo de caso sobre a Rede Dalacto – Ijuí/RS. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2012,
- ANTONI, Antoine; MONDINI, Ermanno; GRAHAM, Florencio. **Cooperativa de trabajo**. Buenos Aires: Intercoop, 1980. 285 p.
- ARANZADI, Dionísio. Orígenes del cooperativismo y doctrina cooperativa. In: Terceras jornadas cooperativas de Euskadi, Bilbao, Universidad de Deusto, 1984. p. 55-71.
- BALLESTERO, Enrique. **Teoría económica de las cooperativas**. 1. ed. Madrid: Alianza, 1983. 155 p.
- BOGARDUS, Emory. **Cooperação - Princípios**. Rio de Janeiro: Edit. Lidador, 1964. 90 p.
- _____. **Principios y problemas del cooperativismo**. México: Libreros Mexicanos Unidos, 1964.
- BÖÖK, Sven A. **Valores cooperativos para un mundo en cambio**. San José, Costa Rica: ACI/Informe para el Congreso de la ACI, Tokio, oct./1992.
- BOUDOT, F. Problème et problematique dans l'histoire de la coopération en France. **Revue des Études Coopératives - REC**, Paris, n.161, p. 226, 1970
- BURR, Carlos. **Las cooperativas**. Una economía para la libertad. 3. ed., Santiago de Chile: Edit. Del Pacifico, 1965.
- CIURANA, J.M. **Curso superior de cooperativismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1970.
- COADY, M. M. **Masters of their own destiny: the story of the Antigonish movement of adult education through economic cooperation**. 1. ed. New York and London: Harper, 1939.
- COLOQUE DU LIÈGE. Les principes coopératives. Hier, Aujourd'hui, Demain. Paris: PUF, 1967.
- DAHRENDORF, Ralf. **Sociología de la industria y de la empresa**. México: UTEHA – 14 Ciencias sociales, 1965.
- DAVIDOVIC, George. **Hacia un mundo**

cooperativo. Zaragoza: Centro Nacional de Educación Cooperativa, 1976.

DRIMER, Alicia K.; DRIMER, Bernardo. **Las cooperativas.** Fundamentos, história, doutrina. Buenos Aires: INTERCOOP, 1973.

GARCIA MUÑOZ, Q. **Cooperativismo y desarrollo.** Madrid: Marsiega, Fondo de Cultura Popular, 1974.

GIDE, Charles. **El cooperativismo.** Buenos Aires: INTERCOOP- 48, 1974, 261 p.

GUTENBERG, E. **Economía de la empresa.** Teoría y práctica de la gestión empresarial. Bilbao: Univ. De Deusto, 1964.

JEANNERET, Teresa; MORAGA, Leopoldo; RUFFING, Lorraine. “Las experiências autogestionarias chilenas”, Depto. de Economía da Universidade do Chile, 1975.

HOLYOAKE, George, J. **Historia de los pioneros de Rochdale.** Buenos Aires: INTERCOOP, 1975, 100 p.

LACROIX, Jean. **La opción cooperativa.** Buenos Aires: INTERCOOP, 1981. 119 p. .

LAIDLAW, Alexander F. As cooperativas no ano 2.000. Belo Horizonte: OCEMG. **Coleção Ato Cooperativo**, n. 1, 1980.

LAMBERT, Paul. **La doctrina cooperativa.** 4. ed. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975. 354 p.

LASSERRE, Georges. **Cooperativismo.** Barcelona: Oikos-Tau, 1972. 123 p.

_____. **El hombre cooperativo.** 1. ed. Buenos Aires: Intercoop, 1980. 117 p

MEC-FENAME. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo.** Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura-MEC - Fundação Nacional de Material Escolar-FENAME, 1972.

MLADENATZ, Gromoslav. **História de las doctrinas cooperativas.** Buenos Aires: INTERCOOP, 1969. 249 p.

MAROCCO, Armando. **Construindo valores.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

PERIUS, Vergílio. União que gera oportunidades e desenvolvimento. **SARGS Notícias**, Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, ano VI, n. 12, p. 8-10, jan./fev./mar. 2012.

PINHO, Diva B. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977. 177p.

ROCHER, Guy. **Sociologia Geral 4.** Lisboa: Edit. Presença, 1971.

VILLEGAS VELASQUEZ, Rogelio. **Las cooperativas de produccion organizacion de la cooperacion y autogestion.** 1. ed. La Paz: [s.n.], 1977. (Estudios 1)

WATKINS, William P. **Los principios cooperativos hoy y mañana.** Bogotá: ESACOOOP, 1989. 163 p.

Notas

1 Autores clássicos da história e doutrina tais como ACI (1996), BOGARDUS, Emory (1964), BOOK (1992), DAVIDOVIC (1976), DRIMER; DRIMER (1973), GIDE (1974), HOLYOAKE (1975), LACROIX (1981), LAIDLAW (1980), LAMBERT (1975), LASSERRE (1980), MLADENATZ (1969), PINHO (1977), WATKINS (1989).

2 O autor valeu-se, de modo especial, dos subsídios dados pelo estudo de ARANZADI, Dionísio. “ Origenes del cooperativismo y doctrina cooperativa”, in: *Terceras jornadas cooperativas de Euskadi*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1984. p. 55-71. O tema passou por atualizações, complementações, firmado em vários clássicos da história e doutrina do cooperativismo, visando aprofundar a análise sobre o tema, o qual é relevante para compreender aspectos da “identidade cooperativa”. Isso, precisamente, numa época de profundas e múltiplas transformações, em que a identidade das instituições está sendo questionada e

colocada em xeque.

3 A China e Índia, como países emergentes, contribuem com aproximadamente 400 milhões de associados.

4 Para Ciurana (1970), a democracia é um elemento importante, mas não o mais característico.

5 Ver “las experiencias autogestionarias chilenas” de Teresa Jeanneret, Leopoldo Moraga e Lorraine Ruffing. Depto. de Economía da Universidade do Chile, 1975.

6 Watkins (1989), ao tratar dos conteúdos da educação cooperativa, julga que eles devem proporcionar: a) uma informação adequada, completa e atualizada sobre o que sucede na cooperativa. É importante essa informação, especialmente numa época em que a diversidade de interesses e fatos chamam nossa atenção, numa sociedade cada vez mais informada e bombardeada pelas técnicas de propaganda e publicidade; b) um conhecimento técnico adequado e atualizado, em que o associado e o funcionário sejam capacitados em processos técnicos peculiares, e que decorrem da dupla natureza da cooperativa como sociedade de pessoas e como empresa; c) um conhecimento econômico e sociológico da cooperação como fenômeno social específico entre muitos outros; d) um conhecimento adequado sobre a história das origens e da evolução do Movimento Cooperativo, com seus revezes e suas conquistas. Deve fomentar-se uma “visão sistêmica” sobre a cooperação, para que o associado se conscientize que sua cooperativa faz parte de um movimento cooperativo mais universal e com uma história e filosofia comuns (WATKINS, 1989).

7 A disciplina social deve fomentar um novo comportamento do indivíduo. Se os associados são coletivamente donos da cooperativa, como indivíduos, devem estar dispostos a servi-la, o que requer uma disciplina pessoal e democrática de fraternidade, lealdade mútua e honestidade nos procedimentos democráticos para efetuar consultas e adotar decisões. “A ambição que atropela os direitos e interesses dos outros, não pode ter lugar no cooperativismo” (WATKINS, 1989, p. 143).

8 A primeira etapa seria fortalecer e multiplicar as organizações cooperativas no setor de consumo. A segunda etapa se daria com a consolidação e expansão da primeira, partindo, então, para a aquisição de empresas industriais, para que esse tipo de produção estivesse sob a propriedade e a serviço das organizações cooperativas. A terceira etapa consistiria

em adquirir, colocar sob seu controle e a serviço do movimento cooperativo propriedades e a produção do setor primário. Realizadas as três etapas, se estaria implantando o “sistema cooperativo” ao lado ou em substituição ao sistema capitalista (GIDE, 1974; PINHO, 1977).



**FATORES DETERMINANTES NA GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DE
CATADORES DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM**

**Determining Factors in the Management of Waste
Pickers' Collective Organizations in the Belém
Metropolitan Area**

**Factores Determinantes en la Gestión de las
Colectivas Organizaciones de Colectores de Materia-
les Reciclables del la Región Metropolitana de Belém**

Ana Lígia Pires (UNAMA)*

José Otávio Pires (PPAD/UNAMA)**

Marco Aurélio Arbage Lobo (PPDMAU/UNAMA)***

*Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Uni-
versidade da Amazônia (UNAMA)

Endereço: Av. Alcindo Cacela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal,
Belém/PA

Email: analigiapires@gmail.com

** Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Cornell Univer-
sity, Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA)

Endereço: Av. Alcindo Cacela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal,
Belém/PA

Email: otavio900@gmail.com

*** Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade
Federal do Pará (UFPA), Docente do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da
Amazônia (PPDMAU/UNAMA)

Endereço: Av. Alcindo Cacela, 287, CEP: 66060-902, Umarizal,
Belém/PA

Email: lobo2502@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar um panorama dos aspectos organizacionais que caracterizam as seis organizações de catadores de materiais recicláveis que operavam na recuperação desses resíduos nos municípios da Região Metropolitana de Belém, no período analisado. O aspecto central da discussão gira em torno dos múltiplos fatores que determinam

os resultados alcançados por essas entidades. Ficou demonstrado que, dentre esses elementos, adquirem maior importância as estratégias logísticas e organizativas que influenciam a escala, regularidade e qualidade do suprimento para atender a demanda; os diferentes níveis de organização e formalização da atividade; seu modelo de gestão; baixa capacidade de elevar resultados na cadeia produtiva e; as dificuldades de construir parcerias com o setor

público e outros agentes relevantes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, conduzida por um levantamento que se valeu da triangulação de diversas fontes para reforçar a validade da pesquisa. Os resultados evidenciam que ainda existe um longo caminho a percorrer se essas organizações aspirarem superar os obstáculos a um melhor desempenho. Para tanto, haverão de adotar iniciativas para aprimorar a qualidade de sua gestão por meio da qualificação dos dirigentes, fomentar avanços na autogestão e catalisar um forte movimento voltado à convergência das ações do conjunto de tais organizações.

Palavras-Chave

Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis. Gestão. Cooperação.

Abstract

This paper aims to review managerial issues related to six cooperatives of waste pickers from Belem metropolitan area. The central point of this discussion is the multiple factors that determine the results of these cooperative management. It was verified that some of the main variables influencing these results are the logistic strategies, the conditions of their legal status, the adherence to self-management principles, the availability of infrastructure and equipments, the participation in the gains from the recycling productive chain, and also the partnerships with the public sector and others relevant actors. It applied a qualitative methodology, with a descriptive-exploratory approach, developed through a survey from various sources such as bibliographical research, documental research, observation during events and interviews, spontaneous talks, and interviews based on semi-structured forms. The findings highlighted that there is still a long road ahead for these cooperatives to overcome their main managerial problems. To do so, they have to nurture their management's quality through the

qualification of the leaders, the enhancement of their self-management spirit and practices, and efforts of collective actions among those cooperatives themselves.

Keywords

Waste Pickers Organizations. Management. Cooperation.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar una visión general de los aspectos organizativos que caracterizan las seis organizaciones de colectores de materiales reciclables que operan en la recuperación de esos residuos en los municipios de la región metropolitana de Belém. El aspecto central de la discusión gira en torno de los múltiples factores que determinan los resultados alcanzado por estas entidades. Fue demostrado que, entre estos elementos, adquieren más importancia las estrategias logísticas y organizativas que influyen en la escala, en la calidad y en la regularidad del suministro para satisfacer la demanda; los distintos niveles de organización y formalización de la actividad; su modelo de gestión - más o menos distante del modelo de autogestión que distingue a los organismos de la economía solidaria de otros organismos económicos; la disponibilidad de infraestructura y equipamiento para operacionalizar la recolección y los otros procesos de comercialización y transformación de la cadena; grado de concentración de las personas de una misma familia que trabajan en la misma organización; la baja capacidad de obtener resultados en la cadena de producción y las dificultades en la construcción de alianzas con el sector público y otros agentes importantes. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter descriptivo-exploratorio, realizada mediante una encuesta, que se valió de la triangulación de diferentes fuentes de información para confirmar la validez de la investigación. Los procedimientos

metodológicos adoptados para este fin fueron: revisión bibliográfica, investigación documental, observaciones simples de eventos y durante las entrevistas, conversaciones espontáneas y entrevistas fundamentadas en los formularios semiestructurados. Los resultados muestran que todavía hay un largo camino por recorrer si estas organizaciones aspiran a superar los obstáculos para un mejor rendimiento. Por tanto, deben adoptarse iniciativas para mejorar la calidad de la gestión mediante la capacitación de los dirigentes, fomentar avances en la autogestión y catalizar un fuerte movimiento hacia la convergencia de las acciones de todas las organizaciones, condiciones estas, que créese son esenciales para la creación de escala económica para exigir la participación oficial en la recopilación selectiva en las ciudades de RMB.

Palabras Clave

Organizaciones de Colectores de Materiales Reciclables. Gestión. Cooperación.

Introdução

Trabalham na atividade da reciclagem no país cerca de 800 mil catadores de materiais recicláveis (MNCR¹ *apud* IPEA, 2009), categoria que ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos grupos sociais mais vulneráveis, segundo o Programa Fome Zero (BRASIL, [2007a]), dividindo essa posição com moradores de rua e mendigos. A importância da categoria dos catadores de materiais recicláveis na destinação dos resíduos sólidos no país pode ser medida pelo fato de ser esta a responsável por cerca de 90% da matéria-prima utilizada pela indústria da reciclagem no Brasil (CAMPANI *et al.*, 2005; GRIMBERG, 2007, p. 44).

Nos últimos anos, ainda que com pequena visibilidade, os catadores de materiais recicláveis no país têm buscado o fortalecimento da categoria e a melhoria de sua situação econômica e social,

construindo soluções coletivas para problemas comuns e congregando-se em organizações sociais de trabalho e de produção. Em 2004, os catadores brasileiros já haviam se organizado em 174 associações e cooperativas, além dos 157 grupos que ainda tentavam se organizar. Porém, mais do que a propagação quantitativa dessas sociedades cooperativas, o avanço na luta por direitos passou a exigir novos níveis de organização e coordenação, impulsionando-os a se estabelecerem em nível nacional. Surge, assim, em 2001, o MNCR, que se volta para a defesa dos interesses comuns do segmento. Entre suas diversas conquistas, destacam-se o reconhecimento profissional da categoria em 2002, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); o lançamento da “Carta de Brasília”, documento dirigido ao Congresso Nacional contendo as principais necessidades da categoria; e a publicação, em 2006, do Decreto Federal nº 5.940, que estabeleceu a obrigatoriedade da coleta seletiva em todos os prédios onde funcionam órgãos públicos federais no país (BRASIL, 2006).

Presentes em 83% dos 306 municípios pesquisados no “6º Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos 2007”, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), os catadores, em grande maioria, realizam esse trabalho desprovidos de infraestrutura, capital e equipamentos de segurança individual e sem integração com as gestões de resíduos sólidos das municipalidades. De fato, além de serem poucos os municípios onde ocorre algum tipo de coleta seletiva - apenas 9,6%, segundo a PNSB-2000 -, ainda são raros os municípios que têm agregado os catadores nesse serviço (IBGE, 2002).

Na RMB, além dos catadores organizados, trabalham cerca de mil catadores que sobrevivem do que conseguem catar no complexo de disposição de lixo do Aurá (BRASIL, [2007b]). A quantificação desse contingente consta do relatório de diagnóstico realizado pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), em setembro de

2007, sobre a situação dos catadores na RMB, intitulado “Ficha de Informações das Regiões Metropolitanas: Belém”, tendo por base as entrevistas ocorridas durante visitas técnicas realizadas ao Aterro do Aurá e às sedes das seis organizações de catadores existentes na RMB. Afora os que atuam no Aurá, catadores trabalham nas ruas de todos os bairros de Belém e de outros municípios da RMB, dos quais cerca de 190 integram as quatro associações e duas cooperativas existentes na região.

Mas, o simples fato de um grupo de catadores estar organizado não representa garantias de melhor qualidade de vida para esses trabalhadores; parte das perspectivas de melhorias no bem-estar dos catadores organizados depende do sucesso da gestão de suas organizações. Assim, este trabalho objetiva estudar os principais fatores que influenciam a gestão das organizações de catadores de materiais recicláveis na RMB. Ao final, demonstra-se que a gestão das organizações de catadores de materiais recicláveis na RMB é influenciada fortemente por fatores referentes à formalização das organizações; infraestrutura; adaptação à gestão coletiva; proporção da participação das famílias nas organizações e; capacidade de elevar ganhos na cadeia produtiva e de estabelecer parcerias.

O artigo utiliza parte dos dados da dissertação de mestrado de Pires (2010), voltada a avaliar as condições de vida e trabalho de integrantes de seis organizações de catadores de materiais recicláveis da Região Metropolitana de Belém.

De caráter qualitativo-descritivo, as informações aqui relatadas provêm da literatura (que incluiu a leitura de trabalhos abordando experiências de entidades de catadores), do exame de documentos oficiais e não oficiais (como *folders* e outros materiais informativos ofertados em eventos, onde se fizeram presentes os pesquisadores), da observação direta e das respostas às indagações de formulário semiestruturado, colhidas dos líderes das

associações e cooperativas, em campo.

1. Fatores que influenciam a gestão de organizações de catadores

A condição de formalização é um dos fatores que influenciam a gestão das organizações de catadores. Estes, na maior parte das vezes, operam informalmente, seja em função da existência de organizações não registradas oficialmente, seja, outras vezes, por trabalharem de forma individualizada, como autônomos. Tal informalidade os impede, por exemplo, de emitir notas fiscais de vendas, acessar crédito e recursos públicos, entre outras prerrogativas. Números provenientes do Cadastro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - um sistema *on-line* desenvolvido pela Usina Itaipu Binacional em parceria com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) - registravam, em 2009, a existência de 500 organizações cadastradas no novo sistema. Incluindo as não cadastradas, calcula-se que existam, atualmente, cerca de 600 organizações atuando na recuperação de resíduos sólidos. Mas, a despeito desse número, os 40 mil catadores associados ainda representam apenas 5% dos trabalhadores que têm nessa atividade seu meio de trabalho e de subsistência (MNCR, 2009).

Ademais, a informalidade também se manifesta pelo fato de que, em grande parte, a administração pública municipal, que juridicamente é a entidade que detém a competência da gestão dos resíduos sólidos, não concede qualquer forma de legitimidade às atividades realizadas pelos catadores (CONCEIÇÃO, 2003 *apud* AQUINO; CASTILHO JUNIOR; PIRES, 2009), sobretudo, na forma de contratações. Tanto assim que são raras as municipalidades no país que já firmaram contratos formais com organizações de catadores para realizar os serviços de coleta e triagem de recicláveis, circunstância a ser corrigida, a partir

de 2014, com a implementação obrigatória da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e do Decreto 7.404/2010, que a regulamenta. Tais instrumentos preveem: a) que os governos municipais devem dar prioridade à inserção de entidades organizativas constituídas por catadores em programas de coleta seletiva municipal como requisito do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a ser exigido de todos os municípios de 2014 em diante; e b) a alteração do Art. 24 da Lei 8.666/93, dada pela Lei 11.445/2007, para incluir a dispensa de licitação na contratação de organizações de catadores compostas por pessoas físicas de baixa renda para a execução do serviço de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos (FREITAS; FONSECA, 2011). Para esses autores, “assim como as empresas de limpeza são recompensadas pela coleta e destinação final dos resíduos, os catadores também deveriam sê-lo” (FREITAS; FONSECA, 2011, p. 33).

O nível de infraestrutura disponível e a capacidade gerencial são dois outros fatores a impactar a gestão das organizações de catadores, segundo a literatura. A destituição de equipamentos e a debilidade do aparato administrativo são obstáculos para o avanço das organizações de catadores nos ganhos gerados nas cadeias produtivas da reciclagem (AQUINO; CASTILHO JUNIOR; PIRES, 2009).

Porém, a gestão das organizações de catadores não depende apenas de fatores econômicos e institucionais, como a infraestrutura e a formalidade, mas também de fatores mais afeitos ao processo educacional e ideológico, que é o nível de adaptação à gestão coletiva. Os fundamentos dos sistemas de cooperação e o consequente modelo de gestão característico das organizações que aderem à ação coletiva podem não ser entendidos pelos participantes, originando dificuldades e a necessidade de adaptação ao sistema (JACOBI *et al.*, 2006 *apud* JACOBI; BESEN, 2006). Exemplo disso é a frequente ausência dos associados ou cooperados nas assembleias gerais da organização (JACOBI; BESEN, 2006).

A esse respeito, Singer (2002, p. 18) argumenta que “a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade”. Portanto, segundo o autor, a falta de um empenho maior e de interesse dos membros da organização seria o mais importante dos limitadores da autogestão e este desinteresse e “menor esforço” é forte elemento de destruição do processo de autogestão do cooperativismo (SINGER, 2002, p. 20).

A importância do papel da cooperação para o sucesso dos pequenos empreendimentos fica cada vez mais clara na teoria da estratégia organizacional. Na verdade, a ação coletiva gera ganhos de eficiência que não são possíveis de serem capturados pelo empreendimento ou empreendedor individual. Esses ganhos apenas podem ser contabilizados pelo próprio conjunto, resultando na assim chamada “eficiência coletiva”, que se originaria nas “economias externas locais” e na “ação coletiva”. Por essa via, a eficiência coletiva proporcionaria, para os pequenos empreendimentos, que agem de forma conjunta, “vantagens competitivas” (ERBER, 2008, p. 12).

Outra condição que interfere na gestão das organizações dos catadores é a dependência que muitos membros de uma mesma família têm dos resultados econômicos destas organizações. Não por acaso, diversos trabalhos na literatura apontam para a concentração de pessoas de uma mesma família trabalhando na execução das atividades de catação e separação de materiais recicláveis (GRIMBERG, 2007; ROMANI, 2004; CUNHA, 2007; BOEIRA; SILVA, 2004), posto que, nessa situação, aumenta o grau de vulnerabilidade dessas entidades, pela supremacia dos interesses individuais sobre os interesses coletivos. O processo decisório das organizações fica comprometido em função dos interesses de grupos familiares com maior representação.

Aquino, Castilho Jr. e Pires (2009) apontam outros obstáculos ao sucesso da gestão de

organizações de catadores de materiais recicláveis que atuam em Florianópolis, ao discutirem a capacidade desses agentes produtivos em elevar os ganhos na cadeia produtiva. Tais autores observaram que esta categoria fica com os menores percentuais nos desfrutes gerados pelas cadeias produtivas da reciclagem naquela capital. Os fatores mencionados foram o preço dos resíduos recicláveis deprimido em um mercado oligopsônico (resultante da pequena quantidade de empresas industriais que adquirem estes materiais) e a incapacidade atual dos catadores - mesmo quando organizados em suas cooperativas - de fornecer diretamente para as grandes indústrias os materiais recicláveis nos volumes e qualidade exigidos. Tais condições decorrem do fato de que a grande maioria dos catadores se apresenta pulverizada ou organizada de forma inadequada para o mercado (AQUINO; CASTILHO JR.; PIRES 2009).

A capacidade dessas entidades de estabelecer parcerias, particularmente com os governos municipais, constitui-se em mais um importante condicionante do desempenho de suas gestões. A este respeito, o caso de Londrina parece ser um bom parâmetro, pois foi a partir de parcerias entre organizações de catadores (cujas criações foram estimuladas pela própria prefeitura) e o poder público municipal que a coleta seletiva ganhou um grande impulso naquele município, logrando, ao mesmo tempo, gerar renda para os trabalhadores e uma melhor destinação dos resíduos sólidos (REIS *et al.*, 2005, p.3). Cada vez mais frequentes no país, as parcerias envolvendo instituições governamentais e não governamentais têm se voltado não só para o apoio desse contingente, que em sua grande maioria continua desassistida, como para a promoção dos sistemas públicos municipais de recuperação de resíduos, circunstância esta que tem beneficiado, principalmente, aqueles catadores organizados em associações e cooperativas (CAMPANI *et al.*, 2005; GRIMBERG, 2007).

Os condicionantes da gestão de organizações de catadores acima discutidos

podem ser acentuados ou complementados por aqueles apontados em pesquisa de Jacobi e Bensen (2006), os quais solicitaram a opinião dos próprios catadores da região metropolitana de São Paulo a respeito dos problemas mais críticos enfrentados por suas organizações. Os catadores paulistas responderam que os principais problemas referiam-se à “precariedade na infraestrutura de trabalho”, ao “problema de relacionamento entre os membros e de organização interna” e à “falta de capacitação para o empreendedorismo”. Outros fatores destacados foram: a “queda na quantidade de material reciclável disponível para ser recolhido”, “a falta de conscientização da população”, “a falta de capital de giro” e a “falta de apoio da prefeitura” (JACOBI; BENSEN, 2006, p. 99).

Na seção, foram elencados e discutidos alguns dos fatores mais determinantes para o sucesso nos resultados obtidos na gestão das organizações de catadores de materiais recicláveis. Nesta próxima seção, os mesmos fatores são utilizados para analisar o desempenho da gestão das entidades consideradas no estudo.

2. Análise das entidades de catadores de materiais recicláveis na RMB pela perspectiva dos fatores determinantes da gestão das organizações

A sequência da análise segue a ordem em que as organizações de catadores emergiram no cenário da recuperação de resíduos na RMB. A primeira, de acordo com esse critério, é a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá (COOTPA), surgida em 2001, como parte do projeto de implantação do Complexo do Aurá. A segunda, a Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém (ACCSB). No terceiro momento, serão apresentadas as características organizacionais da Associação dos Recicladores das Águas Lindas (ARAL), seguida da Associação Cidadania para Todos (ACPT), da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES) e, por último,

da Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis da Pedreira (ASTRAMAREPE)².

2.1 Aspectos organizacionais da COOTPA

Concebida conjuntamente pela Prefeitura de Belém, na administração municipal que vigorou entre 1996-2004, e por um grupo de catadores, para ser o “principal instrumento de erradicação da catação em cima do lixo, no Aurá” (LOPES *et al.*, 2004, p. 9), a COOTPA tinha por objetivo proporcionar trabalho com segurança, “ao abrigo das intempéries e sem contato direto com o lixo” (ALMEIDA, 2008, p. 11), inicialmente, a 39 catadores que atuavam sobre as células de disposição de lixo no Aurá, número reduzido para dezoito indivíduos no momento da realização da pesquisa. Se incluídos os que ainda se mantinham formalmente vinculados, embora não participem das atividades operacionais coletivas, e os catadores autônomos, que vendem sua produção à COOTPA, esse número alcançaria cerca de 100 indivíduos.

A maioria dos cooperados dessa agremiação constituía um subgrupo que continuava se valendo da catação no Aurá para garantir a renda indispensável para o sustento da vida, diante da dificuldade de obter volume suficiente de material de outras fontes. Além dos materiais coletados no Aurá que a COOTPA comprava e recebia em consignação, estavam entre as fontes do material que a organização triava e vendia a coleta porta a porta que realizava - mesmo que de forma incipiente - em alguns conjuntos habitacionais de Ananindeua, e as doações não sistemáticas de recicláveis descartados por condomínios, empresas privadas e órgãos públicos. Os poucos volumes que resultavam dessas iniciativas, limitadas pela falta de equipamentos para realizar a coleta ampla e sistematicamente, não geravam recursos suficientes - até a realização desta pesquisa - que permitissem à cooperativa sustentar todos os seus membros fora da catação no lixão (PIRES,

2010).

No subgrupo que operava fora do lixão, no qual se incluem as pessoas que realizam as atividades de administração da entidade, foi observada uma espécie de divisão do trabalho, que ocorria menos em função de algum tipo de especialização - como a dos catadores que operam no lixão da cidade do México e em algumas organizações de outros estados do Brasil (MEDINA, 2007) - e mais pela diferenciação de gênero. As mulheres executavam as tarefas mais leves e os homens, as tarefas que exigiam maior vigor físico, como, por exemplo, o carregamento e descarregamento dos *bags*³ ou fardos. Fora essa distinção e às relativas aos afazeres de administração/representação realizados pela liderança, não foi observada nenhuma outra especialização. Cabiam a qualquer um as tarefas de recepção, pesagem, classificação, prensagem mecânica de pets e latas com os pés, e a reembalagem dos materiais, tanto dos que são comprados, como dos que são destinados pelos órgãos públicos, empresas ou pela comunidade (PIRES, 2010).

Para esse subgrupo, a jornada de trabalho era mais flexível, pois se moldava à oferta de materiais para triagem, nem sempre em quantidade suficiente para demandar um período integral de trabalho. Ainda assim, regularmente, os indivíduos chegavam à sede para trabalhar por volta das oito horas e saíam por volta das dezoito horas. Apenas quando a quantidade de material era pequena, o trabalho do grupo se encerrava antes, ou, individualmente, quando um cooperado tivesse algum assunto particular relevante para resolver (PIRES, 2010).

Entre eles, a partilha dos recursos (descontados os custos operacionais) é equitativa, já que se apoia na premissa de contribuição equivalente e alcança, pelo mesmo critério de justiça, o indivíduo temporariamente incapacitado ou doente. Nesse aspecto e, frise-se, para este subgrupo apenas, essa organização é a que mais se aproxima da definição do cooperativismo, com a participação coletiva nos ganhos, de acordo com

o testemunho de alguns depoimentos (PIRES, 2010).

Desalojada da antiga base operacional e sem uma nova sede própria, a organização ocupava, na ocasião da pesquisa, uma sede provisória, instalada em parte do quintal de uma cooperada (PIRES, 2010).

A vulnerabilidade produtiva dessa organização era, também, notada na falta de equipamentos básicos utilizados na operacionalização de uma cooperativa de catadores, como prensas, mesa de triagem, máquina para picotar plásticos e fragmentar papel, elevadores de carga e equipamentos de proteção individual. Essa situação era comum às organizações pesquisadas. Todas, com exceção da Associação Cidadania para Todos, possuíam como instrumento de trabalho apenas uma balança.

Vale, por fim, registrar que, além do material recuperado no Aurá para uso industrial na ordem de 8.8 toneladas/mês (equivalente a 4% do total recuperado pelas entidades organizativas na RMB), os membros dessa cooperativa recolhiam qualquer peça ou objeto que tivesse valor de uso e/ou de troca, como madeira para construção e para cozinhar, utensílios domésticos, brinquedos, roupa, sapato, eletrodomésticos, móveis etc. (PIRES, 2010).

Para evitar redundâncias, os comentários feitos nesta seção que se apliquem às demais entidades não serão repetidos, salvo se houver algum aspecto inusitado que justifique ser citado.

2.2 Aspectos organizacionais da ACCSB

A Associação da Coleta Seletiva foi inicialmente constituída por catadores do quadro da COOTPA, que foram deslocados do trabalho que realizavam na sede daquela entidade, no Complexo do Aurá, para realizar a coleta seletiva na cidade de Belém, sob a tutela do Departamento de Resíduos Sólidos (DRES) da Secretaria Municipal de Saneamento da PMB, que passou a ser local

de apoio do grupo desde então. No primeiro momento, o grupo subdividiu-se em dois núcleos: um com a missão de recolher o material reciclado descartado em locais de grandes eventos (Círio de Nazaré, Pará Folia, entre outros) e em grandes geradores (*shoppings centers*, escolas, hotéis etc.); e outro núcleo com a incumbência de recolher os materiais descartados pela população nos 80 PEVs⁴ dispostos pela Prefeitura de Belém em quatro bairros centrais da cidade (LOPES *et al.*, 2004; ROMANI, 2004). Com a mudança de administração municipal em 2005, esse grupo se desvinculou da COOTPA e passou a adotar a denominação atual, funcionando como grupo informal até setembro de 2008, quando se constituiu juridicamente como uma associação.

Compete às pessoas desse grupo - atualmente, organizadas em quatro núcleos e com 49 membros efetivos - realizar a coleta seletiva oficial da cidade de Belém que, até hoje, após quase uma década da implantação, ainda apresenta pouquíssima expressão em volume e em cobertura espacial. Segundo declaração colhida em campo da liderança da ACCSB, os quatro núcleos recolhem, em conjunto, cerca de 80 toneladas/mês, o que equivale a 36.3% da quantidade recuperada pelo conjunto das entidades organizativas da RMB (PIRES, 2010).

Além do local para funcionar, a prefeitura cedia à ACCSB caminhão e combustível, organizava os roteiros da coleta direcionando todas as demandas para esse grupo, ação esta que vem suscitando frequentes reclamações e gerando uma relação, de certa forma, conflituosa entre os outros cinco grupos de catadores e a Secretaria Municipal de Saneamento da Prefeitura de Belém (BRASIL, [2007b]).

Se o apoio institucional da municipalidade expandiu as oportunidades produtivas da ACCSB, medidas pela quantidade de material comercializado e pela produtividade *per capita*, muito superiores à da maioria e só comparável à alcançada pela ACPT, por outro lado, não havia contribuído para a unificação dos quatro núcleos e para a conjugação de interesses até certo ponto

conflitantes; já que a gestão independente dos núcleos vinha suscitando disputa por poder, equipamentos e distribuição das oportunidades de coleta dos materiais (PIRES, 2010).

2.3 Aspectos organizacionais da ARAL

Constituída em junho de 2005, a Associação dos Recicladores das Águas Lindas é uma das três organizações localizadas no entorno do Complexo do Aurá. À época da realização da pesquisa, trabalhava com qualquer tipo de material reciclável que tivesse valor comercial, e tinha por sede um terreno de muro baixo e chão batido, com 800m², em Águas Lindas, Município de Ananindeua, o segundo maior município da RMB. Não existia no imóvel nenhuma área edificada, nem instalações sanitárias mínimas para uso dos associados. O trabalho de armazenagem, limpeza, triagem e enfardamento era feito a céu aberto, sem cobertura - ainda que rústica - que oferecesse proteção contra as intempéries, agravando as condições já precárias peculiares a esse tipo de trabalho, particularmente no período chuvoso. A falta de instalações adequadas, também, comprometia o desempenho e a possibilidade de maior rentabilidade, pela perda de qualidade e elevação do percentual de rejeito no total da produção (BRITO; PEREIRA NETO; CEBALLOS, 2000; DAMÁSIO, 2006). Outro fator que tinha efeito direto na produtividade de mercado era a disponibilidade de máquinas e equipamentos (DAMÁSIO, 2006; IPEA, 2010). A ARAL, como a quase totalidade das organizações de catadores da RMB, não dispunha, minimamente, desses aparelhamentos, influenciando, de maneira sensível, na sua capacidade de coleta e de processamento. O único equipamento que dispunha era uma balança com capacidade para aferir peso até 300 kg (PIRES, 2010).

Além das dificuldades estruturais e conjunturais enfrentadas, em maior ou menor grau por todas as organizações de catadores nessa região metropolitana, a ARAL apresentava uma

séria dependência de destinações de materiais separados na fonte por agentes públicos ou privados, de onde provavelmente provinha a maior parte das 15 toneladas que comercializava por mês, as quais representam 6.8% do total recuperado pelas organizações da RMB (PIRES, 2010).

De maneira geral, não há divisão dos ganhos da organização, visto que os associados trabalham de forma independente e vendem isoladamente o material que coletam. A exceção ocorria apenas quando a associação recebia doações de materiais, ocasião em que os associados dividiam o trabalho de limpeza, triagem e acondicionamento e partilhavam, segundo o presidente do grupo, os resultados da venda.

Como nas outras organizações, foi observado que os laços de família uniam diversos membros desta associação, aumentando a dependência das famílias da atividade da catação/processamento de recicláveis, e, logo, também, seu grau de vulnerabilidade.

2.4 Aspectos organizacionais da ACPT

A Associação Cidadania para Todos é uma das entidades de maior projeção fora da RMB e de maior articulação no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Esse destaque se deve à representação de longo termo exercida pela presidente do grupo na Coordenação Estadual do MNCR. É, também, a segunda organização da RMB de maior sucesso em termos de volume de produção e eficiência física, ainda que caiba contextualizar essa observação e circuncrevê-la às condições vivenciadas pelas demais organizações. Preponderantemente especializada na triagem de materiais plásticos, a Cidadania para Todos produzia, em 2010, algo em torno de 90 toneladas de recicláveis, com uma participação no total recuperado pelas organizações de cerca de 40% (PIRES, 2010).

Criada como alternativa ao trabalho nas

células do complexo do Aurá, a Cidadania para Todos tinha 55 membros efetivos quando foi realizada a pesquisa, 89.1% deles, mulheres. Ao lado destes, a associação mantém relacionamento com 63 catadores autônomos, de quem adquire, além do plástico, sucatas de metal, papel e papelão. Na Cidadania para Todos também houve alteração no quadro de afiliados, desde que foi calculada a amostra. Naquela ocasião, havia apenas 28 associados.

Constituída juridicamente desde junho de 2005, a organização ocupava um galpão do Centro de Reciclagem da Amazônia Ltda. (CRA), mediante contrato de aluguel, que incluía máquinas e equipamentos, entre os quais enfardadeiras hidráulico/elétricas, balança fixa para pesagem de caminhão (com até 30 toneladas), esteira com lona de borracha para triagem e suporte de ferro para amarrar *big bags* (PIRES, 2010; VIEIRA, 2007).

Localizado, de forma estratégica, próximo à entrada do Complexo do Aurá, em Ananindeua (PA) - de onde provinha boa parte dos materiais adquiridos de catadores sem vínculo com a organização - o imóvel de 30mx50m que servia de base de apoio operacional à ACPT não apresentava condições satisfatórias em vários aspectos, entre os quais, não possuía instalações sanitárias adequadas, vestiários, cozinha ou espaço para servir de creche aos dependentes dos associados, conforme observado em Cunha (2007) e no trabalho de campo de Pires (2010). Tampouco eram melhores as condições de segurança do trabalho, já que a empresa não provinha equipamentos suficientes de proteção individual, sendo usados por menos de 20% dos integrantes da ACPT e, assim mesmo, alguns itens apenas. O subgrupo que trabalhava com plástico duro não usava luva nem óculos de proteção, equipamentos indispensáveis nessa atividade para garantir a integridade física de seus operadores. A maioria dos que trabalham com filme usava bota e todos nesse subgrupo trabalhavam com luva. Um terceiro subgrupo, que operava máquinas ruidosas, usa luva, óculos

de proteção e abafador auditivo (PIRES, 2010).

Entretanto, ainda que com essas ressalvas, as condições de trabalho em tais instalações, sem contato direto com o lixo, eram percebidas, pelas pessoas que compõem essa coletividade, como indubitavelmente menos deploráveis do que as enfrentadas pelos que trabalham na recuperação de recicláveis em situação de rua e, notadamente, sobre o lixo (CUNHA, 2007 *apud* PIRES, 2010).

Outro aspecto importante se refere à organização do trabalho e à remuneração. A remuneração dos associados dependia da produção individual de cada um, que era paga pelo trabalho prestado à CRA a R\$ 0,25 por quilo. Todavia, outra parcela vinha adquirindo algum peso na remuneração total dessas pessoas, advinda dos recursos arrecadados com a venda dos materiais recicláveis destinados pelos órgãos públicos às associações e cooperativas de catadores, como determinado pelos Decretos nº 5.940/2006 (BRASIL, 2006) e nº 801/2008 (PARÁ, 2008). Distintamente, o critério de distribuição dos ganhos nesse caso tinha por base o trabalho coletivo e a divisão. Por isso, o trabalho de limpeza, triagem e acondicionamento dos materiais provenientes desses órgãos era realizado aos sábados por todos e o resultado obtido com a venda (à RIOPEL, nesse caso) era rateado entre eles (PIRES, 2010).

2.5 Aspectos organizacionais da CONCAVES

Localizada no bairro da Terra Firme, em Belém, essa cooperativa surgiu como entidade social coletiva há mais de sete anos, adquirindo identidade jurídica sob o formato organizativo de cooperativa a partir de outubro de 2007.

Comparativamente melhor instalada que as demais organizações, essa unidade possuía sede própria, edificada, com área equivalente a 90 m², fato também observado por Mello (2008). Como as outras, a CONCAVES também sofreu alteração no quadro de afiliados após

o tamanho da amostra desta pesquisa ter sido efetuado, envolvendo o acréscimo de três novos cooperados, o que elevou o quadro da entidade para 26 membros efetivos. Além da sede, a cooperativa dispunha de um terreno cedido por um morador do bairro com área de 120m², onde armazenava e triava os materiais coletados. Esse terreno recebeu edificação parcial para proteger os recicláveis das intempéries com recursos que a cooperativa conseguiu juntar, somados às doações de materiais de construção recebidas da Ação Integrada do Governo do Estado do Pará (MELLO, 2008 *apud* PIRES, 2010).

Quanto aos equipamentos para recolher os materiais, essa cooperativa era, como as outras organizações, bastante carente. Possuía apenas uma balança, mesa para triagem, um extintor de incêndio e dois carrinhos próprios (PIRES, 2010). O Relatório de Diagnóstico da Fundação Avina, realizado em 2008 por demanda do Convênio MDS/BID/FUMIN, registrou que, além desses equipamentos, a produção da CONCAVES se fazia valer dos carrinhos de tração humana, de propriedade particular de seis catadores (MELLO, 2008 *apud* PIRES, 2010). Na pesquisa de campo realizada para fins deste estudo, verificou-se que a CONCAVES incorporou aos seus meios de produção mais duas bicicletas cargueiras e uma carroça puxada por tração animal (PIRES, 2010).

O volume mensal de comercialização alcançava, àquela altura, vinte e cinco toneladas em média. Parte desses resíduos (papel e plástico) era negociada com os mesmos clientes e em condições similares às que ocorriam com a ACCSB, destinando certos tipos de resíduos plásticos para a empresa SACOTEC (filme plástico, garrafa de água sanitária, sacolas plásticas e plástico preto) e outros plásticos e os resíduos de papel e papelão para a RIOPEL. Na comercialização dos resíduos de metal, entretanto, a relação com os outros elos da cadeia era diferente da estabelecida pela ACCSB, pois a CONCAVES já conseguia comercializar diretamente esse tipo de resíduo com uma indústria localizada em Belém e com o interposto de uma indústria da cidade de

Marabá-PA (PIRES, 2010).

Com relação às parcerias, além daquelas que estabelecia com os órgãos públicos, agentes privados e da comunidade do bairro, a CONCAVES é o único grupo de catadores da região que será contemplado com os recursos oriundos do BID-Fumin - escolha esta nunca explicada às demais organizações. Por conta desse convênio, que integrará as ações de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mais três organizações de catadores - em Salvador, Recife e Brasília - devem dividir um orçamento de US\$ 5,5 milhões, (US\$ 2,5 milhões, equivalente ao aporte do BID-Fumin e US\$ 3 milhões, da contrapartida das três esferas de governo - federal, estadual e municipal -, além de parceiros da iniciativa privada) (BRASIL *et al.*, 2008 *apud* PIRES, 2010, p.89). A alocação desses recursos era prevista para iniciar em 2009 (FUNDACIÓN AVINA, 2010), aliviando, em grande parte, as privações materiais da entidade. Entretanto, até o encerramento da pesquisa de campo em 2010, essa cooperativa ainda não havia recebido os recursos prometidos.

No que se refere à organização do trabalho, vale destacar que a regra mais importante pactuada era a obrigação de uma jornada de três horas diárias dedicada ao trabalho coletivo na sede ou no galpão de triagem, conforme indicassem as tarefas por cumprir. Fora esse compromisso, o trabalho era realizado de forma independente. Cada qual fazia sua agenda e decidia onde coletar (MELLO, 2008). Outro aspecto importante observado diz respeito aos mecanismos de proteção individual: menos de 20% de seus membros adotava a prática do trabalho protegido (PIRES, 2010).

2.6 Aspectos organizacionais da ASTRAMAREPE

De acordo com a classificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a ASTRAMAREPE, uma entidade que atua de forma coletiva desde 2004, a rigor, não seria

considerada como associação, e, sim, como grupo informal produtivo, pois ainda não estava constituída juridicamente, quando a pesquisa foi efetuada. Este caminho estava sendo percorrido pela organização, que já havia iniciado o processo de transformação institucional para o formato organizativo de uma cooperativa de trabalho, naquela ocasião (PIRES, 2010).

Composta por dez membros efetivos (dois a mais do que o número informado para a estimativa da amostra), essa agremiação acolhia, sem compromisso de participação e de regularidade, alguns catadores autônomos das áreas vizinhas à sua base operacional, no bairro da Pedreira, em Belém, para desenvolver algumas atividades específicas. Essa era uma prática comum, por exemplo, nas circunstâncias em que a entidade precisasse recorrer a uma força de trabalho superior à que possuía instalada efetivamente, como ocorria por ocasião da remoção de recicláveis em grandes eventos (PIRES, 2010).

A ASTRAMAREPE também não possuía nenhum equipamento, exceto uma balança, que permitisse agregar valor aos materiais, como prensas e trituradores (PIRES, 2010). Tampouco, possuía caminhões ou outros veículos motorizados que proporcionassem elevar a eficiência da coleta, mas apenas uma espécie de “bicicleta modificada, com uma grande cesta metálica na frente, para coleta do material” (VIEIRA, 2007, p. 4).

Quanto à origem dos materiais que comercializa, a principal fonte era a catação à noite nas ruas do bairro da Pedreira, bairros vizinhos e, mais recentemente, no centro de Belém. Tinham, ainda, as destinações provenientes de condomínios e empresas e os materiais coletados por catadores “avulsos” que atuavam no mesmo bairro e circunvizinhanças, que a associação recebia em consignação (PIRES, 2010).

A ASTRAMAREPE vendia o material que coletava e processava, majoritariamente, para a empresa Comércio de Aparas de Papel Ltda. (RIOPEL) e, de forma casual, para um sucateiro

do bairro. Para a RIOPEL, vendia-se qualquer tipo de resíduo reciclável, exceto o plástico, que era comercializado com um sucateiro instalado às proximidades do Complexo do Aurá, especializado nesse tipo de resíduo e que oferecia preços melhores. A RIOPEL, por seu turno, além de oferecer o melhor preço nos outros tipos de resíduos, oferecia como atrativo a alocação de um contêiner na sede da associação, que só era retirado quando cheio (15 *bags* equivalem a cerca de 300 kg), por demanda da associação, para, em seguida, retornar logo após a descarga na empresa. Já para o sucateiro do bairro, a venda de material ocorria sempre que a associação precisasse antecipar recursos aos associados e não houvesse acumulado volume suficiente para justificar o recolhimento dos materiais pela RIOPEL. Evidentemente, os ganhos com a venda ficavam prejudicados porque “(...) os preços pagos por esses sucateiros de menor porte são menores”, conforme explicou o presidente do grupo em um evento de avaliação da execução da coleta seletiva solidária (denominação dada à separação na fonte pelos órgãos públicos), em 2008, em Belém, coordenado pelo CIISC (PIRES, 2010, p. 104).

A divisão dos recursos da associação seguia a regra de equivalência com a produção individual, salvo quando os recursos tinham por origem a venda de materiais doados para a associação, como são os recursos provenientes de ações de patrocínio e a doação de órgãos públicos. Nesse caso, a regra passava a ser a divisão igualitária entre todos os que participavam da organização (PIRES, 2010).

Na seção seguinte, será feito um cotejamento dos aspectos presentes na experiência de gestão das entidades de catadores discutidos até aqui, com o propósito de tentar identificar padrões de similaridade e de diferença que permitam aprofundar a compreensão dos efeitos desses fatores sobre a trajetória destas organizações.

3. Uma análise comparativa das entidades de catadores na RMB quanto aos determinantes da gestão das organizações deste setor

A manifestação dos diferentes determinantes da gestão das organizações de catadores condiciona a estratégia de sobrevivência de cada um desses grupos. Embora tais organizações apresentem certa heterogeneidade no que tange à maior parte dos fatores discutidos, em alguns pontos, verifica-se algo mais próximo da homogeneidade.

Um dos fatores com maior diferenciação entre as organizações foi o nível de formalidade, pois enquanto umas apresentam um razoável grau de formalização, outras estão num estágio bastante embrionário. A CONCAVES e a COOTPA foram aquelas que se distinguiram com um perfil de formalização mais avançado. Neste sentido, particularmente no caso da primeira, essas entidades se transformaram em exemplo para as outras, que pouca a pouco buscam maior legitimação jurídica e econômica. Em alguns casos, observou-se, por exemplo, que organizações já com o formato de cooperativa, emitiam notas de venda para outras que ainda não preenchiam tal formalidade.

Também diferiram quanto ao modelo de gestão, com a maioria delas apresentando dificuldades em praticar o modelo de autogestão que distingue as cooperativas e associações de outros organismos econômicos (SEBRAE, 2010), enfrentando problemas para compartilhar decisões administrativas e resultados, em igualdade de condições, como poderia se presumir de uma estrutura cooperativista. De novo, a COOTPA e a CONCAVES foram organizações que se destacaram positivamente, por apresentarem práticas mais próximas dos ideários do cooperativismo, entre as quais a divisão dos resultados conforme o tempo e volume de trabalho empreendido por cada um, no caso da CONCAVES, ou mesmo a divisão igualitária para pessoas com a mesma jornada de trabalho, como no caso da COOTPA. A ARAL pareceu a entidade

com o menor desenvolvimento das práticas do cooperativismo, com forte preponderância da apropriação individual da produção por cada membro.

Outro determinante da gestão que espelhou forte heterogeneidade foi o da capacidade de estabelecer parcerias, particularmente com órgãos públicos. Enquanto três organizações apresentaram forte movimento no sentido de associar-se a outras instituições, outras três caminharam exatamente para o lado oposto. As três entidades de catadores na RMB mais ativas na construção de parcerias foram a CONCAVES, a COLETA SELETIVA e a CIDADANIA. A primeira estabeleceu laços com o governo federal e o estadual e, principalmente, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que concedeu àquela entidade de catadores um programa de pelo menos dois milhões de reais ao longo dos próximos anos. A segunda estabeleceu fortes alianças com a Prefeitura Municipal de Belém, ganhando com isso algumas rotas sistemáticas de coleta nos bairros da cidade, transporte e combustível. A terceira, por ter estabelecido uma parceria com empresa privada, fez desta organização de catadores algo semelhante a um fornecedor de serviços terceirizados.

Ocorre um menor nível de heterogeneidade, entre as organizações de catadores da RMB, no caso da presença de membros de uma mesma família trabalhando na entidade. Apesar desta circunstância ter sido observada em todas as entidades, como ratifica Cunha (2007), ela ocorre mais intensamente em umas do que em outras. A organização de catadores na RMB com mais intensa base familiar é a ASTRAMAREPE, que além de ser uma cooperativa com poucos membros, a maioria apresenta-se com relações de parentesco entre si.

Por outro lado, uma característica encontrada em todas as entidades é a carência de infraestrutura básica e de equipamentos para a realização da coleta, triagem, limpeza

e acondicionamento dos materiais; todas apresentam *deficit* elevado nesse aspecto. Falta-lhes área suficiente para armazenamento de grandes volumes que permitam transpor o pequeno e médio intermediários e vender o produto em condições mais vantajosas para o próximo elo da cadeia da reciclagem, a indústria. Para se ter uma ideia do impacto negativo da ausência desse aparelhamento na produtividade do trabalho dessas organizações, a simples falta de prensa, por si, determina redução do valor potencial de venda e impõe maior necessidade de espaço para armazenagem e maior custo com o transporte.

A falta de veículos motorizados próprios adequados reduz muito a capacidade de coleta de materiais recicláveis. Quando o material é valioso o suficiente para não ser deixado para trás, as organizações são obrigadas a pagar um elevado custo de frete. Por conta dessa deficiência, o catador perde ainda mais do pouco que ganha para prover recursos para a sobrevivência de sua família.

O pouco ou nenhum aparelhamento em infraestrutura e em maquinário resulta em outra característica comum a todas as organizações de catadores na RMB, que é a incapacidade de agregar valor ao produto que recolhem, principalmente pela falta de máquinas adequadas. A escassez de capital para compra das máquinas e manutenção de estoque cria a necessidade de numerário em intervalos muito curtos, muitas vezes diários, impelindo as organizações de catadores a aceitar as condições desfavoráveis dos preços pagos pelos pequenos atravessadores.

Considerações finais

Naturalmente, não se pretendeu esgotar a explicação de todas as dificuldades vivenciadas pelas organizações de catadores que atuavam na RMB durante o curso da pesquisa que deu origem a este trabalho. Mas, foi possível evidenciar que os resultados da gestão das associações ou

cooperativas de catadores na região dependem de fatores como o nível de formalização, a disponibilidade de infraestrutura e máquinas, a adaptação aos princípios da ação coletiva, o nível de presença de familiares nas entidades, a capacidade de agregação de valor e a habilidade de estabelecer parcerias. As organizações mais fortalecidas foram aquelas que apresentam uma condição formal mais consolidada, maior adaptação aos princípios do cooperativismo e maior capacidade de estabelecer parcerias proveitosas, como no caso da CONCAVES. As organizações mais debilitadas caracterizaram-se de forma oposta, como a ASTRAMAREPE. Mas todas, sem nenhuma exceção, padecem de problemas que se constituem em enormes desafios para essas organizações, como a carência de infraestrutura e de maquinários, assim como a falta de capacidade de agregar valor. Tais deficiências são limitadoras da capacidade de essas associações e cooperativas serem instrumentos de elevação da qualidade de vida dos catadores e seus familiares.

O tamanho de cada uma dessas organizações e de seu poder individual de competição no mercado são fatores que dificultam a capacidade de cada uma delas de prover infraestrutura, máquinas e, portanto, agregar valor. Na verdade, não poderia ser diferente, considerando que, como foi observado na introdução do artigo, os catadores fazem parte de um dos grupos mais excluído da população brasileira.

No mercado capitalista, de acordo com Erber (2008), aos pequenos resta como estratégia de superação e sobrevivência o fortalecimento da ação coletiva. Tal observação deve ser considerada no funcionamento de cada uma das organizações de catadores, mas não somente, pois, acima de tudo, deve ser utilizada para demonstrar a necessidade da união entre as associações e cooperativas em redes e ou cooperativas de segundo grau, vital para que alcancem maior poder de mercado por elevarem a capacidade de negociação dos preços dos seus produtos, além

de fortalecer a condição política da categoria no diálogo com atores relevantes do setor e, particularmente, com as administrações públicas municipais. A ação coletiva entre as organizações, também, ensejaria melhor articulação com outras organizações de apoio, como o próprio BID, BNDES, Petrobras, universidades etc.

Estudos adicionais poderão preencher lacunas importantes no conhecimento do assunto, como a investigação do papel da ação coletiva para o melhor desempenho dos micros, pequenos e médios empreendimentos em realidades específicas. Trabalhos como este e aqueles aqui propostos podem, também, contribuir para a discussão dos descompassos entre as boas intenções dos modernos instrumentos de política de apoio e fomento a esse setor produtivo (entre os quais se destacam a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a instituição do Programa Pró-Catador) e o desconcertante volume de recursos que efetivamente chega para a mecanização da atividade do catador e a industrialização do material coletado, elementos-chave para o avanço de suas condições de trabalho e de vida e de suas famílias.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. (Coord.). **Catadores na cidade de Belém**. Belém: Fundação Ford.
- AQUINO, I. F.; CASTILHO JUNIOR, A. B.; PIRES, T. S. L. A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor. **Gestão e Produção**, v. 16, n. 1, p. 15-24, jan./mar. 2009.
- BOEIRA, S. L.; SILVA, W. C. Capital social e resíduos sólidos: organizações e multissetorialismo em Florianópolis - SC. **CAYAPA: Revista Venezuelana de Economía Social**, Mérida, v. 4, n. 7, p. 25-47, jan./jun. 2004.
- BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 out. 2006.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Convênio 1421/MDSCF /2004 entre o MDS e a Cáritas Brasileira: coleta seletiva solidária na Esplanada dos Ministérios**. Brasília, DF, [2007a]. 45 slides, color.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. **Ficha de informações das regiões metropolitanas**: Belém. Brasília, DF, [2007b]. Versão não publicada.
- BRITO, K. G. Q.; PEREIRA NETO, J. T.; CEBALLOS, B. S. O. Estimativa dos ganhos socioeconômicos obtidos com a reciclagem e compostagem de lixo de Coimbra-MG: estudo do caso. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, 27., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABEP), 2000.
- CAMPANI, D.; GRIMBERG, E. ; PIRES, J. K. ; MAGALHAES, T. Programa Nacional Lixo & Cidadania. In: CONGRESO INTERAMERICANO DE RESÍDUOS, 1., 2005, Mérida. **Anais...** São Paulo: Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2005. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico2005/campani2.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2010.
- CUNHA, B. B. **Não está cheirando nada bem: condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA)**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal

do Pará, Belém, 2007.

DAMÁSIO, J. (Coord.). **Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis:** relatório final. Brasília, DF: MDS, 2006. 178 p.

GRIMBERG, E. Coleta seletiva com inclusão dos catadores. In: FÓRUM LIXO E CIDADANIA NA CIDADE DE SÃO PAULO: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p.11-32, 2008.

FREITAS, L. F. S; FONSECA, I. F. **Caderno de diagnóstico:** catadores, Rio de Janeiro: IPEA, 2011. 60 p.

FUNDACIÓN AVINA. **PPP AMERICAS 2010:** Setor de Resíduos Sólidos. Salvador, 12 maio 2010. 18 slides. Color.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saneamento básico 2000.** Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Relatório de pesquisa:** pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Brasília, DF, 2010. 66 p.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de São Paulo: avanços e desafios. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 90-104, abr./jun. 2006.

LOPES, F. E. P. *et al.* **Saneamento ambiental do complexo de destino final de resíduos sólidos**

no Aurá: município de Belém. [Belém]: Prefeitura Municipal de Belém, [2004]. 18 p. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/assem/ae/rsss/sanambrrss.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

MEDINA, M. **The World's Scavengers:** salvaging for sustainable consumption and production: 2007. Lanham, MD: Altamira Press, 2007. 303 p.

MELLO, M. A. A. V. **Diagnóstico socioeconômico do bairro de terra firme, Belém/PA:** relatório. [Salvador]: Fundação Avina, 2008. 79 p.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Tecnologia para reforçar a organização.** São Paulo, 2009. 3 p.

PARÁ. Decreto nº 801, de 15 de fevereiro de 2008. Institui a separação de resíduos sólidos recicláveis, na fonte geradora, em todos os órgãos da Administração Estadual. **Diário Oficial [do] Estado do Pará**, Belém, 18 fev. 2008.

PIRES, A. L. M. **A pobreza de capacidades como agravante da pobreza de renda:** um estudo aplicado aos catadores organizados de materiais recicláveis da Região Metropolitana de Belém. 2010. 212 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

REIS, L. G.; SOUZA, P. R. B., CÂMARA, M.R; ARBEX, M. A. A economia dos custos de transação na análise da coleta seletiva em Londrina: um estudo de caso. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - EnANPAD, 29., 2005, Brasília. In: **Anais....** Brasília: ANPAD, 2005.

ROMANI, A. P. **O poder público municipal e as organizações de catadores.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal; Caixa Econômica Federal, 2004. 72 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Fascículos da Cultura da Cooperação.** Brasília, DF, 2010. 25 p.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIEIRA, A. M. F. **Relatório da visita às cooperativas, associações de catadores e lixão do Aurá: implementação do Decreto nº 5.940**. Belém: Banco da Amazônia, 2007. 4 p.

Notas:

1 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

2 Após a realização da pesquisa, esta entidade passou por um processo de transformação institucional, constituindo-se hoje como Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Pedreira (COOCAPE).

3 *Bags* são sacolões com capacidade de pesagem entre 100 kg a 2000 kg, utilizados por catadores para embalar os materiais que recolhem. Os catadores organizados da RMB, usualmente, fazem uso de *big bags* com capacidade até 100 kg.

4 Postos de Entrega Voluntária.



RECENT HISTORY OF CITIZEN CO-OPERATIVES IN JAPAN AND JCCU'S "2020 VISION"

**História Recente de Cooperativas de Cidadãos no
Japão e a "Visão 2020" da JCCU**

**Historia Reciente de Cooperativas de Ciudadanos de
Japón y la "Visión 2020" de JCCU**

Yukiko Yamazaki (The Consumer Cooperative Institute
of Japan)*

* Mestre em Ciência Política pela Universidade de Toronto. Realizando seu Ph.D no Departamento de Estudos Políticos da Universidade de Queen (Canadá). Pesquisadora do 'The Consumer Cooperative Institute of Japan'.

Endereço: The Consumer Co-operative Institute of Japan, 6o andar,
Plaza F, 15 Rokubancho, Chiyoda-ku, 102-0085, Tóquio/JAPÃO
Email: yyam422@gmail.com

Abstract

This paper outlines the historical development of so-called "citizen co-ops" in Japan and illustrates the problems they face today. Further, it introduces the citizen co-ops' response to these problems in the form of JCCU's 2020 Vision. The Vision is not a panacea to all the problems these co-ops face today, but Japanese society definitely needs them to take action.

Keywords

Japanese Consumer Cooperatives.
Unions. JCCU.

Resumo

Este artigo descreve o desenvolvimento histórico das chamadas "Cooperativas de cidadãos" no Japão e ilustra os problemas que elas enfrentam atualmente. Além disso,

introduz a resposta destas cooperativas para estes problemas na forma da visão do JCCU para 2020. A visão não é uma panacéia para todos os problemas que as cooperativas enfrentam, mas a sociedade japonesa definitivamente precisa dela para tomar medidas.

Palavras-Chave

Cooperativas de Consumo Japonesas.
Sindicatos. JCCU.

Resumen

En este artículo se describe el desarrollo histórico de los llamados "citizen Co-ops" en Japón e ilustra los problemas que enfrentan en la actualidad. También introduce la respuesta de estas cooperativas a estos problemas en forma de Visión JCCU para 2020. La Visión no es una panacea para todos los problemas que enfrentan las cooperativas, pero sin duda necesita la

sociedad japonesa a tomar acción.

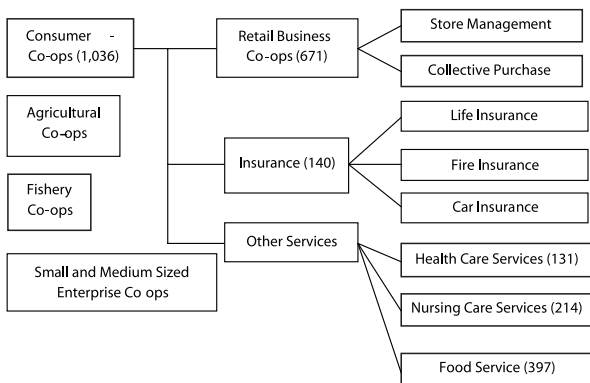
Palabras Clave

Cooperativas japonesas de consumidores. sindicatos. JCCU.

1. Major categories of co-operatives and consumer co-ops in Japan

According to the Ministry of Health, Welfare and Labour, the supervisory body for consumer co-ops in Japan, there are four major categories of co-operatives: consumer co-ops, agricultural co-ops, fisheries co-ops, and small and medium-sized enterprise co-ops. Although they are all categorized as co-operatives, each of these types has been administered by different laws and national bureaucracy, and, most importantly, has quite different characteristics. Consumer co-ops are organizations governed by the Consumers’ Livelihood Co-operative Society Law, originally enacted in 1948². Consumer co-ops can be further categorized according to their main line of business. This paper will focus on consumer co-ops, especially those engaging in retail business.

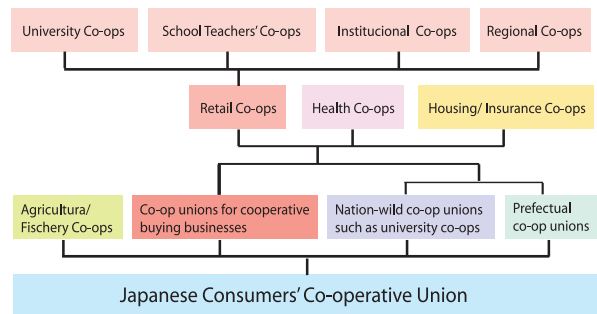
Figure 1 - Main categories of co-operatives in Japan



Source: The Ministry of Health, Welfare and Labour (2011) “Overview of Consumers’ Cooperative Societies” *Annual Health, Labour and Welfare Report 2009-2010*. p.206.

According to the MHWL statistics, in 2011, there were 1,036 consumer co-ops in Japan, with 63.3 million members in total. Among these consumer co-ops, 671 are retail business co-ops, 140 are insurance co-ops, 131 are health care co-ops, 214 are nursing care co-ops, and 397 are food service co-ops.³ These figures appear quite significant, but in reality accurate figures about consumer co-ops in Japan are not available. Nevertheless, as the following chart illustrates, many are members of the Japan Consumers’ Co-operatives Union (JCCU) and on this basis, to a certain degree, dependable figures are available.⁴ From now on, most figures or statistics referred in this paper are based on JCCU data unless it is stated otherwise.⁵

Figure 2 - Member co-ops of the Japanese Consumers’ Co-operative Union (JCCU)



Source: Japanese Consumers’ Co-operative Union HP. (<http://jccu.coop/eng/aboutus/coopsjapan.php>)

As was stated previously, this paper focuses on the consumer co-ops which engage in retail business. These are the so called “citizen co-ops” (this is a synonym for “regional co-ops” in the above chart). In the next section, a description will be provided of the development of Japanese citizen co-ops.

1.1 History of Japanese Citizen Co-ops

Citizen co-ops in Japan have experienced three distinct stages of growth since the end of WWII. First, neighborhood associations formed

co-ops to secure food and other commodities under the necessity of supply shortage. Then, in response to the surge of the labour movement from the end of the 1940s to the early 1960s, the labour unions created consumer co-ops in order to improve workers' welfare. The third stage started in the late 1960s. This movement was mainly led by university co-ops and drew in local people, namely housewives. The backdrop to the movement was the various social and economic problems that proliferated during that era: rapid economic growth and subsequent inflation, mounting criticism of big corporations for their buyout and holding off of goods (especially kerosene) after the first oil crisis, concentration of population in urban areas, environmental problems, and growing concern over harmful food additives that engendered a strong demand for safe food. University co-ops, which had already established their position on campus, started to explore ways to cooperate with local people through protests against major corporations about price increases and other issues. They provided human resources as well as knowledge to these newly emergent regional co-ops, and these new co-ops started expanding their businesses into many areas. This explains why these co-ops came to be called "citizen" co-ops, and this type of co-op has survived to become what we normally regard as "consumer co-ops" today (YOSHIAKI, 2007)⁶.

2. Development of citizen co-ops in the 1970s and '80s

As previously explained, citizen co-ops were among the last to develop and were strongly driven by social problems of the time, which in turn affected the ways in which these co-ops developed. First, the rapid economic growth that started in the 1960s brought inflation, and a utility charge hike led the way for consumer price increases in general, at a rate of 4 – 8 % a year during that decade. This ignited the

consumer movement in Japan, and new citizen co-ops strove to develop their own goods so that their prices would be lower than those of goods supplied by major corporations. For example, the Japan Consumer Co-operatives Union protested that colour TVs produced by major manufacturers were too expensive and initiated a buyers' boycott. JCCU also worked on developing its own brand of colour TV and ultimately succeeded in selling colour TVs for less than 100 thousand yen, whilst other manufacturers were selling them for around 200 thousand yen (SAITO, 2007). Thus, along with achieving expansion in Japan, these consumer co-ops had gained the ability to develop goods which met their members' needs.

In another development, the buyout and holding off of goods (especially kerosene) by major corporations after the first oil crisis invited further price increases, and some citizen co-ops negotiated with oil distributors in efforts to provide kerosene at a fair price. In the process, members of these co-ops participated in negotiations with oil distributors, which resulted in wider public support for local citizen co-ops and encouraged active member participation.⁷ Also, the price increase issue drove these citizen co-ops to start group purchasing, seeking cheaper foodstuffs and daily commodities, and this became an important feature of citizen co-ops in Japan.

Furthermore, concentration of population in urban areas worked to the advantage of citizen co-ops by helping to increase their membership, with many of these new urban members being workers' wives who lived in apartment complexes. This advantageous setting allowed citizen co-ops to recruit new members, and their sales grew rapidly, both at citizen co-op stores and through collective purchases. During the 1970s, sales among these co-ops increased approximately seven-fold (SAITO, 2007)⁸. Also, growing concern over harmful artificial food additives and environmental issues contributed to the expansion in sales of co-op brand name goods as well as agricultural products directly purchased from farmers. Consumer co-ops began

to focus more on developing safer goods, such as soap without synthetic detergents, foodstuffs containing fewer artificial additives, and agricultural products grown using less pesticide. In this process of diffusion of co-op goods, more consumers started to join citizen co-ops, and *han* (group) organizations for collective purchasing became firmly established. The formation of *han* further helped Japanese consumer co-ops to solidify their base for retail business (KANEKO, 1992)⁹.

These citizen co-ops became established in the 1970s and continued to grow rapidly in the 1980s. Although prevented from expanding their business across the prefectural borders or trading with non-members due to prohibition by the Consumer Co-operatives Law, almost every prefecture had major citizen co-ops, and these helped new co-ops to form. Sales in collective purchasing rather than store sales became the major feature of the growth of citizen co-ops. Small and medium sized retail shops pressed the government to restrain citizen co-ops from opening new or large stores, and the imposition of other restrictions led citizen co-ops to focus more on group purchasing. Such developments in turn strengthened connections among members through *han* groups, and consumer co-ops spread to rural areas. Furthermore, members' activity was not confined to joint purchasing of goods or related studies on safe foods and daily commodities but expanded to wider societal activity such as involvement in the peace movement and welfare-related voluntary work in local areas. Thus, citizen co-ops in the 1980s increased their presence in local areas, not only as retailers but also as important players with social responsibility (KANEKO, 1992).

Statistics show that by 1990 membership of citizen co-ops had reached 10.1 million and the total amount of trade was 2.83 trillion yen. Comparison of these figures to those in 1971 demonstrates that membership grew by 532% and the total amount of trade by 1,540%, while monthly purchasing per member increased by 161%. The Japanese economy as a whole grew

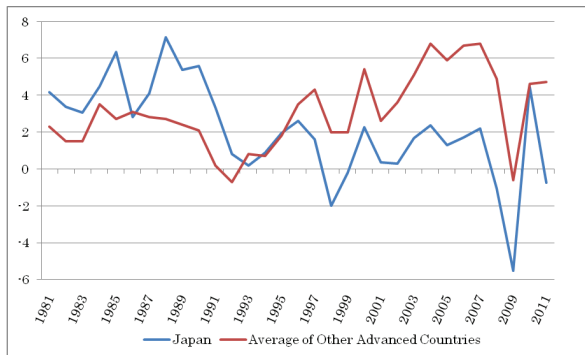
in the same era, so it should be understood that growth in citizen co-ops' retail trade was sustained by an increase in their membership (KANEKO, 1992).

It is clear that the success of citizen co-operatives in Japan was helped by various fortunate occurrences and overall economic growth from the 1960s to the '80s. But citizen co-ops' own efforts were also an important engine for growth through, for example, the development of safe food and other products and the development of their own distribution route through collective purchasing. These co-op brand products and collective purchasing continued to be the main economic pillars of their existence, but the changing economic/social environment started to pressure them to modify their ways of conducting their business. In the next section, the difficult economic situation that began to affect citizens' co-ops after two decades of soaring growth will be described.

3. Continuing economic stagnation

The Japanese economy has been suffering prolonged stagnation since the bursting of the bubble economy in the early 1990s. Although spasmodic and limited growth had been seen in 2003-4 and 2009-10 thanks to an increase in exports to North America and newly industrialized Asian countries, the average annual growth rate over the past two decades has been 0.75%, while that of other advanced countries has been 3.5%.¹⁰ The figure below shows that real GDP growth rates in Japan and other advanced countries have suffered a downward turn since the early 1990s.¹¹ The Japanese economy's downward trend is very clear, and it seems that the failure of Lehman Brothers in 2008 hit Japan's economy harder than those of other advanced countries. In 2010, Japan's GDP was 510,992 billion yen, and it ranked as the third largest economy in the world. But according to IMF statistics, Japan's per capita GDP in 2011 was US \$42,783 and ranked in 17th in the world.¹²

Figure 3 - comparison of changes in real GDP growth rates in Japan and other advanced countries (% between the years 1981 and 2011)



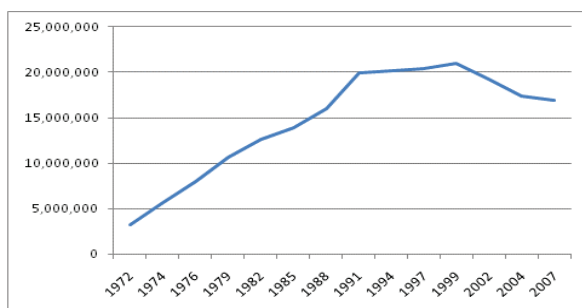
Source: Cabinet Office, "Chapter 3 Economy", *The Statistical Handbook of Japan 2011*. <http://www.stat.go.jp/english/data/handbook/c03cont.htm>.

Thus the overall climate of the Japanese economy has been unaccommodating for the past two decades, and this has certainly affected domestic business activities. In the next section, figures in the commercial sector will be examined.

3.1 Changes in the Retail Sector

As previously shown, retail business is one of the main pillars of citizen co-ops' activity. Total annual retail sales peaked in 1999 at 21,022 billion yen and have since been on the downturn. They had fallen to 16,913 billion yen by 2007.

Figure 4 - Long-term trend of total retail sales (unit: million yen)



Source: The Ministry of Economy, Trade and Industry.

"Number of Establishments, Number of Employees, Annual Sales of goods, Value of Goods in stock and Sales Floor Space, by 4-digits Industrial Sub-classification and by Year". (In Japanese. <http://www.meti.go.jp/statistics/tyo/syougyo/result-2/jikei.html>).

This macro economic situation is not the only current problem. Over time, another serious problem has developed, which has affected not only citizen co-ops but also Japanese society as a whole. It takes the form of increasing economic inequality among the people in Japanese society, and this will be examined below.

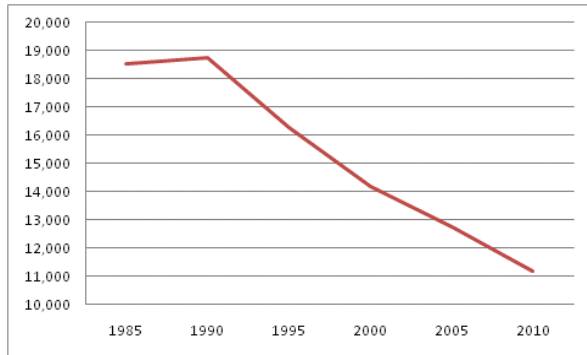
3.2 Social change - growing economic inequality

In 2006, OECD released a study that charts the rise of economic inequality in Japanese society. It points out that "(i)ncome inequality and relative poverty among the working-age population in Japan have risen to levels above the OECD average", but Japan's spending on social security as a share of GDP remains below the OECD average. Consequently, "the impact of social spending on inequality and poverty is weak compared to other OECD countries and inadequate to offset the deterioration in market income".¹³ A further study by OECD, in 2005, suggests that Japan has the highest poverty rate after US among 30 OECD countries (OECD, 2005).

Also, every 3 years since the 1970s, JCCU has conducted a survey on how co-op members feel about their everyday life. Questionnaires cover members' household income, perception of their circumstances, their priority in life, their motivation to spend, what they expect of citizen co-ops and so on. According to this survey, members' household income has decreased over time, whilst an increase in the number of elderly pensioners is swelling the low income group (JCCU, 2009). The average amount of monthly purchasing by members shows a similar trend. Although membership and organization ratios have continued to grow regardless of the

economic downturn, the average amount of monthly purchasing has continued to fall.

Figure 5 - Change in the amount of monthly purchasing per member



Source: The JCCU Annual Report (1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010)

Thus the economic circumstances surrounding citizen co-ops have been unfavorable, and recent increases in commercial sales do not seem to promise future growth because of the damage caused by the Great East Japan Earthquake and the prospect of a consumption tax hike. This dismal picture reflects the significant and lasting impact of the bursting of the bubble economy and deflation caused by subsequent hyper appreciation of the yen. The next section will examine how citizen co-ops have been faring in this discouraging economic environment.

4. Citizen co-operatives in the 1990s and the failure of COMO Japan

Although collective purchasing was one of main engines of growth for citizen co-ops in Japan, sales through collective purchasing started slowing in the late 1980s, and helped by the then booming (bubble) economy, many citizen co-ops began to consider ways to boost their sales at stores. In retrospect, they started looking for ways to enhance their store sales just as the overall economic situation was about to tumble.

Before the bubble economy burst, the total amount of annual trade grew by 10% in 1990 and 1991. But in 1994, shortly after the fall of the bubble economy, total annual trade registered year-on-year losses. Although there was a recovery in 1995 and 1996, figures retreated again in 1997. Figures for the decade peaked in 1998 and then decreased consecutively in 1999 and 2000. In the meantime, whilst membership continued to increase, in 2000 the rate fell by around 1% compared to the growth ratio of the previous year, and sales through collective purchase fell in that year to below those of the previous year. Because of the expansion of the individual delivery service, collective purchase business maintained the increase in total sales, but retail stores' sales substantially dropped in the 1990s. From 1990 to 2000, citizen co-op membership grew from 10 million to 14.5 million and the total amount of trade grew from 2.2 trillion yen to 2.6 trillion yen (the figure was 2.7 trillion yen in 1998). But the amount of monthly purchasing per member declined consistently during the same period from 17, 776 yen to 13,121 yen.¹⁴

Of course, citizen co-ops did not sit idly by in this difficult situation. Introduction of an individual delivery service for collective purchases was among their business reforms.¹⁵ In order to create an economy of scale, consumer co-ops got together across prefectural borders and formed consortia. They combined to purchase various products and sell them cheaply in order to compete with rival retailers. Also, citizen co-ops recognized the necessity of changing their store management strategy under intensive competition. Then, in 1990, 11 major citizen co-ops got together to form COMO Japan (Japanese Co-operative Store Modernizing Organization). According to its letter of intent for establishment, it aimed to achieve further store openings, cooperation among (COMO Japan) member co-ops, and satisfy a wide range of consumer demands. The proposed steps towards to achieving their goals were: creation of a common store model to go along with the opening of new stores, joint development and

purchasing of COMO Japan brand goods from wholesalers (thus lowering cost for purchase), founding a school to develop human resource skills in store management, and building a superior IT system that would be more competitive in the retail market. From the beginning, the venture was somewhat controversial because of the lack of member participation and the latent possibility of insensitivity to local situations (major co-ops applying knowledge acquired centrally to local co-ops in different circumstances) (SATO, 1994). After 10 years (November 2000), COMO Japan was formally dissolved. The major reasons for its dissolution were: failure in purchasing goods together (newly developed COMO Japan brand goods did not sell well), an increasing number of loss-making consumer co-op stores nationwide, and bankruptcy of many consumer co-ops, including Co-op Sapporo which was a main actor in COMO Japan (ITO, 2001). Citizen co-ops faced the dilemma that while pursuing their goal to be a community-based retailer, they had to fully utilize scale economy in order to be successful in retail business (or at least, recognize its importance). Therefore, as the new millennium was approaching, citizen co-ops in Japan were in quite a difficult situation economically.

4.1 Citizen co-ops in the 2000s

As has been illustrated, the total amount of trade for citizen co-ops in the 1990s peaked in 1998, and subsequently, until 2001, the figure continued to fall. In 2003, there was a slight recovery, but again in 2004, the figure went down. From 2000 to 2004, the shift in total trade from consumer co-ops was 101.1% and their total retail sales fell by 99.7%. Closer examination of the breakdown of sales reveals that the shift in store sales was 91% (from 1.16 trillion yen to 1.06 trillion yen), group purchases fell by 73% (from 1.11 trillion yen to 806 billion yen), and the individual delivery service was the only successful area, with growth of 224% (from 311.3 billion yen

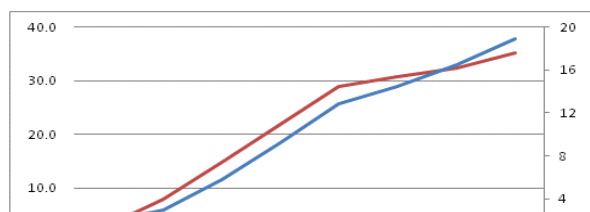
to 696.4 billion yen). Meanwhile, membership increased from 14.5 million to 16.5 million and the organizational ratio reached 33% in 2005 (31% in 2000).¹⁶ In 2003, a JCCU leader expressed feelings of crisis and pointed out major problems within citizen co-ops: widening profit levels among citizen co-ops, the persistent problem of loss-making stores, and major losses in group purchasing (ITO, 2003). The need to improve sales at stores has been a pressing issue for citizen co-ops since the late 1990s, and many co-ops have closed down their loss-making stores. Whilst in 1995 there were 1,400 citizen co-op stores, this number had fallen to 1,214 by 2000. In 2005, the number dropped further to 1,100.¹⁷ Pressurized by this situation, the JCCU called for management reforms to member co-ops, such as store business reform and reduction of labour costs. It also held seminars for leaders of these co-ops to increase efficiency in business management (HORITA, 2004).¹⁸

4.2 Current market position of citizen co-ops

In the FY 2010, JCCU member citizen co-ops achieved total retail sales of 2.55 trillion yen, a fall of 1.4% from the previous year. Examination of a breakdown of the total sales reveals that retail stores took 98 billion yen in total sales (2.5% down compared to the previous year) and 57 billion yen in sales by home delivery service (0.9% down from the previous year). In the previous decade, home delivery service (especially individual delivery service) had led sales growth, but in recent years, general supermarkets and grocery stores have entered the market and expanded their service areas. This intensive competition reduced profit margins for citizen co-ops, which had been compensating for losses in store retail sales by means of home delivery service sales. Another worrying trend is the widening gap among citizen co-ops. According to JCCU statistics, in 2010, total retail sales of the top 10 citizen co-

ops were 1.24 trillion yen and made up 48.6% of the total sales by citizen co-ops (ones belong to JCCU).¹⁹ However, even these top co-ops have reported drops in sales, and such circumstances create pressure for them to merge. As permitted by the 2008 revision of the Consumer Co-operatives Law, citizen co-ops in the Kanto area (Tokyo, Chiba, Saitama prefectures) are planning to merge in March 2013. If this trend continues, local citizen co-ops might become not so local. Lastly, the membership and organization rates have been increasing regardless of the economic situation; the retail market share by citizen co-ops has remained stable at around 2.5%.

Figure 6 - Long-term changes in organization rate and membership of citizen co-ops



*Left bar indicates organization rate, and the right bar shows membership.

Source: JCCU. Annual Report (1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010), Saito (2007).

The gap between the increasing member/organization rates and stable market share means that citizen co-ops have not been able to achieve the sales they actually deserve. Co-op leaders recognize this fact, and are trying to find ways to connect more with members and their use of co-ops. The next section will discuss the efforts Japanese citizen co-ops are making to survive in these difficult circumstances.

5. JCCU's mid-term and long-term plans and the development of its 2020 Vision

Even during the era of retail business growth and expansion of member activity, many citizen co-ops were starting to tell the JCCU that annual planning was not enough for further development. Then in 1976, the JCCU drew up its first mid-term plan, announcing “promotion of cooperation among citizen co-ops and fostering leading co-ops in local areas”. Based on this plan, some citizen co-ops merged, and co-ops in neighboring prefectures started interacting with each other (SAITO, 2007)²⁰. The JCCU continued to develop mid-term plans every three years, but both the changing environment and expansion of citizen co-ops made it necessary to draw up a plan for the longer term. Since the late 1980s in particular, the low level of monthly purchasing by members and the decline in group purchasing had become salient issues. Also, citizen co-ops saw a lack (or insufficient) recognition by wider society of this as an important problem. That is, although their membership and business sales were continuing to grow significantly, (as they thought) they did not have the place in society they really deserved. The JCCU compiled the fourth mid-term plan in 1987 and started drawing up the first long-term plan, called “(JCCU) Vision for the 1990s”, in 1988. The fourth mid-term plan claimed that consumer co-ops had now reached a “turning point”. Starting from such consciousness, “Vision for the 1990s” aimed at overcoming these problems and tried to create “humane and enriched lives” with emphasis on the union of self-sufficient people, promotion of health and welfare, and protection of environment and peace (YAMAMOTO, 1991). In June 1990, the JCCU finalized the “Vision for the 1990s” along with the fifth mid-term plan.

Following the “Vision for the 1990s”, the JCCU issued the “Plan for the Late 1990s” in 1996, the “Ideas and Vision for the 21st Century” in 1997, and the “JCCU’s Vision for 2010” in 2005. Then, in autumn 2008, JCCU formed a committee to formulate the contents of its next long-term

plan.²¹

In the past, there had been few opportunities for members to participate in the formulation process of the long-term plan. However, in terms of the “Vision 2020”, JCCU actively asked for discussion in local co-ops and set up workshops to study the content.²² These workshops included both members and workers and accumulated various opinions. The JCCU also called for opinions through the internet on its HP. The committee first raised 20 discussion points and accepted feedback from members. Then it drafted the first version of “2020 Vision” and once more asked for members’ opinions. Upon receiving their ideas, the committee wrote another draft. The second draft was also followed by open seminars (with members and members’ feedback reflected in the final version) and the report was finalized in June 2011.²³

The “2020 Vision” first raises the desired image for consumer co-ops 10 years hence in that “they would aim for the creation of a society where people are happily connected and trust among people prevails”.²⁴ It also notes that acts of consumer co-ops should be based on the principle established by *The 1995 ICA Statement on Cooperative Identity*. In order to achieve this goal, the “2020 Vision” presents 5 action plans, emphasizing that the first is the most central to consumer co-operatives.

JCCU 2020 Vision Action Plan

#	Action plan	Details
1	To enhance people’s everyday life	-flexible service provision - increased communication with members - active use of IT to improve business – fulfilling social responsibility - increasing home delivery membership and making loss-making stores profitable
2	Participation in Regional Development	- utilizing co-ops’ own networks of business and member activities, participating in the creation of a local community where people can live pleasantly - provision of educational opportunities for developing independent consumers

#	Action plan	Details
3	Contribution to the Japanese and Global Societies	- broadening understanding of and sympathy with the co-ops’ values - contributing to the realization of the UN’s Millennium Development Goals - working on environmental protection
4	Enhancing Active Membership and Workers’ Organizations	- encouraging members to participate in various activities - organizing members groups to contribute to local communities - creating workplaces where both men and women can realize their potential -securing annual profit rates greater than 2% and sustainable financial strength - complying with laws regarding organizational and business management
5	Building a Basis for Further Cooperation and Action	- promoting the formation of consortia - working on institutional change (the Consumer Co-operatives Law, accounting system, etc.) for a better environment for co-op development - building the recognition of consumer co-operatives

Conclusion

As this paper illustrates, the Japanese citizen co-operatives have experienced significant changes over time. Since the bursting of the bubble economy in particular, these co-ops have been plagued by sluggish growth in sales under harsh competition in the market. Despite the failure of attempts such as *COMO Japan* to improve their business, people continue to join citizen co-ops. This reflects that the co-ops are expected to play a responsible role in local communities: not only selling goods but also building networks of people. Fully aware of this situation, member co-ops and the JCCU jointly compiled the 2020 Vision. It is based on the philosophy laid down in *The 1995 ICA Statement on the Cooperative Identity* and it aims to contribute to the creation of a society in which people can live together happily and with trust in each other. This of course would not solve all the problems citizen co-ops are currently experiencing, but Japanese society definitely needs them to take action.

References

CABINET OFFICE. **Annual Report on the Japanese Economy and Public Finance 2002-2003., Annual Report on the Japanese Economy and Public Finance 2003-2004., Annual Report on the Japanese Economy and Public Finance 2009-2010, and Annual Report on the Japanese Economy and Public Finance 2010-2011.** Available in: <http://www5.cao.go.jp/keizai3/keizaiwp/index.html#hakusho> Some summary reports are available in English at <http://www5.cao.go.jp/keizai/index-e.html#aes>.

_____. “Chapter 3 Economy”, **The Statistical Handbook of Japan 2011.** Available in: <http://www.stat.go.jp/english/data/handbook/c03cont.htm>.

ENE CO-OP HP. Available in: <http://www.enecoop.jp/kerosene/manga/index2.html>.

HORITA, Tsutomu. Seikyo Tenpo Jigyo no Genjo wo Do miruka (evaluation of Current Status of Co-op Stores Retail Business). **Seikyo Unei Siryo** (Journal of Consumer Co-ops Management), p.50-59, March, 2004.

ITO, Toshio. Atarashii Hiyaku ni mukete Junbi wo Kaishi siyo – Teitai kara Zenshin he (Start preparing for new steps, from stagnation to progress)” **Seikyo Unei Siryo** (Journal of Consumer Co-ops Management), p.9-13, January, 2003.

_____. 2001 nendo karano Keiei Kozo Kaikaku to Mirai Kaihatsu ni Mukete (Management Structure Reform from FY 2001 and Toward Future Development). **Seikyo Unei Siryo.** (Journal of Consumer Co-ops Management). p.2-5, January, 2001.

JCCU. **The JCCU Annual Report** (1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 in Japanese).

_____. HP. Available in: <http://jccu.coop/>

aboutus/jccu/.

_____. **Nihon no Seikyo no 2020 nen Bijon** (the 2020 Vision by the Japanese Consumer Co-operatives). Tokyo: JCCU, 2011.

_____. **2009 nendo Zenkoku Seikyo Kumiaii Ishiki Chosa Hokokusho** (2009 Report on Nationwide Members Survey). Tokyo: JCCU, 2009.

KANEKO, Atsuyuki. Dai 2sho Nihon no Seikyo no Genjo to sono Hatten Yoin (Chapter 2 Current State of Japanese Consumer Co-operatives and its Reasons for Growth). In: OUCHI, Chikara; Consumer Co-operative Institute of Japan (Ed.). **Kyodo Kumiai no Shin Seiki – Seikyo Undo no Aratana Hatten wo Motomete** (New Century for Co-operatives – Seeking Further Development). Tokyo: Sankyo-sha, 1992.

KURIMOTO, Akira. Chapter 8 Changing Institutional Framework of Consumer Co-ops in Japan. The Consumer Co-operative Institute of Japan (Ed.). **Toward Contemporary Co-operative Studies: Perspectives from Japan’s Consumer Co-ops.** Tokyo: Consumer Co-operative Institute of Japan, 2010.

THE MINISTRY OF ECONOMY. Trade and Industry (2010). **White Paper 2010.** Available in: <http://www.meti.go.jp/report/tshaku2010/2010honbun/html/i11110000.html>.

_____. **Number of Establishments, Number of Employees, Annual Sales of goods, Value of Goods in stock and Sales Floor Space, by 4-digits Industrial Sub-classification and by Year.** Available in: <http://www.meti.go.jp/statistics/tyo/syougyo/result-2/jikei.html>.

THE MINISTRY OF HEALTH, WELFARE AND LABOUR. Overview of Consumers’ Cooperative Societies **Annual Health, Labour and Welfare Report 2009-2010,** 2011. Available in: <http://www.mhlw.go.jp/wp/hakusyo/kousei/10-2/>

kousei-data/PDF/22010812.pdf

OECD. **Economic Survey of Japan 2006**, 2006. http://www.oecd.org/document/6/0,2340,en_2649_201185_37127031_1_1_1_1,00.html

_____. Forster, Michel, Marco Mira d'Ecole. Income Distribution and Poverty in Selected OECD Countries in the Second Half of the 1990s. **OECD Social, Employment and Migration Working Papers** n.22, 2005.

SAITO, Yoshiaki. **Gendai Nihon Seikyo Shohi** (revised edition, Modern History of Japanese Consumer Co-operatives Movement). Tokyo: Co-op Shuppan, 2007.

SHIGA-KEN SEIKATSU KYODO KUMIAI RENGOKAI (Confederation of Consumer Co-operatives in Shiga Prefecture) HP. Available in: http://shiga-seikyoren.org/action_report/other/010171.php

YAMAMOTO, Shigemoto. 'Seikyo Undo to Rinen no Mezasu Mono – 21 Seiki wo Tenbo suru Seikyo no 90 Nendai Koso. (The Co-operative Movement's Aims– a Vision for the 1990s by Co-operatives which look forward to the 21st Century) **Kyodo Kumiai Keiei Kenkyu Geppo**. (Monthly Magazine for Co-operatives Management) n.452. p.20-24, 1991.

Notas

1 Este artigo foi originalmente preparado e apresentado no International Summit of Cooperatives 2012, realizado na Cidade do Quebec, Canadá, no mês de outubro de 2012. A autora gostaria de expressar seu sincero agradecimento a seus colegas, Kurimoto Akira, Fujii Haruo e Ohotsu Shoichi, do *Consumer Cooperative Institute of Japan*, por seus conselhos. A autora também gostaria de agradecer a Misaki Keiko e Adachi Takashi da Biblioteca do *Japan Consumers' Co-operatives Union (JCCU)* por suas entusiasmadas instruções e vontade de apresentar vários materiais, até mesmo no fim de semana. Sem a ajuda destes,

a autora não teria sido capaz de adquirir todas as informações necessárias para este artigo.

2 The Consumers' Livelihood Co-operative Society Law (herein after the Consumer Co-operative Law) was revised in 2008. The revision was historic in a way because no substantial change had been made to the Law since its enactment. Major points of revision relate to slight relaxation of regulation of business operation areas and non-member trade, decision making in consumer co-ops, separation of insurance business of a certain size from consumer co-ops, etc. (Kurimoto, 2010. p.177-181).

3 These figures include co-ops which are not active or are dormant, so there may not be as many consumer co-ops in Japan as is shown. In addition, in relation to the total numbers of consumer co-ops members, family members in the same household may become members of one local co-op, or it is quite common, especially in urban areas, for one person to become a member of multiple co-ops. So consumer co-op membership may not actually total 63.3 million (about the half of the total population in Japan).

4 Not all consumer co-operatives are members of the JCCU, but more than 70% of retail co-ops, (especially regional ones) which are the main focus of this paper, belong to JCCU, and one can grasp an overview of consumer co-ops in Japan through the JCCU figures.

5 The Japan Consumers' Co-operatives Union is a national federation of consumer co-operatives or co-op consortia. It was established in March 1951, and is the biggest consumer organization. It supports the development of member co-ops through jointly producing and supplying original goods, and assisting member co-ops' business and other activities. Also, as a representative of co-ops nationally, it interacts with other national organizations in order to broaden understanding of consumer co-ops, and submits policy proposals. (JCCU HP: in Japanese <http://jccu.coop/aboutus/jccu/>)

6 Chapter 3. Co-op Shuppan. Kaneko, Atsuyuki (1992). "Dai 2sho Nihon no Seikyo no Genjo to sono Hatten Yoin (Chapter 2 Current State of Japanese Consumer Co-operatives and its Reasons for Growth)". Ouchi, Chikara and the Consumer Co-operative Institute of Japan (ed.). *Kyodo Kumiai no Shin Seiki – Seikyo Undo no Aratana Hatten wo Motomete* (New Century for Co-operatives – Seeking Further Development). Tokyo: Sankyosha. p.98-111.

7 Ene Co-op HP (<http://www.enecoop.jp/kerosene/manga/index2.html>). Ene-Co-op is a company built by Co-op Sapporo. Sapporo is a major city in Hokkaido and the area is known for its harsh winter temperatures.

8 Chapter 4.

9 Chapter 2. In 1971, there were 186 citizen co-ops with 800 thousand members. 10 years later, the former number had grown to 203 and the latter had grown to 2.9 million. Saito (2007), p.144.

10 For international figures, IMF (2010). *World Economic Outlook, April 2010* cited by the Ministry of Economy, Trade and Industry White Paper (<http://www.meti.go.jp/report/tshuhaku2010/2010honbun/html/i1110000.html>). Japanese figures are cited from: Cabinet Office. *Annual Report on the Japanese Economy and Public Finance 2002-2003.*, *Annual Report on the Japanese Economy and Public Finance 2003-2004.*, *Annual Report on the Japanese Economy and Public Finance 2009-2010*, and *Annual Report on the Japanese Economy and Public Finance 2010-2011*. (Cabinet Office HP. <http://www5.cao.go.jp/keizai3/keizaiwp/index.html#hakusho> Some summary reports are available in English at <http://www5.cao.go.jp/keizai/index-e.html#aes>)

11 The other advanced countries are Canada, France, Germany, Italy, Spain, the United Kingdom and the United States.

12 IMF (2010). *World Economic Outlook, April 2010* cited by the Ministry of Economy, Trade and Industry *White Paper 2010*. (<http://www.meti.go.jp/report/tshuhaku2010/2010honbun/html/i1110000.html>).

13 Executive summary of OECD (2006) *Economic Survey of Japan 2006*. (http://www.oecd.org/document/6/0,2340,en_2649_201185_37127031_1_1_1_1,00.html)

14 *The JCCU Annual Report* (1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 in Japanese)

15 Individual delivery is an aspect of collective purchasing, but it is different from group purchasing in that goods are delivered to individual homes. Whilst group purchasing requires people to get together to form a *han*, individual delivery services do not have this requirement. So some people throw doubt on the meaning of consumer “co-operatives” in relation to an individual delivery service because it is quite similar to regular internet or catalogue shopping services. Nevertheless, the individual delivery service has definitely contributed hugely to increasing retail sales

among consumer co-ops since the end of the 1980s. Kaneko (1992), p.101.

16 *JCCU Annual Report* (1995, 2000, 2005).

17 *JCCU Annual Report* (1995, 2000, 2005).

18 Since the early 2000s, this JCCU journal has focused on how to improve both store sales and group purchase sales in almost every issue and introduced exemplary cases.

19 JCCU (2011). *Annual Report 2010*.

20 P.124-125.

21 Each plan relates to the previous one in terms of its major goal since each plan begins with an evaluation of what has been achieved in terms of the goal raised by the previous plan and then formulates a new goal. The “2020 Vision” reinforces the goal originally raised by the “Ideas and Vision for 21st Century” drawn in 1997 because the 1997 goal of “realization of humane lives and sustainable society” has not been achieved. This goal itself is also cited from ICA’s *The 1995 ICA Statement on the Cooperative Identity*.

22 The JCCU sent the committee to the UK, Italy and Sweden to study business cooperation among consumer co-ops in these countries. Shiga-ken Seikatsu Kyodo Kumiai Rengokai (Confederation of Consumer Co-operatives in Shiga Prefecture) HP. (in Japanese http://shiga-seikyoren.org/action_report/other/010171.php)

23 The formulation process is detailed in JCCU (2011). *Nihon no Seikyo no 2020 nen Bijon* (the 2020 Vision by the Japanese Consumer Co-operatives). p.25-26.

24 Here, the JCCU use the word “consumer Co-ops” to include insurance co-ops that are among their members. But the Vision mainly focuses on citizen co-op action. Shiga-ken Seikatsu Kyodo Kumiai Rengokai (Confederation of Consumer Co-operatives in Shiga Prefecture) HP. (http://shiga-seikyoren.org/action_report/other/010171.php)



**A CIDADE MORRIA DEVAGAR: ALGUÉM
QUE COOPERA, SUA IDENTIDADE
INCERTA E O INDECISO ENTRE A CIÊNCIA
DO DIREITO E A CONSCIÊNCIA DO JUSTO**

**The City Slowly Dies: Someone Who Cooperates, His
Uncertain Identity and Undecided Between the
Science of the Law and the Awareness of the Fair.**

**La Ciudad Morria Lentamente: Alguien que Cooperera,
Su Identidad Incierta y lo Indeciso entre la Ciencia
del Derecho y la Cconciencia del Justo**

Guilherme Gomes Krueger (TRK)*

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGF/UFRJ), Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Economia pela Universidade Cândido Mendes. Advogado sócio no escritório TRK, Coordenador da Série Cooperativismo da Editora Mandamentos, Membro da International Association of Cooperative Law.

Endereço: R. do Ouvidor, 90/5º andar, 20040-030 – Centro - Rio de Janeiro

E-mail: gkrueger@trk.adv.br

Resumo

A significação do crédito cooperativo, desde o *amor inteligente* de que fala a Encíclica *Caritas in Veritate* é partilhar um imaginário temporal para a cooperação. Este valor habita no imaginário e se articula com a juridicidade no direito. Para esse significado, numa integração possível do bom, belo e verdadeiro entre a ciência do direito e a arte literária (e além da teologia), há o socorro das ideias de *liquidez*, em Zygmunt Bauman (2001); *essência*, em Edmund Husserl (2006); *valor*, em Max Scheler (1948); *maquinação*, em Martin Heidegger (1993); da *identidade narrativa*, em Paul Ricoeur (2010); da *hýbris*, na mitologia heroica, do *totalmente outro*, em Emmanuel Lévinas (*apud* HADDOCK-LOBO, 2010) e; da *desconstrução*, em Jacques Derrida (2007).

Palavras-chave

Cooperativa. Fenomenologia. Ética. Técnica. Direito. Arte Literária. Identidade Narrativa

Abstract

The significance of the cooperative since the intelligent love that speaks the Encyclical *Caritas in Veritate* is sharing an imaginary time for cooperation. This figure inhabits the imaginary and articulates with the legality law. For this meaning a possible integration of the good and beautiful and true between the science of law and literary art, there is the relief of ideas liquidity Zygmunt Bauman (2001), in essence Edmund Husserl (2006), Max Scheler (1948) in

value, machining Martin Heidegger (1993), the narrative identity in Paul Ricoeur (2010), the hubris of heroic mythology, the wholly other in Emmanuel Levinas (*apud* HADDOCK-LOBO, 2010) and Jacques Derrida (2007) in deconstruction.

Keywords

Cooperative. Phenomenology. Hermeneutics. Ethics. Thecnic. Law Science. Literary Art. Plotting Identity.

Resumen

La importancia de las cooperativas de crédito, de amor inteligente que habla la encíclica Caritas in Veritate es compartir un tiempo imaginario para la cooperación. Este valor habita en el imaginario y se articula con la legalidad del derecho. En este sentido, una posible integración de lo bueno y lo bello y lo verdadero entre la ciencia del derecho y el arte literario (y más allá de la teología) para el alivio de las ideas de liquidez en Zygmunt Bauman (2001); esencia, en Edmund Husserl (2006); valor en Max Scheler (1948); mecanizado, en Martin Heidegger (1993); identidad narrativa, en Paul Ricoeur (2010); la hybris en la mitología heroica; el otro totalmente, en Emmanuel Levinas (*apud* HADDOCK-WOLF, 2010) y, de la deconstrucción, Jacques Derrida (2007).

Palabras Clave

Cooperativa. Fenomenología. Ética. Técnica. Derecha. Arte Literario. Identidad narrativa.

I

Ao fim do I Encontro Brasileiro de Pesquisadores do Cooperativismo, realizado em 09 de setembro de 2010, e na conferência magna do II EBPC, ocorrida em 30 de agosto de 2012, Roberto Rodrigues nos atentou para a singular

relevância da ideia de felicidade na compreensão da cooperativa como fenômeno social.

O presente texto é uma resposta a essa provocação. Mas, não uma resposta óbvia. Pois a felicidade, em seu sentido teleológico como algo que se busca, é uma ideia já bem banalizada. Banalizada, essa busca se revela como insaciedade de vida. E vida, como poder-ser feliz. E poder-ser feliz, como recusa ao sofrimento e à morte. A insaciedade já aí se mostra como um mal-estar contemporâneo, um descontentamento que desestabiliza a reciprocidade com que alguém coopera com outro alguém - essa proximidade que é um pressuposto ontológico da própria cooperação. É aqui que há a oportunidade de pensar o paradoxo da felicidade no sentido da *eudaimonia*¹ - o gênio (ou demônio) de nossas motivações - com o qual, em sua impaciência desmedida e em sua frustração angustiante, há o encontro do sentido trágico da existência.

A cooperação, aí, já é mais uma solução, pois a alteridade, outro pressuposto ontológico da cooperação, *tem de funcionar* nessa busca. Então, na reflexão racional, a felicidade pode se reduzir a uma função de interesses individuais, como grandeza em termos de riscos morais e custos de transação para a cooperativa. É a submissão da cooperação à técnica, pois a cooperativa precisa *funcionar* para que os seus sócios *causem eficientemente* suas felicidades. Entretanto, se a cooperação já não atende expectativas, a sua ruptura e abandono são aceitáveis, pois outra busca e, portanto, novas alternativas se impõem na medida em que a felicidade se diz direito.

Novamente, há o encontro do sentido trágico. A cooperação, então, se valida como performance e desempenho, no limiar entre o sucesso e o fracasso. Se em nosso cotidiano todos os valores, no limite, até mesmo o amor, são percebidos não mais como habituais (virtudes), mas como performances e desempenhos a serem otimizados, o mal-estar contemporâneo é o cansaço atormentado pela obsessiva e impaciente busca por múltiplos, mais rápidos e inovadores resultados qualitativos para toda e

qualquer relação de nós mesmos com o mundo e com os outros.

Compreendemos que a cooperação problematiza, e não necessariamente soluciona, a tensa e instável relação entre utilidade e felicidade. Se a felicidade é o norte da utilidade, esse norte paradoxalmente pode estar em qualquer direção, pois a assimilação de diferentes possibilidades para a própria felicidade é o sentido da democracia como validade de experiências coexistentes e propostas incessantemente produzidas para a sua busca. Neste sentido, a impaciência e a obsessão não se dão apenas na urgência por novos resultados, mas na própria multiplicação de direcionamentos, pois há sempre o apelo validado de novas causas finais (experiências e propostas) para a felicidade que se busca. O mal-estar contemporâneo é a desorientação. É a conquista da autonomia política do sujeito de direitos ao preço da perda de referências estáveis de destinação, exceto as distopias. É a liberdade como desintegração das crenças pelos medos.

Não é senão pela desorientação que se instalam *comitês éticos politicamente corretos* em cada esquina. Afinal, o *ethos*², em suas infinitas expressões, passa necessariamente pelo esforço em fixar identidades. Se a busca da felicidade é um direito, uma nova identidade surge como orgulho de ser o que se reivindica para si. Se essa identidade mutante e mutável, paradoxalmente, precisa ser fixada para se dar como tal, indignar-se pelo desrespeito dessas identidades também passa a ser reivindicado como um direito humano. Se a humanidade não nos identifica suficientemente sem que haja um modo compartilhado de ser humano, todos nós nos identificamos com alguém que é identificável como diversa em meio à humanidade.

Mas, tragicamente, todos nós estamos acossados pela indignação que pode ser levada a efeito por alguém, a qualquer momento, por qualquer coisa que fazemos ou dizemos. Afinal, num suporte axiológico com seus vértices na felicidade, na democracia e na utilidade, as identidades já existentes são constantemente

desafiadas à troca por novas identidades criadas. Liberdade é poder reinterpretar-se. Mas, de identidade em identidade, todas se mostram mais ou menos cínicas, se não recuperadas pela narrativa como figuração da vida. Então, é um desafio ser capaz de se referir a essa humanidade, na modernidade já desperta de seu sonho. Daí, mais do que o discurso da felicidade, a retomada da narrativa trágica referencia com mais permanência uma identidade humana.

Mas, o que é essa modernidade já desperta de seu sonho? Particularmente para Zygmunt Bauman (2001), sociólogo polonês, esse despertar é o horror do holocausto.

Numa sociedade que primeiro constituiu o Estado de Bem-Estar Social, suas comunidades experimentaram, pela primeira vez, o crédito cooperativo³. Mas, paradoxalmente; foram essa sociedade e essas comunidades que experimentaram esse horror de um modo muito próprio e, por mais estranho que possa parecer, congruente. Não se diz integralmente da história da Alemanha sem falar de suas cooperativas e, também, de seus campos de concentração. De certo modo, o campo de extermínio em massa é a distopia em que se transubstanciou a utopia do cooperativismo alemão. Neste sentido, poder-se-á afirmar que a Alemanha foi e continua sendo o laboratório da liquidificação da modernidade. Poder-se-á antes dizer solidificação da modernidade, na troca de um sistema tradicional de virtudes por um sistema de conhecimentos neutros, totalizantes, inovadores e apropriativos, como domínio de si e do mundo pela previsibilidade corporificada socialmente sob o império de um Estado técnico, promotor de um sentido formal de justiça e material de segurança, garantidor do bem-estar e regulador da livre iniciativa; ainda que ao preço de violências extremas.

Enfim, a modernidade sólida, seja na Alemanha, seja em qualquer outro lugar, guardava uma crença: a transformação do mundo para melhor era uma promessa da razão. Não mais um Deus criador, mas as utopias projetadas passaram

a ser o motor da história. No entanto, os campos de extermínio, com sua utopia racial e seu caráter metódico, burocrático e tecnológico, traíram a promessa da razão: ela não responde ao trágico frenesi violento que marca a humanidade e, ainda, potencializa seu impacto de autodestruição.

Derrotado o nazi-fascismo, persistiu o medo dos desastres e detonações nucleares e da guerra fria. E agora, dissolvidas as ditaduras do proletariado e domesticada a contracultura pela circulação econômica de bens imateriais, o medo da destruição ambiental, do consumo de substâncias químicas e transgênicas, do colapso econômico e do terrorismo ainda marcam as sociedades modernizadas pela desconfiança de si mesmas. Tendo George Orwell e Aldous Huxley como ícones, os modernos tomaram consciência do fracasso das utopias.

A modernidade se liquidificou pela recusa aos encadeamentos longos da razão totalizante sobre tudo. Desconfiada da sua própria totalização, a modernidade consciente de si se tornou refém da fragmentação da razão em seus múltiplos *habitats*. A expressão *refém*, aqui, tem um sentido próprio: se a exacerbação do *eu* é o ponto de partida do pensamento crítico, o moderno, agora desconfiado de si mesmo, faz evidente uma aporia, qual seja, o abandono de projetos transcendentais (as utopias) é o abandono efetivo do *eu* a si mesmo. Mas, se o moderno se percebe desamparado pela própria razão, como fio condutor para sua liberdade, não tem como segurar a si mesmo pelos cabelos para se suspender sobre esse *nada*, o que se mostra como angústia que é tratada por um fazer incessante, proposto por saberes especializados. No entanto, esses tratamentos não nos levam para lugar algum, nem se propõem mesmo a isso; apenas nos presenteiam com um sentimento de adequação a uma normalidade perceptível. A modernidade líquida se mostra como uma expansão plástica dos meios funcionais ante a recusa a qualquer escatologia por trás de uma ideia muito difusa de felicidade, que é incessantemente buscada; pois, o que move essa busca é o medo, que não cessa.

Na modernidade líquida, fala-se muito em sonhos de felicidade, mas não são só eles; Sobremaneira, são os pesadelos de uma madrugada dos mortos que movem as pessoas.

E como fica nisso alguém que coopera?

Insistindo no mal-estar, na estranheza, na vertigem, insistimos na humanidade. E a insistência na humanidade, no final das contas, é o fundo da provocação de Roberto Rodrigues. Ele sabe que o mito da cooperativa como universalmente justa, para a ordem econômica constitucional, é o imaginário temporal partilhado e instituinte do direito cooperativo, que passa pela centralidade do homem face ao capital e ao mercado (sem que isso, necessariamente, seja revelado como um antagonismo materialista e dialético).

Ser capaz de falar? Dessa humanidade, na modernidade já desperta de seu sonho, é um desafio para a insistência na experimentação pessoal singular das cooperativas universalmente identificadas no mundo da vida. Insistência esta sem a qual a própria cooperativa mergulha no *nada*, que não é ausência de iniciativa, mas é o horizonte de indistinção de iniciativas no interior da ordem econômica, pois a percepção da cooperativa tende a ser pulverizada em novas identidades fragmentárias.

A recuperação da transcendência é uma resposta adequada ao mal-estar contemporâneo. Neste texto, essa recuperação é proposta na expressão *amor inteligente*. Muito mais do que uma simples opção pela teologia católica, o sentimento de movimento existencial que aparece no estilhaçamento da razão pede a retomada de uma densa e sólida tradição filosófica de configuração da teórica, da ética e da estética com a ideia de alteridade assimétrica entre a humanidade e a divindade.

Mas, para que essa retomada se dê a partir da própria modernidade, não se recusa a transcendentalidade husserliana no aparecimento da cooperativa, identificada por nós no mundo da vida.

Se os princípios de identidade cooperativa evoluem no tempo e, hoje, já são variantes

significativas dos originais, o que há de realidade na identidade universal manifesta nos princípios da Aliança Cooperativa Internacional? Uma coisa fica clara na própria historicidade desses princípios e na sua tensão com os eventos cooperativos: a identidade permanente das cooperativas não é uma coisa; coisa é a positividade cambiante dessa identidade, emanada da ACI; ainda que indubitavelmente entre ambas haja uma relação e uma dinâmica. Mas que relação e dinâmica são essas?

Digo, então, que a essência da cooperativa é a pura possibilidade de algo (uma união de pessoas) *ser realizável* como cooperativa⁴. A identidade é a cooperativa *diante* da experiência sensível (a união de pessoas), muito embora *apareça através* desta, naquilo que é mais do que uma coincidência dentre fatos, ou uma deliberação por potências volitivas, ou uma opinião de autoridade, mas uma *possibilidade necessária* para intuí-la no âmbito das hipóteses.

Por quaisquer que sejam os lugares e as épocas em que se falou, fala e falará em cooperativas (e até mesmo quando delas não se falar), por numerosas que sejam as sociedades e os negócios aos quais se atribui a identidade de cooperativa no mundo, mesmo que haja muitas cooperativas mal geridas e em desvio de finalidade, ainda que ela seja exilada na utopia, é sempre de cooperativas que se trata; pois a essência é sempre a síntese de todos esses sentidos descritos⁵.

Certamente, a descrição idealizada, reduzida (mas não decomposta), constante, invariante e totalizante da cooperativa tem por eixo a cooperação⁶.

Antes da iniciação, *não-tempo*. Início parte do abraço dos titãs *Urano* e *Gea* para a descoberta da alteridade. Fértil, *Gea* trai *Urano* entregando uma foice a um filho, *Kronos*, este totalmente outro. Ele castra *Urano*, liberando *Gea* do abraço. Do sangue derramado, surge a memória, as *Eríneas*.

Mas, *Kronos* devora os próprios filhos gerados por *Reia*, sua irmã. *Reia*, fértil, por sua

vez, trai com um ardil. Esconde um filho seu, *Zeus*. E *Zeus* logra o vômito de *Kronos*, trazendo de volta seus irmãos à narrativa. Liderados por ele face aos titãs, inicia-se a mãe de todas as batalhas: a destinação como sucessão na narrativa.

O abraço de *Urano* e *Gea* é a solidão de dois que se explicita no exílio de seus filhos fora da narrativa. Tempo é a traição criativa do *outro* à (e na) tradição: tempo já é tradição, entrega, como espectro disjunto que se destina à inunção pensável, mas que se mostra, aí, tanto quanto já se oculta.

Kronos é a positividade primeva da alteridade, ainda negativa na solidão de *Urano* e *Gea*. E, também, é o tempo que nega a si como sucessão; pois *Kronos*, ao castrar seu pai em desprezo à própria tradição, recusa a herança transmitida. Há compulsão, suspensão, repetição, e não há destinação. A instauração do governo do mundo pelos deuses olímpicos - imortais, mas já criados na narrativa liberada da suspensão - é a historicidade que já se mostra no horizonte da narrativa. Na narrativa, os deuses olímpicos já se mostram destinados ao governo do mundo.

Ainda há que se instaurar, na mortalidade como destinação, o sentido trágico da existência: a medida no tempo que se mostra na própria transgressão pela desmedida - a tensão entre a *hybris* e o *métron* - que é a polarização nas escolhas, que não pode tender à neutralidade descritiva e analítica sem ocultar do acontecimento ético mais do que dele revelar. A humanidade, sua proximidade e sua assimetria face à divindade, precisa, ainda, aparecer na narrativa. Mas isso é outra estória. Interessa antes, aqui, tratar do necessário na técnica.

II

Nossa percepção ancestral de um tempo mensurável vem dos ciclos, uma *subsistência*: dia e noite, luas cheia e nova, chuva e seca, equinócio e solstício, preamar e baixamar, floração e frutificação, gravidez e menstruação. Outra

percepção ancestral de um tempo mensurável emerge da necessidade de se marcar momentos, como evidências de sobrevivência, passagem e renovação *insistência*. Na confluência dessas duas percepções, há a integridade de fenômenos culturais.

Do que não é para o que é, pode haver vários momentos. A técnica é o domínio sobre esses momentos, na medida em que possui uma leitura do ser desses momentos como estágios de um processo. Porém, ao contrário do que pode insinuar um pensamento descuidado da tradição, a necessidade da técnica não está na sua instrumentalidade prática, isto é, na atividade voltada à consecução de um fim. Embora haja muita serventia para este pensamento, certeza e verdade se unem, mas não se confundem. Pois, para assumir uma afirmação como certa, é necessária que alguma afirmação já tenha se mostrado, antes, verdadeira. Assim, o verdadeiro, antes de ser correto, se faz (*poiesis*) - já é o desvelamento: o mostrar aquilo que é vigente⁷ como sua destinação, consumação.

Com o apego desmedido (*hybris*) à instrumentalidade da técnica, há uma mudança do seu modo de ser, com a incorporação desse seu próprio *logos* em si - a tecnologia: um repertório de medidas para fazer o que já está proposto desde antes. Portanto, a tecnologia deriva da ambigüidade na *physis*: a normalidade do fazer e a norma do fazer. E a tecnologia é uma evidência da maquinação.

A maquinação só foi possível com a articulação da técnica com a autonomia do *eu*. O sujeito transcendental se mostra como vontade de objetivação. Toda realidade é objetivada para uma relação agente-paciente, e o fazer se mostra como intervenção de um sujeito já constituído que impõe o seu querer, que se mostra como a estrutura da realidade por categorizações. O pensar se mostra como operação de categorias, e as categorias, como um domínio da realidade pelo eu, Pois o sujeito se certifica de si para aparecer o objeto⁸. Então, o sujeito aparece como um realizador de atos e como a causa do fazer,

sem a sua afetação pelo fazer.

Com a palavra maquinação, posso apresentar uma trajetória reinterpretada da tradição⁹, na qual denuncio a culminância de um momento histórico que se esgota na contemporaneidade. Denuncio não exatamente o deixar de lado à indagação em prol da ação, isto é, o esquecimento de se perguntar pelo que é o que se apresenta a nós no mundo, para se focar na manipulação desse dado em função do que se quer. Denuncio o esquecimento desse esquecimento: o que as coisas são, deixando de ser um mistério, um principiar¹⁰. O que as coisas são, passando a ter respostas sem perguntas, sempre determinadas pelos fins pragmáticos ou sistemáticos a que são submetidas, isto é, pelo que se quer delas. Com esse esquecimento do esquecimento, o ser humano se deixa encarcerar em sua própria constituição como objeto natural - um animal, ainda que racional: um ser entre outros seres no mundo, e, assim, também submetido à sua própria vontade de poder¹¹. É a prisão em seus próprios projetos, vistos como sonhos; em seus cálculos, vistos como realidade decifrada¹².

As essências (*eidós*) não são nada mais que os eternos enigmas que nos apresenta este mundo tal qual é nossa vida nele. No representar, no pensar, na imaginação, na fantasia, o essencial não se esgota no ser objeto para a consciência. Brancura, nobreza, feiúra, utilidade. Tudo isso está presente. Oferecem-se coisas que se nos fazem irresistíveis. Como podemos viver um só minuto a mais sem os ter? Sentamo-nos numa Igreja silenciosa e um Cristo ensangüentado se nos destaca. Nós não nos mexemos. Muito menos Ele. Nem de nós, ou da imagem, emana um éter, uma energia sutil, uma força magnética. Mesmo assim, um toque pode ocorrer. Esta possibilidade existe.

De que se trata? O que torna possível uma organização de fatos acontecer como um discurso? Nossas memórias, uma narrativa? É o encanto que teima em subsistir, sem o qual os homens não penam, nem se convencem de que

a própria existência vale a pena. É um enigma insistente e resistente ao cumprimento da promessa de desencanto do mundo.

Os valores atravessam a humanidade. Intuímos que essa singularidade faz da definição de nós como animais, ainda que racionais, apenas uma meia-verdade: em que pesem todas as tentativas de sua racionalização, os valores não se mostram em desencanto. Azedume: elementos químicos, papilas gustativas e impulsos neurológicos. Pois, então, um namoro não pode azedar? Não há quem diga que não.

Em todo caso, há “algo” comum a todos os valores que se apresenta como uma pretensão de ser. É uma remissão à questão ontológica do valor. A percepção e a qualidade evidenciam o aparecer do valor como *algo*, ainda que sempre apareça para *alguém* em outro *algo* ou *outrem*. O valor, então, é um ideal que não se manifesta só no sujeito, nem se identifica inteiramente com um objeto. Mas, uma questão emergente é a impossibilidade de se reduzir o valor, ele próprio, a uma condição de objeto do conhecimento¹³.

Dessa evidência, na medida em que é para as pessoas que os valores se mostram, emerge a impossibilidade de se reduzir o ser humano a objeto para outro ser humano. Isto é, a relação do ser humano com o seu par não pode ser inteiramente regida pelas leis do conhecimento objetivo: há pessoas.

Nessa intersubjetividade, manifestam-se a compreensão e a comunhão, cujas existências permitem supor os valores como existentes além das respectivas personalidades e dos objetos a que se voltam suas intenções. Haver pessoa remete imediatamente a valores, mas também à valoração do outro, que me escapa. Estabelece-se entre as personalidades um aparecimento de “algo” dos valores que encontra uma possibilidade de *dever-ser*.

III

Prometeu e Epimeteu eram titãs, gigantes, numa época em que, no mundo, os animais ainda não existiam, Pois foram eles que os criaram. Não satisfeitos, quiseram criar uma raça ainda mais nobre, capaz de admirar as estrelas. Pensaram-no de pé e cujo rosto se erguia ao céu.

Tendo empregado com excelência todas as habilidades e qualidades diferentes que imaginaram para os animais criados, tiveram dificuldade em dar ao homem algo especial. Então, Prometeu teve uma ideia. Pediu ajuda a *Palas Athena*, a mais sábia das deusas. E, assim, subiu ao céu, acendeu uma tocha no carro do Sol e a deu ao homem.

Zeus alarmou-se com a ousadia de Prometeu e com o poder na posse do homem. Com esse poder, com o qual ensaiava o domínio da natureza e iniciou a civilização, temia Zeus que o homem usurpasse a soberania sobre o mundo, como ele e a primeira geração de deuses olímpicos haviam conquistado dos titãs. Então, arquitetou um plano.

Ele moldou outro ser, em tudo semelhante ao homem, e determinou que cada deus do Olimpo lhe desse um dom. Assim, lhe foram dadas a beleza, a graça, a persuasão, as artes... Mas, eis o ardil: no dote veio a curiosidade e a perfídia. Criada a mulher, foi chamada Pandora. Pandora foi dada como presente a Epimeteu juntamente com uma caixa. Porém, a caixa vinha com uma advertência: jamais poderia ser aberta. Foi o suficiente para que ela não mais sossegasse. Um dia, aproveitando-se da distração de Epimeteu, Pandora finalmente abriu a caixa. Dela, saíram todos os males que assolam o homem. Pandora, ao ver o que fez, apressou-se a fechar a caixa, mas só conseguiu não perder o que havia no fundo dela: a esperança.

Passaram-se as eras e, então, um dia, enquanto os deuses no Olimpo banquetavam, *Eris*, a deusa da discórdia, ofereceu uma maçã de ouro àquela que fosse a mais bela. *Hera*, a mais maternal das deusas, *Palas Athena* e *Afrodite*, a mais sensual, resplandeceram. Claro, nenhum

outro deus quis se meter nessa saia justa. Então, para a tarefa de indicar a quem pertenceria o pomo da discórdia, foi escolhido um belo mancebo, Páris, príncipe de Troia. Embora príncipe, ele vivia como pastor distante da terra natal, pois, quando nasceu, uma profecia foi proferida: com ele, Tróia seria destruída.

Levado ao Olimpo, nenhuma das três deusas confiou no seu julgamento imparcial. Hera ofereceu-lhe glória. Palas Athena, poder. E Afrodite, a sedução. Páris, ele próprio ofuscado pelas ofertas, escolheu a merecedora do prêmio. Afrodite, então, o levou a Esparta, onde Páris conheceu a rainha Helena, esposa de Menelau. Helena, claro, apaixonou-se perdidamente por Páris e, com ele, fugiu para Tróia, uma cidade inexpugnável.

O que Páris não sabia (Tróia era uma cidade asiática) é que o pai adotivo de Helena, Tíndaro, rei de Esparta, quando ela atingira a puberdade, temendo que a inveja de sua notável beleza (era a mais bela das mortais) destruísse a sua cidade, havia articulado uma aliança entre todos os príncipes gregos. Assim, todos, já aliados entre si, temeriam desafiar aquele que Helena escolhesse para marido, pois sempre haveria o risco de enfrentar os demais.

Por conta disso, Menelau, já tendo sucedido Tíndaro, e seu irmão Agamenon, que reinava sobre Micenas, puderam reunir o mais poderoso exército jamais testemunhado antes pela humanidade. Começava, assim, a mãe de todas as guerras.

“Toda explicação fica pela metade, pois o homem não consegue terminá-la. O olho não se farta de ver, nem o ouvido se farta de ouvir. O que aconteceu, de novo acontecerá; e o que se fez, de novo será feito: não há nada de novo sob o sol.”¹⁴

IV

A atividade reflexiva manifesta em nós uma distinção em relação a nós mesmos, ao outro e ao mundo e nos revela a nossa condição pessoal.

Se as pessoas convivem com elas próprias, quem elas são se vela e se desvela como que numa casa de espelhos. Nesta atividade reflexiva, pensamentos e acontecimentos se sucedem até que se vislumbra uma identidade, que só aparece numa narrativa que é figuração da vida.

Posso dizer de outro modo. *Conhece-te a ti mesmo*, epígrafe no portal do oráculo de Delfos, tem a ver obviamente com a pergunta “*quem sou eu?*”. Mas, quando procuro responder este questionamento, percebo o que é meu: corpo, consciência, intenções, experiências, desejos, sentimentos, escolhas, projetos, patrimônio, psique, espírito, alma, tradição, código de DNA, sexo, liberdade, biografia, virtudes e vícios... Mas, desde que seja meu, há um quê de diversidade em relação ao *eu*. De modo que *o eu fixa um nada a dizer* (não-tempo) que torna possível o que é dito.

Há uma experiência sensorial muito simples que mostra isso. Esfregar as mãos. Quando esfregamos as mãos, não podemos distinguir a mão que toca e a mão que é tocada. Não podemos responder que somos quem toca para sermos quem é tocado, ou que somos quem é tocado para sermos quem toca. Quem somos só aparece integralmente na narrativa da ação de esfregar as mãos: “*Eu esfrego as mãos.*”

Em todo caso, nenhum objeto ou ação pode fixar a identidade de alguém, senão como apropriação de si mesmo. Há um lançamento, uma vertigem, no instante, *já*, que funda a experiência de si mesmo como um outro¹⁵.

A condição de alguém que narra sua vida é ser em sincronia o autor e o intérprete de si mesmo. Então, poder-se-á afirmar que, possivelmente, o eu é de uma integridade não transparente, aproximando-o de um ato de criação análogo à ficção. *O eu se faz*. O eu pode ser um autoposicionamento mais literário do que literal - e, em grande medida, o eu já é um ato de navegação por símbolos da cultura.

Persona é originalmente máscara, algo que se veste, mas algo que se estampa (adere ao) no rosto e se dá já como um sentido narrativo

a ele. Ambígua, essa máscara é a personalidade que remete tanto ao personagem como à pessoa, desde um tempo em que sequer na pessoa se pensava. Pensar a personalidade antes mesmo do *eu* (cogito autônomo constitutivo do sujeito diante da matéria, da forma e do ideal) faz verdadeira a compreensão de (ser tomado por) uma estória como sendo, de certo modo, um testemunho, assim como um testemunho é sempre uma estória desvelada e compartilhada.

Há verdades insuspeitas na encruzilhada do acontecimento, o horizonte no interior do qual há o encontro entre o literal e o literário. Uma delas é a *hybris*. Nas tragédias gregas, a *hybris* é a desmedida do herói em suas peripécias. Essa desmedida conduz ao clímax: a queda e à sujeição a que está destinado o herói em sua mortalidade. No herói grego, visado a partir da tradição cristã, a ausência de contenção em si, de ascese no próprio acontecimento, pode facilmente ser apropriada como algum pecado capital, enfim, como um mal que o perde. Mas, a personalidade é um convite a seguir os rastros da ambiguidade, da *hybris* no imaginário mítico.

O herói é um semideus. Um ser híbrido, úmido, ambivalente. Capaz de feitos extraordinários, está destinado à transitoriedade existencial. Da proximidade com os deuses, emerge um poder que lhe deixa desinibido à transgressão, à incontinência, ao insulto, ao excesso ofensivo, ao perjúrio, à traição, à imprudência e à injúria. O herói manifesta a *hybris* quando a narrativa oscila entre gestos de coragem ou habilidades extremas e desejos incontidos ou insolentes, redundando em violência, morte, sofrimento, cegueira e opressão. Mas, também, na criação de possibilidades, de realidades e desfechos dramáticos. Enfim, a *hybris* aponta para a criação de situações de perigo pela demasia. Mas, mesmo assim, uma faculdade da condição humana.

A *hybris* é a revelação de uma intimidade assimétrica entre o herói e a divindade. Intimidade esta fadada à exposição do *métron* pela extrapolação, os limites e imposições

contextuais com os quais a *hybris* estabelece uma dialética em sincronia ao deslocamento e ao perigo na narrativa.

A *hybris* é a evidência da cocriação a que está fadada a personalidade em sua ambigüidade. É essa ambigüidade que expõe diferentes possibilidades do devir na narrativa. Próximo da divindade, o herói é livre no interior do horizonte de seu destino. Próximo, mas que com o divino não se confunde, pois divindade é a ausência de destino trágico para si. Assim sendo, essa liberdade lhe é incontrolável em sua própria situação histórica, isto é, na ausência de onipotência, positivada no destino.

É perceptível que a ética, apresentada a partir de elementos exteriores a si mesmos, oscila entre a humanidade como recepção de estímulos externos, como um mosaico que precisa ser ordenado para formar razões sistemáticas e como atividade de inspeção intelectual do mundo. De certo modo, a ética assim é retirada da promiscuidade, da ambigüidade das vivências que se dão para tornar-se inteligível, isto é, um pensamento de certo pensar, uma linguagem para o real, como descrição que com o próprio real se confunde. Ordenando a vivência pelo conceito, a ética confunde o sentir e o sentido. Não se dá a compreensão da vivência, mas uma vivência compreendida a partir de um discurso sobre ela.

Para um pensamento capturado pela teoria que critica e esclarece um comportamento como justo entre relações pessoais e patrimoniais, por exemplo, essas definições instauram uma ordem cognitiva para a ética. Há, aqui, um postulado de que a verdade é a adequação do juízo à coisa, conquanto objeto de conhecimento.

Conquanto a compreensão fértil e transgressora possa suscitar uma comunhão em que, em relação ao matrimônio e ao amor, não há nada de novo sob o sol, a dialética entre pessoa e patrimônio traz, para a ética, a historicidade já como ideias de linha, processo, progresso e superação. Não há nada de errado nisso. Mas, tento pensar essa linha como o fio de Ariadne. Se, com esse fio, nos conduzimos em domínio

(injunção) do que foi antes e será depois disjuncto (desafio), o esquecimento do labirinto onde mora esse desafio esvazia o desvendamento do vigente para outras possibilidades, ao se mostrar como ocultação do que não pode ser decidido por reduções a fios.

Não ter nada de errado não esgota as possibilidades do justo, nem do verdadeiro, numa relação em que se dá a ética. Pensar linha, processo, progresso e superação é pensar em causas. E causas são respostas ao dever vigente. As causas respondem por aquilo na qual uma justiça é possível. Como modo de resposta e dever, a causa produz uma justiça histórica posta adiante (CUNHA, 2011). É nessa decisão entre pessoa e patrimônio que se produz justiça, como seu desvelamento dialógico posto por fora do próprio acontecimento a que se faz uma justiça possível.

O problema está na pretensão de totalidade. A ética, totalmente resolvida a partir das ideias de pessoa e do patrimônio como exterioridades entre si, reduz-se a uma moral que se esgota em uma operação técnica que é boa ou ruim, se funciona ou não num determinado contexto. Se tal redução pode produzir algumas certezas com que se pode operar, dificilmente ela responde por ajustes ao que já é certo. Então, é preciso encontrar erros no comportamento, custe o que custar. Mas, eis o problema de toda positivação moral: o mal se insinua nos ânimos, mas se oculta entre as razões e as vontades

Confesso meu fascínio por, talvez, outra atitude filosófica que enfraquece a justiça como uma ideia de patrimônio cultural, mas que se abre ao momento de originalidade de uma vivência sua; momento este em que se relacionam o possível e o ausente. A experiência, neste sentido, é ambígua: tanto uma falta, um vazio que faz necessária uma presença, como um excesso que demanda nova expressão sobre um mundo que já foi expresso.

Trata-se não de uma superação da dialética entre pessoa e patrimônio, mas o seu enfraquecimento como produção de novos

direitos ou novos valores, eis que umedecido na própria ambiguidade que diz mais dos ajustamentos do que de certezas¹⁶.

V

Em *Verdade e Conjetura*, Miguel Reale (1983, p.98) notou: “o valor é um ente autônomo, por ser-lhe inerente um sentido vetorial de dever-ser, em razão do qual se põem os fins, os quais podem ser vistos como “vestes racionais do valor”. O Direito, então, nos veste. Se nos veste, nos lembra de nossa nudez.

Há aqueles que, como Miguel, sabem disso. E, de um modo ou de outro, perguntam: “*e daí? Nasce-nos nus. Nudez é liberdade*”.

O que me intriga é que a nudez humana, recorrentemente, evoca a antropofagia. É que na nudez nossa, não aparecem apenas as tentações do corpo, na forja do sangue, ossos, músculos e hormônios e no torno da psique, mas, também, a *boca* - a profundidade da alma, o abismo que é a humanidade do homem.

As tentações, concordo, não são nem boas nem más em si mesmas. Mas o que acontece por esta boca aberta às tentações? Aí, a polarização delas entre o bem e o mal. Da boca escancarada, e só dela, é possível que saia todo o mal.

É isso que faz da nudez algo assustador. Por menos vestido que foi o tupiniquim, ainda ele se vestia de ritos de passagem; porque a nudez só se faz presente pelo olhar sem complacência, que nos é lançado por quem nos conhece tão profundamente que é capaz de gritar, aterrorizado, o quão nus estamos. E grita porque, quando somos vistos nessa nudez absoluta, ela é insuportável à convivência, pois mostra o que há de perverso em nós.

Quando isso acontece, só nos resta trocar de vestido. E aí está todo o sentido poético na historicidade da norma jurídica. No Direito, o justo e o certo podem assumir uma pretensão de superposição e de verdade. No entanto, o certo e o justo, no Direito, se mostram, também, numa

correlação em aberto.

Numa situação já criada, no seu *aí*, ajustar o certo num acontecimento ético não é uma questão de precisão. Ajustar o certo é antes uma descoberta, uma surpresa. O certo aparece preciso a partir do conceito vestido de uma destinação racional, como dever-ser. Mas, o justo, que é incerto, aparece na narrativa que nos desarma e nos desata. Nem que seja num riso.

O certo traz uma demanda por definições, decisões, operações lógicas, coerências, classificações, análises, controles e previsões. Porém, o justo se deixa escapar dessas apropriações de um mundo que se mostra, *aí*, totalizado e neutralizado. Na ética, o certo é “um” justo possível. No entanto, “o” justo é o que nos convoca insistentemente na coexistência, a presença do outro que valora, mas que me escapa da totalização.

Há no justo o que é impossível de ser decidido, ele é misterioso. Ele só pode ser comungado. E ele é comungado na presença daquele em que se mostra inteiro no silêncio, tanto quanto no próprio dizer: uma pessoa, e não um personagem.

O justo é o que se (des)diz num contexto de apego e desapego, de ser atravessado tanto pela identificação como pelo estranhamento na presença do próximo. Enfim, aquilo que acontece quando tornamos o próximo mais próximo. Tão próximo que somos absorvidos, mas não anulados. Tão próximo, que esquecemos de nossa própria existência, mas existimos no próprio esquecimento que é essa absorção. Tão absortos no outro, que não sou eu nem você, mas alguém que é todos nós sem ser coletividade, além de qualquer consenso, além do que digamos ser o certo. Mas, alguém com quem convivemos mesmo que vivamos remando no Atlântico¹⁷.

O Direito, quiçá mais do qualquer outra obra do espírito humano, pode ser percebido como um sistema de edifícios conceituais, que chamaremos de escrituras. Nessas estruturas, um conceito é sempre e inevitavelmente entendido como precedente, mais fundamental, central,

original do que outros conceitos que irão gravitar em torno, ou dele derivar. Se há essa construção, então, há algum tipo de arbitrariedade, ainda que sutil. Há, também, uma tensão entre esses conceitos que compõem o edifício, isto é, a escritura se mostra pela própria oposição entre a centralidade e a marginalidade no construto.

Se há essa tensão imanente, a perturbação desse edifício é uma possibilidade que se realiza com a própria historicidade. Poder-se-á, paradoxalmente, afirmar, então, que perturbação da ordem é uma necessidade decorrente do próprio ser construído, vestido, que é o Direito.

Com essa afirmação ontológica para o Direito, poder-se-ia conduzir ao niilismo, na medida em que afirma que tudo no direito pode se dissolver. Nada restaria senão o cinismo de fundamentar o Direito, conquanto se soubesse que tal fundamento seja puro mito, muralha de conservação e autopreservação que se desfaz, como em Jericó - tudo que é sólido se desmancha no ar. Aqui se mostra a importância da ética para o Direito; no contexto da desconstrução, não mais no sentido de se buscar um fundamento ético para o Direito, o que nada mais seria do que repetir o mito do Direito justo. Mas, apresenta uma postura, uma atitude construtiva, que é o cuidar do outro, essa abertura ao outro.

A questão aqui é: quem é este outro? Esta é uma questão só aparentemente fácil.

O que isso tem a ver com o Direito? Tudo a ver! Pois a atitude ética pede abertura, isto é, acolhimento dos diversos discursos com os quais não nos identificamos, mas que compõem o quadro de complexidade e diversidade sobre o qual se constrói o sentido de um justo mais que possível para o Direito, no sentido de que nosso próprio discurso se constitui em diálogo com outros discursos. Isso produz, espontaneamente, uma normatividade que, também, é um mínimo de contextualização e responsabilidade.

Este ensaio resgata a integridade entre técnica e poética no fazer-se verdadeiro, perdida nos cânones da produção científica desde que Galileu inventou que a natureza podia ser

desencantada, se visada como um livro escrito com caracteres matemáticos¹⁸.

Se a Constituição é o acontecimento instituinte do Direito em uma comunidade política contemporânea, já carrega consigo um imaginário temporal partilhado. Alguém que é cidadão de um lugar, com ela se identifica não somente como sujeito de Direito diante de um patrimônio cultural, como também é atravessado por uma identidade narrativa fundadora do Direito com a qual se partilha, positivada em redução nos preâmbulos dos próprios textos constitucionais. De certo modo, o texto constitucional é a mitologia do Direito.

A Constituição Federal da República do Brasil, promulgada em 1988, impôs a ultrapassagem de um modelo teórico constitucional, em que há estruturação do poder entre o Estado e a Sociedade, para um modelo de cooperação entre Sociedade e Estado¹⁹, na concreção de uma noção ideal de Justiça²⁰.

O que se pode depreender é que a cooperação assume, como visto, um valor essencial (necessário, possível, absoluto, invariante, atemporal e universal) para a Constituição, sendo que a cooperativa vai manifestar essa essência na ordem econômica.

Mas, o que vem a ser cooperação na ordem constitucional? Como introdução a uma resposta possível, cito a encíclica *Caritas in Veritate*:

Se o amor é inteligente, sabe encontrar também os modos para agir segundo uma providente e justa competência como significativamente indicam muitas experiências no campo do crédito cooperativo (....). (BENTO XVI, 2009, §65).

Desde já, então, fica evidente que reconheço a cooperação como um valor vital, existente para o Direito antes mesmo de qualquer positividade, e que é suportada por normas constitucionais.²¹

A cooperação é o valor com o qual pessoas se afetam para servirem umas às outras. Não se

está, aqui, se referindo a um sentido hoje mais comum de prestação de serviços, como atividade de circulação de bens imateriais no mercado, mas, exatamente, a sua reversão, conquanto originalmente a servidão contrasta com a ideia de mercado.

É essa servidão recíproca (mútua) a suficiência, o afeto bastante, a escolha vital, livre e digna de que a cooperação diz. É essa servidão recíproca o sentido integrativo na originalidade de uma vivência que remete à nobreza, à democracia, à solidariedade, e é uma resposta à febre individualista como evidencia a conciliação da doutrina social católica com a contemporaneidade, tal como expresso na encíclica *Caritas in Veritate*.

No entanto, o imaginário propõe, incessantemente, intrigas singulares que desafiam e desarranjam o universal formal nomeado (sociedade cooperativa; ato cooperativo; propriedade cooperativa) como realidade (de)codificada. Há algo que escapa a todas as tentativas de análise dos negócios ou o patrimônio das cooperativas a partir de nomenclaturas ou de resultados, seja como empresa, seja como associação; seja o cooperado como dono, seja como usuário; seja o ato cooperativo representação, seja delegação; seja a propriedade cooperativa como direito real, seja ela como posse útil.

Em termos da ética pela qual se entrega a juridicidade, é de se desconfiar de toda razão (ontológica) própria, quando levada às consequências últimas, a totalização, sem qualquer (es)conjuração²²: “*summum ius, summa iniuria*”²³. O máximo do direito é a injúria máxima.

Daí elucidado o enigma desta fala: A cidade morria devagar é o título de um romance de André Carvalho e João Leite (2004), ambientado em São Roque de Minas, como contexto da constituição de uma cooperativa de crédito, não apenas para ilustrar a teoria do ato cooperativo com literatura, mas para absorver-me dessas experiências de desafio, heróicas, em uma cidade moribunda.

Sem esquecer o risco da degeneração

subjetivista, o extravio estético, trata-se do resgate da narrativa entre os fatos e o direito. Não exatamente como se fora estágios elementares exteriores entre si e constitutivos de um processo dialógico - descrição “neutra” do ser, e avaliação “racional” do dever-ser, mas, como contramundo, no qual os valores pela ação narrada resistem por encantamento à pressão das pesquisas e às manobras do consenso.

Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martins Claret, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENTO XVI. **Caritas in Veritate**. 2009. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html. Acesso em: 25 out. 2012.
- BIALOSKORSKI, Sigismundo. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- CARVALHO, André; LEITE, João. **A cidade morria devagar**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004.
- CUNHA, Ricarlos A. V. Técnica, liberdade e direito. **Cadernos da Escola de Magistratura Regional Federal (EMARF), Fenomenologia e Direito**, RJ, v. 4, n. 1, p. 49-63, abr./set. 2011.
- DERRIDA, Jacques. **Força de lei**. Trad. Leyla Perrone-Moyses. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DESCARTES, René. Discurso do método In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. V.XV.
- DEWEY, John. Democracia cooperativa. In: FRANCO, A.; POGREBINSCHI, T. (Org.). **Escritos políticos escolhidos de John Dewey**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.
- FERRAZ, Marcus S. A. Lições do mundo da vida: o último Husserl e a crítica ao objetivismo. **Scientia & Studia**, v.2, n. 3, p. 355-372, 2004. Disponível em: www.scientiaestudia.org.br/revista/cont_02_03.asp. Acesso em: 19 jan. 2011.
- FRANCO, Augusto de; POGRESBINSCHI, Thamy (Org.). **Democracia cooperativa**. Escritos políticos escolhidos de John Dewey. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.
- GAYOTTO, Adelaide M. **Formas primitivas de cooperação e precursores**. SP: IICA, 1971.
- GUIMARÃES, Aquiles C. Para uma teoria fenomenológica do direito – III. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, RJ, v. 4, n. 1, p. 65-77, abr./set. 2011.
- _____. Para uma teoria fenomenológica do direito – IV. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, RJ, v. 4, n. 2, p. 23-31, out. 2011/mar. 2012.
- HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**, Rio de Janeiro: Renovar, 2007. Disponível em: <http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/view/393/0>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- HADDOCK-LOBO, Rafael. A justiça e o rosto do outro em Lévinas. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, RJ, v. 3, n.1, p. 103-115, abr./set. 2010.
- _____. **Para um pensamento úmido**: a filosofia a partir de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: Nau: Ed. PUC- Rio, 2011.
- HEIDEGGER, Martin . **Aportes a la filosofia**. Trad. Dina V. Picotti C. Buenos Aires : Biblos, 1993.
- _____. **Sobre o humanismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1995.
- HUSSERL, Edmmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo: Editora

Unisinos, 2004.

REALE, Miguel. **Verdade e conjectura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

RICOEUR. Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Tomo III.

SCHELER, Max. **Ética**. Trad. Hilário Rodriguez Sanz. Buenos Aires: Revista de Ocidente Argentina, 1948. Tomo I.

Notas

1 Aristóteles, *Ética a Nicômaco* 1.12.8.

2 O *ethos* é caráter, costume e moradia. É um modo de ser de alguém como o *abrigo* da sua humanidade em si, com que *toca, afeta* outrem (*pathos*) no compartilhamento de uma razão (*logos*). O *ethos* se refere à atitude do emissor que dá consistência ao seu modo de ser, o que é necessário à aceitação dele por quem o avalia.

3 O cooperativismo, logo após a sua origem, foi adotado como estratégia para políticas públicas. Os primeiros mentores dessa feliz associação foram dois alemães. Hermann Schulze, magistrado na cidade de Delitzsch, apoia a formação da primeira Cooperativa de trabalhadores na Alemanha. Na mesma época, o prefeito de Weyerbusch, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, preocupado com as condições dos pequenos agricultores, imaginou uma forma de conseguir crédito viável às suas possibilidades. Das iniciativas de ambos, nasceram as primeiras cooperativas de crédito. (GAYOTTO, 1971).

4 Aqui cabe uma pergunta: a intuição da essência se distingue da percepção do evento (algum modo de união de pessoas)? Uma resposta com um espectro transcendental diz que essa intuição é a visão do sentido ideal que se doa ao evento materialmente percebido mediante nossas sensações. Ou seja, é a visão do sentido ideal que se doa ao que nos é dado pelo ambiente de cujo horizonte de indeterminação o evento percebido se destaca à consciência. E é nesse sentido que há a identificação do percebido como uma totalidade. Identificamos uma cooperativa, uma totalidade, ao que nos é dado pelo ambiente, que é sempre parcial e dependente de uma perspectiva.

5 Cabe aqui uma advertência: isso tudo o que foi dito até agora não quer dizer que haja uma independência entre fatos, as sociedades cooperativas e seus negócios, e a essência da cooperativa. É necessário que eu não caia na armadilha do idealismo ao exercitar a redução fenomenológica. Não posso supor que eu seja uma consciência desencarnada que paira por cima e por fora da minha experiência concreta (sensível) com as sociedades cooperativas e seus negócios.

6 Partindo da premissa que a sociedade e a propriedade cooperativas e o ato cooperativo são manifestações da cooperação na ordem econômica, cheguei, com o socorro dos estudos de Sigismundo Bialoskorski (2006), a três vetores teleológicos da cooperação, quando ali se manifesta: saturação de democracia na atividade econômica; geração de riqueza vinculada ao desenvolvimento local; eficácia em ambientes de escassez de capital e em mercados imperfeitos. Não importa tanto o que as cooperativas foram, são e podem vir a ser, mas elas são sempre: uma cooperação entre seus sócios. Uma cooperação com a qual, necessariamente, exercitarão a democracia em sua gestão, gerarão riqueza que circulará na comunidade local onde está estabelecida e resolverão ou minimizarão ao menos os seus problemas comuns com a imperfeição de mercados e com a escassez de capital. Sem isso, não há como pensar uma possibilidade realizável como uma cooperativa. Isto é, me é impossível pensar cooperativa de outro modo: não há como suprimir a cooperação sem destruir a cooperativa como um objeto.

7 “Fim aqui é tomado no sentido de um ‘telos’, uma consumação que conduz à plenitude do vigente, àquilo que é.(...) A produção que aí se manifesta, muito menos que um fazer do homem, reside ela no deixar que a coisa transpareça naquilo que é, permitindo que saia do velamento em que se encontra. (...) A esse desvelar do ente, os gregos denominava ‘aletheia’, aí figurando a própria essência da verdade” (CUNHA, 2011, p. 52-53).

8 “(...) enquanto eu queria assim pensar que era tudo falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que essa verdade, eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava”. (DESCARTES,1973, p.54)

9 “O outro começo de pensar é assim denominado não porque só seja uma forma diversa da que possuía qualquer outra filosofia vigente, mas porque precisa ser o outro singular a partir da referência ao único e primeiro começo (...). Daí que o ser [seyn] não pode ser pensado a partir do ente; tem de ser pensado [erdacht] desde si próprio” (HEIDEGGER, 1993, p. 54).

10 “Tendo em vista o outro começo, o niilismo precisa ser pensado basicamente como uma consequência essencial do abandono do ser. (...) O ser abandonou tão fundamentalmente o ente e o relegou de tal forma à maquinação e à ‘vivência’, que aquelas aparentes tentativas de resgate da cultura ocidental, bem como toda a ‘política cultural’, precisam necessariamente se tornar as mais capciosas e, com isso, as mais supremas configurações do niilismo” (HEIDEGGER, 1993, p.87, § 72).

11 “A proveniência da Essência do homem permanecerá sempre em seu por-*vir* para a humanidade histórica. A metafísica pensa o homem a partir da animalitas. Ela não o pensa na direção de sua humanitas. A metafísica se tranca ao dado Essencial simples, de que o homem só vive em sua Essência, enquanto é interpelado pelo Ser. Unicamente a partir dessa interpelação, ele ‘encontrou’ onde mora sua Essência. Somente a partir desse morar, ‘tem’ ele ‘linguagem’, como a morada, que pré-serva o ec-stático para sua Essência. Chamo ec-sistência do homem o estar na clareira do Ser. (...) foi destinado ao homem pensar a Essência de seu ser e não, apenas, fazer relatórios sobre a natureza e a história de sua constituição e de suas atividades”. (HEIDEGGER, 1995, p. 40-41).

“(....)Porque os vegetais e os animais, embora se achem numa tensão com seu ambiente, nunca estão postos na clareira do Ser – e só essa é ‘mundo’ –, por isso lhes falta a linguagem. E não, ao contrário, por lhes ser negada a linguagem, encontram-se suspensos sem mundo no seu ambiente. (...) Em sua Essência, a linguagem não é nem a exteriorização de um organismo, nem a expressão de um ser vivo. (...) A linguagem é o advento do próprio Ser que se clareia e se esconde. (...) Em seu conteúdo, ec-sistência significa exportar a Verdade do ser. Existência diz, ao contrário, actualitas, realidade, distinguindo-se da simples possibilidade concebida como idéia”. (HEIDEGGER, 1995, p. 44-45).

“(....) A ‘substância’ do homem é a existência’ não diz outra coisa senão: o modo em que o homem, em

sua Essência, se essencializa, com referência ao Ser, é in-sistir ec-staticamente na Verdade do ser. Com essa determinação da Essência do homem não se declaram falsas nem se rejeitam as interpretações humanistas do homem como animal rationale, como ‘pessoa’, como ser dotado de alma, espírito e corpo. Ao contrário, o único pensamento a se exprimir é que as determinações humanistas da Essência do homem, ainda mesmo as mais elevadas, não chegam a fazer a experiência do que é propriamente a dignidade do homem. Nesse sentido, o pensamento de Ser e Tempo é contra o humanismo. Essa oposição, todavia, não significa que um tal pensamento bandeie para o lado oposto do humano e preconize o inumano, defenda a desumanidade e degrade a dignidade do homem”. (HEIDEGGER, 1995, p. 50-51).

“(....) O Ser está mais distante do que todo ente e, não obstante, está mais próximo do homem do que qualquer ente, seja um rochedo, um animal uma obra d’arte, uma máquina, seja um anjo ou Deus. E, todavia, para o homem é a proximidade o que lhe está mais distante. Em primeira aproximação, o homem se atém sempre e somente, ao ente. Sem dúvida, sempre que o pensamento se representa o ente como ente, refere-se ao Ser. No entanto, não pensa, na verdade, senão o ente como tal e nunca o Ser como tal”. (HEIDEGGER, 1995, p. 82-83).

“O pensamento supera a metafísica, enquanto, regressando, desce à proximidade do próximo. Descer, principalmente, quando o homem se perdeu nas alturas da subjetividade, é mais difícil e perigoso do que alçar-se. A descida leva à pobreza da existência do homo humanus. Na ec-sistência, abandona-se o âmbito do homo animalis da metafísica. O império e domínio desse âmbito é o fundamento mediato e profundo da obliteração e da arbitrariedade do que se designa como biologismo, mas também do que se conhece pelo título pragmatismo. Pensar a Verdade do ser significa igualmente pensar a humanitas do homo humanus. Trata-se de pôr a humanitas a serviço da Verdade do ser, mas sem o humanismo em sentido metafísico” (HEIDEGGER, 1995, p. 82-83)

12 “Em tal caso, todos nós conheceríamos, avaliaríamos e decidiríamos as situações de nossa vida a partir do interior de um horizonte cultural tecnocrático, ao qual pertenceríamos estruturalmente, sem poder jamais encontrar um sentido que não fosse produzido por nós. Esta visão torna tão forte a mentalidade tecnicista que faz coincidir a verdade com o factível.” (BENTO

XVI, 2009, § 70

13 “Não obstante sejam ‘sujeito’ e objeto’ títulos insuficientes da metafísica, que, desde cedo, na forma da ‘lógica’ e ‘gramática’ ocidentais, se apoderou da interpretação da linguagem. O que se esconde nesse processo, só hoje podemos suspeitar”. (HEIDEGGER, 1995, p. 25-26)

“Para aprendermos a experimentar em sua pureza (...) essa Essência do pensar, devemos libertar-nos da interpretação técnica do pensamento. Seus primórdios remontam até Platão e Aristóteles. Para eles, o pensamento é, em si mesmo, uma *techne*, o processo de calcular a serviços do fazer e operar. Nesse processo, já se toma o cálculo em função e com vistas à práxis e à poiesis”. (HEIDEGGER, 1995, p. 50)

“De fato, a grandeza da Essência do homem não consiste em ser ele, como ‘sujeito’, a substância do ente, para, na qualidade de déspota do Ser, fazer com que a entidade do ente se reduza à tão celebrada ‘objetividade’. “Pois o transcendente é o ente supra-sensível, considerando o ente supremo no sentido da causa primeira de todo ente. Pensa-se Deus como essa causa primeira. Ora, ‘mundo’, na expressão, ‘Ser-nomundo’, não significa, de forma alguma, ente terreno em oposição ao celeste nem ‘mundano’ em oposição ao ‘espiritual’. ‘Mundo’ não significa nenhum ente ou domínio de entes, mas abertura do Ser. (...) ‘Mundo’ é a clareira do Ser, à qual o homem se ex-põe por sua Essência lançada. (...) O homem nunca é homem, aquém do mundo, como um ‘sujeito’, quer se entenda sujeito como ‘eu’ ou como ‘nós’. Nem tampouco o homem é primeiro e somente sujeito enquanto se refere sempre a objetos, de sorte que sua Essência esteja na relação sujeito-objeto. Ao contrário, o homem é, em sua Essência, primeiro ec-sistente na abertura do Ser. E é o que se abre na abertura que clareia o meio no qual pode ‘ser’ uma ‘relação’ do sujeito para o objeto”. (HEIDEGGER, 1995, p. 79)

14 Ecl 1:8-9.

15 “Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugidio não é mais porque agora tornou-se um novo instante-já que também não é mais... E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já”. (LISPECTOR *apud* HADDOCK-LOBO, 2011, p.37).

16 “Não haverá *Aufhebung* no sentido hegeliano, em

que o que é suspenso (*aufgehoben*) agora se resolve futuramente, em um processo reconciliador. Não haverá, espero eu, de fato nenhuma reconciliação com o prometido, mas meu intuito é que, nas repetições e remarcações às quais me proponho, algo “novo” vá se somando ou, ao menos, sendo resignificado a posteriori, para tomar emprestado o termo de Freud que Derrida tanto admirava. (...) Para Derrida, não se fala senão do luto, deste luto-impossível. ‘Este consiste sempre em tentar ontologizar os restos, torná-los presentes, em primeiro lugar em identificar os despojos e em localizar os mortos. (...)’. Qualquer catalogação ou taxonomia dos cadáveres se torna impossível: há restos, aliás, só há e sempre só houve restos, mas, para ser realmente um resto, um resto digno do nome resto, ele não pode ser catalogado nem submetido a nenhuma nomenclatura” (HADDOCK-LOBO, 2011, p. 56; 72)

17 “Na relação com o outro, sempre estou em relação com o terceiro. Mas, ele também é meu próximo. A partir deste momento, a proximidade torna-se problemática: é preciso comparar, pesar, pensar, é preciso fazer justiça, fonte da teoria. Toda a recuperação das instituições (...) se faz, a meu ver, a partir do terceiro (...). O termo justiça aplica-se muito mais à relação com o terceiro do que à relação com o outro. Mas, na realidade, a relação com o outro nunca é só relação com o outro: desde já o terceiro está representado no outro; na própria aparição do outro, o terceiro já está a me olhar. Isto faz com que a relação entre responsabilidade para com o outro e a justiça seja extremamente estreita. (...) Se só houvesse o outro diante de mim, diria até o fim: devo-lhe tudo. Sou para ele. E isto vale, inclusive, para o mal que me faz: não sou semelhante, estou sempre sujeito a ele. Minha resistência começa quando o mal que me faz é feito contra um terceiro que também é meu próximo. É o terceiro que é a fonte da justiça e, por aí, da repressão justificada; é a violência sofrida pelo terceiro que justifica que se pare com violência a violência do outro.” (LÉVINAS *apud* HADDOCK-LOBO, 2010, p. 103-104).

18 “Galileu adere a um mecanismo atomista, que delimita bem claramente as qualidades reais do mundo e os efeitos na experiência sensível. Se a natureza é em sua essência formada por qualidades que, no geral, escapam à sensibilidade, então o experimento é uma comprovação empírica de uma tentativa racional de descrição da camada primária do mundo. Cumpre

frisar que a camada objetiva da natureza exprime-se matematicamente. Número, figura, grandeza e movimento, as características dos átomos do mundo, são caracteres que pedem uma decifração matemática. A objetivação das formas e dos movimentos por meio da aplicação da matemática sugere a extensão de tal conhecimento para todas as propriedades reais e todas as relações de causalidade real do mundo da intuição. Esse é o passo dado por Galileu: a matematização da natureza concreta em geral.” (FERRAZ, 2004).

19 “Democracia é a crença de que mesmo quando necessidades e fins ou consequências são diferentes para cada indivíduo, o hábito de cooperação amigável – que pode incluir, como no esporte, rivalidade e competição – é em si um acréscimo valioso à vida.” (DEWEY, 2008, p. 140).

20 “O Estado Constitucional aberto somente pode existir, a longo prazo, como Estado cooperativo, ou não é um Estado Constitucional!” (HÄBERLE, 2007, p. 11).

“Já vimos que o justo emana do valor juridicidade como essência desse objeto ideal capaz de evidenciar todas as práticas destinadas à convivência da justiça no mundo da vida. A juridicidade é o metron, o paradigma, o valor acima do qual só encontraríamos a ordem divina como sua depositária. A plenitude do valor do justo humano tem como depositária a juridicidade.” (GUIMARAES, 2011, p. 65).

“O fio condutor de uma teoria fenomenológica de Direito é a ideia de juridicidade (...). A relação sociedade-justiça adquire seu valor nas conexões entre sociedade e juridicidade e não na tessitura sociedade-legalidade. Esta reflete apenas a artificialidade instrumental absolutamente necessária à pacificação dos conflitos inerentes à condição humana marcada originariamente pela obrigatoriedade da coexistência. (...) Força normativa e força valorativa se entrelaçam nos horizontes da estrutura jurídica do Estado. O que confere validade à norma é o valor de que é depositária e não a vazies do comando estatal. Desde que referida à ideia de juridicidade, a norma transcende o Estado e, nem por isso, perde o seu caráter de validade, pois é o tão exaltado Estado de Direito (e não de leis como querem os liberais) o garantidor da validade, auto afirmado no sistema normativo como criação impulsionada pelo processo histórico-social.” (GUIMARAES, 2011/2012, p. 23,24).

21 Eis pressupostos axiológicos com os quais posso abordar o fenômeno cooperativo no Direito

Constitucional: transcendência dos valores; intuição emocional como via cognitiva e; valoração como um ato de preferência. A cooperação é, então, uma vivência afetiva em sua originalidade no cerne do ato de preferência constitutiva do que vem a ser cooperativo-vivência como uma iniciação para a descoberta dos sentidos para essa expressão – como encontro que mergulha a cooperação na temporalidade (seu aparecimento), mas que, como absoluto, não se dissolve no tempo.

22 “Pois conjurar quer dizer também exorcizar: tentar simultaneamente destruir e denegar uma força maligna, endemoninhada, endiabrada, o mais das vezes, um espírito malfeitor, um espectro, uma espécie de fantasma que retorna ou que ainda correr o risco de retornar *post mortem*. O exorcismo conjura o mal, segundo vias igualmente irracionais e segundo práticas mágicas, misteriosas, até mesmo mistificantes. (...) Sem excluir, muito pelo contrário, o procedimento analítico e o raciocínio argumentativo, o exorcismo consiste em repetir, sob o modo da encantação, que o morto está de fato morto. Proceder por meio de fórmulas, e, às vezes, as fórmulas teóricas desempenham esse papel com tal eficácia que engana, quanto à sua natureza mágica, seu dogmatismo autoritário, o oculto poder que repartem com isso que elas pretendem combater.” (DERRIDA, 2007, p. 83).

23 “A literatura está repleta desses personagens ‘loucos de direito’ que, cada um à sua maneira, ilustram o paradoxo profundo expresso no adágio latino. (...) Enquanto o direito consagra papéis normatizados, a fábula joga sistematicamente com as mudanças de escala: a tragédia antiga, por exemplo, testa permanentemente a justa medida da relação que os homens devem manter com os deuses e acaba por denunciar a *hýbris* (a desmedida) dos protagonistas. Coloca-se, então, a questão da ordem em relação à qual a medida conveniente é avaliada: quem, entre Creonte e Antígona, por exemplo, se torna culpado de *hýbris*?” (OST, 2004, p. 15; 17).



Marcos Luís Procópio (UNEMAT – Campus de Sinop)*

*Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT – Campus de Sinop).

Endereço: UNEMAT, Campus Universitário de Sinop, Departamento de Administração, Avenida dos Ingás, 3001, Jardim Imperial, CEP: 78555-000, Sinop/MT

E-mail: marcos_procopio@yahoo.com.br

Resenha

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

A obra ora em apreço, *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, de Jürgen Habermas, foi inicialmente publicada em alemão em 1983, ou seja, no mesmo ano em que foi publicado o *Discurso Filosófico da Modernidade* (1983), dois anos após a publicação da obra referencial *Teoria da Ação Comunicativa* (1981) e pouco antes da publicação dos *Estudos Preliminares e Complementares à Teoria da Ação Comunicativa* (1984). A posição cronológica que a obra em apreço ocupa dentro do vasto e influente repertório de Habermas é importante, uma vez que nela o autor procura rearticular inúmeros aspectos da já então discutida Teoria da Ação Comunicativa, rearticulação esta que pressupõe a crítica à “filosofia do sujeito”.

Em linhas gerais, em *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, Habermas procura

demonstrar a utilidade e a pertinência da sua Teoria da Ação Comunicativa no que se refere aos aspectos morais da vida social. Trata-se, então, de uma tentativa de explorar os aspectos morais da vida social a partir da ação comunicativa. Mais especificamente, trata-se de uma tentativa de construir uma “teoria discursiva da ética”.

O livro encontra-se dividido em quatro capítulos, sendo que os dois primeiros são transcrições de conferências proferidas pelo autor em diferentes ocasiões. Os quatro capítulos e seus respectivos argumentos estão ordenados em uma sequência lógica que parte das questões mais amplas, como o papel da Filosofia e, particularmente, da Filosofia Hermenêutica frente às Ciências Sociais nos dias de hoje, na direção do tema mais específico da relação entre consciência moral e agir comunicativo, objeto central do livro.

Capítulo 1. A Filosofia como Guardador de Lugar e como Intérprete

O autor inicia o capítulo com uma contundente crítica à Filosofia:

os mestres-pensadores caíram em descrédito. Para Hegel, isso é verdade há muito tempo. Popper desmascarou-o na década dos Quarenta como inimigo da sociedade aberta. O mesmo vale, uma vez mais, para Marx. Os últimos a abjurá-lo como um falso profeta na década de Setenta foram os Novos Filósofos. Hoje até mesmo Kant vê-se colhido por essa fatalidade. (HABERMAS, 2003, p. 17).

Então, Habermas se concentra em sua crítica à Kant, mais especificamente a seu transcendentalismo (condições *a priori* da possibilidade de existência) que, de acordo com o autor, colocou a Filosofia na posição de uma juíza da ciência:

quando a filosofia se presume capaz de um conhecimento antes do conhecimento, ela abre entre si e as ciências um domínio próprio, do qual se vale para passar a exercer funções de dominação. Ao pretender aclarar de uma vez por todas os fundamentos da ciência e de vez por todas definir os limites do experienciável, a filosofia indica às ciências o seu lugar. (HABERMAS, 2003, p. 18).

Habermas se mostra contrário a uma Filosofia “juíza” da Ciência e advoga por uma filosofia capaz não de julgar a Ciência, mas sim de interpretá-la, ou melhor, ajudá-la a interpretar as coisas do mundo, cooperativamente. Para tanto, continua sua crítica aos “mestres-pensadores”, agora se utilizando das críticas de Hegel ao apriorismo de Kant e, mais adiante, das críticas da Filosofia Pragmatista e da Filosofia Hermenêutica ao pensamento tanto de Kant quanto de Hegel.

Grosso modo, o que Habermas quer fazer aqui é uma crítica sagaz contra aquilo que ele denomina de “filosofia da consciência”, a saber, a suposição epistemológica segundo a qual o conhecimento e a ação dependem de sujeitos que, deslocados em relação a um objeto de estudo, podem, com base em algum tipo de saber preliminar, analisar tal objeto e concluir sobre ele. Nesse sentido, Habermas aposta no

Pragmatismo (Pierce; Dilthey) e na Hermenêutica (Wittgenstein; Rorty),

pois elas abandonam o horizonte no qual se move a filosofia da consciência com seu modo de conhecimento baseado na percepção e na representação de objetos. No lugar do sujeito solitário, que se volta para objetos e que, na reflexão, se toma a si mesmo por objeto, entra não somente a idéia de um conhecimento linguisticamente mediatizado e relacionado com o agir, mas também o nexa da prática e da comunicação cotidianas, no qual estão inseridas as operações cognitivas que têm desde a origem um caráter intersubjetivo e ao mesmo tempo cooperativo. (HABERMAS, 2003, p. 24-25).

Uma vez “superada” a filosofia da consciência e, por conseguinte, desarticulado o papel de juiz da Filosofia dos “grandes mestres”, Habermas retoma a questão da “divisão de trabalho” entre Filosofia e Ciência. O autor argumenta que uma divisão radical entre Filosofia e Ciência não é viável para efeito de produção de conhecimento e ação social. Utilizando-se dos exemplos de grandes sociólogos, como Durkheim, Weber e Marx, bem como de grandes psicólogos, como Freud e Piaget, explica que na obra de todos eles há uma profunda cooperação entre elementos filosóficos e científicos. Sendo assim, argumenta Habermas, caberia, então, à ciência o papel de obter dados e registrar fatos, e à filosofia, o papel de apoiar epistemologicamente essas atividades, atuando como “interprete” desta realidade e não como juíza das atividades científicas, ou mesmo guardião incondicional da razão.

Capítulo 2. Ciências Sociais Reconstitutivas versus Ciências Sociais Compreensivas

Tomando impulso na discussão realizada no capítulo anterior, sobre a cooperação entre

Ciências e Filosofia, Habermas mergulha agora no debate acerca da natureza das Ciências Sociais propriamente ditas. Para tanto, utiliza-se da polaridade “Ciências Sociais reconstitutivas” – “Ciências Sociais compreensivas”.

De acordo com o autor, a Ciência reconstitutiva restringe-se à descrição, à teorização objetivante sobre algo, teorização esta que pretende “reconstruir”, a uma certa distância, o objeto estudado. Trata-se, pois, da perspectiva “tradicional” de Ciência Social, tal como herdada das Ciências Naturais. Já a Ciência compreensiva refere-se à Ciência traspassada pela Filosofia Hermenêutica, ou seja, uma Ciência que se permite compreender o mundo de uma forma mais participativa do que objetivante.

Toda a argumentação apresentada no capítulo quer nos levar a crer que a Ciência Social reconstitutiva fracassou ou está fracassando e que a Ciência Social compreensiva é mais adequada à realidade complexa do mundo moderno. Todavia, a contribuição do autor reside, aqui, em demonstrar que uma Ciência Social atual eficaz não pode se privar de uma Filosofia (Hermenêutica) que está nela imbricada.

Habermas ainda traça outras comparações entre ambas as Ciências. Enquanto na Ciência reconstitutiva a postura do observador consiste em tratar o fenômeno estudado como objeto minimamente distante (objetividade), na compreensiva, a atitude do observador deve ser “performativa”, ou seja, ele só pode conhecer o fenômeno na sua interação e participação direta junto a ele. Assim sendo, a palavra de ordem para a Ciência reconstitutiva seria a “observação”, enquanto que para a Ciência compreensiva tal palavra seria a “participação”. Especificamente no que se refere à questão da imparcialidade, Habermas reconhece que ela sempre foi objeto de crítica contra a Ciência compreensiva. Porém, explica o autor, diferentemente do que pretende a Ciência reconstitutiva com sua busca pela “verdade”, a Ciência compreensiva busca uma verdade contextualizada, uma verdade real, não

abstrata e não necessariamente universal, ou seja, uma verdade que depende das circunstâncias nas quais se encontra a produção do saber. Nesse sentido, Habermas explica que a imparcialidade no âmbito da Ciência compreensiva é uma “imparcialidade negociada”.

Tudo isso leva Habermas à discussão acerca do papel do discurso nas Ciências e, mais particularmente, à discussão sobre a Hermenêutica na linguagem científica:

a hermenêutica considera a linguagem, por assim dizer, em ação, a saber, da maneira como é empregada pelos participantes com objetivo de chegar à *compreensão* conjunta de uma coisa ou a uma *maneira de ver* comum. Contudo, a metáfora visual do observador que “vê” algo não deve obscurecer o fato de que a linguagem utilizada performativamente está inserida em relações mais complicadas do que a simples relação “sobre” (e do que o tipo de intenção correlacionado com ela). (HABERMAS, 2003, p. 41).

De acordo com Habermas, a adoção de uma perspectiva discursiva e hermenêutica traz, ao menos, três grandes implicações às Ciências Sociais, a saber:

1) os intérpretes [cientistas] renunciam à superioridade da posição privilegiada do observador, porque eles próprios se vêem envolvidos nas negociações sobre o sentido e a validade dos proferimentos. Ao tomarem parte em ações comunicativas, aceitam por princípio o mesmo status daqueles cujos proferimentos querem compreender. (HABERMAS, 2003, p. 43).

2) ao assumir uma atitude performativa, os intérpretes não apenas renunciam à posição de superioridade em face de seu domínio de objetos, mas confrontam-se além disso com a questão de como superar a dependência de sua interpretação relativamente ao contexto. Eles não podem estar seguros de antemão de que eles próprios e seus sujeitos de experiência partem do mesmo fundo de suposições e práticas.

(HABERMAS, 2003, p. 43).

De acordo com Habermas, o conhecimento prévio de todas as influências contextuais nunca é plenamente possível. Além de tudo isso, explica Habermas, 3) “a linguagem cotidiana se estende a proferimentos não-descritivos e a pretensões de validade não cognitivas” (HABERMAS, 2003, p. 43). Com isso, o autor quer dizer que, quando alguém entra em acordo sobre algo com outra pessoa, este entendimento tem muito mais a ver com a justeza dos argumentos utilizados, lógica das ideias colocadas e correção das normas e regras utilizadas do que com a própria veracidade das proposições trocadas no discurso. Por isso, esclarece Habermas, “o saber que empregamos quando dizemos algo a alguém é mais abrangente do que o saber estritamente proposicional ou relativo à verdade” (HABERMAS, 2003, p. 43). Por isso, conclui o autor, “uma interpretação correta não é simplesmente verdadeira” (HABERMAS, 2003, p. 43).

Por trás dessas três grandes implicações que surgem ao se tentar adotar uma perspectiva hermenêutica e discursiva de Ciência Social, Habermas aponta, ainda, dois grandes problemas ou limitações desse empreendimento. São eles: 1) as expressões simbólicas não podem ser “medidas” de maneira tão confiável quanto os fatos físicos, dado que dependem de uma atitude performativa; 2) juízos de valor se fazem presentes nos discursos que relatam fatos, o que compromete a neutralidade axiológica da Ciência. A despeito desses problemas, Habermas explica que toda e qualquer tentativa de reconstrução científica está sujeita a desvios e, também, limitada por seu caráter hipotético, por mais racional que seja.

O autor conclui o capítulo utilizando-se da Teoria do Desenvolvimento Moral desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Lawrence Kohlberg, para ilustrar a posição de que, embora a Ciência deva reconhecer sua dimensão hermenêutica, nem por isso ela deve deixar de tentar produzir saberes teóricos. Entretanto, como Habermas irá retomar essa Teoria no último

capítulo do seu livro, para efeito de confirmação da sua Teoria Discursiva da Ética (que será, por sua vez, propriamente desenvolvida no terceiro capítulo do livro), faremos sua síntese na ocasião da resenha desse capítulo.

Capítulo 3. Notas Programáticas para a Fundamentação de uma Ética do Discurso

Este é o capítulo mais importante do livro. É aqui que Habermas, efetivamente, esboça sua Teoria Discursiva da Ética, dando a ela sua forma “introdutória”. O capítulo é extenso e é marcado pela retomada e aprofundamento de argumentos já apresentados anteriormente, bem como pela discussão da Teoria da Ação Comunicativa, base da Ética Discursiva.

Habermas inicia o capítulo com uma breve discussão acerca das limitações da razão instrumental, típica do iluminismo e que se pretende livre da metafísica e da religião, frente aos problemas éticos. Citando Horkheimer, diz ele que “a razão é calculadora. Ela pode avaliar verdades de fato e relações matemáticas e nada mais. No âmbito da prática, só pode falar de meios. Sobre os fins, ela tem que se calar” (HABERMAS, 2003, p. 62). Nesse sentido, “questões moral-práticas do tipo: “O que devo fazer?” são afastadas da discussão racional na medida em que não podem ser respondidas do ponto de vista da racionalidade meio-fim” (HABERMAS, 2003, p. 63).

Isso posto, Habermas irá consultar outros filósofos no intuito de encontrar os fundamentos do agir moral que a razão iluminista não pode fornecer.

Inicialmente, esbarra na fenomenologia do fato moral de P. F. Strawson:

Strawson parte de uma reação emotiva que, por causa de seu caráter insistente, é adequada para demonstrar até mesmo ao mais empedernido dos homens, por assim dizer, o teor de realidade das experiências morais; ele parte, a saber, da indignação com que reagimos a injúrias. (HABERMAS, 2003, p. 64).

Habermas nos lembra que estamos aqui diante de uma tese fenomenológica. Logo, o conteúdo moral (emotivo) das ações sociais só pode ser devidamente apreendido na própria experiência performativa daqueles que interagem socialmente. Assim,

as reações pessoais do ofendido, por exemplo, os ressentimentos, só são possíveis na atitude performativa de um participante da interação. A atitude objetivante de um não-participante suprime os papéis comunicacionais da primeira e da segunda pessoas e neutraliza o âmbito dos fenômenos morais em geral. A atitude da terceira pessoa faz desaparecer esse âmbito fenomenal. (HABERMAS, 2003, p. 65).

Habermas ira extrair desses argumentos um dos alicerces para sua *Ética Discursiva*, a saber, o fato de que ela precisa ser performativa. Porém, ainda fica uma dúvida em relação a fenomenologia emotivista de Strawson: será que os sentimentos que os atores experimentam em suas relações sociais e que dão base moral para sua interação não são muito particulares ou subjetivos? Habermas responde esta questão argumentando que tais sentimentos são relativamente impessoais. Em suas palavras:

os sentimentos de culpa e de obrigação remetem além do particularismo daquilo que concerne a um indivíduo em uma situação determinada. Se as reações afetivas, dirigidas em situações determinadas contra pessoas particulares, não estivessem associadas a essa forma *impessoal* de indignação, dirigida contra a violação de expectativas de comportamento generalizadas ou normas, elas seriam destituídas de caráter moral. (HABERMAS, 2003, p. 68).

Habermas resume as contribuições de Strawson extraíndo delas aquilo que lhe interessa para efeito da proposição da sua *Ética Discursiva*, a saber: que o conteúdo moral, para que seja devidamente apreendido, deve ser apreendido em relações performativas e que “os sentimentos

têm, relativamente à justificação moral das maneiras de agir, um significado semelhante ao que as percepções têm para a explicação teórica de fatos” (HABERMAS, 2003, p. 70). No que diz respeito a esta última constatação em particular, Habermas abre duas novas linha de discussão em seu texto: 1) sobre a questão da cognição moral, ou seja, até que ponto os sentimentos podem ser aprendidos socialmente; e 2) sobre a possibilidade de se avaliar as posições deonticas como “verdadeiras ou falsas”.

No que diz respeito à questão da cognição moral, Habermas recorre a pensadores como Toulmin para afirmar que o conteúdo ético não é apenas aprendido socialmente, como, também, pode ser alterado pela razão de modo a promover juízos mais precisos. Para provar, estabelece um paralelo entre o saber prático (moral) e o saber teórico (factual). Ao final da sua exposição, argumenta que “ao passo que a crítica teórica às experiências quotidianas enganosas serve para corrigir opiniões e expectativas, a crítica moral serve para modificar maneiras de agir ou corrigir juízos sobre elas” (HABERMAS, 2003, p. 71).

No que diz respeito à possibilidade de se avaliar as posições deonticas como verdadeiras ou falsas, Habermas recorre a pensadores como White e Moore para demonstrar que “a tese de que as questões práticas são ‘passíveis de verdade’ sugere uma assimilação dos enunciados normativos aos enunciados descritivos” (HABERMAS, 2003, p. 73). Ou seja, Habermas partilha da convicção de que as posições deonticas, assim como as posições teóricas, podem ser verdadeiras ou falsas. Isso tudo, certamente, desafia aqueles que partilham do ceticismo moral.

Porém, a noção de “correção” das posições deonticas não é idêntica à noção de “correção” das posições teóricas, dado que, segundo Habermas, não temos como colher dados diretamente do mundo físico. Então, como podemos sustentar que tais posições são verdadeiramente verificáveis? A resposta mais precisa identificada por Habermas coube à argumentação de

Toulimin e dizia respeito à validade ou falsidade de uma proposição moral com base nas “razões” (argumentos, motivos) do agente que a colocava. Nesse sentido, seria “verdadeira” uma proposição moral se houvessem “boas razões” para defendê-la diante de outras. Todavia, Habermas observa que esse argumento ainda estava exposto à crítica cética de que “razões” poderiam ser subjetivas e idiossincráticas, o que invalidaria a avaliação da proposição moral. Então, Habermas recorre a outra solução para o problema da avaliação das proposições morais: recorre à veracidade ou falsidade delas diante de enunciados discursivamente aceitos e que se “materializam” em normas e regras sociais “universalizáveis” dentro de um grupo.

Aqui Habermas chega ao ponto culminante da sua exposição. Adentra, propriamente, no debate da Ética Discursiva e passa a resgatar os fundamentos da sua Ação Comunicativa, base para sua elaboração.

Segundo Habermas, são comunicativas todas as interações sociais “nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para ordenar seus planos de ação” (HABERMAS, 2003, p. 79). Tal acordo, completa o autor, é alcançado sempre em que há reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade dentro do grupo social em questão. Assim, verificamos que a Ação Comunicativa, ou seja, o processo interativo e dialógico de se chegar livremente a acordos sobre o que se deve fazer socialmente, é a estrutura básica da Ética Discursiva proposta por Habermas.

Comparada com a Ação Estratégica, a Ação Comunicativa praticada pelos agentes sociais apresenta diferenças substanciais:

enquanto que no agir estratégico um *atua* sobre o outro para *ensejar* a continuação desejada de uma interação, no agir comunicativo, um é *motivado racionalmente* pelo outro para uma ação de adesão – e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita”. (HABERMAS, 2003, p. 79).

Trocando em miúdos, observamos que na Ação Comunicativa os interlocutores estão dispostos a abrir mão de seus planos de ação que, inicialmente, poderiam justificar sua interação social, e se deixam influenciar por argumentos e razões proferidos por outros, razões estas que reivindicam validade e são capazes de convencê-los a adotar outras ações. Naturalmente, para que os planos prévios de ação possam ser postos de lado pelos agentes frente ao efeito ilocucionário do discurso, é necessário que não exista coerção social no sentido estrito. Assim, a distribuição escalar do poder, por exemplo, tal como ocorre na hierarquia, é condição desfavorável para o agir comunicativo, uma vez que, em uma hierarquia, o princípio de comando subentende objetivos fixados *a priori* por alguém – uma administração – que devem ser implementados por outros – os executores. Com efeito, os interlocutores envolvidos nos atos de fala que requerem legitimidade discursiva para suas ações apresentam “razões” (argumentos) e não necessariamente recursos de poder para persuadir os demais. De acordo com Habermas, é exatamente na legitimidade dessas “razões” (ou argumentos) que reside a força motivadora do discurso. Tal como resume Habermas,

os participantes de uma argumentação não podem se esquivar à pressuposição de que a estrutura de sua comunicação, em razão de características a se descreverem formalmente, exclui toda coerção atuando do exterior sobre o processo de entendimento mútuo ou procedendo dele próprio, com exceção da coerção do argumento melhor, e que ela assim neutraliza todos os motivos, com exceção do motivo da busca cooperativa da verdade. (HABERMAS, 2003, p. 111-112).

Mas, afinal, quais seriam essas características formais do discurso, ou melhor, quais seriam as regras desse discurso ideal? Apoiando-se em Alexy, Habermas apresenta três regras:

1) é lícito a todo sujeito capaz de falar e

agir participar de Discursos.

2.1) é lícito a qualquer um problematizar qualquer asserção.

2.2) é lícito a qualquer um introduzir qualquer asserção no Discurso.

2.3) é lícito a qualquer um manifestar suas atitudes, desejos e necessidades.

3) não é lícito impedir falante algum, por uma coerção exercida dentro ou fora do Discurso, de valer-se de seus direitos estabelecidos em 1 e 2. (HABERMAS, 2003, p. 112)

Ciente de que as regras do discurso acima mencionadas representam situações ideais que nem sempre podem existir por si mesmas no contexto social, Habermas defende a utilização prática de “dispositivos institucionais” a fim de “compensar” os eventuais desequilíbrios existentes na Ação Comunicativa:

visto que os Discursos estão submetidos às limitações do espaço e do tempo e têm lugar em contextos sociais; visto que os participantes de argumentações não são caracteres inteligíveis e também são movidos por outros motivos além do único aceitável, que é o da busca cooperativa da verdade; visto que os temas e as contribuições têm que ser ordenados, as relevâncias asseguradas, as competências avaliadas; é preciso *dispositivos institucionais* a fim de neutralizar as limitações empíricas inevitáveis e as influências externas e internas inevitáveis, de tal sorte que as condições idealizadas, já sempre pressupostas pelos participantes da argumentação, possam ser preenchidas pelo menos numa aproximação suficiente. (HABERMAS, 2003, p. 115).

Evidentemente, dado o caráter pragmático da Ética Discursiva que Habermas está tentando edificar nesse capítulo, nem todos os atos de fala interessam aqui ao autor, mas somente aqueles que sustentam a normatização das ações. “Os sujeitos que agem comunicativamente, ao se

entenderem uns com os outros no mundo, também se orientam por pretensões de validade assertórias e normativas” (HABERMAS, 2003, p. 123). Sendo assim, atos de fala que reivindicam somente validade factual são insuficientes para compreensão da Ética Discursiva. O autor nos explica que existe uma grande diferença entre proposições assertórias, empregadas em atos de fala meramente constatativos, e proposições normativas empregadas em atos de falas regulativos. Em suas palavras:

à primeira vista, as *proposições assertórias* empregadas em *atos de fala constatativos* parecem estar para os *atos* numa relação análoga à maneira pela qual as *proposições normativas* empregadas em *atos de fala regulativos* se relacionam a *relações interpessoais legitimamente* ordenadas. (HABERMAS, 2003, p. 80).

Porém, elas não são idênticas. É característica peculiar das proposições normativas reivindicarem validade não em fatos, mas sim em normas sociais prescritivas da conduta humana. Assim, continua o autor, a “objetividade” das pretensões de validade normativas não encontra paralelo na objetividade das pretensões de validade constatativas, embora ambas possam ser colocadas à prova: a primeira frente às regras e normas sociais que prescrevem a conduta humana, e a segunda frente a fatos e dados postos. Eis, segundo Habermas, a principal diferença entre o discurso teórico (ou científico) e o discurso prático (ou moral).

Vemos, então, que as normas e regras sociais de conduta são a base de sustentação das pretensões de validade movimentadas no discurso. Dito de outra forma, são as referências elementares a partir das quais a ação comunicativa é legitimada ou não no discurso regulativo. Servem, segundo Habermas, como fonte de indução para a obtenção do entendimento e para a validação das ações nesse discurso, em analogia aos fatos, dados e fenômenos físicos que servem como fonte de indução para os entendimentos

e ações encontrados no discurso constativo. Todavia, Habermas enfatiza, e a este ponto retorna ao quarto capítulo de seu livro, que o discurso não produz regras e normas de conduta social por si mesmo, mas sim, é o espaço onde essas normas e regras, bem como as ações que hipoteticamente inspiram, são validadas e testadas coletivamente.

Se uma regra de conduta é movimentada em um discurso regulativo e é aceita sem que haja coerção externa ou interna dos participantes, então, Habermas demonstra que o princípio “U”, o princípio da universalização, foi respeitado, e tal regra goza de validade e pode, por conseguinte, orientar a ação dentro do grupo social em questão. De acordo com Habermas, é o princípio “U” que garante que houve realmente acordo quanto às regras que devem orientar a conduta dos participantes do discurso. Em suas palavras,

das mencionadas regras do Discurso resulta que uma norma controversa só pode encontrar assentimento entre os participantes de um Discurso prático, se “U” é aceito, isto é: se as consequências e efeitos colaterais, que previamente resultam de uma obediência *geral* da regra controversa para a satisfação dos interesses de *cada indivíduo*, podem ser aceitos *sem coação* por todos. (HABERMAS, 2003, p. 116).

Faz-se importante observar que, a despeito das inúmeras críticas e ataques à filosofia kantiana realizados em capítulos anteriores, o que Habermas faz, nesse momento em especial, é uma espécie de resgate e apropriação modificada do Imperativo Categórico kantiano. Enquanto Kant propunha que as obrigações e as respectivas regras que regem a conduta moral devam ser obtidas pela razão, a partir da apreciação singular da sua possível generalização social (aja de maneira que sua conduta possa ser adotada por todos os outros membros da sociedade), Habermas “coletiviza” o Imperativo Categórico, a partir da submissão das ações e normas de conduta ao princípio “U”, propondo: ajamos de modo que as consequências das nossas ações,

mesmo quando nossas ações buscam apenas nossos interesses mais individuais, possam ser aceitas e toleradas por todos de forma livre. Por certo, aqui, a principal diferença entre Kant e Habermas se encontra no fato de que a adesão às regras que darão apoio à conduta moral não provém da razão transcendental (Kant), mas sim, da Razão Comunicativa (Habermas). Fica evidente, mais uma vez, a opção de Habermas pela filosofia da linguagem em oposição à filosofia da consciência.

Isso posto, Habermas lança mão de sua Ética Discursiva propriamente dita. Na Ética Discursiva, as normas e regras de conduta moral, ou seja, as normas e regras que balizam a boa ou má ação, a ação justa ou injusta, a ação certa ou errada do ponto de vista moral, são validadas e acatadas socialmente a partir da Ação Comunicativa, mais especificamente, a partir do princípio “U”. A Ética do Discurso remete e depende da Teoria do Agir Comunicativo. Tal como resume Habermas,

a fundamentação da ética do Discurso exige, de acordo com o programa apresentado: 1) a indicação de um princípio de universalização que funcione como regra da argumentação; 2) a identificação de pressupostos pragmáticos da argumentação que sejam inevitáveis e tenham um conteúdo normativo; 3) a exposição explícita desse conteúdo normativo, por exemplo, sob a forma de regras do Discurso; e 4) a comprovação de que há uma relação de implicação material entre 3 e 1 em conexão com a ideia de justificação da normas. (HABERMAS, 2003, p. 120).

Uma vez que, diferentemente de outros filósofos, porém de modo semelhante a Kant, Habermas não discute diretamente nenhum conteúdo moral específico em sua Ética Discursiva, sua proposta teórica está sujeita a crítica do formalismo. Na verdade, Habermas pretende edificar uma teoria moral ampla e abrangente que não depende de nenhuma fixação de conteúdo para que possa ser aplicada

à análise da vida moral. Assim sendo, o autor procura se defender da crítica do formalismo argumentando que o conteúdo moral da Ética Discursiva deve ser encontrado no contexto social no qual se pretende a análise. Como observa o próprio autor,

o princípio da ética do Discurso refere-se a um *procedimento*, a saber, o resgate discursivo de pretensões de validade normativas; nessa medida, a ética do Discurso pode ser corretamente caracterizada como *formal*. Ela não indica orientações conteudísticas, mas um processo: o Discurso prático (...) Os Discursos práticos têm que fazer com que seus conteúdos lhes sejam dados. Sem o horizonte do mundo da vida de um determinado grupo social e sem conflitos de ação numa determinada situação, na qual os participantes considerassem como sua tarefa a regulação consensual de uma matéria social controversa, não teria sentido querer empreender um Discurso prático. (HABERMAS, 2003, p. 126).

Finalmente, interessa notarmos o caráter “secular” ou, mais corretamente, “iluminista” do projeto da Ética do Discurso de Habermas. Certamente, ela serve para a compreensão da vida moral em tempos quando as normas e regras “estáveis” da tradição e do costume não precisam se fazer mais tão presentes. Dado o caráter processual da Ética Discursiva, torna-se evidente a aposta que Habermas faz nas interações sociais comunicativas e, mais especificamente, na capacidade de entendimento e harmonização da ação humana diante da validação de regras e normas morais que inspirem a conduta social. Assim, não são necessariamente as regras morais tradicionais ou costumeiras que são validadas no discurso, embora elas possam servir como base indutora para a edificação dialógica e cooperativa de novas regras que pretendem regular a ação humana. Isso tudo demonstra a versatilidade da proposta habermasiana.

Capítulo 4. Consciência Moral e Agir Comunicativo

Este é o quarto e último capítulo da obra de Habermas em apreço. A despeito do título desse capítulo, a preocupação central do autor aqui não é a de “lançar” uma teoria moral do agir comunicativo, coisa que já foi feita no terceiro capítulo, mas sim buscar apoio e confirmação teórica para sua Ética Discursiva em outros autores. Naturalmente, na busca por tal apoio e confirmação, Habermas se vê diante não apenas da necessidade de retomar alguns dos seus principais argumentos, como, também, diante da necessidade de aprofundá-los. Nesse sentido, podemos entender esse quarto capítulo como uma tentativa de síntese e consolidação da teoria discursiva da ética de Habermas.

Habermas escolhe o psicólogo norte-americano Laurence Kohlberg e sua Teoria do Desenvolvimento da Consciência Moral, cuja base é piagetiana, como seu interlocutor. De maneira diferente dos capítulos anteriores, Habermas se debruça, então, sobre uma teoria psicológica e não, necessariamente, sobre outros filósofos. Naturalmente, esse movimento se justifica dado ao fato de que, nesse capítulo, Habermas está à procura de apoio e confirmação “científicos” para a ética discursiva e não mais de referenciais filosóficos. Não obstante, Habermas justifica a escolha da teoria de Kohlberg argumentando que: 1) o trabalho de Kohlberg é altamente significativo no que se refere ao estudo do fenômeno da moralidade. 2) as ideias de Kohlberg gozam de um estatuto filosófico consistente e consonante com seus propósitos, e sua “teoria” não está solta e “independente” da filosofia. 3) Habermas retoma, assim, o debate sobre a “divisão de trabalho” entre Filosofia e Ciência (vide capítulo 1), reforçando seu argumento de que essa divisão deve dar espaço a cooperação.

Habermas inicia a discussão sobre a teoria de Kohlberg procurando justamente destacar suas características ou bases filosóficas.

A primeira delas é o cognitivismo. Segundo Habermas (2003, p. 147), “os juízos morais têm um conteúdo cognitivo; eles não se limitam a dar expressão às atitudes afetivas, preferências ou decisões contingentes de cada falante ou ator”. A segunda delas é o universalismo. Para Habermas, o universalismo está tão presente na teoria de Kohlberg quanto o princípio “U” está em sua Ética Discursiva. Finalmente, Habermas aponta para o formalismo. De acordo com o autor, tanto sua ética quanto a teoria de Kohlberg são formalistas. Isso significa, explica Habermas, que nenhuma delas discorre sobre conteúdos, mas sim, sobre processos que universalizam conteúdos. Nesse sentido, Habermas (2003, p. 148) reforça que “o Discurso prático é um processo, não para a produção de normas justificadas, mas para o exame da validade de normas consideradas hipoteticamente”. Evidentemente, ao discorrer sobre as bases filosóficas da teoria de Kohlberg, Habermas está à procura de uma aproximação. Nesse sentido, o autor entende que a Ética do Discurso pode complementar a teoria de Kohlberg devido ao fato de ambas estarem apoiadas em uma teoria do agir comunicativo, muito embora, segundo Habermas, Kohlberg não tenha construído seus conceitos deliberadamente sobre a Teoria da Ação Comunicativa.

Dando sequência à sua análise comprobatória, Habermas apresenta, então, os seis estágios do juízo moral que são a base mais elementar da teoria de Kohlberg. Para Kohlberg, a passagem da pessoa de um estágio para outro é uma questão de aprendizagem e, por isso, o desenvolvimento do juízo moral se dá no indivíduo desde a infância, não estando dissociado do seu desenvolvimento intelectual e psicomotor. Nesse itinerário, o indivíduo sai de uma posição em que é incapaz de realizar juízos morais, rumo a uma situação na qual tem consciência plena sobre e existência de regras e normas morais, bem como sobre a necessidade (ou não) de obedecê-las.

Na proposta de Kohlberg, os seis estágios do desenvolvimento moral se agrupam em pares em três grandes níveis, a saber: pré-convencional,

convencional e pós-convencional. O quadro, abaixo, procura sintetizar o modelo de Kohlberg:

Nível A	Pré-convencional
Estágio 1	O estágio do castigo e da obediência:
	As razões para fazer o que é direito são o desejo de evitar castigo e o poder superior das autoridades.
Estágio 2	O estágio de objetivo instrumental individual e da troca:
	A razão para fazer o que é direito é servir às necessidades e interesses próprios num mundo em que é preciso reconhecer que as outras pessoas também têm seus interesses.
Nível B	Convencional
Estágio 3	O estágio das expectativas interpessoais mútuas, dos relacionamentos e da conformidade:
	As razões para fazer o que é direito são: ter necessidade de ser bom a seus próprios olhos e aos olhos dos outros, importar-se com os outros e porque, a gente se pusesse no lugar do outro, a gente ira querer um bom comportamento de si próprio (regra de ouro).
Estágio 4	O estágio da preservação do sistema social e da consciência:
	As razões para fazer o que é direito são: manter em funcionamento a instituição como um todo, o auto-respeito ou a consciência compreendida como o cumprimento das obrigações definidas para si próprio ou a consideração das consequências: “e se todos fizessem o mesmo?”
Nível C	Pós-convencional
Estágio 5	O estágio dos direitos originários e do contrato social ou da utilidade:
	As razões para fazer o que é direito são em geral: sentir-se obrigado a obedecer à lei porque a gente fez um contrato social de fazer e respeitar leis, para o bem de todos e para proteger seus próprios direitos e os direitos dos outros. As obrigações de família, amizade, confiança e trabalho, também, são compromissos ou contratos assumidos livremente e implicam o respeito pelos direitos dos outros. Importa que as leis e deveres sejam baseados num cálculo racional de utilidade geral: “o maior bem para o maior número”.
Estágio 6	O estágio de princípios éticos universais:
	As leis ou acordos sociais particulares são, em geral, válidos porque se apoiam em tais princípios. Quando as leis violam esses princípios, a gente age de acordo com o princípio. Os princípios são princípios universais de justiça: a igualdade de direitos humanos e o respeito pela dignidade dos seres humanos enquanto indivíduos. Estes não são meramente valores reconhecidos, mas também são princípios usados para gerar decisões particulares. A razão para fazer o que é direito é que a gente, enquanto pessoa racional, percebe a validade dos princípios e comprometeu-se com eles.

Fonte: extraído de Habermas (2003, p. 152-154).

A relação que Habermas faz entre a Ética do Discurso e a teoria de Kohlberg é complexa e se estende por praticamente todo o quarto capítulo de seu livro. Todavia, um dos principais pontos de aproximação entre as ideias desses dois autores resume-se à questão da heteronomia *versus* autonomia moral. Habermas observa que o último nível de desenvolvimento da consciência moral elaborado por Kohlberg, especialmente o seu sexto estágio, exige um distanciamento ou uma certa “emancipação” do indivíduo em relação às regras e normas de conduta socialmente impostas (heteronomia), o que significa que tal indivíduo seja capaz, por ele mesmo, de encontrar “razão” para proceder segundo a referida regra ou não. Dito de outra forma, o sexto estágio de Kohlberg prevê reflexividade moral e não meramente conformação da ação com as regras e normas de conduta. Exige que o indivíduo se distancie criticamente da sociedade, avalie racionalmente as regras e normas de conduta moral lá existentes e retorne à ação amparado em uma razão madura. Trata-se, pois, do rompimento do determinismo social. Assim, analisa Habermas, para que possa haver desenvolvimento moral até o sexto estágio, é necessário que o indivíduo que evolui deixe para trás a sociedade concreta e examine a validade das normas sociais existentes. Por conseguinte, seu comportamento deixa de ser heterônimo e passa a ser autônomo.

A discussão da heteronomia *versus* autonomia moral ainda não esgota a análise comparativa e aproximativa que Habermas faz acerca da teoria de Kohlberg. Ainda falta o mais importante: uma vez que Habermas procura “avaliar” a teoria de Kohlberg através da lente da Teoria da Ação Comunicativa, esse autor não apenas entende que a autonomia é o caminho para o sexto estágio de desenvolvimento moral, como dá a essa autonomia um caráter discursivo. É precisamente aqui que Habermas, efetivamente, aproxima sua Ética do Discurso da teoria de Kohlberg, ou seja, a partir do momento em que entende que, para haver autonomia moral, as regras e normas sociais devem ser legitimadas

coletivamente a partir da Ação Comunicativa. Nesse sentido, Habermas entende que “o conceito do agir comunicativo presta-se como ponto de referência para uma reconstrução dos estágios de interação” (HABERMAS, 2003, p. 163). Aqui percebemos, também, como Habermas pretende “complementar” a teoria de Kohlberg: agregando-lhe sua razão comunicativa.

Nesse itinerário, Habermas retoma a comparação entre a Ação Comunicativa e Ação Estratégica iniciada nos capítulos anteriores:

na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o sucesso, isto é, para as consequências do seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influyendo externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de seus adversários. A coordenação das ações de sujeitos que se relacionam dessa maneira, isto é, *estrategicamente*, depende da maneira como se entrosam os cálculos de ganhos egocêntricos. O grau de cooperação e estabilidade resulta então das faixas de interesses dos participantes. Ao contrário, falo em *agir comunicativo* quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob condição de um *acordo* existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas. Em ambos os casos, a estrutura teleológica da ação é pressuposta na medida em que se atribui aos atores a capacidade de agir em vista de um objetivo e o interesse em executar seus planos de ação. Mas o *modelo estratégico da ação* pode se satisfazer com a descrição de estruturas do agir imediatamente orientado para o sucesso, ao passo que o *modelo do agir orientado para o entendimento mútuo* tem que especificar condições para um acordo alcançado comunicativamente sob as quais Alter pode anexar suas ações às do Ego. (HABERMAS, 2003, p. 164-165).

Entendemos, assim, que, embora tanto

a Ação Comunicativa quanto a Ação Estratégica possam resultar em uma ação teleologicamente orientada, no caso da Ação Comunicativa, o acordo é condição preliminar para a busca dos objetivos almejados pelos atores, condição esta que está acima e além da simples negociação, persuasão e/ou coerção, uma vez que a partir desse acordo tais objetivos podem ser renegociados.

Ao retomar a comparação entre Ação Estratégica e Ação Comunicativa, Habermas pretende enfatizar que a construção da autonomia moral não é uma atribuição do indivíduo, mas sim, de todo o coletivo. O autor quer apenas reforçar, uma vez que já se posicionou assim anteriormente, que os atores sociais, ao distanciarem-se reflexivamente das normas e regras sociais para validá-las ou não, não podem fazê-lo sem abrir mão de seus objetivos e interesses fixados *a priori*. Assim sendo,

os processos de entendimento mútuo visam um acordo que depende do assentimento racionalmente motivado ao conteúdo de um proferimento. O acordo não pode ser imposto à outra parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações: o que manifestamente advém graças a uma intervenção externa não pode ser tido na conta de um acordo. Este assenta-se sempre em convicções comuns. (HABERMAS, 2003, p. 165).

É nesse ponto que entra em cena o “mundo da vida”, a saber, como ponto de partida comum para a Ação Comunicativa e para a Ética Discursiva. Grosso modo, o mundo da vida pode ser entendido com o senso-comum a partir do qual qualquer ação dialógica toma corpo. Segundo Habermas,

o mundo da vida comum em cada caso oferece uma provisão de obviedades culturais donde os participantes da comunicação tiram seus esforços de interpretação, os modelos de exegese consentidos (...) O mundo da vida constitui, pois, o *contexto* da situação de ação; ao mesmo tempo, ele

fornece os *recursos* para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação. ((HABERMAS, 2003, p. 166-167).

Então, no mundo da vida são encontradas as regras e normas sociais de conduta a partir das quais a legitimidade moral das ações será apreciada. É o mundo da vida que fornece todo o estofamento para a Ética Discursiva uma vez que esta não existe para criar novas normas e regras morais, mas sim, para apreciar dinamicamente sua validade e, assim, orientar cooperativamente a conduta social.

Nesse ponto, Habermas retoma, também, o debate entre o discurso constatativo e o discurso regulativo na intenção de chamar a atenção para o caráter efetivamente moral dos atos de fala. Afirma ele que

os atos de fala não servem apenas para a representação (ou pressuposição) de estados e acontecimentos, quando o falante se refere a algo no *mundo objetivo*. Eles servem ao mesmo tempo para a produção (ou renovação) de relações interpessoais, quando o falante se refere a algo no *mundo social* das interações legitimamente reguladas, bem como para a manifestação de vivências, isto é, para a auto-representação, quando o falante se refere a algo no *mundo subjetivo* a que tem um acesso privilegiado. (HABERMAS, 2003, p. 167).

Mas, afinal, quais são as condições necessárias para que a comunicação figure efetivamente como um processo do discurso, em que o acordo para a validação das normas éticas e para a ação pode ser encontrado cooperativamente? Habermas expõe três condições:

numa atitude orientada para o entendimento mútuo, o falante ergue com todo proferimento inteligível as seguintes pretensões: 1) que o enunciado formulado é verdadeiro (ou,

conforme o caso, que as pressuposições de existência de um conteúdo proposicional mencionado são acertadas); 2) que o ato de fala é correto relativamente a um contexto normativo existente (ou, conforme o caso, que o contexto normativo que ele realiza, é ele próprio legítimo); e 3) que a intenção manifesta do falante é visada do modo como é proferida. (HABERMAS, 2003, p. 167-168).

Assim, explica Habermas, quem rejeita um argumento em uma relação comunicativa ideal está contestando pelo menos um desses três aspectos do discurso: validade, correção ou sinceridade.

Habermas parte para as conclusões do seu quarto capítulo (e do livro como um todo) explorando a aproximação da Teoria da Ação Comunicativa com a Teoria dos Estágios do Desenvolvimento Moral de Kohlberg por meio de uma análise detalhada e sistemática de todos os seis estágios desta Teoria. Todavia, é no último estágio que as ideias de Habermas sobre o Agir Comunicativo e sobre a Ética Discursiva mostram maior aderência. Com efeito, a condição para que os participantes de um discurso cheguem ao sexto estágio de consciência moral é a descentração, ou seja, sua capacidade para analisar criticamente as normas e regras sociais até então heterônomas e, assim, optar pela sua adesão ou troca por outras mais compatíveis com as razões coletivas. Trata-se de se “distanciar” da moralidade enraizada do mundo da vida e analisar tal moralidade de modo diferenciado, autônomo e, acima de tudo, dialógico.

Quanto mais avança essa diferenciação, tanto mais claramente podem-se separar as duas coisas: por um lado, o horizonte de obviedades inquestionadas, compartilhadas intersubjetivamente e não tematizadas, que os participantes conservam às costas; por outro lado, aquilo que tem defronte como conteúdos intramundamente constituídos de sua comunicação (...) Na medida em que os participantes da comunicação

compreendem aquilo sobre o que se entendem como *algo em um mundo*, como algo que se desprende do pano de fundo do mundo da vida para se ressaltar em face dele, o que é explicitamente *sabido* separa-se das *certezas* que permanecem implícitas, os conteúdos comunicados assumem o caráter de um saber que vincula a um potencial de razões, pretende validade e pode ser criticado, isto é, contestado com base em razões. (HABERMAS, 2003, p. 169).

Esse é o princípio coletivista e dialógico da autonomia que dá, segundo Habermas, condições para que os indivíduos adentrem o sexto estágio de consciência moral de Kohlberg. Frente a essa capacidade dialógica de agir coletivamente, “fica claro que o agir moral representa aquele caso do agir regulado por normas no qual o agente se orienta por pretensões de validade reflexivamente orientadas (...). Esse conceito preciso de moralidade só pode vir a se desenvolver no estágio pós-convencional” (HABERMAS, 2003, p. 196). Eis, em linhas gerais, a validação e a aproximação bem-sucedidas entre a Ética Discursiva de Habermas e a Teoria do Desenvolvimento da Consciência Moral de Kohlberg.

POLÍTICA EDITORIAL

O Periódico Cadernos Gestão Social (CGS) foi criado em 2007 pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). Os Cadernos Gestão Social perseguem o objetivo ser um espaço plural, aberto às contribuições de pessoas preocupadas com as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do desenvolvimento de territórios e com as diferentes temáticas relacionadas à gestão social.

No final de 2011, os CGS passaram por um processo de reestruturação administrativa e reformulação editorial. Mesmo mantendo-se vinculada institucionalmente ao CIAGS/EA/UFBA, os CGS assumem-se - em sua nova proposta editorial - como uma publicação semestral da Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

A missão dos CGS é disseminar o conhecimento produzido no campo da Gestão Social e áreas correlatas, por meio do oferecimento de trabalhos, originais e inéditos, sob as formas de artigos, ensaios, relatos de prática, resenhas de livros e pensatas. Os CGS estão abertos a propostas diferenciadas e não convencionais que demonstrem o caráter multi e transdisciplinar do campo da Gestão Social. Diante disso, os CGS tem como visão para o futuro tornar-se, nos próximos 05 anos, o periódico científico de referência para o campo da Gestão Social no Brasil.

Além das chamadas contínuas e edições especiais, os Cadernos de Gestão Social estão também abertos ao recebimento de trabalhos provenientes de fast track de importantes eventos relacionados à gestão social, a exemplo do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) e do Colóquio Internacional sobre Poder Local. Em todos os casos, os trabalhos recebidos se submeterão às normas e ao processo de avaliação da revista.

A avaliação dos trabalhos submetidos aos CGS é realizada pelo método de revisão cega (blind review), por pelo menos dois avaliadores com experiência e competência profissional na respectiva área do trabalho, que emitirão parecer com base nos critérios de avaliação estabelecidos pelo corpo editorial dos CGS. Os trabalhos podem cobrir as temáticas afins da Gestão Social na sua variedade de sub-temas, teorias e práticas em diferentes setores, espaços territoriais e tipos organizacionais.

Sobre as temáticas afins da Gestão Social, os quais podem gerar trabalhos publicáveis nos CGS, podem ser apontadas, dentre outras:

- Desenvolvimento Territorial, Redes e Arranjos Institucionais, Redes Solidárias;
- Gestão Pública, Esfera Pública, Co-produção de Bens e Serviços Públicos, Políticas Públicas e Sociais,
- Accountability, Governo Eletrônico;
- Terceiro Setor, Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil, Participação e Cidadania;
- Autogestão, Cooperativismo, Economia Solidária, Incubação de Empreendimentos Solidários e de Cooperativas;
- Empreendedorismo Social, Inovação Social, Negócios Sociais, Tecnologia Social;
- Gestão Ambiental, Sustentabilidade, Responsabilidade Social, Consumo Consciente, Comércio Justo; e
- Formação em Gestão Social, Ensino-Aprendizagem e Avaliação em Gestão Social, Metodologias Integrativas e Não-convencionais, Residência Social.

Os trabalhos submetidos com foco em sub-temas relacionadas as temáticas expostas ou, ainda, que tratem de outras temáticas poderão ser avaliados para publicação a depender da relevância e impacto do trabalho ou temática para o público dos CGS e para a Gestão Social. Com isso, o foco da CGS é atingir um público alvo interessado e preocupado com o desenvolvimento do campo da Gestão Social, dentre pesquisadores, estudiosos, gestores sociais e gestores públicos.

Finalmente, a partir da ação conjunto dos autores, avaliadores e todo corpo editorial dos CGS, as expectativas de impacto deste periódico estão relacionadas à: a) compreender melhor o campo da Gestão Social e temáticas afins, seus limites, desafios e perspectivas; b) contribuir com abordagens diferenciadas para o campo da Gestão Social; c) estabelecer e oferecer relações interessantes entre a Gestão Social e diferentes temáticas; d) Aprofundar a discussão teórica, epistemológica, metodológica e prática da gestão social e de duas áreas relacionadas; e e) oferecer análises das agendas para o campo da Gestão Social.

Editorial Policy

The periodical Social Management Journal/Cadernos Gestão Social (CGS) was created in 2007 by the Interdisciplinary Center for Development and Social Management (CIAGS), tied to the Business School at the Federal University of Bahia (EA/UFBA). Since 2011, the CGS has remained technically and institutionally linked to CIAGS/EAUFBA, but its editorial coordination is under the responsibility of the Brazilian Researchers of Social Management Network /Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

The CGS aims to disseminate the knowledge generated in the field of Social Management and related areas, through the publication of original and unpublished works as articles, white papers, essays, practical reports and book reviews. The CGS is open - through continuous requests for publication and special editions - to different and unconventional proposals that demonstrate the multi- and trans-disciplinary character of Social Management. Therefore, the CGS's vision for the future is to become, in the next few years, a journal of reference for this field in Brazil.

Papers submitted to the CGS are evaluated using a blind review. At least two reviewers with expertise and professional competence in their area of work analyze the paper, which will give an opinion based on evaluation criteria established by CGS editorial staff. The papers may cover topics related to Social Management in their variety of sub-themes, theories and practices in different sectors, territorial spaces and organizational types, such as:

- Territorial Development, Networks and Institutional Arrangements, Solidarity Networks;
- Public Management, Public Sphere, Co-production of Public Goods and Services, Social and Public Policy, Accountability, Electronic Government;
- Third Sector, Social Movements, Civil Society Organizations, Participation and Citizenship;
- Self-Management, Cooperatives, Solidarity Economics, Incubation of Solidarity Enterprises and Cooperatives;
- Social Entrepreneurship, Social Innovation, Social Business, Social Technology/Innovation;
- Environmental Management, Sustainability, Social Responsibility, Consumer Awareness, Fair Trade; and
- Social Management Training, Teaching-Learning and Evaluation in Social Management, Integrative and Non-conventional Methodologies, Social Housing.

Política Editorial

La revista Cuadernos de Gestión Social/Cadernos Gestão Social (CGS) fue creado en 2007 por el Centro Interdisciplinario para el Desarrollo y Gestión Social (CIAGS), de la Escuela de Administración de Universidad Federal de Bahía (EA/UFBA). Desde 2011, los CGS permanecen técnicamente e institucionalmente ligado a CIAGS/EAUFBA, pero su coordinación editorial está bajo la responsabilidad de la Red Brasileña de Investigadores en Gestión Social (RGS).

Los CGS tiene como objetivo difundir el conocimiento generado en el campo de la Gestión Social y áreas afines, a través de la publicación de ponencias originales e inéditos en forma de papers, ensayos, reportes de prácticas y reseñas de libros. Los CGS están abiertos - por medio de llamadas continuas y ediciones especiales - para propuestas diferentes y no convencionales que demuestren el carácter de campo multi y transdisciplinario de la Gestión Social. Ante esto, la visión de los CGS para el futuro es convertirse para los próximos años, en una revista de referencia para este campo en Brasil.

La evaluación de las ponencias presentadas a los CGS se lleva a cabo mediante la revisión ciega (blind review) por al menos dos evaluadores con experiencia y competencia profesional en su área de trabajo, el cual emitirán comentarios sobre la base de los criterios de evaluación establecidos por el equipo editorial de los CGS. Las ponencias pueden abarcar temas relacionados a la gestión social en su variedad de sub-temas, teorías y prácticas en diferentes sectores, espacios territoriales y tipos de organización, entre los que se pueden mencionar:

- Desarrollo Territorial, Redes y Acuerdos Institucionales, Red de Solidaridad;
- Gestión Pública, Espacio Público, Co-producción de Bienes y Servicios Públicos, Políticas Públicas y Sociales, Accountability, Gobierno Electrónico;
- Tercer Sector, Movimientos Sociales, Organizaciones de la Sociedad Civil, Participación y Ciudadanía;
- Autogestión, Cooperativas, Economía Solidaria, Incubación de Emprendimiento Solidarios y Cooperativas;
- Empreendedorismo Social, Innovación Social, Tecnología Social;
- Gestión del Medio Ambiente, Sostenibilidad, Responsabilidad Social, Consumo Consciente y Comercio Justo; y
- Capacitación en Gestión Social, Enseñanza-Aprendizaje y Evaluación en Gestión Social, Metodología Integradora y Non Convencionales.

Orientações Gerais para Submissão de Trabalhos (*Submission Guidelines/ Instruções para el Envío*)

- Artigos, ensaios, relatos de prática, resenhas de livros e pensatas são os tipos de trabalhos científicos aceitos para avaliação nos Cadernos Gestão Social CGS. Estes trabalhos podem ser submetidos em português, inglês ou espanhol;
- As chamadas abertas para publicação indicarão os tipos de trabalho que serão aceitos para a respectiva edição. As edições dedicadas com exclusividade para trabalhos oriundos de eventos terão a definição da quantidade e dos tipos de trabalhos a serem publicados, a partir de uma deliberação conjunta entre o editor da CGS e a organização do evento;
- Todos os trabalhos deverão ser submetidos unicamente via web por meio do site da CGS - www.cgs.ufba.br;
- O trabalho deve traduzir-se em uma contribuição original e inédita. Não serão aceitos trabalhos que estão em processo de avaliação em outro(s) periódico(s);
- Todos os trabalhos submetidos serão avaliados, pelo método de revisão cega (blind review), por pelo menos dois avaliadores com experiência e competência profissional na respectiva área do trabalho, que emitirão parecer com base nos critérios de avaliação dos trabalhos dos CGS;
- Os critérios para avaliação dos trabalhos incluem: originalidade, contribuição para corpo de

conhecimento da área, adequação metodológica, clareza, atualidade, formato e apresentação dos resultados;

- Após a avaliação pelos avaliadores, os autores serão comunicados, eletronicamente, se o trabalho foi aceito, rejeitado ou aceito com necessidade de alterações. Neste último caso, será estabelecido um prazo para reenvio do trabalho com as alterações;
- Todos os trabalhos aceitos para publicação passarão por uma revisão ortográfica para se adequar as normas da língua a qual o trabalho foi submetido. Caso exista a necessidade de ajustes no texto, relativos à língua, estes trabalhos serão novamente enviados para os autores. Uma vez alterado, os autores postam a versão final do trabalho;
- A versão final dos trabalhos aceitos para publicação, ainda poderão sofrer adequações editoriais para facilitar sua clareza e entendimento sem alterar seu conteúdo;
- Os CGS permitem citações de seus conteúdos em outros veículos de informação técnico-científica, desde que seja citada como fonte;
- O tempo para conclusão de uma avaliação é de até 180 dias após a submissão. As submissões devem respeitar os deadlines das chamadas de trabalhos para as edições dos CGS;
- Já o tempo para publicação do trabalho aprovado e disponibilizado – pelos autores – em sua versão final é de até 360 dias a contar da data do upload desta versão no sistema. Em casos de chamadas de trabalhos para edições especiais dos CGS este prazo poderá ser maior, mas nunca deverá ultrapassar os 540 dias.

Normas para Apresentação dos Trabalhos Submetidos *(Appearance Standards / Normas para la Presentación)*

O trabalho submetido deverá considerar todos os itens a seguir, sob pena de ser bloqueado para avaliação e devolvido para os autores do arquivo.

1. Aspectos Gerais

- a) O trabalho submetido para avaliação deverá atender os requisitos propostos na Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direito Autoral no Brasil); as normas gramaticais da língua a qual o trabalho foi submetido (Português, Inglês ou Espanhol); e as normas técnicas para redação do texto acadêmico da ABNT. O acesso para conhecimento acerca do que estabelece cada uma destas regulamentações é de absoluta responsabilidade dos autores;
- b) O texto deverá seguir, também, os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos no arquivo DiretrizesABNTparaAutores.pdf, disponível para download no site dos Cadernos Gestão Social (www.cgs.ufba.br);
- c) A identificação de autoria do trabalho deverá ser removida do arquivo submetido, inclusive nas informações de propriedades e segurança do arquivo.

2. Formato

- a) O trabalho deve ser digitado em software editor de texto MsOffice ou OpenOffice, e o arquivo deve ter tamanho máximo de 2MB.
- b) Tratando-se de artigo, o texto submetido deve conter no mínimo 14 e no máximo 22 páginas. Em

- caso de relatos de práticas e ensaios, o texto deverá ter entre 08 e 15 páginas. Já para resenhas ou pensatas a quantidade páginas do texto deve ser limitada entre 03 e 08 páginas;
- c) O trabalho deverá ser formatado em A4 e as margens inferior (2,0cm), superior (3,0cm), direita (2,0cm) e esquerda (3,0cm);
 - d) O título e o texto do trabalho deve ser em fonte “Times New Roman”, tamanho 12, com espaçamento 1,5 cm entre linhas. Já o resumo, palavras-chave, abstract, keyword, resumen, palabras clave, notas de fim de texto, título e fonte das tabelas, figuras, gráficos, mapas e imagens que deve ter fonte 11, com espaçamento simples;
 - e) Os trabalhos não devem utilizar notas de rodapé no texto. As notas devem estar ao final do texto;
 - f) Os autores não devem agrupar figuras, gráficos e tabelas no final do texto ou colocá-los como anexos ou apêndices. As tabelas, figuras e gráficos deverão ser inseridos ao longo do texto, logo depois de citados;
 - g) Os trabalhos que contenham imagens (fotos, desenhos ou gravuras) devem ser encaminhados com as matrizes ou originais desses para garantir a fidelidade da reprodução. Recomenda-se que os autores providenciem as imagens que queiram incluir em seus textos com formato de – pelo menos – 300 dpi;
 - h) Todos os endereços de páginas da internet (URLs) citados devem ser incluídos como nota de final texto.

3. Título, Resumo, Palavras-Chave, Abstract, Keywords, Resumen e Palabras Clave

- a) A primeira página do trabalho submetido deverá conter os seguintes elementos, na sequência exposta aqui: título do trabalho (em Português, Inglês e Espanhol), resumo, palavras-chaves, abstract, keywords, resumen e palabras clave. Nesta primeira página, jamais deverão ser indicado os nomes dos autores (faça o download do modelo de primeira página);
- b) Caso exista espaçamento suficiente na primeira página após todos estes elementos serem dispostos, os autores poderão continuar ainda na primeira página a apresentação dos aspectos introdutórios do trabalho;
- c) O título do trabalho, na primeira página, independente da língua no qual o trabalho foi submetido, deverá ser exposto em língua portuguesa, língua inglesa e língua espanhola. O título deve ser conciso e explicativo de forma que represente o conteúdo do trabalho;
- d) O resumo em língua portuguesa – precedido da palavra “RESUMO” – deve ter no mínimo 150 e no máximo 350 palavras. Em seguida ao texto do resumo, devem vir as “Palavras-Chave”. Devem ser 03 palavras-chave digitadas com inicial maiúscula, em espaçamento simples sucedidas por ponto.
- e) O abstract (resumo) em inglês – precedido da palavra “ABSTRACT” – deverá retratar, com o mesmo limite de palavras, o conteúdo do resumo em português e obedecer as normas gramaticais da língua inglesa. Após o abstract, devem vir “Keywords” – que traduzam e representem os mesmos significados das palavras-chave – digitadas com inicial maiúscula, em espaçamento simples sucedidas por ponto.
- f) O resumen (resumo) em espanhol – precedido da palavra “RESUMEN” – deverá retratar, com o mesmo limite de palavras, o conteúdo do resumo em português e obedecer as normas gramaticais da língua espanhola. Após o resumen, devem vir as “Palabras Clave” – que traduzam e representem os mesmos significados das palavras-chave – digitadas com inicial maiúscula, em espaçamento simples sucedidas por ponto.

Política de Privacidade
(Privacy Policy / Política de Privacidad)

Os nomes e endereços informados nos CGS serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

O Periódico **Cadernos Gestão Social (CGS)** foi criado em 2007 pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). Os Cadernos perseguem o objetivo de ser um espaço plural, aberto às contribuições de pessoas preocupadas com as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do desenvolvimento de territórios e com as diferentes temáticas relacionadas à gestão social.

No final de 2011, a revista passou por um processo de reestruturação administrativa e reformulação editorial. Permanece técnica e institucionalmente sob a responsabilidade do CIAGS/EAUFBA, mas integra-se agora à Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

O periódico visa disseminar o conhecimento produzido no campo da Gestão Social e áreas correlatas, por meio da publicação de trabalhos, originais e inéditos, sob as formas de artigos, ensaios, relatos de prática, resenhas de livros e pensatas. Os CGS estão abertos a propostas diferenciadas e não convencionais que demonstrem o caráter multi e transdisciplinar do campo da Gestão Social, tendo como visão de futuro tornar-se, nos próximos anos, o periódico científico de referência para esse campo no Brasil.

Além das chamadas contínuas e edições especiais, os Cadernos Gestão Social estão também abertos ao recebimento de trabalhos provenientes de fast track de importantes eventos relacionados à gestão social, a exemplo do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) e do Colóquio Internacional sobre Poder Local.

www.cgs.ufba.br
www.rgs.wiki.br | cgs@ciags.org.br

ISSN 1982-5447



1982-5447